

# BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v.21 • n.3 • JUL./SET. 2011

ISBN 0103 8117

POBREZA, DESIGUALDADE  
E CICLOS ECONÔMICOS

publicações  
**SEI**



# BAHIA ANÁLISE & DADOS



ISSN 0103 8117

Bahia anál. dados

Salvador

v. 21

n. 3

p. 501-732

jul./set. 2011

Foto: Rita Tavares

**Governo do Estado da Bahia**  
Jaques Wagner

**Secretaria do Planejamento (Seplan)**  
Zezéu Ribeiro

**Superintendência de Estudos Econômicos  
e Sociais da Bahia (SEI)**  
José Geraldo dos Reis Santos

**Diretoria de Indicadores e Estatísticas (Distat)**  
Gustavo Casseb Pessoti

BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. Disponível para consultas e download no site <http://www.sei.ba.gov.br>. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e na *Library of Congress* e no sistema *Qualis* da Capes.

#### **Conselho Editorial**

André Garcez Ghirardi, Ângela Borges, Ângela Franco, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios-Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Guaraci Adeodato Alves de Souza, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Eli da Veiga, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Lino Mosquera Navarro, Luiz Antônio Pinto de Oliveira, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádya Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renato Leone Miranda Léda, Ricardo Abramovay, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vítor de Athayde Couto

#### **Editoria**

Urandi Roberto Paiva Freitas

#### **Coordenação Editorial**

Alex Gama Queiroz dos Santos

Luis André de Aguiar Alves

Gustavo Casseb Pessoti

Palmiro Torres Oliveira

Urandi Roberto Paiva Freitas

#### **Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)**

Raimundo Pereira Santos

#### **Normalização**

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Raimundo Pereira Santos

#### **Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)**

Ana Paula Porto

#### **Editoria-geral**

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

#### **Padronização e Estilo**

Elisabete Barretto

Diana Chagas (estagiária)

#### **Revisão de Linguagem**

Calixto Sabatini (port.)

Tomás Rodríguez Martínez (ing.)

#### **Editoria de Arte**

Nando Cordeiro

#### **Capa**

Julio Vilela

#### **Editoração**

Ludmila Nagamatsu

Autor Visual

#### **Produção**

Renata Santos

---

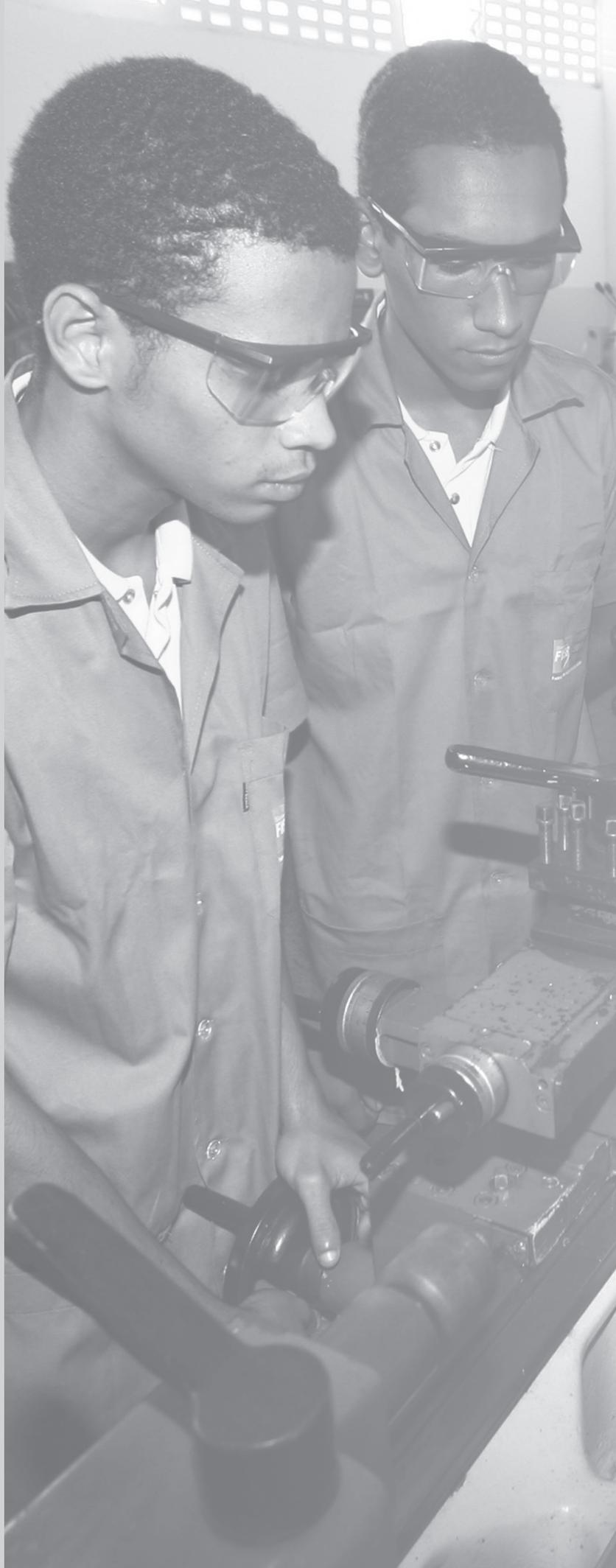
Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991 - )  
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e  
Sociais da Bahia, 2011.  
v.21  
n.3  
Trimestral  
ISSN 0103 8117

CDU 338 (813.8)

---

Impressão: EGBA  
Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., nº 435, 2º andar – CAB  
CEP: 41.745-002 – Salvador – Bahia  
Tel.: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 3116-1781  
[sei@sei.ba.gov.br](mailto:sei@sei.ba.gov.br)  
[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)



# SUMÁRIO

Apresentação	505		
<b>SEÇÃO 1: TEORIA DA POBREZA E CICLOS ECONÔMICOS</b>		<b>SEÇÃO 3: ANÁLISE DA POBREZA RURAL</b>	
A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações <i>Ana Márcia Rodrigues da Silva Fernanda Calasans C. Lacerda Henrique Dantas Neder</i>	509	A economia camponesa e a dinâmica agrária do estado da Bahia <i>Edilene de Jesus Santos</i>	631
Ciclo de negócios: uma investigação sobre a existência de ciclo comum <i>Thaís Lima Fraga Lessí Inês Farias Pinheiro</i>	529	Pobreza rural nordestina: o que há de novo no início deste novo século? <i>Luiz Honorato da Silva Júnior Yony Sampaio</i>	651
Uma discussão sobre a importância do turismo como uma estratégia para a redução da pobreza e da desigualdade na Bahia <i>Poema Isis Andrade de Souza</i>	549	Desigualdade de renda nas áreas rurais do nordeste e Brasil: uma análise dos programas de transferência de renda <i>Alexandre Navarro Fonseca Solange de Cássia Inforzato de Souza Carlos Roberto Ferreira</i>	665
Dinâmica e distribuição do capital humano no Nordeste no período de 1992 a 2007 <i>Diogo Brito Sobreira Áydano Ribeiro Leite Wellington Ribeiro Justo</i>	563	<b>SEÇÃO 4: POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA</b>	
<b>SEÇÃO 2: POBREZA E DESIGUALDADE</b>		Estudo comparativo entre o programa Bolsa Família no Brasil e o programa Oportunidades no México <i>Silvana Nunes de Queiroz Maria Alice Pestana de Aguiar Remy Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira</i>	681
Concentração de renda e escolaridade: qual é a relação com a pobreza no Nordeste do país? <i>Danyella Juliana Martins de Brito Roberta de Moraes Rocha</i>	583	Programas de transferência de renda como mecanismo de redução da pobreza: uma análise empírica <i>Marco Antônio Araújo Longuinhos Josias Alves Rondinaldo Silva das Almas</i>	701
Uma análise da evolução da pobreza e da desigualdade de renda urbana e rural do Nordeste no período de 2001 a 2009 <i>Daniella Medeiros Cavalcanti Jorge Luiz Mariano</i>	595	A contribuição das rendas do trabalho e dos programas de transferência de renda para a queda da desigualdade nas áreas urbana e rural do Brasil: 2004-2008 <i>João Bertoní Neto Solange de Cassia Inforzato de Souza Carlos Roberto Ferreira</i>	717
Distribuição de renda e pobreza no Brasil: uma análise de convergência espacial dos estados entre 1992 e 2009 <i>Juliana Carolina Frigo Baptistella Alexandre Lopes Gomes</i>	613		



# APRESENTAÇÃO

A pobreza é um tema interconectado com a questão do desenvolvimento econômico. O seu estudo tem avançado em direção a uma visão mais complexa do conceito e dos métodos de mensuração, repercutindo na formulação das políticas públicas que objetivam o seu enfrentamento.

Nos últimos anos, diversos países e organizações internacionais têm somado esforços com o intuito de encontrar soluções para a redução da pobreza. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu como primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio (ODM) a redução, pela metade, da miséria e da fome no mundo até o ano de 2015, o que contribuiu para colocar o tema da pobreza no centro das principais discussões sobre políticas públicas.

De maneira geral, ao se analisar as transformações ocorridas na sociedade mundial ao longo do tempo, especialmente a partir do século XX, nota-se que o crescimento econômico ocorrido na economia mundial não foi acompanhado de melhores condições de vida para parcela significativa da população, colaborando, em muitos casos, para o aumento da desigualdade econômica e social.

Por outro lado, não se pode negligenciar a relação entre o cenário econômico e a pobreza. Embora o crescimento econômico nem sempre seja seguido pela diminuição da pobreza, as experiências de diversos países mostram que a estagnação ou a recessão econômica resulta, na maioria das vezes, no agravamento da pobreza. Tal fato ressalta a importância de se considerar as diversas fases dos ciclos econômicos no estudo e no enfrentamento da pobreza. Buscar soluções para o problema da pobreza não é tarefa simples, e as dificuldades aparecem já na fase de conceituação do problema. No entanto, os problemas referentes à definição da linha de pobreza são ainda maiores sob a perspectiva multidimensional e são frequentemente citados como uma de suas grandes fragilidades.

Percebe-se, assim, que há um interesse crescente pelo estudo da pobreza. Mas o que parece ser uma característica peculiar do atual período é o direcionamento desses estudos para a fundamentação e construção de políticas públicas de combate à pobreza. Tais ações não se restringem às políticas que atuam diretamente sobre a redução da pobreza, mas objetivam também aquelas que diminuem a vulnerabilidade do indivíduo à pobreza, isto é, o risco de pobreza.

Nesse sentido, o presente volume da revista *Bahia Análise & Dados – Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos* expõe um conjunto de questões relativas à pobreza, objeto de particular discussão de pesquisadores sociais e econômicos no Brasil. São elas: as contradições no conceito de pobreza; as relações entre a desigualdade na distribuição de renda, a educação e o capital humano; os impactos das políticas públicas de transferência de renda no país, nas regiões e nas unidades federativas e o papel dessas políticas no mundo rural.





# Seção 1: Teoria da Pobreza e Ciclos Econômicos



# A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações

Ana Márcia Rodrigues da Silva\*

Fernanda Calasans C. Lacerda\*\*

Henrique Dantas Neder\*\*\*

\* Doutoranda e mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).  
anamarcia@ufu.br, anamarciarodrigues@hotmail.com, anamarciarodrigues@gmail.com

\*\* Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). fecalans@gmail.com, fecalans@uol.com.br

\*\*\* Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). hdneder@ufu.br, hdneder@gmail.com

## Resumo

A pobreza é muito complexa para ser restrita à insuficiência de renda. Este é um problema multidimensional que se expressa em termos de deficiência de capacitações básicas e insatisfação de necessidades humanas. O artigo proposto objetiva tratar da trajetória evolutiva do estudo da pobreza, com especial atenção para o período mais recente, enfatizando a necessidade de se ampliar o foco de investigação para além da insuficiência de renda e de se considerar a multidimensionalidade da pobreza na elaboração das políticas que objetivem o seu combate. Com o propósito de tornar mais perceptível essa evolução no estudo sobre a pobreza, selecionaram-se três abordagens de análise: a abordagem unidimensional monetária; a abordagem das necessidades básicas; e a abordagem das capacitações. Por fim, reforça-se a importância da realização de análises e pesquisas que considerem a multidimensionalidade da pobreza.

**Palavras-chaves:** Pobreza multidimensional. Necessidades básicas. Capacitações.

## Abstract

Poverty is too complex to be restricted to insufficient income. This is a multidimensional problem that is expressed in terms of basic capabilities deficiencies and dissatisfaction of human needs. The proposed article aims to address the evolutionary trajectory of the study of poverty, with special attention to the most recent period, emphasizing the need to broaden the focus of research beyond the income deficit and to consider the multidimensional nature of poverty in policy that aim at combating them. To the effect to become the more noticeable the evolution in the study on poverty, three approaches have been selected for analysis: one-dimensional monetary approach, the basic needs approach, and the capabilities approach. Finally, it reinforces the importance of analysis and research to consider the multidimensionality of poverty.

**Key words:** Multidimensional poverty. Basic needs. Capabilities.

## INTRODUÇÃO

A pobreza não é um tema novo para as ciências sociais aplicadas, haja vista que ela é facilmente identificada em qualquer período da história. Na ciência econômica, esse tema já estava presente no trabalho original de Adam Smith e, desde então, tem sido abordado, de maneira tangencial ou aprofundada, por diversas correntes do pensamento econômico. A partir dos anos 1960, com a intensificação do debate sobre o processo de crescimento e desenvolvimento econômico dos diversos países, o estudo da pobreza adquiriu expressividade dentro dessa ciência, tornando-se uma área de pesquisa específica.

Ainda nos anos iniciais desse período, o conceito de pobreza como insuficiência de renda se fortaleceu. Com base nessa definição, a eliminação da pobreza ocorreria no momento em que a renda dos consumidores aumentasse até o nível de bem-estar mínimo. Esse nível, definido como a linha de pobreza, é o que separa os indivíduos pobres dos não pobres.

Os resultados do processo de crescimento econômico verificado em alguns países do Terceiro Mundo durante as décadas de 1960 e 1970 levaram a questionar a relação de causalidade existente entre o aumento da renda e a eliminação da pobreza. Estava, dessa forma, aberto o espaço para o desenvolvimento de novas abordagens de estudo da pobreza que considerassem outras dimensões que não apenas a dimensão monetária.

São encontrados avanços na literatura nacional e internacional para se tratar a pobreza em sua abrangência multidimensional. Contudo, essa literatura ainda é recente, com poucas contribuições no contexto mundial, bem como no cenário brasileiro. A maioria dos estudos da pobreza ainda está voltada à abordagem que se apoia no utilitarismo, segundo a qual a renda (ou consumo) é a melhor represen-

tante do bem-estar. As ideias de desenvolvimento com equidade e justiça estão pouco presentes na teoria econômica tradicional, que privilegia, acima de tudo, o crescimento econômico.

### **A maioria dos estudos da pobreza ainda está voltada à abordagem que se apoia no utilitarismo, segundo a qual a renda (ou consumo) é a melhor representante do bem-estar**

Neste ponto, as teorias das capacitações e das necessidades humanas são importantes por acreditarem que o desenvolvimento de uma vida digna não se restringe ao mero crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O bem-estar das pessoas não pode estar ligado apenas a sua felicidade, preferências ou escolhas. Por conseguinte, é intrinsecamente multidimensional e se relaciona às aptidões dos indivíduos em ter determinado tipo de vida. Segundo essas óticas, a pobreza é uma deficiência de capacitações básicas ou insatisfação das necessidades humanas básicas.

Diante disso, este trabalho objetiva tratar da trajetória evolutiva do estudo da pobreza, com especial atenção para o período mais recente. Essa trajetória está fortemente vinculada com a ampliação do conceito de desenvolvimento econômico como o processo capaz de promover melhorias econômicas e sociais para a população, através da ampliação de suas oportunidades de escolhas, redução das desigualdades socioeconômicas e eliminação da pobreza. Assim, enfatiza-se a necessidade de se ampliar o foco de investigação para além da insuficiência de renda e de se considerar a multidimensionalidade da pobreza na elaboração das políticas que objetivem o seu combate.

Para tanto, dividiu-se o trabalho em quatro seções, incluindo esta introdução. Na próxima seção, expõem-se brevemente os argumentos da abordagem unidimensional da pobreza, calcada no utilitarismo neoclássico, seguidos das limitações presentes nessa visão estritamente monetária da pobreza e evidenciando seu predomínio nos estudos sobre o tema.

A terceira seção trata da abordagem multidimensional da pobreza. Inicialmente, são apresen-

tados os principais argumentos da abordagem das necessidades básicas, ressaltando algumas diferenças na definição dessas necessidades durante três estágios de desenvolvimento dessa abordagem. Em seguida, o foco passa a ser a abordagem das capacitações, considerada uma visão inovadora a respeito do desenvolvimento e da pobreza. A última subseção destaca as diferenças e similaridades entre as duas abordagens multidimensionais tratadas.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, reforçando a importância da realização de análises e pesquisas, bem como da elaboração de políticas públicas que considerem a multidimensionalidade da pobreza.

### LIMITAÇÕES DA VISÃO UNIDIMENSIONAL DA POBREZA

O final do século XIX e começo do século XX foi o período em que se iniciaram os estudos científicos sobre a pobreza. Esses primeiros estudos se caracterizaram por uma definição de pobreza associada à ideia de subsistência. O conceito de subsistência era baseado nas necessidades nutricionais mínimas requeridas para a manutenção da eficiência física do indivíduo ou família, dependendo da unidade de análise adotada.

Os estudiosos pioneiros da pobreza com base em uma única dimensão foram Booth, no século XIX, e Rowntree, no século XX (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; MACHADO, 2006; ROCHA, 2003; SEN, 1983c). Sobre estes dois autores, três elementos centrais ainda partilham opiniões da maioria dos economistas na atualidade. “*First, they believed their assessment was an objective one [...]. Secondly, their assessment was an external one [...]. Thirdly, they took an individualistic view of poverty [...]*” (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003, p. 8). Desde então, o número de estudos que adotam a perspectiva monetária da pobreza tem crescido, transformando essa abordagem em uma das mais utilizadas na análise do tema.

Essa visão da pobreza encontra forte respaldo na teoria econômica tradicional (ou neoclássica) e é fundamentada no pensamento utilitarista. De acordo com esse pensamento, “a ‘utilidade’ de uma pessoa é representada por alguma medida de seu prazer ou felicidade” (SEN, 2000, p. 77), implicando uma noção de valor baseada somente na utilidade individual, definida em termos subjetivos (SEN, 2001, p. 94). O indivíduo é considerado como um consumidor cujo comportamento visa à maximização dessa utilidade, sendo que os seus gastos em consumo refletem a utilidade que as mercadorias consumidas geram para ele. O seu bem-estar individual é definido com base na sua função consumo (LADERCHI, 1997) e, por extensão, o bem-estar social é a maximização da soma das utilidades, ou a função consumo total.

É dessa forma que a renda, ou consumo, aparece como indicador exclusivo de bem-estar. A pobreza é entendida como insuficiência de renda (consumo), que impede o indivíduo de alcançar um nível mínimo de bem-estar que maximiza a utilidade total. Conforme apontado por Laderchi, Saith e Stewart (2003, p.7), a validade dessa abordagem depende, em parte, de algum desses pontos: “*Whether utility is an adequate definition of well-being; whether monetary expenditure is a satisfactory measure of utility; whether a short-fall in utility encompasses all we mean by poverty; the justification for a particular poverty line*”.

A identificação dos pobres por insuficiência de renda (consumo) utiliza como critério a linha de pobreza monetária. Esta linha “[...] pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA; 2000, p. 22). Entretanto, o valor dessa linha tem sido alvo de forte debate entre os adeptos dessa abordagem, não existindo uma uniformidade de opiniões sobre o assunto<sup>1</sup>. Há

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre o debate acerca de definição de linhas de pobreza baseadas na renda e/ou consumo, ver Rocha (2000, 2003); Reddy (2008); Ravallion (2008); Pogge (2008).

os que defendem o uso de uma linha de pobreza absoluta, baseada nas necessidades mínimas de sobrevivência, bem como os que defendem a definição de uma linha de pobreza relativa, baseada nas condições de vida predominantes na sociedade a ser analisada.

Em meio ao conceito de linha de pobreza absoluta aparece também o conceito de linha de indigência, referindo-se às necessidades nutricionais mínimas que garantem as condições vitais do indivíduo. Os indivíduos cuja renda é inferior ao valor da linha de indigência encontram-se na situação de pobreza extrema. No geral, o valor da linha de pobreza absoluta monetária é um múltiplo da linha de indigência: calcula-se o gasto alimentar – a partir das necessidades nutricionais mínimas – e, então, multiplica-se o valor desse gasto por determinado multiplicador, sendo que este multiplicador pode ser definido de várias maneiras<sup>2</sup>.

Sob a perspectiva monetária, a etapa de agregação da pobreza se caracteriza pela sofisticação quantitativa dos instrumentos de medida utilizados, tentando aproveitar os avanços obtidos nos últimos anos na área da econometria. Segundo Grusky e Kanbur (2004), o período de 1970-1985 foi caracterizado por uma intensa “efervescência conceitual” (*conceptual ferment*) no que diz respeito à mensuração da pobreza. Nesse período, foram formulados alguns dos índices mais utilizados pela abordagem monetária da pobreza e que ainda hoje servem de referência para a elaboração de medidas de pobreza, tais como o índice de Sen (SEN, 1976) e a família de índices FGT (FOSTER; GREER; THORBECKE; 1984). Até então, os índices mais usados eram o *headcount* (índice H) e o *income gap* (índice I)<sup>3</sup>.

Em que pesem esses aprimoramentos metodológicos de mensuração da pobreza, a abordagem monetária apresenta uma importante característi-

ca: a unidimensionalidade. E essa característica resulta em sérias implicações teóricas e, conseqüentemente, políticas.

A literatura econômica convencional ainda adota uma perspectiva individualista e não consegue analisar o indivíduo dentro de um contexto social, sendo a multidimensionalidade um conceito ainda distante da análise de pobreza entre os economistas do *mainstream* (GRUSKY; KANBUR, 2004). Quando muito, sugerem o desenvolvimento de capacidades, mas apenas como meio de aumentar a produtividade e, portanto, a renda entre os pobres (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003, p. 27).

Admitir a exclusividade da renda como a mais adequada *proxy* de bem-estar é ignorar outras dimensões que influenciam o bem-estar, seja do indivíduo, da família, da comunidade, região ou país. A extensão dessa exclusividade para o estudo da pobreza produz uma simplificação do debate que já não pode mais ser aceita. As mudanças sociais, políticas e econômicas testemunhadas no decorrer do século XX e seus efeitos para as diversas populações ao redor do mundo induzem, no mínimo, ao questionamento sobre a aplicabilidade dessa variável como medida primeira de bem-estar.

Esse questionamento atinge frontalmente a teoria econômica clássica do bem-estar e do crescimento econômico, segundo a qual países pobres, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento deveriam buscar o crescimento econômico – entendido como condição suficiente – para que o aumento na renda doméstica eliminasse a pobreza interna, tão característica desses países. A realidade é que crescimento econômico e/ou PIB per capita elevado não podem ser vistos como meios suficientes para melhorar a vida das pessoas (SEN, 2003).

Segundo Kuklys (2005), há uma dificuldade em incorporar à abordagem monetária da pobreza os bens que não passam pelo mercado privado e que, portanto, não têm seus preços definidos neste mercado. Esses bens podem ser não monetários (autoconsumo, bens públicos, doações etc.), mas influenciam diretamente no nível de bem-estar dos

<sup>2</sup> Segundo Rocha (2000), diferentes autores atribuem valores distintos para esse multiplicador. Por exemplo, a Cepa adota o multiplicador de 2 para o Brasil, enquanto outros trabalhos utilizam o inverso do coeficiente de Engel (relação entre as despesas alimentares e a despesas totais) como multiplicador (ibidem, p. 117).

<sup>3</sup> Sobre essas medidas de pobreza, ver Hoffmann (1998).

indivíduos. Para Salama e Destremau (1999, p. 49), “[...] se não levarmos em consideração estas exceções, uma definição da pobreza limitada a um patamar de rendimento monetário será restritiva e, por conseguinte, insuficiente”.

A heterogeneidade entre os indivíduos não é levada em consideração nessa abordagem, sendo que essas diferenças são vistas apenas em termos de suas restrições orçamentárias. A utilidade gerada/provocada por determinado nível de renda depende de circunstâncias diversas e, por isso, varia muito de pessoa para pessoa. Algumas fontes de variação da base material (composta por renda e mercadorias) de bem-estar entre os indivíduos são: heterogeneidades pessoais; diversidades ambientais, variações no clima social; diferenças de perspectivas relativas – as necessidades de mercadorias entre comunidades dependem de convenções e costumes – e distribuição intrafamiliar (SEN, 2000).

A questão da heterogeneidade está associada também à negligência quanto ao valor intrínseco do ato de escolha. Este valor se constitui de dois elementos: o ato de escolha em si e a quantidade de opções existentes no ato de escolha. Na abordagem tradicional, as perdas de liberdade de escolha (ou seja, a quantidade de opções) não se refletem na mensuração do nível de bem-estar individual (KUKLYS, 2005).

Com relação às implicações políticas, estas são de grande relevância. O enfoque exclusivista monetário da pobreza limita as ações voltadas à redução da pobreza às políticas de transferência de renda e elevação do PIB per capita. Não se trata de dizer que essas são políticas que não devam ser realizadas, mas de compreender que, embora necessárias, elas não são suficientes. Como resultado, “[...] os debates sobre políticas realmente têm sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como

desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social” (SEN, 2000, p. 131).

O crescimento econômico aparece frequentemente como o maior objetivo do planejamento e execução de políticas. No entanto, apesar de se reconhecer a importância de seu acontecimento, é necessário atentar para até que nível pode-se considerá-lo como objetivo principal (SEN, 2003). Ele não pode ser confundido

com o desenvolvimento socioeconômico, entendido como o processo capaz de promover melhorias econômicas e sociais para a população, ampliando suas oportunidades de escolhas e reduzindo as desigualdades socioeconômicas.

As recomendações de políticas feitas pelos adeptos dessa abordagem de estudo da pobreza são, em sua quase totalidade, focalizadas (em indivíduos considerados em extrema pobreza por renda) e tendem a aniquilar o caráter universalista das políticas sociais. O provimento de bens e serviços por parte do Estado é criticado, defendendo-se a premissa clássica de livre funcionamento dos mercados para garantir a sua eficiência máxima e, assim, promover o crescimento econômico e a redução da pobreza (GUIMARÃES, 2003).

Ao restringir a pobreza a um indicador monetário, comumente a renda, segundo Salama e Destremau (1999), pode-se incorrer no risco de superestimar a pobreza, especialmente a pobreza rural. De acordo com Neder (2008), para as áreas rurais, os indicadores de pobreza estritamente baseados na condição de insuficiência de renda tendem a superestimar a quantidade de pessoas e domicílios pobres, na medida em que não consideram o valor dos rendimentos de autoconsumo.

É notório que o enfoque monetário não observa os efeitos externos produzidos pelo Estado, como transportes públicos, seguridade etc. Além disso, é importante ressaltar que a renda é um fluxo e não um estoque de riqueza. Uma medida de estoque seria

**Ao restringir a pobreza a um indicador monetário, comumente a renda, segundo Salama e Destremau, pode-se incorrer no risco de superestimar a pobreza, especialmente a pobreza rural**

mais adequada para avaliar o nível de pobreza e de privações materiais (SALAMA; DESTREMAU; 1999).

Da mesma forma, utilizando-se estritamente indicadores monetários, pode-se incorrer no erro de subestimar a pobreza como um todo. De acordo com Sen (2000), a pobreza pode ser mais ampla do que pode parecer no âmbito da renda.

Além disso, o utilitarismo representado pela renda não consegue captar o interesse geral das condições de igualdade, tendo em vista as diversidades existentes entre os seres humanos. Assim, é atacado por sua despreocupação com as desigualdades na distribuição de utilidades (SEN, 1980). Reduzir as desigualdades a essa dimensão negligencia outros modos de vê-las, assim como os meios para se chegar à equidade.

A renda exprime apenas uma margem parcial das diversas formas da vida humana. Recursos monetários não podem ser indicadores críveis, devido às diferenças que os indivíduos enfrentam para transformá-los em realizações (SEN, 1997). É preciso levar em conta o fato de algumas pessoas necessitarem de mais recursos que outras para obterem os mesmos resultados (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003).

O uso de mais de uma dimensão na análise de pobreza pode ser justificado, porque mesmo o melhor indicador fundamentado na renda, na prática, pode ser considerado incompleto e conduzir a uma imprecisão na estimativa da pobreza (DIAZ, 2003).

De tudo o que foi exposto, nota-se que a análise da pobreza pode começar com as informações sobre renda, mas não deve terminar nelas apenas (SEN, 2000). A abordagem monetária da pobreza tende a minimizá-la, induzindo a uma simplificação do debate sobre suas causas e seus efeitos. O enfoque multidimensional se constitui em um avanço para o pensamento científico da pobreza justamente por ampliar a visão e as discussões sobre

o assunto, com consequências importantes para o planejamento, execução e sucesso das políticas.

## A POBREZA MULTIDIMENSIONAL

### **O enfoque multidimensional se constitui em um avanço para o pensamento científico da pobreza justamente por ampliar a visão e as discussões sobre o assunto, com consequências importantes para o planejamento, execução e sucesso das políticas**

Ao discutir o enfoque multidimensional para a pobreza, duas grandes abordagens se destacam: necessidades humanas e capacitações. Tais abordagens possuem relevância dentro desta discussão, especialmente por se constituírem em enfoques

não utilitaristas da pobreza. Esta discussão será apresentada nas subseções que se seguem.

#### **Pobreza: necessidades humanas insatisfeitas**

A teoria das necessidades humanas tem sua origem nas contribuições de diferentes campos do pensamento acadêmico, o que resulta na diversidade de definições e argumentos existentes. Bagolin e Ávila (2006) ressaltam que a teoria das necessidades humanas pode ser dividida em três estágios. No primeiro, as necessidades humanas são entendidas como requerimentos naturais e espontâneos ou precondições morais, necessidades culturais ou de sobrevivência.

Contudo, de acordo com Pereira (2006), o conceito de necessidades naturais as identifica com a dimensão biológica, reduzindo-as a necessidades vitais ou de sobrevivência. Com esse significado, estas necessidades são as mesmas que as dos animais e não exigem mais que um mínimo para o seu atendimento. Além disso, é importante notar que, nas sociedades pré-capitalistas, estas necessidades sempre estiveram garantidas. No entanto, no capitalismo, ou seja, na fase avançada de desenvolvimento científico e tecnológico, elas nunca foram resolvidas.

Sendo assim, da preocupação com a remoção das privações que atingem grandes massas po-

pulacionais, surgiram as discussões da conhecida teoria das necessidades básicas (STREETEN *et al*, 1981). Este é o segundo estágio da teoria das necessidades humanas. Esta abordagem surgiu como um contra-argumento à ênfase na capacidade do crescimento econômico em promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza nos países do chamado Terceiro Mundo. Constitui-se, portanto, nos primeiros questionamentos sobre o poder do crescimento econômico como medida do progresso social.

Sua origem pode ser datada em meados dos anos de 1940, mas é somente nas décadas de 1960 e 1970 que ela ganha espaço, alcançando o seu auge na segunda metade dos anos de 1970, quando passa a dominar as políticas de desenvolvimento sugeridas por algumas organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial (STEWART, 2006; STREETEN *et al*, 1981).

Em linhas gerais, de acordo com essa abordagem, o objetivo primeiro do desenvolvimento deveria ser a satisfação das necessidades básicas. As políticas implantadas nos países pobres ou em desenvolvimento no período pós-Segunda Guerra elevaram, em sua maioria, as taxas de crescimento econômico desses países, mas não tiveram o mesmo efeito do ponto de vista distributivo e nem foram capazes de reduzir a pobreza. Como resultado, ocorreu uma expansão no número absoluto de pessoas pobres, aumento do desemprego e concentração de renda.

As primeiras reflexões sobre tais problemas apontaram o desemprego como a principal causa para o crescimento da pobreza, levando alguns a afirmarem que a expansão do emprego deveria ser o objetivo primordial do desenvolvimento. Esse argumento foi apresentado pela OIT em 1976, recomendando o destronamento do produto nacio-

**As primeiras reflexões sobre tais problemas apontaram o desemprego como a principal causa para o crescimento da pobreza, levando alguns a afirmarem que a expansão do emprego deveria ser o objetivo primordial do desenvolvimento**

nal bruto (PNB) como medida de desenvolvimento (STEWART, 2006). Contudo, logo se percebeu que o desemprego não era a principal causa para o crescimento da pobreza, e o foco foi redirecionado para a renda dos pobres. O crescimento continuaria sendo estimulado, mas os resultados deveriam ser distribuídos também entre os pobres. Esta era a visão defendida pelo Banco Mundial em 1979 (STEWART, 2006).

No entanto, as condições em que se encontravam as populações pobres exigiam que medidas urgentes fossem tomadas. Sob o entendimento de que os pobres não necessitavam somente de renda, mas da satisfação de necessidades que dariam oportunidade de levar uma vida plena, a abordagem das necessidades básicas chamou a atenção para o que deveria ser a preocupação fundamental do desenvolvimento: os seres humanos e suas necessidades (STREETEN *et al*, 1981). Para Streeten e Burki (1978, p. 412):

*The evolution from growth as the principal performance criterion, via employment and redistribution, to basic needs is an evolution from abstract to concrete objectives, from a preoccupation with means to a renewed awareness of ends, and from a double negative (reducing unemployment) to a positive (meeting basic needs).*

Nesta segunda fase, as necessidades básicas são conceituadas como o mínimo necessário à sobrevivência, ou seja, as necessidades fisiológicas e o acesso aos bens e serviços públicos. Isto inclui alimentação, casa, vestuário adequado, móveis, assim como água potável, coleta de lixo, esgoto, serviços sanitários, transporte, educação etc.

Desta forma, argumenta-se que os pobres não precisam apenas de renda, mas de bens e serviços básicos. Recursos monetários podem não ser suficientes para assegurar uma oferta adequada de bens e serviços, porque elementos centrais como

serviços de saúde, educação e oferta de boa água dependem da provisão pública e não apenas de renda privada (STEWART, 2006).

Apesar disso, este estágio das necessidades humanas é criticado, haja vista que, segundo Bagolin e Ávila (2006), a ideia original de necessidades foi distorcida e se centrou muito mais na promoção de recursos e na posse de *commodities* que em certos aspectos essenciais das necessidades humanas.

Uma minoria concebe as necessidades básicas como um fenômeno objetivo e universal. Nesse sentido, convém destacar o papel da nova teoria das necessidades humanas, cujo enfoque está na conotação ampla da ideia de necessidades. Este é o terceiro estágio das necessidades humanas, que merece grande ênfase ao se discutir o aspecto multidimensional da pobreza.

De maneira geral, a análise relativista pura da pobreza parece não ser condizente com o conceito de necessidades humanas adotado por essa abordagem. Análises da pobreza pautadas no relativismo e, conseqüentemente, na afirmação de que não existem necessidades universais resultam do emprego de uma definição de necessidades básicas que se distancia do objetivo principal dessa abordagem<sup>4</sup>.

Em contraste à teoria utilitarista, Doyal e Gough (1991) discutem o caráter universal das necessidades humanas. Sendo assim, para estes autores, os seres humanos, em todos os tempos, lugares e culturas, possuem necessidades comuns. Ao defender a universalidade e a objetividade dessas necessidades para além das diferenças culturais e históricas, pressupõe-se que, embora sua satisfação possa variar, estas necessidades são as mesmas para todas as pessoas em toda parte.

Com base nesse pensamento, merece atenção o papel da provisão social, que não deve ser manipulada de modo a se constituir em um instrumento de reprodução da pobreza ou como uma escrava desta.

Seguindo o raciocínio sobre o caráter universal das necessidades humanas e associando-o a esta ideia de rejeição da opinião baseada em preferências, verifica-se que as necessidades humanas são objetivas porque sua especificação teórica e empírica é independente de preferências ou desejos. E são universais porque a sua insatisfação provoca os mesmos prejuízos em qualquer cultura.

Há, por conseguinte, dois conjuntos de necessidades humanas básicas e universais: saúde física e autonomia. Elas são precondições para que se obtenham os objetivos fundamentais de participação social, destarte, não são um fim em si mesmas. Assim, saúde física é uma necessidade básica porque sem ela os homens estarão impedidos de viver. Da mesma forma é a autonomia, por ser capaz de libertar o indivíduo da opressão, miséria e desamparo (PEREIRA, 2006).

Saúde física e autonomia devem ser realizadas em um ambiente coletivo, envolvendo os poderes públicos e a participação da sociedade. Isso porque se precisa almejar a consolidação dos direitos de todos, independentemente de terem suas necessidades básicas atendidas e otimizadas.

Doyal e Gough (1991) destacam o papel da saúde física como a categoria mais básica para que se permita a participação visando à libertação humana da opressão, especialmente da pobreza. Deste modo, para que o êxito público dos indivíduos se desenvolva, é necessário que participem livremente nas diversas esferas da vida, isto é, sem limitações às suas escolhas. Níveis superiores de saúde física propiciam às pessoas maior esperança e qualidade de vida.

Quanto à autonomia, está relacionada com a liberdade das pessoas. Portanto, designa a capacidade dos seres humanos de selecionarem objetivos e crenças, valorá-los e responsabilizarem-se por suas disposições e ações. A respeito da noção de autonomia tem-se “[...] em última instância, a defesa da democracia como recurso capaz de livrar os indivíduos não só da opressão sobre suas liberdades [...] mas também da miséria e do desamparo” (PE-

<sup>4</sup> Para exemplos de algumas definições relativistas de necessidades básicas, ver Pereira (2006) e Doyal e Gough (1991).

REIRA, 2006, p. 70). Desta maneira, a autonomia é importante porque concede ao indivíduo a capacidade de agência, que o propicia “considerar-se a si mesmo” ou ser reconhecido por outra pessoa.

Apesar de as necessidades humanas serem comuns a todas as pessoas, a sua satisfação não é necessariamente uniforme, sendo, portanto, relativa.

[...] as necessidades de alimentação e alojamento são próprias de todos os povos, porém há uma diversidade quase infinita de métodos de cozinhar e de tipos de habitação que são capazes de satisfazer qualquer definição específica de nutrição e abrigo contra as intempéries (DOYAL; GOUGH, 1991, apud PEREIRA, 2006, p. 75).

Mesmo assim, Doyal e Gough (1991) ressaltam necessidades intermediárias, ou *satisfiers* (satisfatores) de escopo universal que contribuem para a saúde física e autonomia e permitem aos seres humanos a participação nas esferas da vida e cultura. Estas necessidades intermediárias são: alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança econômica; educação apropriada; e segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto.

Destas 10 necessidades, verifica-se que duas são referentes a mulheres e crianças. A proteção à infância está fundamentada no reconhecimento da importância de uma infância segura para o desenvolvimento da autonomia e da personalidade. Quanto às mulheres, a satisfação da necessidade intermediária que as envolve diretamente é crucial para saúde e a autonomia de grande parte da espécie humana.

Tendo em mente a existência de grupos particulares sujeitos a problemas que colocam em risco a sua integridade física e a sua autonomia, os autores

reconhecem que tais grupos demandam necessidades intermediárias específicas. Isto possibilitará o desenvolvimento destas pessoas como cidadãos em situações peculiares. O que se pode concluir sobre

### **A pobreza aqui pode ser traduzida como a não satisfação das necessidades humanas básicas**

as necessidades intermediárias é que o seu atendimento individual complementar a satisfação das necessidades humanas básicas, propiciando

a participação e a libertação dos seres humanos de todas as formas de opressão.

Fica evidente que o enfoque nas necessidades humanas básicas vincula-se à concretização de direitos. Deste modo, o combate à pobreza deve estar voltado para atender o caráter objetivo e universal das necessidades humanas. Para tanto, a provisão social tem que deixar de ser mínima para ser básica e, então, agir eficazmente no combate à pobreza.

A pobreza aqui pode ser traduzida como a não satisfação das necessidades humanas básicas. A satisfação otimizada das necessidades é defendida por aqueles que acreditam que a vida dos pobres deve ser melhorada. Tendo em vista que as necessidades humanas podem ser propiciadas por um conjunto de necessidades intermediárias, podendo estas ser específicas, a pobreza também pode ser vista como insatisfação destas últimas, uma vez que, empiricamente, este é um critério plausível de ser empregado.

Destacando-se o papel da política social como instrumento capaz de propiciar o desenvolvimento dos seres humanos como cidadãos, verifica-se que, em contrapartida a esta proposição, a noção de padrão mínimo imposto pelo ideário vigente denota, como ressalta Gough (2001), o conflito existente entre as necessidades do capital e as necessidades das pessoas. Segundo o autor, a liberalização financeira em 1980 e 1990 expandiu o poder do capital sobre o Estado e os cidadãos. Esta ideia de mínimos sociais imposta pela ideologia neoliberal recusa as políticas sociais como meios de construção de cidadania e como conseqüente meio de redução da pobreza.

Influenciados por estes conceitos vigentes, muitos autores têm utilizado o subjetivismo e o relativismo para se referir às necessidades humanas básicas. Esses autores sugerem que elas sejam abandonadas a cargo do mercado, o que, de uma maneira ou de outra, tende a favorecer as necessidades do capital em detrimento às necessidades humanas.

Em contrapartida, existem os que defendem que aqueles que não desfrutam de bens ou serviços básicos ou essenciais sob a forma de direitos não estão aptos a se desenvolver como seres humanos informados e críticos. Os adeptos da abordagem moderna das necessidades humanas básicas (terceiro estágio) enfatizam que as necessidades básicas devem incluir aspectos materiais e não materiais que possibilitem a realização de uma vida plena, considerando o atendimento a essas necessidades como direitos humanos. É esta a definição que se tornou uma das bases da teoria do desenvolvimento humano.

A preocupação dessa abordagem é muito mais na qualificação da pobreza do que na sua quantificação. Os pobres são frequentemente identificados com base nas suas rendas, e a linha de pobreza utilizada varia muito. Mas há o entendimento de que este não é um critério suficiente. A ele deve ser somada a satisfação de necessidades básicas, tais como educação, saúde, nutrição, saneamento, moradia, acesso à água tratada, entre outros. Assim, essa abordagem introduz a multidimensionalidade nos estudos da pobreza e do desenvolvimento, sendo a sua contribuição inquestionável.

### Abordagem das capacitações

Os trabalhos do economista Amartya Sen no final da década de 1970 e início dos anos 1980 se constituem no ponto de partida da formulação da abordagem das capacitações (ou *capability approach*). O escopo dessa abordagem não se restringe à análise da pobreza, trazendo contribuições importantes para a teoria do bem-estar social e para a teoria do desenvolvimento socioeconômico, particularmente

porque analisa o desenvolvimento a partir do princípio da igualdade e das liberdades substantivas.

Segundo esta abordagem, o êxito da sociedade deve ser avaliado a partir das liberdades desfrutadas por seus membros. A liberdade é “[...] o determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (SEN, 2000, p. 33), estando relacionada ao aspecto da condição de agente (*agency aspect*) do indivíduo, entendido como sujeito ativo e capaz de provocar mudanças. Por isso, a liberdade é “[...] o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 52) e não pode ser restrita à promoção de produção, renda elevada, consumo elevado, ou mesmo quaisquer variáveis que se relacionem ao crescimento econômico.

O papel instrumental da liberdade como meio refere-se ao que contribui para a expansão da liberdade humana – direitos, oportunidades, *entitlements*. Estes últimos podem ser entendidos como um conjunto de *commodities* alternativas que uma pessoa pode comandar na sociedade usando a totalidade dos seus direitos e oportunidades (SEN, 1981, 1983a). As liberdades instrumentais devem atuar em conjunto, e suas consequências geralmente não se restringem a uma delas. Entre essas liberdades estão: liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora (SEN, 2000, p. 55).

Para Salama e Destremau (1999, p.77), o pensamento de Sen se inscreve

[...] sem ambiguidade no campo de uma reflexão sobre a justiça social, sobre a igualdade e as desigualdades, o que leva a colocar o problema da pobreza numa perspectiva que, sem negar os fatores econômicos, dá importância às conotações legais, às implicações políticas e à sua pertinência social.

Trata-se, assim, de um enfoque distinto daquele adotado pela abordagem monetária da pobreza, rejeitando o utilitarismo como medida de bem-estar e a maximização da utilidade como hipótese comportamental (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003). A riqueza é útil na medida em que fornece condições

para realizar determinados tipos de liberdades. Mas ela não é algo exclusivo que permite a realização das liberdades: “É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação das nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita dessa relação” (SEN, 2000, p. 28).

O espaço de avaliação nessa abordagem é em termos de *functionings*<sup>5</sup> e capacitações. O bem-estar de um indivíduo é medido em função da qualidade do estado em que este indivíduo se encontra. Segundo Sen (2001, p. 79), “[...] a asserção é de que os funcionamentos [*functionings*] são constitutivos do ‘estado’ (*being*) de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes”. Assim, *functionings* são atividades ou estados de existência de um indivíduo, relacionados à saúde, moradia, alimentação, liberdade, dentre outros.

A definição de capacitação deriva dessa noção: “*It reflects the various combinations of functionings (doings and beings) he or she can achieve*” (SEN, 2003, p. 5). Dessa forma, capacitação consiste num conjunto de vetores de *functionings*, refletindo a liberdade substantiva da pessoa para levar um tipo de vida que ela valoriza<sup>6</sup>.

A abordagem das capacitações opera claramente em dois níveis (KUKLYS, 2005). O primeiro refere-se à realização de bem-estar que é medido em termos de funcionamentos. O segundo diz respeito ao potencial de bem-estar que é estimado em termos de capacitações. Assim, as capacitações são efetivos meios para a liberdade, ao passo que os funcionamentos são os resultados alcançados.

A mensuração do bem-estar baseada nos conceitos de *functionings* e capacitações permite que esta abordagem não se omita quanto ao impacto de bens e serviços não monetários sobre o bem-estar. De acordo com Kuklyk (2005, p. 5),

[...] *welfare measurement in the functionings space takes into account the presence of non-market goods and services in an economy, home production, and adjusts for non-monetary constraints in decision making, because functionings are outcome-based (as opposed to resource-based) welfare measures.*

A visão utilitarista do bem-estar é criticada por ser vulnerável às condições mentais e às preferências adaptativas (SEN, 1980). Além disso, esta perspectiva subjetivista, que tem sido excessivamente empregada, pode ser muito enganosa, por não refletir corretamente a real privação de uma pessoa (SEN, 1990). Utilidade e bem-estar não devem ser vistos como equivalentes, pois este tipo de bem-estar não pode ser considerado como a única coisa relevante (SEN, 1979, 1980, 1983b, 1990, 1993, 1999, 2003).

A ênfase nos resultados que caracterizam a qualidade de vida do indivíduo é um outro ponto que diferencia esta abordagem da abordagem monetária, justamente por incluir, na análise, indicadores não monetários.

Sob a perspectiva multidimensional das capacitações, a pobreza deve ser entendida como privação das capacitações básicas. Segundo Sen (2001, p. 173), “[...] os funcionamentos relevantes para esta análise podem variar desde os físicos elementares [...] até realizações sociais mais complexas tais como tomar parte na vida da comunidade [...]”. A realização de funcionamentos depende não somente da posse de *commodities*, mas também da disponibilidade de bens públicos e da possibilidade de utilizar bens privados livremente. Isto porque ter boa saúde, estar bem nutrido, ser alfabetizado depende naturalmente de provisões públicas como serviços de saúde, facilidades médicas, organizações educacionais, entre outras (SEN, 1988).

Nota-se que a ênfase dessa definição de pobreza é mais na adequação dos recursos – monetários ou não – para realizar certas capacitações do que na suficiência desses recursos (LADERCHI; SAI-TH; STEWART, 2003).

<sup>5</sup> Optou-se por utilizar o termo originalmente em inglês para evitar interpretações equivocadas quanto à definição dos *functionings*.

<sup>6</sup> De acordo com alguns autores, esta seria uma definição mais aplicada ao conceito de *capability set* (CLARK, 2006; COMIM, 2001). Mas optamos por utilizar a definição mais abrangente e geral do próprio Sen para conceituar capacitação.

Assim, a análise da pobreza por esse enfoque permite a concentração em privações intrinsecamente importantes, além do reconhecimento de outras influências sobre a privação de capacidades, que não exclusivamente a renda. Convém ressaltar que

[...] a perspectiva da pobreza como privação de capacidades [capacitações] não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades [capacitações] de uma pessoa (SEN, 2000, p. 109).

As palavras de Salama e Destremau (1999, p. 79) definem bem o conceito de pobreza utilizado pela abordagem seniana:

Trata-se, pois, de uma abordagem qualitativa que, sem negligenciar o possuir material, dá ênfase a valores de realização e de liberdade, com os funcionamentos representando um modo de se levar a vida, as capacidades [capacitações] e as diversas oportunidades que se apresentam a uma pessoa e entre as quais ela escolhe. No enfoque das capacidades [capacitações], nem a utilidade, nem o rendimento podem ser identificados com o bem-estar. A definição de pobreza não pode, portanto, se basear no fraco nível de um ou de outro, mas, de preferência, na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades [capacitações] de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular.

Os argumentos favoráveis a essa visão de pobreza foram resumidos por Sen (2000, p. 109-110) em três: concentração em privações intrinsecamente importantes, enquanto na abordagem monetária a concentração é naquilo que é importante instrumentalmente; reconhecimento de outras influências sobre a privação de capacidades e não unicamente

a renda; variabilidade da relação instrumental entre baixa renda e baixa capacitação entre comunidades, famílias e indivíduos.

Esse último argumento é considerado por este autor como o mais relevante para a avaliação da ação pública. A relação renda e capacitação pode ser afetada por diversos aspectos, tais como idade, papéis sexuais e sociais, localização e outras condições sobre as quais as pessoas não possuem controle – ou este controle é limitado.

Há também a possibilidade de união de desvantagens entre privação de renda e adversidade na conversão da renda em *functionings*. Essas adversidades podem ser ocasionadas por fatores que dificultam, eliminam ou reduzem as capacitações de um indivíduo. Tais fatores – como inteligência, metabolismo, habilidade física, dentre outros – são chamados de fatores de conversão. Diante da volubilidade desses fatores entre as pessoas, “[...] a pobreza real (no que se refere à privação de capacidades) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda” (SEN, 2000, p. 110-111). Além disso, a análise monetária não é capaz de capturar as diferenças na alocação interna da renda familiar.

Nota-se, com base nesses argumentos, que a adoção da perspectiva das capacidades na análise da pobreza desvia a atenção dos meios (renda) para os fins “[...] que as pessoas têm razão para buscar e correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins” (SEN, 2000, p. 112).

Deve-se acrescentar que essas duas perspectivas da pobreza (renda e capacidades) estão vinculadas. Um aumento de capacitação pode levar a um aumento de renda, contribuindo para a redução da pobreza por renda. Por exemplo, os serviços sociais inclusivos tendem a reduzir a privação de capacidades e, conseqüentemente, a produzir efeitos positivos na diminuição da pobreza monetária.

Na abordagem das capacidades, a análise da pobreza considera a sociedade que está sendo objeto de estudo. As privações variam de sociedade para sociedade, ou seja, o que se admite por pri-

vação em uma determinada sociedade pode não ser visto como tal em outra. Isso, no entanto, não elimina o fato de que existem privações que são reconhecidas como graves, independentemente da sociedade onde elas ocorram.

Essas privações, dentro da abordagem de Sen, são denominadas *basic capabilities* (capacitações básicas) e podem ser entendidas como um aspecto absoluto da pobreza. Devido à importância dessas *capabilities* na vida de todos os indivíduos, Sen define pobreza como deficiência de capacidades básicas (*basic capabilities*) para que se possam alcançar níveis humanamente aceitáveis de sobrevivência. O aspecto relativo da pobreza está nas *functionings* que são relevantes para a análise.

A abordagem das capacitações é, portanto, um *mix* de relativismo (*functionings*) e absolutismo (capacitações), pois reconhece que, diante da complexidade do objeto de estudo e da diversidade entre as pessoas, limitar a análise a apenas um enfoque a afastaria da perspectiva da pobreza como privação de capacitações humanas.

A mensuração da pobreza sob a perspectiva multidimensional seniana envolve questões que, a princípio, podem dificultar a sua aplicação prática. Uma destas questões é a definição das capacitações básicas que devem integrar a análise. Sen não especifica explicitamente em seus trabalhos uma lista de capacitações que devem ser atendidas (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003), embora tenha sugerido que estar bem nutrido, ter capacidade de escapar da morte prematura, ter boa saúde, moradia, educação, liberdade política são capacitações importantes para as avaliações sobre pobreza.

Outra questão relevante é a mensuração das capacitações. As capacitações representam um conjunto de resultados potenciais, ou seja, de *functionings* potencialmente disponíveis para o indivíduo (KUKLYS, 2005) e que são difíceis de serem identificadas empiricamente. Por isso, grande parte das análises empíricas se concentra nos *functionings*, sendo que tais análises podem ser entendidas como avaliação de um conjunto (*functionings* poten-

ciais) através de um dos seus elementos constitutivos (*functioning* realizada/alcançada) (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003).

A disponibilidade dos dados não deve ser a única motivação para a escolha, necessitando-se que esta escolha seja guiada também pela importância que esses *functionings* possuem para a análise. Conforme apontado por Kuklys (2005, p. 21), mesmo com o reconhecimento de que na maioria dos trabalhos empíricos a seleção dos *functionings* relevantes é feita de uma maneira *ad hoc*, esta seleção deve ser a mais explícita possível, justificando-se as escolhas.

Elegidos os *functionings* e as dimensões a serem utilizadas na análise, torna-se necessário estabelecer o critério de diferenciação entre pobres e não pobres, isto é, a “linha de pobreza” que identifica o *break* na distribuição dos *functionings*. Por se tratar de uma abordagem multidimensional, não deve ser especificada apenas uma única linha de pobreza, mas sim uma linha de pobreza para cada capacitação ou *functioning*.

No que diz respeito à etapa de agregação, é necessário que se tenha cautela para que *trade-offs* entre dimensões não sejam introduzidos na análise. A agregação pode gerar, dependendo do nível em que ocorra, redução da multidimensionalidade ou da diversidade interpessoal. Apesar disso, ela é de grande auxílio ao planejamento das ações políticas, tornando possível a redução de um grande número de informações a proporções administráveis (LADERCHI; SAITH; STEWART; 2003).

As medidas de pobreza e desenvolvimento baseadas na abordagem das capacitações se caracterizam pela preocupação com a qualidade de vida dos indivíduos, não se restringindo à quantificação da pobreza. Mais ainda, estas medidas refletem a ideia de que o desenvolvimento humano não pode ser analisado somente pela ótica da renda. Um marco na elaboração dessas medidas foi a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) no início da década de 1990.

Nos últimos anos, tem-se procurado avançar na formulação de medidas multidimensionais, principalmente através do uso de métodos de análise multivariada, como análise fatorial, *fuzzy sets*, análise de correspondência múltipla, dentre outros. Um dos maiores desafios é elaborar índices que permitam o uso de variáveis categóricas e não somente variáveis contínuas (quantitativas) para analisar a pobreza. Índices de pobreza multidimensional embasados em formulações axiomáticas e postulados também estão sendo construídos, como o índice P apresentado por Bourguignon e Chakravarty (2003) e o índice M elaborado por Alkire e Foster (2007).

Porém, diferentemente do que acontece com o estudo da pobreza sob a perspectiva unidimensional monetária, não existe ainda, na abordagem das capacitações, um conjunto de medidas de pobreza comumente utilizadas e consolidadas. Tal fato pode ser justificado pelo próprio conceito de pobreza baseado na ideia de desenvolvimento centrado nos seres humanos, cuja multidimensionalidade é difícil de ser mensurada e captada por uma medida quantitativa.

Mesmo que se reconheçam as limitações apresentadas pelos índices de pobreza baseados na abordagem das capacitações, é preciso salientar que a formulação de tais índices é de grande importância para a elaboração e planejamento de políticas que objetivem a redução das privações sofridas pelos indivíduos.

A adoção do conceito de pobreza como privação de capacitações, na formulação das políticas que visam à sua redução, expande o foco de análise para um conjunto de mecanismos interligados que influenciam no desenvolvimento humano dos indivíduos. A ação pública exerce um papel essencial nas iniciativas que objetivam a melhoria do bem-estar social, em especial naquelas de prevenção da fome e desnutrição que atingem determinados grupos populacionais [(SEN, 1983b; 2000); (DRÈZE; sem,1991)].

Dessa forma, percebe-se que a abordagem das capacitações se diferencia das outras abordagens

de estudo da pobreza ao enfatizar no pensamento científico sobre o tema questões como liberdade e igualdade.

### **As relações existentes entre a abordagem das necessidades humanas básicas e a abordagem das capacitações**

A contiguidade entre a abordagem das capacitações e a abordagem das necessidades humanas básicas é defendida por alguns autores. De acordo com Stewart (2006, p. 18), ambas as abordagens possuem objetivo similar e nos trabalhos empíricos utilizam critérios de avaliação pouco distintos. Para Alkire (2005), a abordagem das capacitações é a ampliação para uma estrutura filosófica coerente de considerações sobre a abordagem das necessidades básicas.

Do mesmo modo que na abordagem das capacitações, a ação pública também é salientada na abordagem das necessidades básicas. A satisfação de tais necessidades requer o reconhecimento da importância da participação pública para a redução da pobreza e promoção da melhoria de vida das pessoas. As políticas públicas dos estados devem ser planejadas e implementadas visando beneficiar os pobres. Entende-se que a ênfase no econômico resulta numa distorção nas propostas das políticas, que devem objetivar o desenvolvimento de todos os seres humanos e seus potenciais (STREETEN; BURKI, 1978).

É no nível prático que se encontram as maiores similaridades entre essas abordagens. Como os trabalhos aplicados da abordagem das capacitações terminam por mensurar mais *functionings* do que propriamente capacitações, esses trabalhos, pelo menos indiretamente, também mensuram o atendimento das necessidades básicas. Na verdade, se *functionings* podem ser entendidas como necessidades (ALKIRE, 2005) ou não (DUCLOS, 2002) depende muito do conceito de necessidades básicas que é adotado. Se esse conceito engloba as necessidades materiais e sociais dos indivíduos,

conforme sugerem autores importantes da abordagem das necessidades humanas – Paul Streeten, Frances Stewart, Ian Gough, Len Doyal, David Wiggins, entre outros –, pode-se afirmar que existe uma proximidade entre os dois conceitos.

Porém, não se deve concluir que não existe distinção entre as duas abordagens, argumento que é inclusive destacado por Sen ao apontar as limitações da abordagem das necessidades. Essas críticas, no entanto, não são condizentes com as definições e argumentos apresentados por autores importantes da abordagem das necessidades, sendo mais adequadas às interpretações relativistas do conceito de necessidades básicas que se distanciam do objetivo proposto por esta abordagem.

Entre os pontos que distinguem essas abordagens há, em primeiro lugar, a diferença no foco de análise: a abordagem das necessidades básicas foca nas realizações do indivíduo (resultados), enquanto que, na abordagem seniana, o foco é na capacitação (liberdade de converter capacidades e habilidades) do indivíduo (STEWART, 1989). Esta é uma importante distinção porque, de acordo com Stewart (1995, p. 92), a abordagem das capacitações

*[...] gives individual choice a prime position, in the sense that it builds the requirement that people are able to choose among capabilities into the objective. In contrast, in the BN-approach, choice is not normally regarded as a decent-life characteristics. [...] In the BN-approach the functioning failure would ring immediate alarm bells and a search for a cause and cure; but a functioning failure in the C-approach apparently accompanied by a C-fulfillment may be attributed to choices and accepted as such.*

Em segundo lugar, a abordagem das capacitações possui uma fundamentação filosófica mais coerente e estruturada (CLARK, 2006); LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; STEWART, 2006), sendo que os seus princípios se aplicam a todos os indiví-

duos – ricos e pobres, moradores de países industrializados, pobres ou emergentes. Terceiro, há um reconhecimento explícito nessa abordagem de que alguns indivíduos (ou grupos) possuem necessidades especiais que podem requerer volume maior de recursos materiais para alcançar um conjunto de capacitações (STEWART, 2006).

Percebe-se que a abordagem das capacitações apresenta uma estrutura teórica mais organizada e é mais abrangente do que a abordagem das necessidades básicas. Conforme destacado por Alkire (2005, p. 170, grifos da autora), “[...] *the single most important function of the capability approach is to make explicit some implicit assumptions in the basic needs approach about the value of choice and participation (and the disvalue of coercion)*”. Ainda que a abordagem das capacitações tenha inovado no estudo da pobreza ao tratar de liberdade e oportunidades, a abordagem das necessidades antecipou-se a ela ao chamar a atenção para as limitações da renda (consumo) como medida de bem-estar e ao propor uma definição multidimensional de pobreza.

Enfim, explorando as semelhanças entre a abordagem das capacitações e das necessidades humanas básicas, chega-se a um conceito mais completo de pobreza multidimensional. Diante disso, cabe ressaltar a visão do PNUD sobre o desenvolvimento humano, que engloba características dessas duas abordagens (STEWART, 1995).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo científico da pobreza se caracteriza pela evolução dos conceitos e métodos de investigação da pobreza, partindo da abordagem unidimensional para a abordagem multidimensional. O advento do enfoque multidimensional, no entanto, não significou o abandono da perspectiva unidimensional, que ainda hoje predomina nas análises sobre a pobreza e, por extensão, nas políticas e ações que objetivam a sua superação ou redução.

O direcionamento para uma conceituação mais ampla da pobreza foi influenciado pela formulação de novas teorias a respeito do desenvolvimento econômico. A multidimensionalidade é uma característica dessas teorias que amplia o conceito de desenvolvimento para além do processo de crescimento econômico, ressaltando a importância dos aspectos sociais e humanos e exigindo mudanças nos critérios de investigação do nível de desenvolvimento. Como consequência, a pobreza passou a ser definida não apenas sob o prisma da insuficiência de recursos monetários capazes de assegurar as necessidades nutricionais mínimas requeridas para garantir a subsistência dos indivíduos, mas também sob o prisma da insatisfação das condições básicas que garantem a vitalidade dos indivíduos.

Neste ponto, as teorias das capacitações e das necessidades humanas são importantes por acreditarem que o desenvolvimento não se restringe ao mero crescimento do PIB. O bem-estar das pessoas não pode estar ligado apenas a sua felicidade, preferências ou escolhas. Por conseguinte, é intrinsecamente multidimensional e se relaciona às aptidões dos indivíduos em ter determinado tipo de vida. Segundo essas óticas, a pobreza é uma deficiência de capacitações básicas ou insatisfação das necessidades humanas básicas, que incluem a liberdade e modo de vida das pessoas.

No Brasil, a abordagem monetária prevaleceu e prevalece entre os estudos brasileiros, de forma que as discussões sobre o conceito de pobreza são escassas. Debatem-se os métodos de mensuração da renda; os valores das linhas de pobreza monetária utilizadas e se estas devem ser absolutas ou relativas; a fonte de dados; o uso da renda familiar ou domiciliar nas análises; o período analisado. Mas tudo isso a partir de uma visão que, além de imperante, parece incontes-

tável: pobreza é insuficiência de renda ou, ainda, incapacidade de consumo<sup>7</sup>.

Como resultado, as políticas de combate à pobreza também se pautam nessa visão. O critério de identificação dos beneficiários destas políticas (ou seja, dos pobres) é sempre definido com base na renda. Elevar a renda desses beneficiários a um nível mínimo que permita a sua subsistência tem sido o objetivo principal dessas ações, que, na maioria das vezes, estão limitadas aos programas de transferência de renda, que, embora necessários, não são suficientes para eliminar a pobreza.

Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é atribuir importância às políticas sociais, que precisam atuar em conjunto, de forma não somente a retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno a ela. Isso significa que cruzar a linha de pobreza (que, aliás, é um valor bastante questionável) não garante a sua superação: é preciso que haja ações sociais e econômicas integradas que permitam a eliminação dos riscos de incidência da pobreza.

Ao contrário do que prega a visão econômica dominante no âmbito das políticas sociais, deve haver o direcionamento do enfoque para a expansão das capacitações das pessoas, assim como para a satisfação das suas necessidades, privilegiando a provisão de bens públicos. Além disso, está claro que a ideia de mínimos sociais não tem sido suficiente para proporcionar o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos.

Assim sendo, o alvo deve ser a aptidão dos indivíduos em satisfazer importantes funcionamentos até certo nível minimamente adequado e também a satisfação das necessidades humanas

**Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é atribuir importância às políticas sociais, que precisam atuar em conjunto, de forma não somente a retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno a ela**

<sup>7</sup> Refere-se ao consumo de bens e serviços que têm seus preços determinados no mercado privado (*market goods and services*).

para além das diferenças culturais e históricas. Isto porque o desenvolvimento de uma vida humana íntegra ocorrerá apenas com o desenvolvimento de capacitações básicas e quando certas necessidades fundamentais forem satisfeitas. Estes aspectos são cruciais para o processo de desenvolvimento.

A ideia de mínimos sociais imposta pela ideologia neoliberal vigente no Brasil e no mundo recusa as políticas sociais como meios de construção de cidadania e como consequente meio de redução da pobreza. Esta ideia deve ser abandonada definitivamente, haja vista que as necessidades do capital não devem ocupar lugar de destaque em relação às necessidades humanas.

Estabelecer políticas requer conhecimento precedente do que será objeto de ação. Para que as políticas de combate à pobreza considerem a multidimensionalidade, torna-se necessária a realização de estudos sobre a pobreza que adotem essa perspectiva, a fim de orientar o planejamento e implantação dessas políticas. Mesmo não sendo possível captar toda a complexidade da pobreza, esses estudos podem proporcionar eficácia maior às políticas, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

## REFERÊNCIAS

- ALKIRE, Sabine. Basic Needs and Basic Capabilities. In: ALKIRE, Sabine. *Valuing Freedoms: Sen's Capability Approach and Poverty Reduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005. Cap. 5.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. *Counting and Multidimensional Poverty Measurement*. OPHI, 2007 (Revised May 2008). Working paper n. 7. Disponível em: <[www.ophi.org.uk/pubs/Alkire\\_Foster\\_CountingMultidimensionalPoverty.pdf](http://www.ophi.org.uk/pubs/Alkire_Foster_CountingMultidimensionalPoverty.pdf)>. Acesso em: 16 mar 2009.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. Poverty Distribution among the Brazilian States: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. *Trabalhos Apresentados...* Salvador: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A142.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2009.
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. A. estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora IPEA, 2000.
- BOURGUIGNON, F.; CHAKRAVARTY, S. The Measurement of Multidimensional Poverty. *Journal of Economic Inequality*, Netherlands, v. 1, n. 1, p. 25-49, 2003.
- CLARK, David. Capability Approach. In: CLARK, David (Org.). *The Elgar Companion to Development Studies*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing, 2006.
- COMIM, Flávio. Operationalizing Sen's Capability Approach. In: CONFERENCE JUSTICE E POVERTY: examining Sen's Capability Approach, 2001, Cambridge. *Parallel Sessions*. Disponível em: <<http://www.st-edmunds.cam.ac.uk/vhi/sen/papers/comim.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2008.
- DIAZ, R. G. Multidimensional poverty. *Economics and Related Studies Department. England: University of York*, 2003. Disponível em: <<http://website1.wider.unu.edu/conference/conference-2003-2/conference%202003-2-papers/paperspdf/Garcia%20Diaz%20020503.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2007.
- DOYAL, L.; GOUGH, I. *A Theory of Human Need*. Hampshire: Macmillan Press, 1991. Cap. 1-3.
- DRÈZE, Jean; SEN, Amartya. *Hunger and Public Action*. Oxford: Clarendon Press, 1991, cap. 13.
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, Princeton, v. 52, n. 3, p. 761-766, may 1984.
- \_\_\_\_\_. Economic Institutions and the Satisfaction of Human Needs. In: GOUGH, I. *Global Capital, Human Needs and Social Policies*. Palgrave Macmillan, 2001.
- GRUSKY, D.; KANBUR, R. Conceptual ferment in poverty and inequality measurement: the view from economics and sociology. In: GRUSKY, D.; KANBUR, R. (Ed.). *Poverty and Inequality*. California: Stanford University Press, 2006. Disponível em: <[www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/GruskyKanbur](http://www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/GruskyKanbur)>. Acesso em: 10 fev. 2009.
- GUIMARÃES, José Ribeiro S. Pobreza e desigualdade no Brasil: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2003. p. 85-116. (Série estudos e pesquisas, 63). Disponível em: <[www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes\\_sei/bahia\\_analise/publi\\_ba\\_sep.php](http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_sep.php)>. Acesso em: 5 fev. 2008.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

- KUKLYS, Wiebke. *Amartya Sen's Capability Approach: theoretical insights and empirical applications*. Berlin: Springer, 2005. Studies in Choice and Welfare.
- LADERCHI, Caterina Rugger. Poverty and Its Many Dimensions: the role of income as an indicator. *Oxford Development Studies*, Oxford, v. 25, n. 3, p. 345-360. 1997.
- LADERCHI, C.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *QEH Working Paper Series*. Oxford, n.107, May 2003. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/qeh/qehwps/qehwps107.html>>. Acesso em: 11 fev. 2009.
- MACHADO, Kenys. *Mensuração da pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional*. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- NEDER, Henrique D. *Amostragem em pesquisas socioeconômicas*. Campinas: Alínea, 2008.
- PEREIRA, P. A. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2006.
- POGGE, Thomas. A Consistent Measure of Real Poverty: a reply to Ravallion. *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 54, may 2008a. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager54.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2008.
- RAVALLION, Martin. Which Poverty Line? A response to Reddy. *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 53, may 2008. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager53.pdf>> . Acesso em: 18 maio 2008.
- REDDY, Sanjay. Are Estimates em Latin American Reliable? *One Pager*. [S.l.]: International Poverty Center for Inclusive Growth, n. 52, may 2008. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/pub/IPCOnePager52.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2008.
- ROCHA, Sonia. Estimação de linhas de indigência e de pobreza: opções metodológicas no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O Tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.
- SEN, A. K. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, Princeton, v. 44, n. 2, p. 219-231, mar 1976.
- SEN, A. K. Personal Utilities and Public Judgements: Or what's wrong with welfare economics. *The Economic Journal*, v. 89, n. 355, p. 537-558, 1979.
- \_\_\_\_\_. Equality of What? In: MCMURRIN, S. (Ed.). *Tanner Lectures on Human Values*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. Ingredients of Famine Analysis: Availability and Entitlements. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 96, n. 3, p. 433-464, Aug. 1981.
- \_\_\_\_\_. Development: Which Way Now? *The Economic Journal*, v. 93, n. 372, p. 745-762, Dec. 1983a.
- \_\_\_\_\_. Poverty, relatively speaking. *Oxford Economic Papers*, Oxford, v. 35, p. 153-169, 1983b.
- \_\_\_\_\_. *Poverty and Famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Oxford University Press, 1983c. cap. 1 e 2.
- \_\_\_\_\_. The Concept of Development. In: CHENERY, H.; SRINIVASEN, T. N. (Ed.). *The Handbook of Development Economics*. Amsterdam: Elsevier Publishers, 1988. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Justice: means versus freedoms. *Philosophy and Public Affairs*, v. 19, n. 2, p. 111-121, Spring 1990.
- \_\_\_\_\_. Capability and Well-Being. In: SEN, A.; NUSSBAUM, M. (Ed. ). *The Quality of Life*. Oxford: Clarendon Press: 1993. p. 30-53.
- \_\_\_\_\_. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: HUMAN Development Report 1997. 1997. p.15-23.
- \_\_\_\_\_. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- \_\_\_\_\_. Development as Capability Expansion. In: SAKIKO, F.; KUMAR, A. K. S. *Readings in Human Development: concepts, measures and policies for a development paradigm*. Oxford University Press, 2003.p. 3-16.
- STEWART, Frances. Basic Needs Strategies, Human Rights and the Right to Development. *Human Rights Quarterly*, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 347-374, Aug. 1989.
- \_\_\_\_\_. Basic Needs, Capabilities and Human Development. *Greek Economic Review*, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 83-96, dec. 1995.

STEWART, Frances. Basic Needs Approach. In: CLARK, David (Org.). *The Elgar Companion to Development Studies*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Pressing, 2006. cap. 5. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=kUerTqCKydAC&printsec=frontcover&dq=Elgar+companion+to+development+studies#PPA14,M1>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

STREETEN, P. et al. Why Basic Needs? In: STREETEN, P. et al. *First Things First: meeting basic human needs in developing countries*. Oxford University Press, 1981.

STREETEN, P.; BURKI, S. J. Basic Needs: Some issues. *World Development*, Great Britain, v. 6, n. 3, p. 411-421, 1978.

Artigo recebido em 10 de agosto de 2011  
e aprovado em 23 de agosto de 2011.



# Ciclo de negócios: uma investigação sobre a existência de ciclo comum

Thaís Lima Fraga\*

Lessí Inês Farias Pinheiro\*\*

\* Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Possui experiência como empresária júnior, atuando na coordenação de projetos da Cia. Júnior Consultoria da UESC. thaislfraga@gmail.com

\*\* Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); mestre em Economia Europeia e Políticas Comunitárias pela Faculdade de Economia pela Universidade de Coimbra. Professora adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); vinculada ao Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema). lifpinheiro@uesc.br

## Resumo

O escopo desta pesquisa consiste na comparação entre os ciclos econômicos do estado da Bahia e do Brasil, com o intuito de investigar a existência de ciclos comuns. Para tanto, foram adotadas cinco variáveis: saldo da balança comercial, vendas no comércio varejista, empregos formais, produção industrial e INPC. O procedimento metodológico baseou-se no teste de causalidade de Granger e no filtro Hodrick-Prescott. Os testes permitiram afirmar que a Bahia apresenta dinâmica e ciclicidade econômica particulares, rejeitando-se a hipótese de ciclo comum adotada no trabalho. **Palavras-chave:** Desempenho cíclico. Séries temporais. Conjuntura econômica. Dinâmica econômica.

## Abstract

*The scope of this research consisted in comparing the economic cycles of the State of Bahia and Brazil to investigate the existence of common cycles. For this, five variables were taken: Balance of trade, retail trade sales, formal employment, industrial production and INPC. The methodological procedure was based on the Granger causality test and the Hodrick-Prescott Filter. The tests indicated that the State of Bahia presents particular dynamics and economic cyclicity, rejecting the common cycle hypothesis adopted at this work.*

**Keywords:** Cyclic Performance. Time series. Economic conjuncture. Economic dynamics.

## INTRODUÇÃO

Os ciclos econômicos representam oscilações nos agregados intrínsecos à sociedade capitalista, com diversidade de períodos e causas. Denotam uma evidência sólida de que, independentemente da heterogeneidade política das nações, a economia possui fases de retração e expansão, capazes de provocar a maturidade nos desígnios econômicos, através de transformações nas esferas sociais, econômicas e ambientais do país, áreas inteiramente coesas atualmente.

O estudo dos ciclos econômicos ganhou ênfase no cenário global a partir do desenvolvimento da macroeconomia, durante o século XX, com John Maynard Keynes. No entanto, antes desta época, os ciclos já eram objeto de estudo de muitos economistas, que o faziam por meio da ótica microeconômica, mediante modelos de análise estáticos.

Na década de 1970, o termo ciclo de negócios entrou em voga, com o trabalho de Robert Lucas<sup>1</sup>, o qual apresentou as principais variáveis determinantes do ciclo de negócios nos Estados Unidos (GIANNINI et al., 2009). Para Burns e Mitchell, “[...] ciclos de negócios são um tipo de flutuação encontrado na atividade econômica agregada das nações [...], a duração [...] varia de mais de um ano a dez ou doze anos” (D’AGOSTINI, 2004, p. 3).

Os trabalhos sobre ciclos de negócios comumente investigam as regularidades empíricas em confrontação com um referencial comparativo. Cunha, Sandes e Vivanco (2005) compararam o PIB per capita dos Estados Unidos com o de dez países da América do Sul e o de seis países do leste da Ásia, no período de 1970-2000. Ellery Júnior e Gomes (2005) analisaram os ciclos de negócios da Austrália, Canadá, Dinamarca, Itália, Japão, Noruega, Suécia, Reino Unido, EUA e

Brasil e concluíram que não existe um padrão claro na relação entre o ciclo brasileiro e o dos demais países. Cunha e Moreira (2006) examinaram o desempenho cíclico da atividade econômica do Distrito Federal (DF) e demais unidades federativas do Brasil, de 1985 a 2002, constatando que o estado de São Paulo apresentava elevada sincronidade com o Brasil, enquanto o DF e demais estados não tinham fases cíclicas coincidentes com as do país.

Como hipótese deste estudo, considerou-se que o Brasil e a Bahia possuem ciclos comuns, baseando-se na abordagem de propagação dos impulsos dos ciclos de negócios discutida pelo economista norueguês Ragnar Frisch no trabalho *Propagation Problems and Impulse Problems in Economics*, que preconiza que “[...] os ciclos são causados por distúrbios aleatórios, geralmente denominados de ‘impulsos’, que afetam o sistema econômico e criam um padrão cíclico de respostas na economia” (SACHS; LARRAIN, 2004, p. 562). São comparados os ciclos de negócios do Brasil e do estado da Bahia a partir da análise do saldo da balança comercial, volume no comércio varejista, nível de emprego, produção industrial e inflação, de janeiro de 2000 a junho de 2010.

O texto está estruturado em três itens, além de introdução e considerações finais. Inicialmente, é apresentado o aporte teórico sobre ciclos de negócios; num segundo momento, está descrita a metodologia utilizada; por último, são apresentados os resultados e discussões.

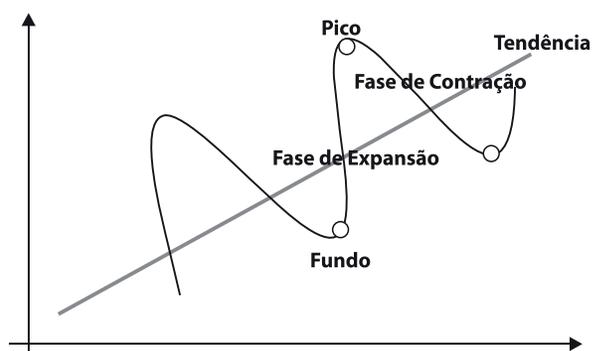
## CICLO DE NEGÓCIOS SOB A ÓTICA DAS TEORIAS RECENTES

Neste trabalho, serão abordadas as teorias mais recentes, que compreendem a concepção novo-clássica e novo-keynesiana, por tratarem de ciclos de curto prazo, mais adequados ao período proposto para a pesquisa. Inicialmente, será apresentado um esboço das características do

<sup>1</sup> Artigo intitulado *Understanding Business Cycles*, 1977.

padrão cíclico, para posteriormente ser explicada a elucidação de cada teoria sobre a temática.

O processo cíclico é composto de picos e fundos, e o ciclo completo vai de um extremo a outro. São essas oscilações que determinarão a tendência econômica. Para Lucas, os ciclos de negócios representam “[...] flutuações periódicas do produto e emprego em torno da tendência” (D’AGOSTINI, 2004, p.3), que atribuem à sociedade diversificação de padrões sociais e econômicos. O processo é mostrado na Figura 1.



**Figura 1**  
**Flutuação cíclica**

Fonte: Gonçalves, 1968.

D’Agostini (2004) destaca, ainda, que as variáveis cíclicas podem ser classificadas quanto a direção, defasagem e amplitude. Quanto à direção, as variáveis podem ser pró-cíclicas, anticíclicas ou acíclicas em relação à tendência. As variáveis pró-cíclicas são caracterizadas por acompanhar o padrão cíclico; as variáveis anticíclicas possuem comportamento oposto ao padrão cíclico; e as variáveis acíclicas, sem padrão determinado, têm movimento que não apresenta relação com o do ciclo. Quanto ao fator defasagem das variáveis em relação ao produto agregado (Y), classificam-se em *lagging*, quando determinada variável apresenta um movimento antecipado a Y; *leading*, quando o movimento da variável aparece posteriormente ao movimento de Y; e coincidente, quando o movimento da variável acontece ao mesmo tempo de Y e, neste caso, não é verificada defasagem.

Variáveis	Classificação		
	Direção	Defasagem	Amplitude
Produção agregada/setorial/bens duráveis	Pró-cíclica	Coincidente	Alta
Consumo/investimento público e privado	Pró-cíclica	Coincidente	Alta
Agregados monetários/nível de preços/inflação	Pró-cíclica	<i>Leading</i>	Alta
Velocidade de circulação da moeda	Pró-cíclica	Coincidente	Alta
Taxa de desemprego	Anticíclica	Coincidente	Alta
Produtividade média do trabalho	Pró-cíclica	<i>Leading</i>	Alta
Taxas de juros nominais	Pró-cíclica	<i>Lagging</i>	Baixa
Variação de estoques de insumos/bens acabados	Pró-cíclica/anticíclica	<i>Lagging</i>	Alta/baixa

**Quadro 1**  
**Características de algumas variáveis macroeconômicas**

Fonte: D’Agostini, 2004.

Por fim, a análise de amplitude mede a volatilidade dos movimentos. Sendo assim, as variáveis podem ser altas ou baixas em relação a Y, e a volatilidade possui comportamento proporcional à flutuação da variável econômica. No Quadro 1, é possível verificar como algumas variáveis podem ser classificadas utilizando-se os parâmetros de direção, defasagem e amplitude.

### Teoria novo-clássica

A teoria novo-clássica apoia-se na perspectiva liberal, que prescreve que os agentes interagem no mercado guiados pela mão invisível, ou seja, com interdependência dos agentes econômicos capazes de provocar o bem comum. Nesse sentido, os recursos são alocados de forma eficiente, sem a necessidade de intervenção do Estado, uma vez que a busca pelo interesse individual produz o interesse coletivo melhor do que se estivesse buscando fazê-lo (MANKIWI, 1998).

Assim, em decorrência da teoria clássica, a abordagem novo-clássica mantém como arcabouço a livre iniciativa, na qual os agentes otimizam suas ações e, em refutação, os mercados se equilibram. Além disso, a teoria entende que o ciclo é um fenômeno de equilíbrio, uma vez que os preços e

salários alteram-se livremente para gerar equilíbrio nos mercados.

Para Charles Plosser<sup>2</sup>,

[...] modelos de ciclos reais de negócios vêm as variáveis econômicas agregadas como resultados das decisões tomadas por muitos agentes individuais, agindo de forma a maximizar sua utilidade, sujeitos às possibilidades de produção e às restrições de recursos. Como tal o modelo tem base firme e explícita em microeconomia (FROYEN, 2006, p. 320).

A teoria dos ciclos reais de negócios, abordada pelos economistas novo-clássicos, entende que o termo “real” refere-se à exclusão de variáveis nominais para explicação das flutuações econômicas, que pode ser obtida adotando-se as mesmas hipóteses para análises de curto ou longo prazo.

## Desemprego

Os novo-clássicos acreditam que a quantidade de horas que o trabalhador dedica depende dos estímulos financeiros que recebe. Se um trabalhador obtiver um aumento salarial, sua disposição a trabalhar durante mais horas aumenta, enquanto uma redução salarial leva ao desejo de trabalhar durante uma quantidade menor de horas ou até ao abandono temporário do trabalho. Esta situação é denominada de substituição intertemporal do trabalho, que indica a disposição do trabalhador para realocar o trabalho em determinado período de tempo (MANKIW, 1998).

Supondo dois trabalhos, com períodos e remunerações distintas, o trabalhador decidirá pelo segundo trabalho,  $W_{t+1}$  (remuneração do segundo trabalho), quanto menor for  $(1+r) W_t$ , (remuneração do primeiro trabalho), onde  $r$  corresponde à taxa de juros. Ou então ele decidirá pelo primeiro trabalho, se a taxa de juros for elevada (ver equação 1).

$$\text{Preço intertemporal} = \frac{(1+r) W_t}{W_{t+1}} \quad (1)$$

Desta forma, os trabalhadores definem o efeito substituição entre trabalho e lazer através da análise do seu custo/benefício. A substituição intertemporal do trabalho explica, assim, as flutuações na renda e no produto, que dependem de alterações salariais ou da taxa de juros (MANKIW, 1998).

## Informações imperfeitas e choques tecnológicos

A tentativa de elaborar um modelo de ciclos de negócios firma-se na existência de informações imperfeitas no mercado e na importância determinante da tecnologia das flutuações cíclicas. O primeiro argumento, partindo do pressuposto de que os agentes não detêm conhecimento perfeito sobre o mercado, implica uma ilusão gerada pela expansão monetária. Neste caso, os choques de demanda podem, somente, encadear alterações nos preços e salários nominais. Caso os agentes tivessem plena informação do mercado, estas alterações poderiam se estender ao lado real das variáveis. Robert Lucas<sup>3</sup>, citado em Sachs e Larrain (2004, p. 572), interpreta esta situação exemplificando que cada mercado de um determinado bem se constitui em uma ilha, e “o produtor precisa interpretar um aumento de preço em um mercado individual”.

Lucas fez esta proposição baseando-se na hipótese de expectativas racionais. Para ele, a formação de expectativas dos indivíduos é o primeiro passo para prever o futuro dos ciclos de negócios. As decisões são tomadas firmando-se em todas as informações possíveis. Sendo assim, os indivíduos agem racionalmente ao se fundamentarem em dados econômicos no processo decisório (SACHS; LARRAIN, 2004). Esta visão se contrapunha com a de John Maynard Keynes, que explicava o processo baseando-se no “instinto animal” dos empresários.

Outro aspecto fundamental na concepção novo-clássica é a importância dedicada aos fatores reais do lado da oferta. A teoria supõe que variações na

<sup>2</sup> No artigo Understanding Real Business Cycles (1989, p.53.).

<sup>3</sup> No artigo *Expectations and the Neutrality of Money*, 1972

tecnologia provocam mudanças no nível de produto e emprego. Ou seja, quando a tecnologia melhora, a produção aumenta e, como há a substituição intertemporal do trabalho, o emprego também aumenta (MANKIW, 1998).

Sendo assim, é depositado no fator tecnologia singular importância nas flutuações cíclicas da economia. Aliada a isso, outra hipótese do modelo consiste na propagação desses choques a partir da ideia de mercados perfeitamente competitivos (SACHS; LARRAIN, 2004). Além desta concepção, os novo-clássicos também consideram como fatores reais, mesmo que com um grau de importância inferior ao da tecnologia, as variações nas condições ambientais, a alteração nos preços reais de matérias-primas, mudanças nas alíquotas tributárias e mudanças nos gostos dos indivíduos, que não podem ser consideradas como principal fonte de flutuações (FROYEN, 2006).

A teoria real do ciclo de negócios afirma que as flutuações no produto e no emprego decorrem de uma série de choques reais que atinge a economia, com os mercados se ajustando rapidamente e permanecendo sempre em equilíbrio. A teoria do ciclo real de negócios é o produto natural do desdobramento teórico da abordagem de expectativas racionais - a de que a política monetária não tem efeito real - e dos esforços de verificação empírica da teoria do caminho aleatório - a de que os choques de demanda agregada não são uma fonte importante de flutuações (DORNBUSCH, 2003, p.445).

### Política monetária e fiscal

A teoria dos ciclos reais de negócios supõe a neutralidade da moeda. Sendo assim, a política monetária não exerce papel significativo nas flutuações, ou seja, a política monetária não afeta variáveis

reais, como produto e emprego. Esta proposição é considerada por alguns economistas como o aspecto mais radical da teoria (MANKIW, 1998). Em decorrência disto, alguns teóricos consideravam

relevante o efeito dos choques monetários, indicando que a política monetária representava um meio alternativo de financiamento do Estado, através da emissão de moeda.

Quanto aos efeitos gerados pela política fiscal, os novo-clássicos assumiam uma posição menos radical

que os teóricos clássicos, dizendo que este tipo de política exercia influência na economia via oferta, a partir de variações nas alíquotas tributárias. A escolha dos agentes era alterada e eram geradas distorções no mercado. Neste sentido, admitia-se o uso da política fiscal com o intuito de minimizar essas distorções sem prejudicar a oferta de serviços governamentais. Além disso, consideravam também que a variação nos dispêndios governamentais poderia também causar flutuações (FROYEN, 2006).

### Teoria novo-keynesiana

A discussão sobre ciclos econômicos ganhou ênfase a partir de John Maynard Keynes, na obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, que liga a existência de ciclos às oscilações, à maneira como flutua a eficiência marginal do capital.

Sugiro, todavia, que o caráter essencial do ciclo econômico e, sobretudo, a regularidade de ocorrência e duração, que justificam a denominação ciclo, se devem principalmente ao modo como flutua a eficiência marginal do capital. Na minha maneira de ver, o ciclo econômico deve, de preferência, ser considerado como resultado de uma variação cíclica na eficiência marginal do capital, embora complicado e freqüentemente agravado por modificações que acompanham outras variáveis

importantes do sistema econômico no curto prazo (KEYNES, 1982, p. 243).

Val e Ferreira destacam que a revolução keynesiana provocou uma “[...] alteração do *objetivo* de grande parte dos pesquisadores para a *tentativa de se prever qual seria o nível dos agregados econômicos em determinado período* [...]” (D’AGOSTINI, 2004, p. 5, grifo do autor). Para controlar os efeitos negativos gerados pelos ciclos, a teoria keynesiana propunha a utilização harmônica da política fiscal e monetária. Assim, “[...] esperava-se poder reverter os efeitos negativos dos ciclos com políticas específicas, bem como alterações institucionais, conforme o caso” (D’AGOSTINI, 2004, p. 5).

Os novo-keynesianos mantiveram este postulado central. No entanto, buscaram em suas análises aperfeiçoar o modelo keynesiano, como o uso de bases microeconômicas. Para Mankiw e Romer, citados em Froyen (2006, p. 329), “[...] os economistas novo-keynesianos afirmavam, de forma persuasiva, que a economia keynesiana era teoricamente inadequada, que a macroeconomia precisa ser construída sobre uma base microeconômica sólida”.

Além disso, as demais contribuições da corrente novo-keynesiana, surgida na década de 70, em relação à keynesiana referem-se à pressuposição de concorrência imperfeita, enquanto a anterior pressupunha concorrência perfeita nos mercados, rigidez de preços e salários – ao passo que a keynesiana pressupõe rigidez somente nos salários – e a inserção de fatores que provocam rigidez real nos salários e nos preços (FROYEN, 2006).

A teoria novo-keynesiana, como supracitado, assume a importância das imperfeições dos mercados para os ciclos econômicos. Por isso considera que o mercado está em concorrência imperfeita, dadas as ineficiências geradas de falhas de mercado. Sendo assim, sumariamente, o modelo esclarece como a tomada de decisão em estruturas de mercados

de concorrência perfeita leva a excessos ou quebras socialmente indesejáveis. Na concepção de Giannini, Dias M., e Dias J. (2009), (2009), a existência de falhas de mercado implica que o mercado não tende ao equilíbrio e que os preços são rígidos, ou seja, respondem a uma modificação na demanda de forma mais lenta e, sendo assim, nem sempre se equilibram nos mercados. Esta

rigidez pode ser notada em variáveis nominais ou reais, dado o pressuposto da teoria novo-keynesiana de reconhecer tanto fatores reais como fatores nominais na construção dos ciclos.

A teoria assume também, em consonância com a teoria novo-clássica, que o comportamento do consumidor é racional e maximizador (SACHS; LARRAIN, 2004).

Quanto à rigidez de preços e salários, os novo-keynesianos embasaram sua proposta a partir de hipóteses como a teoria do custo de menu, a teoria de salário eficiência, de contratos implícitos e, por fim, a determinação sindical dos salários.

### **Custo de menu**

O custo de menu corresponde a uma das razões pelas quais os preços, no curto prazo, não se ajustam imediatamente. Para Mankiw (1998, p. 303), “[...] os custos de menu levam as empresas a ajustar seus preços de forma intermitente, e não constante.”

Estes custos podem ser explicados da seguinte forma: quando determinadas empresas deparam com uma redução de demanda, normalmente ocorre uma redução dos preços, com o intuito de retomar as vendas. No entanto, os empresários percebem que o custo de menu, ou custo de alteração dos seus preços, supera os benefícios da redução, fazendo com que os preços permaneçam constantes. Assim, pode-se considerar que os custos de menu levam à rigidez dos preços.

### **A teoria assume também, em consonância com a teoria novo-clássica, que o comportamento do consumidor é racional e maximizador**

Para Dornbusch, Fischer e Startz (2003, p. 464), [...] em um mercado competitivo, o lucro privado de acertar o preço sempre tem mais valor do que um pequeno custo de menu, opostamente, quando as empresas se deparam com uma curva de demanda com inclinação para baixo, um pequeno custo de menu pode muito bem ser maior que as possíveis variações nos lucros.

Apesar de alguns economistas discordarem desta proposta, pois acreditam que os custos de menu são muito baixos para explicar recessões, os defensores da hipótese afirmam que, mesmo que os custos sejam baixos, uma firma individual possui efeito significativo para economia como um todo (MANKIW, 1998).

### Teoria de salário eficiência

Conforme Froyen (2006), a eficiência dos trabalhadores está positivamente relacionada com os seus salários reais. Por isso, algumas firmas utilizam como estratégia empresarial a elevação do poder de compra de seus funcionários acima do nível de mercado, uma vez que isso representa retornos positivos em produtividade e lucros. Baseado nesta argumentação, pode-se considerar também que o desemprego involuntário será sempre persistente, já que as empresas, para aumentar a eficiência do trabalho, não contratarão mais empregados e sim investirão naqueles que detêm.

A eficiência do trabalhador pode ser medida utilizando o índice abaixo, em que  $e$  representa o nível de eficiência do trabalhador,  $W$  os salários e  $P$  os preços. A expressão entre parênteses representa o saldo de salário real. Nesta fórmula, torna-se clara a afirmação feita acima sobre a relação positiva entre salários reais e eficiência do trabalhador:

$$e = e(W/P) \quad (2)$$

Mesmo apresentando benefícios, existe um limite até onde este aumento pode prosseguir. Além deste nível, o aumento torna-se prejudicial à firma. Segundo Froyen (2006), o aumento dos salários

reais só será permitido até o nível em que a eficiência do trabalhador em relação ao salário real seja igual a um.

### Contratos implícitos

Esta teoria apresenta uma visão diferenciada sobre a rigidez salarial, demonstrada mediante a fixação de um acordo implícito entre trabalhador e empresa. De acordo com Sachs e Larrain (2004, p. 579), “[...] há uma assimetria fundamental entre os trabalhadores e a empresa que os emprega, [...] enquanto as empresas são neutras ao risco, os trabalhadores são avessos ao risco”. Sendo assim, o nível salarial possui duas implicações: primeiro, define um padrão de compensação pelo serviço prestado pelo trabalhador, e segundo, manifesta-se como uma espécie de seguro contra o risco da variação de renda, situação em que se mostra essencial à redução de risco de trabalhadores que não possuem acesso ao mercado financeiro. Nestas circunstâncias, as empresas podem acordar com seus funcionários a manutenção do salário real constante, o que pode ser explícito no contrato de trabalho ou estar implícito nos padrões salariais da empresa (SACHS; LARRAIN, 2004).

A análise das teorias novo-clássica e novo-keynesiana apresenta abordagens heterogêneas sobre as variáveis responsáveis pelas flutuações cíclicas. Estudá-las permite não só seu crescente aperfeiçoamento, bem como possibilita expandir as possibilidades de discussão sobre o futuro da economia.

### METODOLOGIA

A pesquisa utilizou como método de investigação o comparativo-econométrico. Foram adotadas as séries empregos formais, produção industrial, saldo da balança comercial e volume de vendas no comércio varejista, para o país e para estado da Bahia. Utilizou-se também a variável Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mas esta não é aferida em

âmbito estadual. Sua mensuração é feita mediante variações de preços nas regiões metropolitanas, caracterizadas por serem o centro econômico dos estados e, como tal, principal núcleo populacional e principal propulsor de crescimento da região. A inexistência de indicadores de inflação para o estado torna os indicadores para regiões metropolitanas referência no acompanhamento do desempenho inflacionário estadual. Desta forma, foi utilizado o INPC da Região Metropolitana de Salvador, contrastado com a variação do INPC das regiões metropolitanas do país, correspondentes às regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e Goiânia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No Quadro 2, foram conceituadas as séries temporais utilizadas no estudo.

Nº	Variáveis	Conceito	Fonte
1	Empregos formais	Total de admissões menos desligamentos com carteira assinada	Bacen
2	INPC <sup>1</sup>	Índice que calcula as variações no nível de preços das regiões metropolitanas do país	Bacen
3	Produção física industrial	Volume total produzido pela indústria	Ipeadata
4	Saldo da balança comercial <sup>2</sup>	Total de exportações menos total de importações	Bacen
5	Vendas no comércio varejista <sup>3</sup>	Volume total de vendas no comércio varejista	IBGE

**Quadro 2**  
**Conceituação das principais séries temporais utilizadas no estudo**

<sup>1</sup> Mensurado pelo IBGE, tem como público-alvo famílias com renda de um seis salários mínimos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

<sup>2</sup> Deflacionado conforme o Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI) de jun. 2010.

<sup>3</sup> O comércio é subdividido em atacadista e varejista. O atacadista é o comércio em grande escala, de transações entre produtores com grandes empresas e próprio comércio varejista. Não existe a figura do consumidor final. Por sua vez, o comércio varejista liga o produtor ao consumidor final, estando situado no último elo da cadeia produtiva (SANDRONI, 2010).

A amostra utilizada compreende dados mensais de jan. 2000 a jun. 2010, equivalentes a 126 observações por série. Cabe destacar também que, para a análise do grau de comovimento cíclico, a ser detalhado na seção Filtro Hodrick-Prescott, adotou-se também a variável Produto Interno Bruto (PIB), com dados trimestrais, sob o mesmo período supracitado.

As séries temporais foram transformadas em números-índices, tendo como base jan. 2000, a fim de facilitar as possibilidades de comparação, eliminando os problemas de comparação intertemporal entre as séries. Depois desta etapa, com o auxílio do software Demetra versão 2.2, as séries sofreram ajustes sazonais, através do método X-12 ARIMA.

### Teste de raiz unitária e causalidade de Granger

Foi realizado o teste de raiz unitária e, *a posteriori*, o teste de causalidade de Granger, feitos com o auxílio do software Eviews, versão 5.0. Para Gujarati (2000), séries temporais que detenham raiz unitária possuem um caminho aleatório. Gianinni e outros (2009) esclarece que os choques em séries com raiz unitária terão caráter permanente, sendo capazes de modificar a estrutura da série. Entretanto, séries que não possuam raiz unitária, ou seja, séries estacionárias, têm os efeitos dos choques dissipados com o tempo. Por isso, podem-se fazer previsões com séries estacionárias, uma vez que as possíveis flutuações terão caráter transitório.

Os testes de estacionariedade adotados foram o teste Dickey Fuller e o teste Philips Perron. Ambos aceitam como hipótese nula a existência de raiz unitária e como hipótese alternativa a ausência de raiz unitária.

A análise dos resultados dos testes obedece ao parâmetro apontado em Gujarati (2000). Quando o valor da estatística  $|t|$  exceder os valores críticos no nível de 1%, 5% ou 10%, a série será considerada estacionária, ou seja, rejeita-se a hipótese nula. Em contrapartida, se a estatística  $|t|$  for menor que os valores críticos dados, a série temporal será considerada não estacionária.

Determinadas séries de dados precisam ser diferenciadas para tornarem-se estacionárias. Quando a variável for diferenciada uma vez, ela é integrada de ordem 1. Sendo assim, se a série precisar se diferenciar  $p$  vezes, ela será integrada de ordem  $p$ . Nestas situações, nas quais as séries precisaram ser integradas, diz-se que a série temporal original não é estacionária.

O resultado do teste de raiz unitária dará maior nível de consistência às análises desenvolvidas com o teste posterior.

O teste de causalidade de Granger mantém como propósito a identificação do sentido da causalidade entre séries de tempo. O método é capaz de identificar o efeito causal que uma variável impõe sobre outra, relacionando causa e efeito entre as variáveis, ou seja, identifica o efeito que a primeira variável,  $x$ , gera nas demais variáveis. Por exemplo, o efeito que a variável balança comercial gera na variável produção industrial.

Sendo assim, para Gujarati (2000), o teste de causalidade de Granger supõe que as informações relevantes para a previsão das variáveis  $x$  e  $y$  – balança comercial, comércio varejista, empregos formais, produção industrial e INPC – estejam contidas exclusivamente nos dados destas variáveis.

Dadas as seguintes regressões:

$$x_t = \sum_{j=1}^j a_j x_{t-j} + \sum_{j=1}^j \beta_j y_{t-j} + \varepsilon_t \quad (3)$$

$$x_t = \sum_{j=1}^j a_j x_{t-j} + \varepsilon_t \quad (4)$$

O teste de causalidade de Granger irá identificar a relação entre elas, comparando a soma dos quadrados dos resíduos a partir da equação 5:

$$F = \frac{(n-2j)(SQR_{(2)} - SQR_{(1)})}{J.SQR_{(1)}}$$

Na equação 5, está descrita a relação causal da segunda regressão de dados (equação 4) na primeira regressão (equação 3).

A direção da causalidade pode apresentar-se sob o prisma de quatro situações distintas, identificadas em Gujarati (2000):

- Causalidade unidirecional de  $x \rightarrow y$ , ou seja,  $x$  “causa”  $y$
- Causalidade unidirecional de  $y \rightarrow x$ , ou seja,  $y$  “causa”  $x$
- Causalidade bidirecional ou realimentação,  $x \rightarrow y$  e  $y \rightarrow x$ , ou seja, existe uma relação de causação mútua.

- Independência – Esta situação ocorre quando uma variável não possui coeficiente significativo para manter relação de causalidade com outras variáveis adotadas no modelo.

Identifica-se a direção da causalidade quando o valor da probabilidade da estatística  $F$  for inferior ao nível de significância de 5%, conforme Gujarati (2000).

### Filtro Hodrick-Prescott

Nesta fase da pesquisa, foram confrontadas empiricamente as características cíclicas das séries, a partir da utilização do filtro Hodrick Prescott (HP), mediante o uso do software Eviews, versão 5.0.

Para Gianinni, Dias, M. e Dias J. (2009), a escolha do método de filtragem é fundamental nos trabalhos de ciclos econômicos, uma vez que métodos diferentes induzirão a resultados distintos.

Hodrick e Prescott criaram o filtro cíclico em 1980. Em 1997, houve a publicação atualizada do texto e atualmente o filtro HP tornou-se o método mais popular para o estudo dos ciclos econômicos (CUNHA; SANDES; VIVANCO, 2005).

Sua configuração segue o esquema seguinte:

A série  $X_t$  é composta do fator tendência e do fator cíclico, conforme equação 6:

$$X_t = X_t^T + X_t^C \quad (6)$$

O filtro HP decompõe a série, retirando o fator tendência e isolando o fator cíclico, de acordo com a equação 7.

$$X_t^C = X_t - X_t^T \quad (7)$$

Adotou-se o parâmetro de suavização,  $\lambda$  (lambda), equivalente a 14400, parâmetro indicado para séries com periodicidade mensal. Quanto maior for o valor de  $\lambda$ , maior será o grau de suavidade da série (GIANINNI; DIAS, M.; DIAS, J., 2009).

Com o isolamento de  $X_t^C$ , foram mapeadas a volatilidade, a persistência e o grau de comovimento cíclico. A volatilidade foi obtida através do cálculo do desvio-padrão, enquanto a persistência do ciclo foi conseguida executando a correlação entre  $X_t^C$  e  $X_{t-1}^C$ . Por fim, o grau de comovimento foi aferido

por meio do coeficiente de correlação de uma série com outra série de interesse. Neste trabalho adotou-se como série de interesse o Produto Interno Bruto (PIB), por tratar-se do principal medidor de crescimento do país.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado do teste de raiz unitária Dickey-Fuller para o conjunto de séries temporais do Brasil indicou que todas variáveis são estacionárias, salvo a variável produção industrial. Para confrontar este resultado, foi realizado o teste Phillips-Perron, que se diferencia do anterior por considerar informações de erro padrão na correlação serial. Conforme resultado, todas as variáveis são geradas através de um processo estacionário.

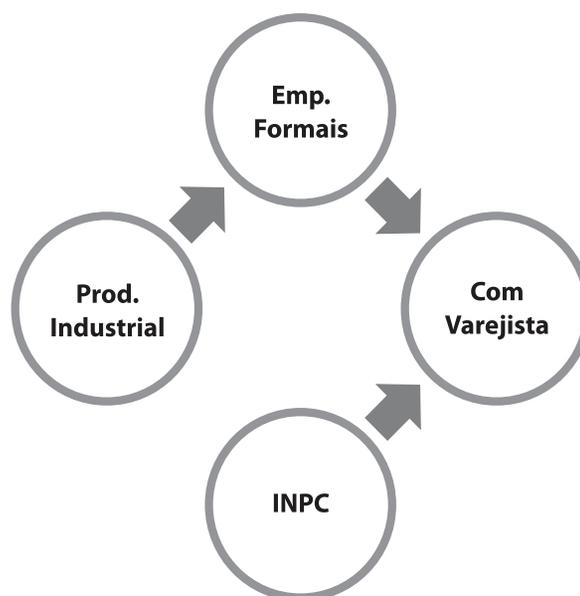
Por sua vez, o teste de raiz unitária para o estado da Bahia apresentou algumas diferenças, principalmente quanto ao Dickey-Fuller. O resultado deste teste demonstrou que somente as variáveis comércio varejista e INPC são estacionárias. Em contrapartida, o resultado do teste Phillips-Perron indicou que todas as variáveis são estacionárias. Novamente, o teste Phillips-Perron apresentou maior nível de aderência, indicando estacionariedade para todas as variáveis dadas (ver Tabela 1).

Com a detecção da estacionariedade nas séries, pode-se projetar a análise a longo prazo. Neste sentido, o resultado da causalidade de Granger representa um fluxo que não se limita somente ao período determinado para análise, mas caracteriza,

sobretudo, um padrão de fluxo causal entre as séries temporais brasileiras e baianas.

O resultado do teste completo da causalidade de Granger encontra-se na Tabela 2. No entanto, as figuras 3 e 4 demonstram os valores significativos do teste F, informando o sentido da causalidade de Granger nos dois campos de estudo.

O teste de causalidade para o Brasil apontou relações unidirecionais entre as variáveis de produção industrial para empregos formais e de empregos formais e INPC para comércio varejista. A série balança comercial destacou-se por apresentar comportamento independente no grupo (ver Figura 3).



**Figura 3**  
Teste de causalidade de Granger para o Brasil  
jan. 2000-jun. 2010

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 1**

Teste de raiz unitária para as séries temporais – Brasil e estado da Bahia – jan. 2000-jun. 2010

Séries	Brasil				Bahia			
	Teste Dickey-Fuller		Teste Philips-Perron		Teste Dickey-Fuller		Teste Philips-Perron	
	t	Situação	t	Situação	T	Situação	t	Situação
Balança comercial	-14.699	Est <sup>2</sup>	-16.829	Est <sup>2</sup>	-0.803	Não est	-6.869	Est <sup>*1</sup>
Comércio varejista	4.583	Est <sup>*1</sup>	-5.030	Est <sup>*1</sup>	2.546	Est <sup>**1</sup>	-4.818	Est <sup>*1</sup>
Empregos formais	3.002	Est <sup>*1</sup>	-6.461	Est <sup>*1</sup>	-1.501	Não est	-6.107	Est <sup>*1</sup>
Produção industrial	-0.176	Não est	-8.062	Est <sup>*1</sup>	0.534	Não est	-9.205	Est <sup>*1</sup>
INPC	-2.578	Est <sup>**1</sup>	-4.385	Est <sup>*1</sup>	-2.487	Est <sup>**2</sup>	-6.034	Est <sup>*1</sup>

Fonte: Dados da pesquisa.

\*Estacionário a 1%, \*\*Estacionário a 5%, <sup>1</sup>Estacionário em nível, <sup>2</sup> Estacionário na 1ª diferença.

Tabela 2

Teste de causalidade de Granger para a Bahia e para o estado da Bahia – jan. 2000-jun. 2010

Hipóteses nulas	Obs	Brasil		Bahia	
		F-Estatística	Probabilidade	F-Estatística	Probabilidade
Com. varejista "Granger não causa" bal. comercial	124	0.95216	0.38883	0.46185	0.63124
Bal. comercial "Granger não causa" com. varejista	124	0.89956	0.40950	0.82994	0.43858
Emp. formais "Granger não causa" bal. comercial	124	0.49824	0.60886	414.694	0.01815
Bal. comercial "Granger não causa" emp. formais	124	154.381	0.21781	0.80299	0.45040
Prod. industrial "Granger não causa" bal. comercial	124	0.56301	0.57100	240.520	0.09462
Bal. comercial "Granger não causa" prod. industrial	124	0.32997	0.71960	100.864	0.36781
INPC "Granger não causa" bal. comercial	124	0.21989	0.80294	0.04952	0.95170
Bal. comercial "Granger não causa" INPC	124	0.12105	0.88610	0.92299	0.40016
Emp. formais "Granger não causa" com. varejista	124	484.563	0.00948	0.61541	0.54213
Com. varejista "Granger não causa" emp. formais	124	0.77035	0.46514	180.808	0.16844
Prod. industrial "Granger não causa" com. varejista	124	0.68508	0.50603	749.233	0.00086
Com. varejista "Granger não causa" prod. industrial	124	278.423	0.06581	600.233	0.00328
INPC "Granger não causa" com. varejista	124	516.923	0.00703	578.631	0.00400
Com. varejista "Granger não causa" INPC	124	121.424	0.30059	116.553	0.31529
Prod. industrial "Granger não causa" emp. formais	124	225.222	5.1E-09	0.88901	0.41378
Emp. formais "Granger não causa" prod. industrial	124	234.219	0.10053	241.573	0.09367
INPC "Granger não causa" emp. formais	124	0.42389	0.65548	0.07721	0.92575
Emp. formais "Granger não causa" INPC	124	182.872	0.16510	0.67991	0.50862
INPC "Granger não causa" prod. industrial	124	241.106	0.09409	0.76556	0.46735
Prod. industrial "Granger não causa" INPC	124	160.700	0.20481	207.147	0.13052

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Dornbusch, Fischer e Startz (2003), o balanço de pagamentos registra todas as transações econômicas entre residentes e não residentes do país. A balança comercial integra-se ao balanço de pagamentos e possui como função o registro do saldo das transações de produtos do país com o exterior. Neste contexto, a balança comercial registra o saldo das exportações (vendas para o exterior) menos importações (compras no exterior).

A balança comercial apresenta um comportamento independente das variáveis do grupo, pois as *commodities* ainda exercem elevada participação nas exportações brasileiras. Para Salerno (2004, p. 19), "[...] as exportações brasileiras são baseadas em *commodities* primárias, bens industriais baseados em recursos naturais e de baixa intensidade tecnológica". Segundo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010), as principais *commodities* comercializadas são café, açúcar, soja, minério de ferro, carne bovina e suco de laranja.

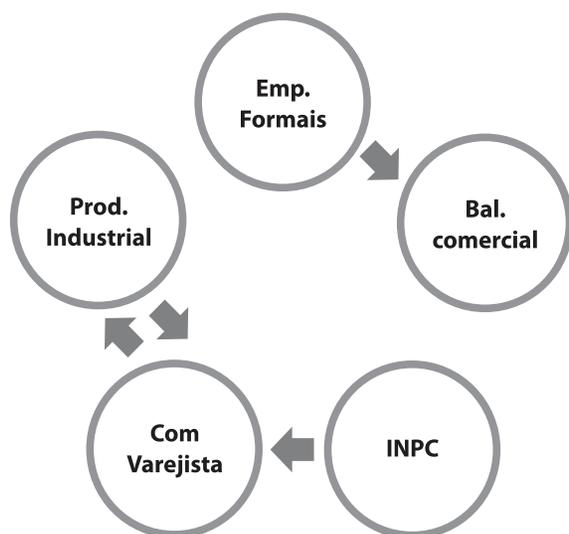
No que tange à relação causal de produção industrial para empregos formais, ela embasa-se no argumento de que o nível de produção industrial determina o volume de empregos formais, indicando que, predominantemente, os trabalhadores da indústria são formalizados. Sendo assim, políticas governamentais que estimulem a produção industrial aumentarão o nível de empregos formais no país, ou seja, a variável produção industrial é estratégica para a nação, pois, além de dinamizar a economia, reduz o nível de informalidade.

Por sua vez, observou-se que empregos formais "causam" comércio varejista. Esta relação é coerente, pois, quanto maior for o nível de empregos, maior a renda da população e, posteriormente, maior será o consumo. Esse processo afeta diretamente o volume de vendas do comércio varejista, uma vez que ele está direcionado essencialmente ao consumo de famílias.

Por outro lado, o INPC "causa" comércio varejista, uma vez que a inflação afeta a renda, alterando

o poder de compra do consumidor. Sendo assim, quanto maior for o INPC, menor a renda real e menor será o consumo no comércio varejista.

A causalidade de Granger para o estado da Bahia indicou causalidade unidirecional de empregos formais para balança comercial e de INPC para comércio varejista. Entretanto, averiguou-se uma situação de realimentação ou causalidade bidirecional entre produção industrial e comércio varejista, conforme a Figura 4.



**Figura 4**  
Teste de causalidade de Granger para a Bahia – jan. 2000-jun. 2010

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante disto, a configuração do fluxo causal no estado da Bahia apresentou outras direções em relação ao fluxo anterior, caracterizando o comportamento da economia na região. Dentre as diferenças, destaca-se a inserção da balança comercial e o caso de realimentação entre produção industrial e comércio varejista.

Apesar de o estado possuir em sua matriz exportadora produtos agrícolas com grande significância para a economia local, desde o século XX, o estado sofreu estímulos para aumentar o parque industrial. Com isto, o papel exercido pela indústria mostra-se como um dos principais motivos do fluxo causal heterogêneo.

A Bahia possuía como principal produto agrícola o cacau, maior gerador de divisas. No entanto, na década de 70, a industrialização foi impulsionada pela política econômica federal, que objetivava a integração das regiões brasileiras, mediante a formação de parques industriais que permitissem uma matriz produtiva articulada setorialmente e regionalmente. A industrialização foi possibilitada por meio de incentivos fiscais dirigidos principalmente à Bahia, devido a sua proximidade com o centro-sul do país e por já possuir refinaria, a Landulfo Alves, em Mataripe. Neste contexto, foi implantado o complexo petroquímico, no município de Camaçari, e o Complexo Industrial de Aratu (PESSOTI, 2006). Desta forma, a balança comercial ganha relevância na conjuntura econômica do estado, justificando sua integração na análise.

A mudança na estrutura produtiva do estado possibilitou a implantação de diversas indústrias no período de 2000-2005, transformando a composição do PIB estadual. Conforme Pessoti (2006), no ano de 2005, o setor industrial respondia por mais de 50% do valor agregado da economia.

O caso de realimentação ou causalidade bidirecional entre produção industrial e comércio varejista revela a dependência entre estas variáveis, uma vez que a indústria baiana abastece o comércio varejista e, por sua vez, alterações no comércio varejista modificam também o nível de produção industrial.

Outra direção da causalidade observada deu-se dos empregos formais para balança comercial, indicando que, quanto maior for o nível de empregos, maior será a renda da população e, conseqüentemente, mais intenso o fluxo de transações internacionais.

Nesta fase, será analisado o ciclo da economia brasileira e baiana sob a ótica do componente cíclico do saldo da balança comercial, do volume de vendas no comércio varejista, do volume de empregos formais, da produção industrial e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Destaca-se

que, desta forma, busca-se uma análise mais coesa e completa das conjunturas. A análise cíclica baseada somente no PIB pode suscitar distorções no diagnóstico. Para Pessoti (2006, p. 78), “[...] o PIB não consegue traduzir a totalidade de relações econômicas existentes entre os agentes produtivos”.

Os impactos incididos em uma economia afetam todos os indicadores, de forma menos ou mais expressiva, dependendo da natureza e da proporção do choque. Sendo assim, o mesmo acontecimento pode provocar alterações em medidores diferentes do comportamento econômico. Analogamente, pode-se dizer que os indicadores representam partes de um único corpo. Esta pesquisa destaca esta unicidade e as características cíclicas de cada economia.

Os componentes cíclicos dos indicadores exibiram os comportamentos mais persistentes no desempenho econômico do Brasil e da Bahia. Foram observadas situações de sincronidade para o saldo da balança comercial, comércio varejista e produção industrial, conforme figuras 5, 6 e 7.

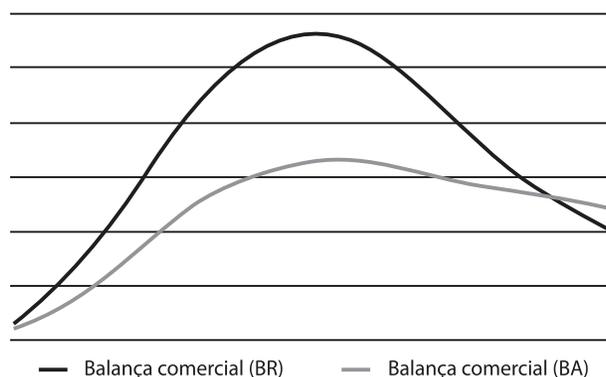
Esta consonância cíclica explica-se principalmente pela inserção geográfica, política e econômica da Bahia no país, caracterizando-a como estado subnacional<sup>4</sup>, que, como tal, submete-se aos direcionamentos do país.

A Figura 5 descreve o comportamento cíclico dos saldos da balança comercial do Brasil e da Bahia, ambos regidos pela política de comércio exterior. Como pode ser visto, após jun. 2005, a economia baiana obteve uma queda menos expressiva que a brasileira. Em decorrência disto, em jun. 2009, o componente cíclico da Bahia tornou-se superior ao do Brasil.

<sup>4</sup> Sandroni (apud PESSOTI, 2006) classifica o estado subnacional como aquele que não formula e não define políticas macroeconômicas e, portanto, possui autonomia restrita e restrito controle sobre os elementos determinantes da conjuntura econômica – taxa de juros, preços, taxa de câmbio, base monetária etc.

### **A mudança na estrutura produtiva do estado possibilitou a implantação de diversas indústrias no período de 2000-2005, transformando a composição do PIB estadual**

Esta situação indica que, submetido à economia nacional, o estado não pode manter uma dinâmica econômica discrepante daquela determinada em âmbito nacional, mas pode gerar estímulos locais coerentes com a economia brasileira. Ou seja, o estado possui uma autonomia limitada, e as diferenças de ações locais poderão traduzir-se em comportamentos cíclicos heterogêneos entre estado e nação – figuras 8 e 9 –, a serem discutidos posteriormente.



**Figura 5**  
Componente cíclico do saldo da balança comercial para o Brasil e para o estado da Bahia – jan. 2000-jun. 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Bacen.

Conforme a Figura 5, o saldo da balança comercial foi crescente de 2000 a 2005, apesar dos choques que ocorreram nesta primeira metade da década, como a crise argentina, energética, atentado terrorista aos EUA<sup>5</sup> e eleições presidenciais.

<sup>5</sup> A Argentina, uma das principais parceiras comerciais do Brasil, adotou o *currency board* na década de 90, sistema cambial pelo qual o país atrela sua moeda ao dólar americano. No entanto, o país não conseguiu enfrentar os choques externos que sofrera, conforme Batista (2002). Esta inflexibilidade do câmbio foi problemática para a Argentina, pois o país possuía um comércio diversificado, mais vinculado ao Brasil e à União Europeia do que aos EUA. Segundo Tolmasquim (2000), a crise energética aconteceu devido à insuficiência do sistema elétrico no atendimento da demanda. O consumo havia crescido 49%, enquanto a capacidade instalada da indústria, apenas 35%. O atentado aos EUA, principal economia do mundo, ocorreu no final de 2001, afetou as relações comerciais internacionalmente.

O Brasil e a Bahia mantiveram uma trajetória de crescimento, com medidas monetárias e fiscais eficazes, que permitiram a expansão das relações comerciais. Isso se deu a partir de intensas alterações na taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), considerada a taxa básica de juros, e na taxa cambial, que atingiram 26,5%, em fev. 2003, e R\$ 3,81, em out. 2002, respectivamente, seus valores máximos no período de 2000 a 2010 (BACEN, 2000, 2001, 2003). Além disso, as exportações foram estimuladas por meio de iniciativas específicas, como o Programa de Financiamento das Exportações (Proex) – que, segundo o Ministério da Fazenda (2010), busca proporcionar financiamento às exportações brasileiras equivalentes às internacionais – e a Agência de Promoção de Exportações (Apex), desvinculada do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em 2003 para gerar maior agilidade e eficiência nos processos de estímulo à exportação (APEX, 2010).

O aquecimento da economia no ano de 2005 favoreceu as compras internacionais, elevando o nível de importações e justificando a contração cíclica observada de 2006 a 2010. Segundo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2010), em 2006, as exportações cresceram 17,1%, e as importações, 25,2%; em 2007, as exportações expandiram 16,6%, enquanto as importações, 32%. Esta ampliação comercial confirma a inserção brasileira no comércio internacional. Nos anos de 2008 e 2009, a retração embasou-se na crise financeira internacional. A redução dos preços das *commodities* e da demanda por bens permitiu o crescimento das importações em 43,6% e das exportações somente em 23,2% em 2008. Em contrapartida, em 2009, o comércio reduziu 24,3% em relação ao ano anterior, com queda de 22,7% nas exportações e 26,2% nas importações. Por sua vez, no primeiro semestre de 2010, o comércio externo deu sinais de recuperação, com ampliação de 35,3% em relação

ao mesmo período de 2009, com elevação de 27,5% nas exportações e de 45,1% nas importações.

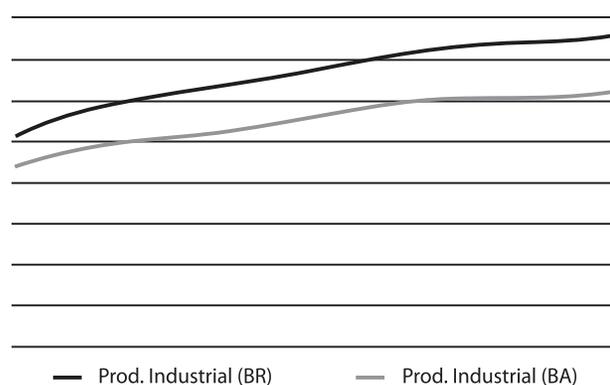
O componente cíclico do saldo da balança comercial da Bahia apresentou resultado superior ao brasileiro nos anos de 2009 e 2010.

### O componente cíclico do saldo da balança comercial da Bahia apresentou resultado superior ao brasileiro nos anos de 2009 e 2010

Convém lembrar que balança comercial é o saldo das exportações menos importações. Neste contexto, a diferença de desempenho é resultado do

elevado nível de importação para o Brasil, ou seja, a diferença entre exportação e importação foi maior para a Bahia, gerando o saldo da balança comercial mais favorável para o estado, conforme dados da SEI (2010).

A Figura 6 demonstra o componente cíclico da produção industrial, que apresentou desempenho coincidente entre o Brasil e Bahia, caracterizado pelo comportamento crescente.



**Figura 6**  
Componente cíclico da produção industrial para o Brasil e para o estado da Bahia – jan. 2000-jun. 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

A abertura comercial, intensificada com a inserção do Plano Real na década de 90, aumentou as preocupações com a indústria nacional, diante da exposição à concorrência estrangeira, atrelando, desde então, a política de comércio exterior à política industrial<sup>6</sup> do país. Como resultado disso tem-se

<sup>6</sup> Conforme Campanário e Silva (2004) e Silva (2003) apud Silva (2005, p. 8), a política industrial é compreendida como criação, implementação, coordenação e controle estratégico de instrumentos designados a ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, para que sejam maximizadas as condições concorrenciais sustentáveis nos mercados interno e externo.

a implantação da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) na década de 90 e, posteriormente, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), criada em 2004.

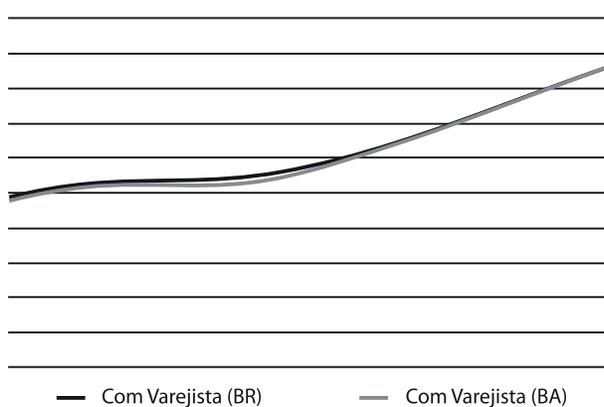
A PITCE evidencia, em linhas gerais, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento industrial, especialmente através de incentivos fiscais, investimento em pesquisa e desenvolvimento, parcerias público-privadas e criação de zonas francas e de processamento para exportação (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS, 2005), com vistas a aumentar a sustentabilidade industrial e volume de produtos exportados. O Programa de Modernização do Parque Industrial (Modermaq), integrado à PITCE, representa esta proposta do governo. É destinado ao financiamento de novas máquinas à indústria, permitindo a otimização do processo produtivo e qualidade do bem produzido (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2005).

Para a Bahia, o período foi marcado pela política de atração industrial, consolidada pela instalação de diversas indústrias calçadistas, automobilística, como a Ford, indústrias extrativas, como a Veracel Celulose, e de silvicultura, como a Monsanto, grandes geradoras de emprego. Segundo dados da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (2005 apud PESSOTI, 2006, p. 86), citados em Pessoti (2006, p. 86), “[...] foram realizados na Bahia no período 1999-2005 cerca de R\$ 30,7 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 135 mil empregos diretos”. O período subsequente, de 2006 a 2010, consolidou a fase expansionista da conjuntura baiana.

Nos anos de 2009 e 2010, o governo nacional estimulou a venda de produtos industrializados, por meio da redução de alíquotas tributárias, para elevar o consumo e permitir o crescimento do PIB, em declínio gerado pelo impacto da crise financeira (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008, 2009).

Diante disso, o comportamento expansivo indicado na figura descreve, sobretudo, a solidez do sistema industrial no Brasil e na Bahia, derivada de uma política industrial bem sucedida no período.

O componente cíclico do comércio varejista indica total sincronicidade cíclica entre o Brasil e a Bahia. O desempenho permaneceu praticamente inalterado entre 2000 e 2004, e a partir de 2005, inseriu-se em fase de expansão cíclica, conforme a Figura 7.



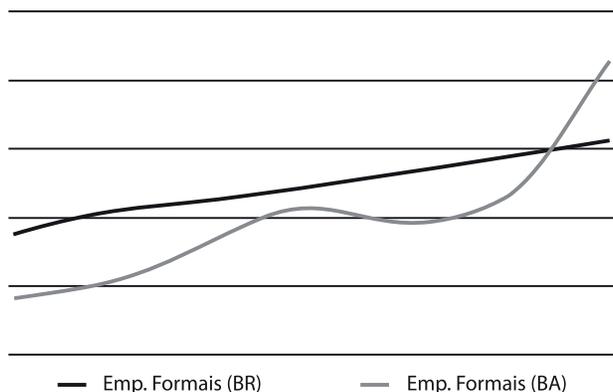
**Figura 7**  
Componente cíclico do comércio varejista para o Brasil e para o estado da Bahia – jan. 2000-jun. 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (Bacen).

A estabilidade verificada de 2000 a 2004 decorreu da estabilidade no consumo das famílias. A partir de 2005, a expansão justifica-se pelo aquecimento no consumo, estimulado pelas condições favoráveis de crédito, programas de transferência de renda<sup>7</sup> e expansão do emprego – conforme será analisado na próxima figura –, configurando um panorama econômico expansionista (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006).

O componente cíclico dos empregos formais demonstrou, predominantemente, assimetria cíclica no período de 2000 a 2010 (ver Figura 8).

<sup>7</sup> Programas de transferência de renda são transferências monetárias diretas, direcionadas a famílias pobres e extremamente pobres. As principais transferências são o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2010b).



**Figura 8**  
Componente cíclico de empregos formais para o Brasil e para o estado da Bahia – jan. 2000-jun. 2010

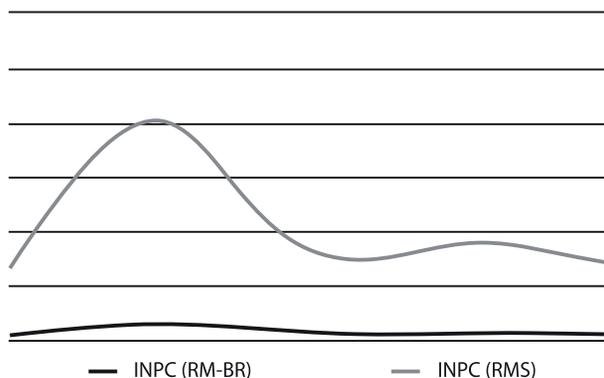
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Durante o período, a Bahia manteve o ciclo dos empregos formais inferior ao patamar nacional até o primeiro trimestre de 2009. Na fase posterior, até jun. 2010, o cenário inverteu-se. Para a economia baiana, o segundo maior setor responsável por empregos com carteira assinada foi a construção civil, atrás somente do setor de serviços, em 2009. Por outro lado, no primeiro semestre de 2010, a construção civil foi considerada o setor mais dinâmico na geração de empregos, respondendo por 28,6%. No plano nacional, o setor líder foi o de serviços e administração pública. Sendo assim, a constância no primeiro semestre de 2010 para o Brasil, em oposição ao crescimento verificado na Bahia, retrata a característica de estabilidade dos empregos na administração pública, ou seja, os empregos no setor público respondem com bem menos intensidade a choques externos do que setores integrados à área privada.

A Figura 9 revela o componente cíclico do INPC, caracterizado pela uniformidade no Brasil e instabilidade na Bahia, com alterações mais expressivas de 2000 a 2004 e mais brandas de 2007 a 2008.

As oscilações nos anos de 2001 a 2004 refletem os choques externos gerados pela crise argentina, energética e aumento do preço no

petróleo. Já a elevação em 2007 e 2008 decorreu do aumento nos preços dos alimentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001, 2002, 2007, 2008).



**Figura 9**  
Componente cíclico do INPC para as regiões metropolitanas do Brasil e região metropolitana de Salvador – jan. 2000-jun. 2010

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Bacen.

A diferença de oscilação nas duas áreas de estudo embasa-se na característica socioeconômica da região. O estado da Bahia é caracterizado como periférico. Desta forma, sua população é composta predominantemente por pobres, classificando-o como o quinto estado com maior proporção de pobres do país (OSÓRIO; MEDEIROS, 2003). Segundo o IBGE, citado em Spínola (2004), Salvador é a segunda capital mais pobre (com base em dados do PIB per capita). Em contrapartida, o Brasil está entre os países com maior PIB per capita do mundo, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (2009).

O INPC mede variações nos preços de famílias que recebem de um a seis salários mínimos, ou seja, de famílias com renda mais baixa. Desta forma, alterações no INPC serão mais perceptíveis na Bahia do que no Brasil, dada sua composição socioeconômica.

Na fase posterior, foi realizado o teste de volatilidade, persistência e comovimento para o componente cíclico (ver Tabela 3).

O teste de volatilidade mede a oscilação cíclica e corrobora o comportamento analisado anteriormente, no qual houve alto índice de volatilidade para a balança comercial no Brasil e na Bahia, devido aos acontecimentos já discutidos.

Além desta série, o INPC para a Bahia atingiu elevada volatilidade, dada a característica socioeconômica da sociedade no estado, associada à população-alvo do indicador.

O nível de persistência das variáveis para todas as situações esteve acima de 99%, ou seja, todos os ciclos foram altamente persistentes.

Correlacionando o ciclo das variáveis estudadas com a variável de interesse, Produto Interno Bruto (PIB), o teste de comovimento demonstrou que somente a variável INPC é anticíclica, ou seja, só o INPC é capaz de interromper o padrão cíclico do PIB. Esta situação acontece porque, quanto maior for a expansão inflacionária, menor será o consumo das famílias. A redução no poder de compra do consumidor provocará redução no nível de produto do país. As demais variáveis crescem com a expansão do PIB e, concomitantemente, contraem-se com sua redução. Sendo assim, acompanham o padrão cíclico do PIB e são pró-cíclicas.

As conjunturas baiana e brasileira apresentaram similaridades e assimetrias em diversas situações do estudo e é esta configuração distinta que caracteriza a singularidade de cada esfera analisada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs-se a comparar os ciclos econômicos do Brasil com os do estado da Bahia, tomando como hipótese a existência de ciclo comum e como indicadores a balança comercial, o comércio varejista, o volume de empregos formais, a produção industrial e o INPC, no período de janeiro de 2000 a junho de 2010.

O procedimento metodológico permitiu verificar a relação de causalidade e o isolamento e estudo dos componentes cíclicos. Ressalta-se que, apesar do teste de causalidade de Granger não oferecer informações no que tange ao ciclo das economias, seu resultado permitiu compreender a dinâmica da conjuntura baiana e da brasileira, tornando-se um subsídio à compreensão da inter-relação entre os indicadores, além de melhorar o entendimento dos resultados gerados pelo filtro Hodrick-Prescott. Este último, por sua vez, a partir do isolamento do componente cíclico das séries, gerou informações quanto à volatilidade, persistência e comovimento dos ciclos.

O resultado aferido por meio do teste de causalidade de Granger para a conjuntura brasileira e a baiana apresentou a mesma situação causal para as séries do INPC e volume de vendas no comércio varejista. No entanto, verificou-se heterogeneidade nas relações causais de empregos formais, produ-

### **As conjunturas baiana e brasileira apresentaram similaridades e assimetrias em diversas situações do estudo e é esta configuração distinta que caracteriza a singularidade de cada esfera analisada**

**Tabela 3**  
**Testes para o componente cíclico – Brasil e Bahia – jan. 2000-jun. 2010**

Variáveis	Volatilidade		Persistência		Comovimento	
	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia
1 Balança comercial	7,74187	4,540774	0,998831	0,999529	0,551681	0,858497
2 Comércio varejista	0,216502	0,230947	0,999963	0,999529	0,767565	0,753693
3 Empregos formais	0,138651	0,390748	0,999969	0,99949	0,916593	0,732537
4 Produção industrial	0,138651	0,105763	0,999954	0,99994	0,947564	0,94776
5 INPC	0,343411	4,450543	0,997516	0,997442	-0,35387	-0,40562

Fonte: Dados da pesquisa.

ção industrial e balança comercial. Esta configuração indica a predominância de um fluxo causal distinto, ou seja, assinala que cada economia possui uma dinâmica particular, conforme seu processo histórico de formação econômica e suas possibilidades de desenvolvimento.

No que concerne ao resultado obtido com o filtro Hodrick- Prescott, verificou-se a existência de ciclos comuns para o comércio varejista e produção industrial. Para a série balança comercial, o ciclo comum não persistiu durante o período. A sincronidade cíclica ocorreu de jan. 2000 a mar. 2009, enquanto no período posterior, que se encerrou em jun. 2010, a Bahia obteve um comportamento contrário ao brasileiro. Por outro lado, averiguou-se um ciclo predominantemente distinto para as séries de empregos formais e INPC.

Com o isolamento do componente cíclico, foi realizado o teste de volatilidade, persistência e comovimento, cujas análises indicaram alto nível de persistência para todas as séries e alto grau de volatilidade para a balança comercial e INPC da Região Metropolitana de Salvador (RMS), enquanto o teste de comovimento indicou que somente a variável INPC é anticíclica, ou seja, é a única que possui um comportamento oposto ao do Produto Interno Bruto (PIB).

Assim sendo, rejeita-se a hipótese adotada de propagação dos impulsos, de Ragnar Frisch, e se afirma que o estado da Bahia não apresenta regularidade cíclica com a nação. Sendo assim, a presente pesquisa permite afirmar que, apesar de a economia baiana submeter-se à nacional, ela possui, predominantemente, uma dinâmica própria, e seus principais indicadores econômicos apresentaram um comportamento cíclico distinto em toda a série ou em determinados períodos. O resultado corrobora o averiguado por Cunha e Moreira (2006), no qual a Bahia não apresentou fase cíclica coincidente com o Brasil.

Para aprofundar com maior grau de minúcia a comparação cíclica, sugere-se que as pesquisas posteriores analisem isoladamente o ciclo de

cada indicador, a fim de levantar maiores informações sobre o desempenho cíclico de determinada série temporal.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (Brasil). Brasília: Apex-Brasil, 2010. Disponível em <<http://www.apexbrasil.com.br/>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do Bacen 2000*. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2000/rel2000p.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2001*. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2001/rel2001p.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2002*. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2002/rel2002p.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2003*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2003/rel2003p.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2004*. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2004/rel2004p.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2005*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2005/rel2005p.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2006*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2006/rel2006p.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2007*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2007/rel2007p.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2008*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2008/rel2008p.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Bacen 2009*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

BATISTA JÚNIOR, P. N. Argentina: uma crise paradigmática. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 44, p. 83-96, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a06.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Brasília (DF), 2011. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 7 jan. 2011.

- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília(DF), 2010a. Disponível em: < <http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília(DF), 2010b. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em: 15 dez. 2010.
- CUNHA, A. B; MOREIRA, L. P. Ciclos econômicos regionais no Brasil de 1985 a 2002: uma introdução. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n1/05.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2010.
- CUNHA, A. B.; SANDES, J. R.; VIVANCO, L. G. C. Ciclo de negócios na América do Sul e no leste da Ásia: uma introdução. *Brazilian Business Review*, Vitória(ES), dez. 2005. Disponível em: <[http://www.bbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/27\\_pt.pdf](http://www.bbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/27_pt.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2010.
- D'AGOSTINI, L. L. M. *Monismo versus não monismo no Brasil (1994-2002): uma abordagem econométrica por vetores auto-regressivos com restrição*. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/742/1/D%27A%20gostiniManarin, Luciano%2BLuiz.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2010.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. *Nota técnica: política industrial no Brasil: o que é a nova política industrial*. São Paulo; DIEESE, 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecPoliticaIndustrial.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2010
- DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. *Macroeconomia*. 8. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2003.
- ELLERY JÚNIOR, Roberto; GOMES, Victor. Ciclo de Negócios no Brasil durante o Século XX – uma comparação com a evidência internacional. *Revista Economia*, Brasília(DF), v. 6, n. 1, p. 45-66, jan./jul. 2005. Disponível em: <[http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n1p45\\_66.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol6/vol6n1p45_66.pdf)>. Acesso em: 4 abr. 2010.
- FROYEN, Richard T. *Macroeconomia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GIANNINI, Fábio Augusto; DIAS, Maria Helena A.; DIAS, Joilson. *Ciclos dos negócios: um estudo empírico para as flutuações da economia brasileira entre 1992 e 2007*. 2009. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-c9dc61f65aaf7cd9481f10c7aff92393.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2010.
- GIL, A. C. Técnicas de pesquisa em economia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, Reinaldo de Sousa. *Política e programação econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 1968. 165 p.
- GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 12 jan. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICAS APLICADAS. Brasília(DF): IPEA, 2009. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em: 9 nov. 2009.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- MANKIWI, N. Gregory. *Macroeconomia*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1998.
- OSÓRIO, R.G.; MEDEIROS, M. Concentração de renda e pobreza na Bahia: 1981-1999. 2003. Pobreza e desigualdade sociais. Disponível em: <[http://www.povertycentre.org/medeiros/2003\\_concentracao\\_renda\\_bahia\\_sei63\\_p249.pdf](http://www.povertycentre.org/medeiros/2003_concentracao_renda_bahia_sei63_p249.pdf)>. Acesso em: 4 dez. 2010.
- PESSOTI, Gustavo Casseb. Uma leitura da economia baiana pela Ótica do PIB – 1975/2005. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 8, n. 14, jul. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/10/67>>. Acesso em: 23 dez. 2010.
- SACHS, Jeffrey; LARRAIN B., Felipe. *Macroeconomia [em uma economia global]*. São Paulo: Makron, 2004.
- SALERNO, Mário Sérgio. A política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo federal. *Revista Parcerias estratégicas*, Brasília, dez. 2004. Disponível em: < [http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/254/248](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/254/248)>. Acesso em: 2 jan. 2011.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SILVA, Marcello Muniz; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu; COSTA, Tiago Ribeiro. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE): análise de fundamentos e arranjos institucionais. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 9., 2005, Salvador. *Anais eletrônico...*, Salvador: ALTEC, 2005. Disponível em: <<http://www.redetec.org.br/publique/media/pitce.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2010.
- SPÍNOLA, N.D. A Economia baiana: os condicionantes da dependência. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, n. 10, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/106>>. Acesso em: 3 jan. 2011.
- SUPERINTENDENCIA DE ESTUDOS SÓCIOECONOMICOS. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- TOLMASQUIM, Maurício. As origens da crise energética brasileira. *Revista Ambiente e Sociedade*, Campinas, nº 6/7, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20435.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

Artigo recebido em 25 de julho de 2011  
e aprovado em 16 de agosto de 2011.



# Uma discussão sobre a importância do turismo como uma estratégia para a redução da pobreza e da desigualdade na Bahia

Poema Isis Andrade de Souza\*

\* Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE). Mestre em Economia pela UFPE. poema.isis@gmail.com

## Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo levantar indícios sobre as potencialidades de desenvolvimento do setor de turismo como uma estratégia para a redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil e, mais especificamente, no estado da Bahia. Desta maneira, foram apresentadas informações que revelam uma tendência positiva na recepção de turistas no Brasil. A Região Nordeste se destacou no contexto nacional, e a Bahia teve grande relevância no turismo regional. As estimativas da dimensão econômica do turismo mostraram-se bastante favoráveis aos estados mais pobres do Brasil, o que pode caracterizar a atividade como positiva à distribuição de renda.

**Palavras-chave:** Turismo. Pobreza. Desigualdade.

## Abstract

*This paper aims to get clues about the development potential of the tourism for reducing poverty and income inequality in Brazil and, more specifically, in the state of Bahia. Thus, information was submitted to show a positive trend in the reception of tourists in Brazil. The Northeast region is highlighted in the national context and Bahia had great significance in regional tourism. Estimates of the economic dimension of tourism were very favorable to the poorer states of Brazil, which can characterize the positive activity to the distribution of income.*

**Keywords:** Tourism. Poverty. Inequality.

## INTRODUÇÃO

O elevado crescimento da atividade turística nos últimos anos tem sido enfatizado no âmbito internacional, especialmente como forma de desenvolvimento para países mais pobres que se destacam pela existência de recursos naturais e formação histórico-cultural. Desta maneira, os principais organismos internacionais acreditam que o aproveitamento econômico do turismo é uma oportunidade de desenvolvimento disponível para os países de baixa renda.

Por envolver um conjunto de atividades na exploração econômica do turismo, direta e indiretamente, o desenvolvimento desse setor pode ser uma ferramenta fundamental na promoção do crescimento econômico e da geração de empregos nas localidades menos desenvolvidas. É importante destacar que a atividade turística deve ser sustentável na exploração dos recursos naturais. Isso inclui não apenas a preocupação com a preservação ambiental, mas, também, com os tipos de empreendimentos gerados no setor.

Uma ênfase é dada às pequenas e médias empresas (PME) na criação de emprego e na distribuição de renda. Outro aspecto benéfico do desenvolvimento do turismo se refere aos impactos da atividade sobre a pobreza. Assim, o fortalecimento do turismo pode ser visto como uma ferramenta para a erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento. Ou seja, a literatura começa a difundir a ideia do “turismo pró-pobre”.

A pobreza é caracterizada por uma situação de baixa renda per capita e consumo individual limitado. Além disso, os indivíduos pobres têm pouco acesso à educação, à saúde e a outros serviços básicos que afetam o bem-estar. Esses fatores contribuem para que essas pessoas não obtenham as habilidades requeridas no mercado de trabalho e,

portanto, desfrutem de poucas oportunidades de emprego. Desta forma, a desigualdade de oportunidade, fortemente atrelada à pobreza, contribui para o aumento da disparidade de renda entre os indivíduos na maioria das economias em desenvolvimento.

O fortalecimento do turismo em países que possuem potencialidades no setor pode trazer diversos benefícios sobre o nível de pobreza e desigualdade de renda. A maioria dos estudos aponta os seguintes impactos socio-

econômicos positivos do turismo: criação de empregos formais, principalmente através das PME, inclusive para os pobres; geração de renda; oportunidade de capacitação/treinamento da mão de obra; melhorias no acesso à saúde, à educação e a outros serviços básicos; fortalecimento da identidade sociocultural da localidade e conservação da biodiversidade.

Embora o aproveitamento do turismo possa proporcionar o desfrute de muitos benefícios pela população, é preciso chamar a atenção para alguns aspectos negativos atrelados à atividade, caso esta não venha a ser desenvolvida de forma adequada. Entre os principais pontos negativos citados pela literatura têm-se o aumento do custo de vida da população, degradação ambiental, deslocamento da população local e “perdas” de valores culturais.

Através do desenvolvimento do turismo sustentável, os possíveis aspectos negativos atrelados à atividade turística devem ser minimizados. Ou, de outra forma, os benefícios advindos da exploração econômica do setor podem ser potencializados.

O Brasil é um dos países vistos com grande potencial no desenvolvimento do turismo. A diversidade histórico-cultural associada às belezas naturais e à dinâmica da economia são fatores que parecem colaborar para que o Brasil seja o principal destino turístico da América do Sul, embora a participação brasileira no turismo internacional

ainda seja restrita. Além da demanda estrangeira por produtos turísticos, o mercado interno também desempenha uma função importante no aproveitamento das potencialidades existentes. No estudo *Caracterização e Dimensionamento do Turismo no Brasil* (BRASIL, 2006), estimou-se que 38,5% dos brasileiros realizaram alguma viagem doméstica em 2006. Nessa investigação, também foi destacado o papel do Nordeste como a região preponderantemente receptora de turistas no país.

De fato, o Nordeste é caracterizado, sobretudo, pela diversidade de seus recursos naturais, atrelada principalmente à sua extensão litorânea. Nesse âmbito, o estado da Bahia se destaca no turismo regional, tornando-se o principal destino no Nordeste.

A diversidade da Bahia no turismo é expressa pela segmentação do estado em 12 zonas turísticas (ZT): Costa dos Coqueiros, Baía de Todos-os-Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Vale do Jequiriçá, Lagos do São Francisco, Caminhos do Oeste, Chapada Diamantina, Circuito Chapada Velha e Caminhos do Sertão. Esta caracterização dos destinos turísticos no estado é uma forma de se obter um melhor aproveitamento econômico do turismo, pois há uma maior oferta de atrativos baseada nas especificidades locais. Ainda, a criação de ZT é uma maneira de tornar menos concentrados os benefícios gerados pelo aproveitamento econômico da atividade turística, o que contribui para a redução das desigualdades de renda existentes no território baiano.

Assim, dadas as condições favoráveis do desenvolvimento das atividades turísticas no Brasil, impulsionado também por eventos futuros, como a Copa do Mundo de 2014, além da própria tendência de crescimento dos últimos anos, o turismo

pode ser um mecanismo utilizado para reduzir a pobreza, sobretudo no Nordeste, região que possui a maior proporção e concentração de pobres do país, com destaque para o estado da Bahia.

Ainda, ressaltam-se os impactos positivos do aproveitamento das potencialidades no setor para a minimização das desigualdades regionais existentes.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a Seção 2 traz uma revisão da literatura sobre a importância do turismo na redução da po-

breza. A Seção 3 contém uma análise descritiva do turismo no Brasil, com destaque para a Região Nordeste e para a Bahia. A Seção 4 discorre sobre o turismo na Bahia e o papel das políticas públicas. A Seção 5 exhibe algumas medidas de dimensão econômica do setor turístico no país. Por fim, a Seção 6 apresenta as conclusões do trabalho.

## REVISÃO DE LITERATURA

“O turismo é um termo genérico que inclui as atividades de deslocamento e permanência de pessoas em locais fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, negócios ou outros propósitos, de acordo com a definição da OMT, Organização Mundial do Turismo” (GOMES, 2005, p. 4).

Característico de uma sociedade de consumo, o turismo como um todo estruturado é um produto composto por bens e serviços, tangíveis e intangíveis. Assim, o produto turístico inclui recursos e atrativos naturais e artificiais, equipamentos e infraestrutura, serviços, atitudes recreativas imagens e valores simbólicos, constituindo-se num conjunto de determinados benefícios capazes de atrair certos grupos de consumidores em busca de uma

**O turismo é um termo genérico que inclui as atividades de deslocamento e permanência de pessoas em locais fora de seu ambiente de residência, por período inferior a um ano consecutivo, por razões de lazer, negócios ou outros propósitos, de acordo com a definição da OMT, Organização Mundial do Turismo**

satisfação das suas motivações e expectativas (DROULERS, MILANI, 2002, apud MAMBERTI; BRAGA, 2004).

A exploração do turismo traz diversos benefícios econômicos, traduzidos especialmente através da geração de renda, emprego e acumulação de divisas. Um ponto que tem sido enfatizado em anos mais recentes é a relevância do turismo na redução da pobreza nos países em desenvolvimento.

Destaca-se que o mais importante impacto pró-pobre do turismo é resultante da maior criação de oportunidades de emprego para os grupos mais “vulneráveis” da sociedade, através da produção de bens e serviços turísticos (ASHLEY et al, 2000, apud CROES; VANEGAS, 2008).

Todavia, é preciso ter noção de que a renda gerada pela atividade turística pode ter uma distribuição desigual, concentrando-se nos grupos de empreendedores, em detrimento da população local. Adiciona-se a isso o fato de o emprego poder estar fortemente amparado na mão de obra migrante, em vez da utilização da força de trabalho local (NERI; SOARES, 2009).

O turismo sustentável garante que a geração de emprego e renda tenha uma elevada participação da sociedade local. Além disso, há uma preocupação com a preservação ambiental e cultural, associada a melhorias na qualidade de vida da população nativa. Desta forma, este tipo de turismo é o mais socialmente desejado e deve ser visto como uma ferramenta eficaz na redução da pobreza e da desigualdade de renda.

Para se ter uma compreensão dos benefícios do turismo sobre a população pobre, é preciso conhecer as principais características da pobreza. De acordo com os conceitos utilizados pelo Banco Mundial, a pobreza é caracterizada por baixa renda, consumo reprimido e acesso limitado a bens e

serviços básicos, como alimentação, saúde, moradia e educação. Essas restrições têm fortes implicações sobre a qualidade da mão de obra, o que eleva as dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de obtenção de remunerações. Essas desigualdades de oportunidades justificam em grande parte a elevada disparidade de renda existente principalmente em países de baixa renda per capita. Enfatiza-se também a grande vulnerabilidade da pobreza em relação à saúde, choques econômicos e desastres naturais.

Há um consenso na literatura sobre a relação positiva entre crescimento econômico e a redução da pobreza. Todavia, existem poucos estudos que mostram a relação entre o desenvolvimento do setor turístico e o crescimento econômico de um país e, conseqüentemente, o impacto do turismo na redução da pobreza. Alguns estudos encontraram evidências positivas entre turismo e crescimento econômico na Espanha, China, Aruba, Grécia, Coreia do Sul, Nicarágua e Taiwan (CROES; VANEGAS, 2008).

Existem algumas barreiras que impedem que o turismo seja um instrumento eficaz na redução da pobreza, entre elas a falta de programas governamentais voltados para as atividades turísticas informais; o baixo acesso ao crédito, que limita a participação do pobre na economia do turismo; a capacidade de organização restrita dos órgãos governamentais e não governamentais para aproveitar as potencialidades do desenvolvimento do turismo; e a infraestrutura inadequada nas áreas pobres necessárias à indústria do turismo (JAMIESON; GOODWIN; EDMUNDS, 2004).

No Brasil, estudos sobre os impactos socioeconômicos do turismo também são muito reduzidos, apesar de o país apresentar um crescimento considerável da atividade nos últimos anos. Desta

**O turismo sustentável garante que a geração de emprego e renda tenha uma elevada participação da sociedade local. Além disso, há uma preocupação com a preservação ambiental e cultural, associada a melhorias na qualidade de vida da população nativa**

forma, torna-se imprescindível investigar os efeitos da atividade no nível de pobreza do país e na desigualdade regional.

A Região Nordeste do Brasil apresentou a maior concentração de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha da pobreza, em 2009, de acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O Nordeste teve uma participação de 39,61% de pobres na região, e o Sudeste, apenas 11,83%. Enquanto a média encontrada para o Brasil foi de 21,42%, o estado da Bahia apresentou uma taxa de pobreza de 38,51%. Ou seja, a pobreza do Brasil está geograficamente concentrada no Nordeste, e isso está intimamente ligado às desigualdades regionais existentes no país. A situação do estado da Bahia é ainda mais crítica, pois apresenta uma taxa de pobreza acima da média regional. Assim, o fortalecimento do turismo na região pode significar redução de pobreza e de disparidades regionais.

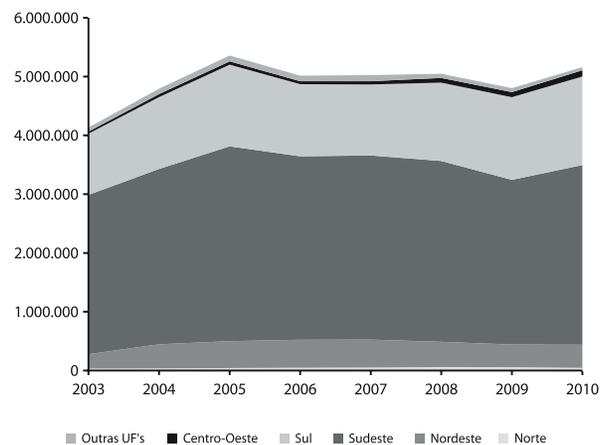
Na investigação econômica do turismo, Souza e Silveira Neto (2007) mostraram que existem *clusters* potenciais de turismo no Nordeste, o que significa um nível de especialização no setor turístico acima da média do país. Esses mesmos autores realizaram um estudo, em 2008, da dinâmica das atividades do turismo entre 2002 e 2006 e observaram que, tanto para a renda total do trabalho, quanto para o total de ocupações, houve um crescimento do peso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com perdas de importância para as regiões Sudeste e Sul do país.

Em estudo recente, Souza e Silveira Neto (2008) apontaram que as atividades do turismo no Nordeste foram responsáveis por 6,4% da renda do trabalho total e 5,8% das ocupações, em 2006. Ainda de acordo com o mesmo trabalho, mostrou-se que, em termos de renda do trabalho per capita, ao contrário do verificado para a indústria e demais serviços, as atividades do turismo apresentam-se mais distribuídas em direção aos estados mais pobres do país que a tendência observada para a renda do trabalho total per capita. E o setor turístico contri-

buiu com cerca de 8% da queda do índice de Gini para a distribuição da renda do trabalho per capita entre os estados brasileiros.

### UMA ANÁLISE DESCRITIVA DO TURISMO: BRASIL, NORDESTE E BAHIA EM FOCO

O desempenho favorável do turismo no Brasil nos últimos anos pode ser analisado através da evolução da chegada de turistas estrangeiros ao país, conforme mostra a Figura 1 a seguir.



**Figura 1**  
Evolução do turismo internacional receptivo  
Brasil – 2003-2010

Fonte: Elaboração própria com dados dos anuários estatísticos da Embratur.

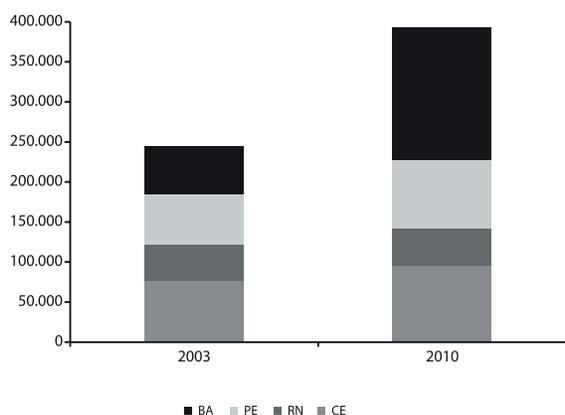
A partir da Figura 1, fica nítida a expansão do turismo no país no período analisado. Percebe-se, ainda, que o maior destino do turista internacional no Brasil é a Região Sudeste, seguida do Sul e, em terceiro lugar, o Nordeste. Para se ter uma melhor compreensão da participação regional no turismo receptivo estrangeiro, no ano de 2010, o Sudeste recebeu 59,2% desses turistas, a Região Sul ficou com 29,2%, e o Nordeste, 7,6%. Ou seja, as três regiões anteriormente mencionadas corresponderam juntas a 96% desse turismo.

Embora as regiões Centro-Oeste e Norte do país não sejam expressivas em relação ao fluxo de turistas estrangeiros que visitam o país, essas regi-

ões apresentaram elevadas taxas de crescimento no turismo internacional durante o período de 2003-2010. O Norte apresentou um aumento de 206%, ocupando o primeiro lugar no ranking. O Nordeste ficou na segunda colocação, com uma taxa de 61%, e o Norte, logo em seguida, com 45%. O Sudeste obteve a menor variação ao longo desses anos, atingindo apenas um crescimento de 13%.

Essa perda de participação do Sudeste em relação às demais regiões do país revela um aspecto importante da atividade, que está se tornando menos concentrada em torno do principal eixo econômico do país e beneficiando regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Nordeste. Portanto, essa análise do comportamento do fluxo de turistas estrangeiros no Brasil já aponta indícios de que há potencialidades para o fortalecimento do turismo não apenas nos destinos tradicionais, mas, também, em localidades menos desenvolvidas.

Para entender melhor o turismo receptivo internacional no Nordeste, deve-se evidenciar os principais destinos na região. Desta forma, a partir da Figura 2, fica nítida a liderança da Bahia na recepção de turistas estrangeiros em relação aos demais estados nordestinos.

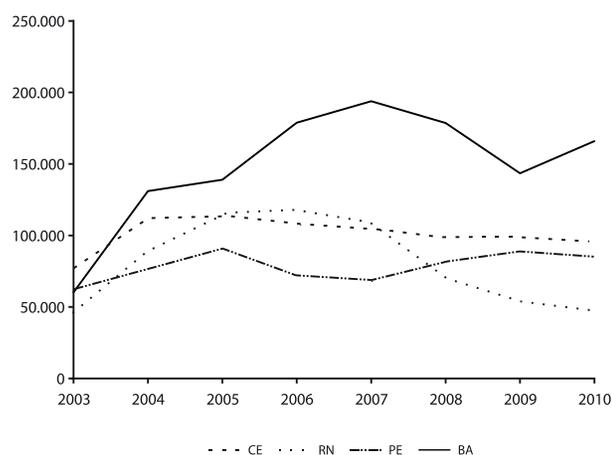


**Figura 2**  
Turismo receptivo internacional – Nordeste – 2003/2010

Fonte: Elaboração própria com dados dos anuários estatísticos da Embratur.

A Figura 2 mostra a relevância da Bahia como destino turístico no Nordeste entre 2003 e 2010. Percebe-se que, nos últimos anos, o desempenho

da Bahia foi bastante expressivo. Em 2003, o estado ficou na terceira posição na recepção de estrangeiros, com uma participação de 24,6%, enquanto os estados do Ceará e Pernambuco lideravam, com percentuais de 31,3% e 25,4%, respectivamente. Porém, em 2010, a situação da Bahia mostrou-se muito diferente, o que reflete uma melhoria do desempenho do seu setor turístico nos últimos anos, de acordo com os dados da Embratur, a partir de 2004. Assim, no último ano, o estado atingiu uma participação de 42,1% e, desde 2004, é o líder no turismo no Nordeste. A Figura 3 mostra a evolução do turismo receptivo estrangeiro por estado nordestino no período 2003-2007.



**Figura 3**  
Evolução do turismo receptivo internacional  
Nordeste – 2003-2010

Fonte: Elaboração própria com dados dos anuários estatísticos da Embratur.

## O TURISMO NA BAHIA E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A liderança do estado da Bahia no turismo da Região Nordeste reflete a grande diversidade de atrativos turísticos existentes. Por apresentar uma dimensão territorial expressiva (567 mil km<sup>2</sup>) e uma ampla faixa litorânea (1.100 km), a Bahia tem vantagens comparativas principalmente no aproveitamento do turismo “sol e praia” e “histórico-cultural”. O estado da Bahia tem sido importante no desen-

volvimento do turismo no Nordeste, impulsionando as taxas de crescimento na recepção de turistas estrangeiros e domésticos

Apesar de a expressão turística da Bahia, no que se refere ao turismo internacional no Brasil, ainda ser considerada limitada, o estado alcançou elevadas taxas de crescimento nos últimos anos. Essa tendência de crescimento reflete principalmente os efeitos das políticas públicas voltadas para o turismo nas últimas décadas. É importante destacar o papel do Estado como principal articulador no desenvolvimento do turismo. Não apenas no que diz respeito às fontes de financiamento, mas também na coordenação dos agentes ligados direta e indiretamente ao setor, como empresários, sociedade civil, instituições de ensino e ONG.

A ênfase nas ações governamentais direcionadas para o desenvolvimento do turismo baiano neste trabalho é dada a partir do lançamento do Programa de Desenvolvimento Turístico na Bahia (Prodetur-BA), o qual teve a primeira etapa realizada entre 1991 e 2002, e que ainda se encontra em vigência com o Prodetur-BA II, cujo período de abrangência é 2003-2020 (BAHIA, 2005).

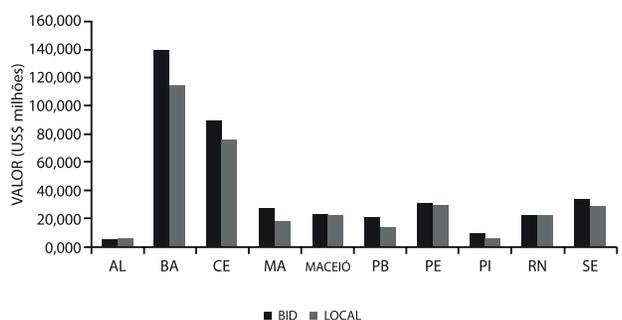
Os principais objetivos do Prodetur-BA, de acordo com a Secretaria de Turismo da Bahia (Setur), podem ser classificados em cinco categorias amplas de desenvolvimento: infraestrutura; gestão municipal; educação para o turismo; integração entre os agentes envolvidos e marketing.

A partir de 1992, o Prodetur-BA passou a fazer parte do Prodetur-NE, que tinha como objetivo geral fortalecer a capacidade da Região Nordeste em expandir a indústria turística, visando obter um maior desenvolvimento socioeconômico regional. Os recursos do Prodetur-NE, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo federal e com o Banco do Nordeste como executor, passaram a complementar os recursos do Prodetur-BA, que, além de contar com recursos locais, também recorre a outras fontes de financiamento, como Banco Mundial (BIRD), Caixa Econômica Federal, Banco Nacio-

nal de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros (BAHIA, 2005). Os recursos do Prodetur-NE são destinados às seguintes áreas: saneamento, sistema viário, limpeza urbana, aeroportos, recuperação de patrimônio histórico, proteção e recuperação ambiental, desenvolvimento institucional.

Os investimentos que vêm sendo realizados através da execução do Prodetur-BA têm efeitos de médio e longo prazo. Na Bahia, a gestão do Prodetur-NE-BA está sob a responsabilidade da Secretaria de Turismo e Cultura desde 1995, que, através da Superintendência de Investimentos em Polos Turísticos (Suinvest), tem a função de promover a implementação e execução do programa. Compete também à Suinvest fazer articulações entre todas as esferas governamentais e o setor privado, com vistas a estimular os investimentos no setor turístico no estado. Em relação à divulgação e promoção turística da Bahia no país e no exterior, a Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa), empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Turismo, é a responsável por este segmento.

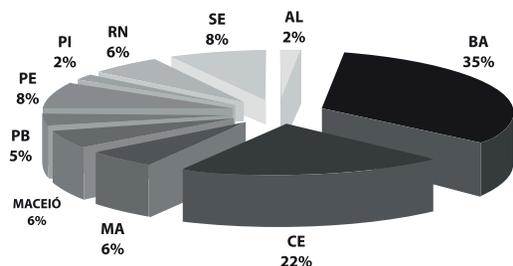
Uma maneira de perceber parte dos esforços do estado da Bahia na dinamização da atividade turística é através da análise de dados referentes à captação de recursos e alocação de recursos próprios no setor, em relação aos outros destinos do Nordeste. A Figura 4 apresenta os valores contratados do Prodetur-NE I (1995-2002).



**Figura 4**  
Valores contratados do Prodetur-NE I, por estado e fonte de financiamento

Fonte: Banco do Nordeste – Relatório final do Prodetur-NE I.

Constatou-se que a Bahia foi a maior demandante de recursos do Prodetur-NE I e o estado que fez a maior alocação de recursos próprios na região. Isso, de fato, contribuiu significativamente para a liderança do estado no turismo regional. A Figura 5 mostra a participação percentual de cada estado nordestino no Prodetur-NE I.



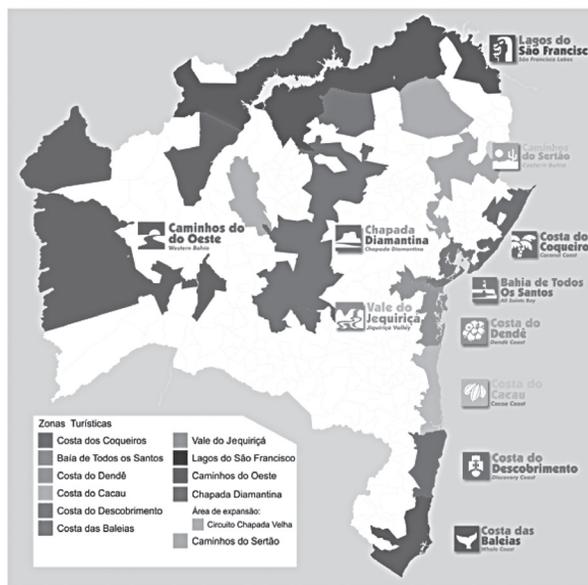
\* = Compreendendo BID e Contrapartida

Posição 09/2005

**Figura 5**  
Participação, por estado no Prodetur-NE I

Fonte: Banco do Nordeste – Relatório Final do Prodetur-NE I.

A visão da totalidade dos recursos aplicados em cada estado do Nordeste é essencial para se compreender as ações adotadas no setor turístico. Todavia, essas informações não revelam em quais regiões dentro do estado esses recursos estão sendo aplicados. No caso da Bahia, o estado foi segmentado em zonas turísticas (ZT), que, com a definição da Estratégia Turística do Estado 2003-2020 intitulada Século XXI: Consolidação do Turismo, compreendem 12 unidades: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos-os-Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, Vale do Jequiçá, Lagos do São Francisco, Caminhos do Oeste, Chapada Diamantina, Circuito Chapada Velha, Caminhos do Sertão. Anteriormente, havia apenas sete ZT na Bahia: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos-os-Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. A Figura 6 mostra a segmentação da Bahia por zona turística.

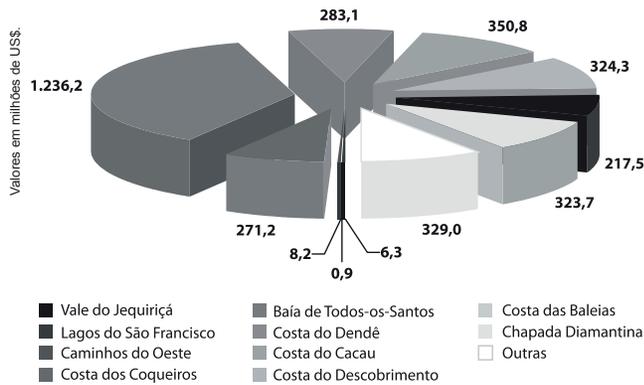


**Figura 6**  
Zonas turísticas – Bahia

Fonte: Setur-BA/Suinvest.

A Suinvest divulga informações sobre como os recursos do Prodetur-BA são alocados entre as ZT. Os dados disponibilizados são referentes ao total de investimentos (concluídos e planejados) destinados ao setor no período 1991-2020. Além disso, há uma segmentação da fonte de financiamento entre pública ou privada. Analisando esses números, não é de se surpreender que a maior parte dos recursos públicos esteja concentrada na Zona Turística da Baía de Todos-os-Santos, pois esta ZT compreende a capital baiana, Salvador, que é a principal porta de entrada de turistas no estado. A Figura 7 apresenta alocação de recursos públicos destinados ao desenvolvimento do turismo por ZT.

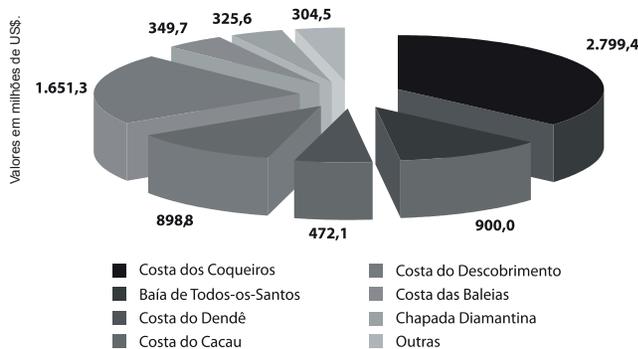
Em relação ao total de investimentos em cada ZT para o período em questão (1991 e 2020), o total de recursos públicos turísticos atingiu US\$ 3.351,295 milhões, enquanto o privado somou US\$ 7.701,498 milhões. Os recursos privados são destinados principalmente à ampliação da rede hoteleira. A Figura 8 exhibe a alocação desses recursos por cada ZT.



**Figura 7**  
Investimentos públicos nas zonas turísticas Bahia – 1991-2020

Fonte: Setur-BA/Suinvest, 2005.

A análise dos investimentos privados mostra que as maiores quantidades de recursos já não são mais alocadas para a Zona Turística da Baía de Todos-os-Santos, mas sim para a Costa dos Coqueiros. Isso pode ser explicado pela existência de grandes redes hoteleiras (*resorts*) naquela região. A segunda ZT que mais recebe recursos privados é a Costa do Descobrimento, e na terceira posição está a Baía de Todos-os-Santos.



**Figura 8**  
Investimentos privados nas zonas turísticas Bahia – 1991-2020

Fonte: Setur-BA/Suinvest, 2005.

Destaca-se ainda que os recursos privados são mais concentrados do que os recursos públicos. Enquanto os investimentos públicos aparecem de maneira significativa em dez ZT, os recursos pri-

vados aparecem em apenas sete ZT. A partir dos valores observados correspondentes aos investimentos, pode-se ter uma ideia dos estímulos direcionados ao setor turístico no período 1991-2020.

## O DESEMPENHO ECONÔMICO DO TURISMO NO BRASIL

Esta seção tem como objetivo principal fornecer informações sobre a dimensão do setor turístico no Brasil, em termos de ocupações e renda do trabalho. A tarefa de dimensionar o segmento do turismo apresenta algumas limitações. A principal restrição é referente à delimitação das atividades exclusivas do setor. Devido ao fato de envolver alguns serviços que são demandados tanto pela população local quanto pelos turistas, como é o caso do segmento de alimentação, o dimensionamento preciso do impacto do setor turístico na economia torna-se uma tarefa bastante difícil.

Apesar das limitações existentes, o presente trabalho procurou explorar da melhor forma possível as informações disponíveis nos microdados de pesquisas oficiais para o Brasil, que ainda são pouco utilizadas em estudos do turismo. A fonte de microdados empregada no dimensionamento do setor é proveniente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período 2002-2008.

A definição do núcleo de turismo adotada aproxima-se bastante da classificação utilizada pelo IBGE nos seus estudos para o setor. Desta maneira, esse núcleo é composto por sete atividades: meios de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, aluguel de veículos, agências de turismo e lazer. O lazer, neste trabalho, inclui atividades artísticas, de espetáculos e museus.

Devido ao fato de o núcleo de atividades considerar segmentos não exclusivos do turismo, as estimativas da dimensão econômica das ativida-

des definirão um limite superior para o impacto do turismo na economia. Todavia, apesar dessa restrição, as informações são de extrema importância para a compreensão desse setor, que vem apresentando enormes potencialidades de desenvolvimento no Brasil nos últimos anos. Para todas essas atividades, foi possível calcular o total de ocupações e da renda do trabalho de cada uma na econômica turística.

### O setor de turismo no Brasil: ocupações e renda do trabalho

Os primeiros resultados analisados dizem respeito à participação do núcleo do turismo no total das ocupações e renda do trabalho no Brasil e nas regiões geográficas do país. Observou-se que, em 2008, o agrupamento das atividades turísticas correspondeu a 6,3% do total dos ocupados no Brasil e a 5,7% do total da renda do trabalho. Esse resultado revela que as atividades turísticas têm menor significância na remuneração da mão de obra empregada em relação a outros setores da economia. Esta característica da participação do turismo na renda do trabalho ser inferior ao seu peso no total de ocupados foi verificada em quase todas as regiões do Brasil. A única exceção observada foi encontrada no Nordeste. Uma justificativa plausível para esse comportamento do turismo na economia nordestina pode ser dada pelo fato de a região apresentar uma quantidade maior de setores de baixo valor agregado. As participações do turismo na renda e ocupações estão disponíveis na Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1**  
**Participação das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por região – 2008** (%)

Região	Peso do turismo no total de ocupados		Peso do turismo no total da renda do trabalho	
	Economia	Serviços	Economia	Serviços
Norte	6,8	11,5	6,0	8,5
Nordeste	5,9	11,3	6,4	8,9
Sudeste	7,0	10,8	6,1	8,7
Sul	4,9	8,8	4,5	6,7
Centro-Oeste	6,1	9,3	4,9	6,4
Brasil	6,3	10,5	5,7	8,2

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

De acordo com a Tabela 1, a maior participação do turismo no total de ocupados entre as regiões brasileiras foi verificada no Sudeste, que atingiu 7,0%, e o maior peso do setor no total da renda do trabalho foi encontrado no Nordeste, com 6,4%. Essas duas regiões contêm os principais destinos turísticos do país, o que explica a elevada importância do setor. Em relação à contribuição do turismo no setor de serviços no Brasil, constatou-se que as atividades turísticas foram responsáveis por 10,5% do total da mão de obra prestadora de serviços e por apenas 8,2% do total da renda desse setor econômico. A participação do turismo no total de ocupados e renda do trabalho dos serviços ficou acima da média do país nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. A Tabela 2 traz informações referentes à economia do turismo em cada estado do país.

Entre os estados brasileiros, em 2008, o turismo atingiu as maiores participações na economia e no setor de serviços no Rio de Janeiro, principal destino turístico do país. Outras unidades da Federação (UF) que também obtiveram elevadas contribuições do turismo em suas economias são importantes localidades receptoras de turistas, na maioria dos casos. Entre tais estados, destacam-se Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, estados que estão localizados nas regiões mais pobres do Brasil. Deve-se observar que, apesar de Sergipe ter apresentado estatísticas significativas para o setor de turismo, este estado não é um destino turístico relevante no país. Essa característica do setor de turismo no estado sergipano pode ser resultante, em primeiro lugar, da baixa diversificação da economia como um todo. Além disso, Sergipe é um estado do Nordeste com participação de mão de obra de outras UF acima da média regional, o que pode gerar aumento relativo na demanda por serviços de hospedagem e alimentação (atividades do núcleo do turismo).

**Tabela 2****Participação das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por UF – 2008 (%)**

Unidade da Federação (UF)	Peso do turismo no total de ocupados		Peso do turismo no total da renda do trabalho	
	Economia	Serviços	Economia	Serviços
Rondônia (RO)	5,1	9,6	6,2	9,1
Acre (AC)	4,8	7,7	4,3	5,2
Amazonas (AM)	8,5	13,9	7,5	10,7
Roraima (RR)	7,0	9,7	5,4	6,9
Pará (PA)	7,1	12,1	6,0	9,1
Amapá (AP)	6,8	9,0	5,4	6,7
Tocantins (TO)	4,5	8,4	3,2	4,3
Maranhão (MA)	4,3	8,7	6,0	8,5
Piauí (PI)	4,2	9,5	4,4	5,9
Ceará (CE)	5,9	11,5	6,0	8,4
Rio Grande do Norte (RN)	6,8	11,6	6,5	8,6
Paraíba (PB)	5,9	10,5	5,0	6,4
Pernambuco (PE)	6,6	11,7	6,5	8,8
Alagoas (AL)	3,6	7,4	3,8	5,4
Sergipe (SE)	6,5	10,7	6,6	8,6
Bahia (BA)	6,9	13,4	8,0	11,6
Minas Gerais (MG)	6,0	10,7	5,6	8,4
Espírito Santo (ES)	5,9	10,2	6,1	8,9
Rio de Janeiro (RJ)	10,1	13,2	8,5	10,7
São Paulo (SP)	6,6	9,9	5,4	8,0
Paraná (PR)	5,3	8,9	4,6	6,7
Santa Catarina (SC)	4,5	8,2	4,1	6,3
Rio Grande do Sul (RS)	4,8	8,9	4,6	7,0
Mato Grosso do Sul (MS)	5,4	8,8	4,0	5,7
Mato Grosso (MT)	5,7	9,9	5,3	8,2
Goiás (GO)	6,0	9,5	5,2	7,5
Distrito Federal (DF)	7,7	8,8	4,6	4,9
Brasil	6,3	10,5	5,7	8,2

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

A análise do setor de turismo nas regiões metropolitanas brasileiras (RM), incluindo Brasília, mostrou que, em todas as localidades, a participação das atividades turísticas ficou acima da média brasileira, em relação ao peso no total de ocupados e na renda total do trabalho. Entretanto, foi constatado que as taxas nos ocupados foram mais elevadas do que na renda total do trabalho, e isso reforça a característica anteriormente observada nas regiões

e estados do país de que a remuneração média do turismo está abaixo da remuneração média da economia e do setor de serviços. As RM brasileiras são grandes destinos turísticos, principalmente no que se refere ao turismo “sol e praia”, e, também, são os principais portões de entrada no país. Os resultados para as RM são apresentados na Tabela 3.

**Tabela 3****Participação das atividades do turismo na renda e nas ocupações, por RM – 2008 (%)**

Região Metropolitana (RM)	Peso do turismo no total das ocupações		Peso do turismo no total da renda do trabalho	
	Economia	Serviços	Economia	Serviços
Belém (PA)	8,9	11,3	7,0	8,4
Fortaleza (CE)	7,8	11,4	6,6	8,5
Recife (PE)	9,8	12,4	7,7	9,3
Salvador (BA)	11,2	14,3	9,3	11,8
Belo Horizonte (MG)	8,4	11,8	7,5	10,0
Rio de Janeiro (RJ)	10,6	13,4	8,8	10,8
São Paulo (SP)	8,0	11	6,4	8,7
Curitiba (PR)	7,5	10,8	5,6	7,8
Porto Alegre (RS)	7,1	10,4	5,6	7,6
Brasília (DF)	7,7	8,8	4,6	4,9
Brasil	6,3	10,5	5,7	8,2

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da PNAD.

As atividades turísticas apresentaram maiores contribuições na RM de Salvador, RM do Rio de Janeiro e RM de Recife. Essas localidades possuem grandes atrativos turísticos voltados, principalmente, para o turismo “sol e praia”, o principal do país. Na Região Metropolitana de Salvador, a participação do turismo no total da mão de obra da economia atingiu 11,2%, enquanto que na RM do Rio de Janeiro esse valor foi de 10,6% e na RM de Recife esse percentual caiu para 9,8%. Essas ocupações no turismo geraram participações na renda do trabalho nas localidades mencionadas iguais a 9,3%, 8,8% e 7,7%, respectivamente.

O peso do turismo no total da mão de obra do setor de serviços atingiu 14,3% na RM de Salvador, 13,4% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 12,4% na RM de Recife. Esses percentuais foram menores na renda do trabalho do setor e corresponderam, na ordem, a 11,8%, 10,8% e 9,3%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada sobre o desempenho do turismo no Brasil, destacando os casos da Região Nordeste e da Bahia, torna-se de extrema importância para a formulação de estratégias de mercado voltadas para o setor. A segmentação do mercado com políticas específicas voltadas para os turistas potenciais é inevitável para o desenvolvimento do turismo no Brasil e para o aproveitamento eficiente dos atrativos turísticos nas diferentes localidades do país. Por ser uma área ainda pouco explorada no âmbito acadêmico, os estudos direcionados para uma melhor compreensão da economia do turismo são de grande relevância para o desenvolvimento desse setor, que vem apresentando tendência favorável de crescimento nos últimos anos

O estudo apresentou uma análise do turismo na Bahia, a partir das zonas turísticas definidas pelo governo baiano na execução do Prodetur-BA. Buscou-se ressaltar a importância do estado no turismo regional, medida não apenas em fluxo de turistas, mas também na dimensão econômica da atividade. Os indicadores do desempenho do setor turístico baiano apontaram indícios para futuras adoções de políticas públicas.

Ainda, com o objetivo de contextualizar de uma melhor forma o setor de turismo e levantar indícios sobre sua importância na economia, foi realizada uma análise descritiva da dimensão das atividades turísticas na geração de ocupações e renda do trabalho no país.

Desta maneira, a partir da definição do núcleo do turismo composto pelas atividades de meios de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, aluguel de veículos, agências de turismo e lazer, foi constatado que, em 2008, o agrupamento das ativida-

des turísticas correspondeu a 6,3% do total das ocupações no Brasil e a 5,7% do total da renda do trabalho. Já em relação ao peso do turismo no setor de serviços, observou-se que as atividades turísticas foram responsáveis por 10,5% do total da mão de obra prestadora de serviços e por apenas 8,2% do total da renda desse setor econômico.

Desta maneira, fica evidente que as atividades turísticas no Brasil têm relevância econômica e podem ser ainda mais potencializadas nos próximos anos. Eventos futuros que serão realizados no país, como a Copa do Mundo de 2014, são grandes oportunidades para o aproveitamento dos atrativos turísticos brasileiros, tanto pelos turistas estrangeiros como pelos turistas domésticos.

A maior participação do turismo no total das ocupações entre as regiões brasileiras foi verificada no Sudeste, que atingiu 7,0%, e o maior peso do setor no total da renda do trabalho foi encontrado no Nordeste, com 6,4%. Já em relação à participação do turismo no total das ocupações e renda do trabalho dos serviços, as regiões que ficaram acima da média do país foram o Norte, o Nordeste e o Sudeste.

Percebeu-se, então, que há uma tendência favorável de distribuição das atividades turísticas em relação às regiões mais pobres do país, e esse fenômeno pode ser visto como um efeito positivo do turismo na redução das disparidades regionais no país e na redução da pobreza.

**A maior participação do turismo no total das ocupações entre as regiões brasileiras foi verificada no Sudeste, que atingiu 7,0%, e o maior peso do setor no total da renda do trabalho foi encontrado no Nordeste, com 6,4%**

## REFERÊNCIAS

BALAGUER, J.; CANTAVELLA-JORDA, M. Tourism as a Long-run Economic Growth Factor: the Spanish Case. *Applied Economics*, n. 34, p. 877-884, 2002. Disponível em:

< <http://ideas.repec.org/a/taf/applec/v34y2002i7p877-84.html>>. Acesso: 06 out. 2009.

- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Século XXI: consolidação do turismo – estratégia turística da Bahia 2003-2020*. Disponível em: <[http://www.setur.ba.gov.br/estrategia\\_turistica.asp](http://www.setur.ba.gov.br/estrategia_turistica.asp)>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Prodetur – apresentação: ampliando as atividades turísticas do Nordeste*. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>>. Acesso em: 06 mai. 2009
- BRASIL Ministério do Turismo. *Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil- 2006*. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/site/arquivos/dados\\_fatos/turismo\\_domestico/Apresentacao\\_Turismo\\_Domestico\\_2006.pdf](http://www.turismo.gov.br/site/arquivos/dados_fatos/turismo_domestico/Apresentacao_Turismo_Domestico_2006.pdf)>. Acesso: 10 abr. 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Anuários estatísticos 2001 a 2008*. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso: 20 mar. 2011.
- CROES, R.; VANEGAS, M. Cointegration and Causality between Tourism and Poverty Reduction. *Journal of Travel Research 2008*, n. 47, Jan. 2008. Disponível em: <http://jtr.sagepub.com/cgi/content/abstract/47/1/94>. Acesso em: 20 mar. 2009
- DUARTE, T.; GOUVEIA, M. O cluster Turismo em Portugal, set. 2001. Disponível em: <[http://www.gee.min-economia.pt/resources/docs/publicacao/RT/cluster\\_turismo.pdf](http://www.gee.min-economia.pt/resources/docs/publicacao/RT/cluster_turismo.pdf)>. Acesso em: 20 dez 2005
- FERREIRA, F. H. G.; LEITE, P. G.; RAVALLION, M. Poverty reduction without economic growth? Explaining Brazil's Poverty Dynamics, 1985-2004. *Policy Research Working Paper*, n. 4431, Washington, DC: World Bank, Dez. 2007. Disponível em: [http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2007/12/05/000158349\\_20071205150844/Rendered/PDF/wps4431.pdf](http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2007/12/05/000158349_20071205150844/Rendered/PDF/wps4431.pdf). Acesso em: 20 out. 2009.
- GOMES, G. Maia. Perfis econômicos e construção de cenários de desenvolvimento para o Estado de Pernambuco, com ênfase na mesorregião da Zona da Mata: turismo. Recife: PROMATA, ago. 2005.
- HOFFMANN, R. Decomposition of Mehran and Piesch inequality measures by factor components and their application to the distribution of *per capita* household income in Brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 149-171, maio 2004.
- \_\_\_\_\_. *Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004*. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Economia do turismo: análise das atividades características do setor 2003*. Disponível em: <[http://200.189.169.141/site/arquivos/dados\\_fatos/Conta%20Satelite/economia\\_turismo\\_dados\\_de\\_2003.pdf](http://200.189.169.141/site/arquivos/dados_fatos/Conta%20Satelite/economia_turismo_dados_de_2003.pdf)>. Acesso: 07 jan. 2009.
- IGLIORI, D. Cluster Dynamics: New Evidence and Projections for Computing Services in Great Britain. In: PROGRAMA DE SEMINÁRIOS ACADÊMICOS, 1., 2003 São Paulo. [*Trabalhos apresentados...* São Paulo, 2002.
- JAMIESON, W.; GOODWIN, H.; EDMUNDS, C. *Contribution of tourism to poverty alleviation: pro-poor tourism and challenge of measuring impacts*. Disponível em: <<http://www.haroldgoodwin.info/resources/povertyalleviation.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2009.
- MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA INTEGRAÇÃO: ESTRATÉGIAS, INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS, 1., 2004, Rio Claro. *Anais...* Rio Claro: IGCE-UNESP, 2004. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/mamberti01.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2006.
- NERI, M.; SOARES, W. *Turismo sustentável e alívio a pobreza: avaliação de impacto*. Disponível em: <[http://www.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas\\_sociais\\_alunos/BES/bes07\\_TUR\\_Arcabouco\(1\).pdf](http://www.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/BES/bes07_TUR_Arcabouco(1).pdf)> Acesso em: 06 out. 2009.
- SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. M. Turismo no Nordeste: afinal, qual é a importância da atividade para a região?. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., 2008, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2008.
- SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. M. O turismo na Bahia: identificação e caracterização de clusters potenciais. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 3., 2007, Salvador. *Anais...* Salvador: SEI, 2007.
- SOUZA, P. I. A.; SILVEIRA NETO, R. M. Identificação e caracterização de clusters potenciais de turismo no Nordeste: uma análise exploratória a partir de dados da PNAD. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 5., 2007, Recife. *Anais...* Recife, 2007.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION. *Tourism and Poverty alleviation*. Disponível em: <<http://www.unwto.org>>. Acesso em: 01 out. 2009.

Artigo recebido em 24 de julho de 2011  
e aprovado em 17 de agosto de 2011.



# Dinâmica e distribuição do capital humano no Nordeste no período de 1992 a 2007

Diogo Brito Sobreira\*

Áydano Ribeiro Leite\*\*

Wellington Ribeiro Justo\*\*\*

\* Graduado em Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (Urca). [economistdbs@hotmail.com](mailto:economistdbs@hotmail.com)

\*\* Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE); Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor adjunto do Curso de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca). [economistaaydano@yahoo.com.br](mailto:economistaaydano@yahoo.com.br)

\*\*\* Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (Pimes-UFPE); mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor adjunto do Curso de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca). [justowr@yahoo.com.br](mailto:justowr@yahoo.com.br)

## Resumo

Os debates no âmbito acadêmico sobre o crescimento econômico obtiveram significativa contribuição com a teoria do capital humano, ao mostrar que investimento em educação seria capaz de aumentar o desempenho e a produtividade dos indivíduos. Portanto, este trabalho procura observar a dinâmica e a distribuição do capital humano no Nordeste no período de 1992 a 2007. A pesquisa utilizou dados secundários com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Este trabalho tem como objetivo avaliar a distribuição do capital humano através do índice de Gini educacional e captar a mobilidade educacional a partir da matriz de transição markoviana. Os resultados indicam uma clara redução no coeficiente de Gini educacional, porém a Região Nordeste ainda apresenta índices mais elevados do que o Brasil. A mobilidade educacional no Nordeste mostrou-se menor que a do Brasil. Nos anos analisados, a chance de um filho com pai analfabeto permanecer com o mesmo nível educacional do pai é maior no Nordeste do que no Brasil. Além disso, a mobilidade no último estrato educacional é maior no Brasil do que no Nordeste.

**Palavras-chave:** Capital humano. Mobilidade. Índice de Gini.

## Abstract

*The debates in the academic extent on the economical growth obtained significant contribution with the Theory of the Human Capital, when showing that investment in education would be capable to increase the acting and the individuals' productivity. Therefore, this work want to observe the dynamics and the distribution of the human capital in the Northeast in the period from 1992 to 2007. The research had used secondary data, based on PNAD's (National Researches for Sample of Homes). This work has as objective to evaluate the distribution of the human capital through the index of Gini education and to capture the education mobility starting from the Markovian transition matrix. The results indicate a clear reduction in the coefficient of Gini education, however the Northeast area still presents higher indexes than Brazil. The education mobility in the Northeast was shown smaller than the brazilian one. In the analyzed years, a son's chance with illiterate father of staying with the father's same education level is larger in the Northeast than in Brazil. Besides, the mobility in the last education stratum is larger in Brazil than in the Northeast.*

**Keywords:** Human capital. Mobility. Gini index.

## INTRODUÇÃO

O Brasil se revela como um dos países que possuem maior desigualdade social e econômica, pois seus principais indicadores socioeconômicos sempre se mantiveram inferiores quando comparados com os de países desenvolvidos. Como exemplo, pode-se citar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é calculado, de acordo com Souza (2005), pela média simples de longevidade, educação e nível de renda. Outro importante indicador é o coeficiente de Gini, que mede a distribuição e concentração de renda e propriedade fundiária.

O indicador de Gini também mensura a distribuição de capital humano. Leite (2010) mostrou, assim como o trabalho de Figueirêdo e Netto Junior. (2005), que o nível de desigualdade educacional entre o Nordeste e o Brasil vem se reduzindo durante as duas últimas décadas, porém o Nordeste ainda está aquém do nível nacional.

Essa perspectiva tem sido alterada principalmente após a abertura comercial de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello. Esta, para os seus defensores, segundo o estudo de Kupfer (2004), seria capaz de promover uma mudança estrutural, crescimento econômico e geração de mais e melhores empregos, além do aumento da produtividade nos países em desenvolvimento, pois torna o ambiente competitivo mais seletivo. E é inevitável que reformas econômicas liberalizantes dêem margem a processos de modernização industrial.

Neste trabalho, a variável educação terá uma maior relevância, pois ela é considerada como uma das que possuem uma significativa importância para os países dentro dos indicadores econômicos e sociais. Conforme Cruz (2003), a educação foi resgatada e formulada através da teoria do capital humano, que ganhou destaque a partir da década de 1950. Esta teoria mostra a relação entre investimento em educação e desenvolvimento e como

isso seria capaz de aumentar o desempenho e a produtividade dos indivíduos.

Para Ruckstadter (2005), a teoria do capital humano assimila as relações entre trabalho e educação, no que diz respeito ao investimento dos indivíduos em educação, treinamento, pesquisa e saúde e ao aumento de sua produtividade no mercado de trabalho, que estaria estreitamente ligado a esse investimento.

Menezes Filho (2001), ao mostrar em seu trabalho a evolução na distribuição educacional no Brasil entre 1977 e 1997, constatou que a porcentagem de pessoas com menos de seis anos de estudo se reduziu e houve um aumento na parcela de indivíduos com nível educacional superior a esta, concentrando-se no ensino médio completo. Mostrou também que 12% da população que possuía entre 24 e 55 anos em 1997 era composta de analfabetos com zero ano de estudo e que cerca de 46% da população nordestina possuía menos de quatro anos de estudo.

Castilho e Silva (2004) também mostram que houve uma leve redução do analfabetismo no Brasil nas últimas décadas, principalmente após os anos 1990, quando aconteceu uma maior universalização do ensino fundamental. Porém, o país ainda apresenta uma das maiores taxas de analfabetismo na América Latina. Em ambos os casos, a desigualdade educacional no Brasil se reduziu, mas mantém níveis elevadíssimos.

Os mesmos autores, ao analisarem a relação entre emprego e educação, afirmam que nos dias atuais a educação desenvolve as habilidades individuais e serve de base para a qualificação profissional. Sendo assim, países como o Brasil, que têm níveis educacionais intermediários, tendem a apresentar uma maior desigualdade, ou seja, essas defasagens na escolaridade implicam uma intensa disparidade de renda no Brasil.

Bagolin e Porto Junior (2003) mostram que a educação gera externalidades positivas, pois

### **Bagolin e Porto Junior mostram que a educação gera externalidades positivas, pois proporciona bem-estar social e maior eficiência**

proporciona bem-estar social e maior eficiência. O grande empecilho é a persistência da desigualdade dos níveis educacionais nas regiões, o que dificulta a superação da pobreza. Esse processo também promove a má distribuição de renda. No Brasil, por exemplo, a maior parte das disparidades salariais ocorre entre os trabalhadores de diferentes níveis educacionais.

No âmbito internacional, Birchenall (2001) elaborou um estudo para o caso da Colômbia, região considerada de baixo dinamismo econômico, sobre acumulação e mobilidade de capital humano e renda. Ele observou que, num momento de liberalização econômica, houve uma demanda maior por mão de obra qualificada, proporcionando, assim, um aumento na desigualdade de renda da população. Com base nisso, constatou que a mobilidade educacional em áreas mais desenvolvidas e propícias a choques tecnológicos é maior, e em regiões de menor dinamismo econômico, a mobilidade é menor, porém a persistência<sup>1</sup> dos pais no nível educacional dos filhos é maior.

O objetivo deste trabalho é captar a mobilidade intergeracional educacional através das matrizes markovianas de transição e avaliar a distribuição do capital humano, por meio do coeficiente de Gini, na Região Nordeste, no período de 1992 a 2007. Isso tendo em vista que o Nordeste é uma das regiões brasileiras que apresentam menor dinamismo social, mas que, a partir da década de 1990, passou por diversas mudanças estruturais e econômicas.

Além desta introdução, o presente trabalho está organizado da seguinte maneira: a próxima seção traz evidências acerca da relação entre capital humano e crescimento econômico. A Seção 3 trata da mobilidade intergeracional educacional

nos âmbitos internacional e nacional. A Seção 4 concerne aos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A Seção 5 mostra a evolução de algumas estatísticas sobre analfabetismo no Brasil e Nordeste. A Seção 6 apresenta as análises dos resultados. Por fim, são expostas as conclusões obtidas.

### **O crescimento produtivo depende do aumento das taxas de avanço tecnológico e de oferta de insumos ao longo do tempo**

### **EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA RELAÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E CAPITAL HUMANO**

Dentro da literatura internacional, o crescimento econômico vem sendo estudado pelos economistas desde o surgimento desta ciência e se tornou pertinente até os dias atuais. Na corrente clássica, o primeiro a tratar do tema foi Adam Smith, com a obra *A Riqueza das Nações*, de 1776. Segundo Smith (1983), o crescimento econômico é oriundo da produtividade do trabalho, ou o trabalho produtivo é determinado pela divisão do trabalho, gerando, assim, rendimentos crescentes cada vez que há acumulação de trabalho produtivo.

A questão do crescimento econômico ganhou significativa contribuição com o modelo de Solow. Segundo Solow (1957 apud FROYEN, 2002), o crescimento produtivo depende do aumento das taxas de avanço tecnológico e de oferta de insumos ao longo do tempo. Ou seja, mudanças e novas tecnologias deslocam a função de produção para cima, aumentando, assim, a produção por trabalhador, dada uma razão capital/trabalho.

Para Schultz (1973), grande parte do consumo humano significa investimento em capital humano, ou seja, os gastos com educação, saúde e migração para busca de melhores empregos constituem-se em investimento em capital humano. Ele também trata a pesquisa como uma atividade especializada capaz de gerar informações novas que se transformam em melhores capacidades técnicas e fonte

<sup>1</sup> Representa o grau de influência dos pais sobre a trajetória educacional dos filhos. Quanto maior for o grau de persistência, menor deverá ser a mobilidade.

de novas habilidades. E afirma que “[...] o investimento na educação subiu a uma taxa rápida e por si mesmo pode muito bem ser responsável por uma parte substancial da elevação de ganhos, de outra maneira mantida inexplicável” (SCHULTZ, 1973, p. 45). Ainda segundo o autor, o aumento do estoque de educação na força de trabalho poderia resolver o problema do crescimento econômico. Porém, sua pesquisa, como ele mesmo afirma, é de caráter exploratório e longe de ser algo definitivo.

Outro precursor dessa teoria foi Gary Becker. Segundo Becker (1962 apud NAKABASHI; FIGUEIREDO, 2005), as pessoas adquirem educação, conhecimento e aperfeiçoamento técnico como uma forma de investimento. Um de seus objetivos principais era mostrar que o crescimento econômico está intimamente relacionado com o nível educacional ou de qualificação, e que as taxas de desemprego decrescem com o aumento do grau de qualificação.

Dentro desta perspectiva, alguns estudos foram desenvolvidos recentemente com o intuito de atribuir ao capital humano o papel de fonte principal para o crescimento econômico. Pode-se destacar o estudo de Lucas Jr. (1988), que se utiliza da teoria do capital humano de Gary Backer, afirmando que o capital humano deve ser incluído na função produção do modelo de Solow como um dos fatores que proporcionam o crescimento econômico. A acumulação de capital humano pode gerar rendimentos crescentes de escala, com o aumento da produtividade do trabalho e do capital, e, assim, maiores salários de remuneração do capital. Ainda produziria um efeito spill over, que justificaria os investimentos em educação pelos retornos sociais que este produz, como o aumento da taxa de crescimento e a redução da pobreza.

Romer (1986) introduziu um novo conceito acerca do crescimento econômico no longo prazo. Para ele, a geração de rendimentos crescentes pode ser conseguida através das externalidades produzidas

pelas firmas com a produção de conhecimentos e geração de novas tecnologias.

Romer (1990) afirma que o nível de capital humano possui uma relação direta com o aumento da taxa do conhecimento e da tecnologia, ou seja, quanto maior for o nível médio de escolaridade dos indivíduos, maior é a capacidade de eles produzirem novas tecnologias, proporcionando, assim, uma maior produtividade. Outro estudo bastante utilizado pelos autores que enfocam o capital humano é o de Nelson e Phelps (1966). Em seus estudos, eles tratam o capital humano como o principal determinante para a formação e difusão de novas tecnologias. Então, quanto maior for o gasto em educação, ou quanto maior for a acumulação de capital humano, maior será a capacidade de os países produzirem inovações tecnológicas e maiores seriam seus retornos.

Mankiw, Romer e Weil (1992) atribuem ao capital humano o papel de fonte para inovação tecnológica, endogeuizando esta variável na função de produção. Eles colocaram a quantidade de alunos matriculados no secundário no lugar de investimentos em educação e concluíram que o capital humano é o principal responsável pelos ganhos de produtividade dos países.

Mais recentemente, Silva e Marinho (2005) reexaminaram empiricamente os estudos de Lucas Jr. (1988), Romer (1986) e Nelson e Phelps (1966), ao tentar identificar diferentes efeitos da inclusão do capital humano. Os resultados de sua pesquisa foram que, para essas duas últimas abordagens, utilizando-se do índice de produtividade de Malmquist, existem efeitos do investimento em capital humano tanto nos processos de inovação quanto na difusão tecnológica. Para a abordagem de Lucas Jr. (1988), foi utilizada uma função de produção minceriana, e os resultados foram que o capital humano é um fator de produção importante e que os retornos em educação estão por volta de 8,73% ao ano.

### **Romer introduziu um novo conceito acerca do crescimento econômico no longo prazo**

## MOBILIDADE INTERGERACIONAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL E NO CASO BRASILEIRO

A acumulação de capital humano e a distribuição de renda dependem do ambiente local e do progresso tecnológico, segundo Leite (2010 apud GALOR; TSI-DDON, 1997). Ou seja, tomando-se o ambiente local como um fator importante, a distribuição de capital humano e os níveis salariais de indivíduos qualificados e não qualificados ficam mais distantes entre si. Quando nesse ambiente ocorre progresso tecnológico, as desigualdades salariais tendem a diminuir, pois os indivíduos passam a se beneficiar dos avanços tecnológicos ao longo do tempo.

Baseado nos estudos de Galor e Tsiddon (1997), Birchenall (2001) analisou a questão da distribuição de renda na Colômbia, um país em desenvolvimento, que passou por um processo de liberalização econômica. Ele constatou que, no curto prazo, a abertura econômica induziu o aumento das desigualdades de renda, pois elevou a demanda por mão de obra qualificada. Ao analisar a acumulação e a mobilidade de capital humano, observou são sensíveis ao local onde se encontram.

Portanto, ainda segundo o mesmo autor, o nível educacional dos filhos vai depender da região em que a família reside. Se a família estiver em um ambiente em que há um maior dinamismo econômico ou que esteja mais propenso a choques tecnológicos, o que ele chama de “ambiente global”, terá maior influência do que a persistência dos pais, já que o próprio local atua de forma competitiva e seletiva. Porém, caso a família se localize em uma região de baixo dinamismo econômico, a persistência dos pais, ou o “ambiente local”, como ele chama, terá mais influência no nível educacional dos filhos.

Para o caso italiano, Checchin e outros (1999) estudam os motivos que fizeram a Itália apresentar uma mobilidade intergeracional bastante inferior à

dos Estados Unidos da América (EUA). Segundo os autores, a Itália possui um sistema educacional majoritariamente público e centralizado, que proporciona uma educação igualitária para todos, ao contrário do sistema americano, que é descentralizado e predominantemente privado, ou seja, pessoas com rendas inferiores ficam restritas para a aquisição de capital humano. Então, seria lógico que a Itália apresentasse uma maior

distribuição e mobilidade intergeracional educacional das famílias pobres do que as apresentadas no país norte-americano. Porém, constataram que a mobilidade educacional na Itália é inferior à americana, mesmo apresentando todas essas vantagens e custos menores.

Checchin e outros (1999) ficaram ainda mais intrigados porque a Alemanha possuía um sistema educacional com praticamente as mesmas características do sistema italiano e a mobilidade intergeracional educacional apresentada na Alemanha era ainda maior que a americana. Partindo dessa incompatibilidade na dinâmica, observaram que a Alemanha possui um diferencial no sistema de educação, apesar das várias semelhanças. O sistema alemão é mais diversificado e seletivo, principalmente para o ensino superior.

Behrman e outros (2001) analisaram o caso de alguns países da América Latina, como Brasil, México, Peru e Colômbia, que representam cerca de 65% da população dessa região, usando duas estratégias para contornar a falta de dados. Primeiramente, foi realizada uma busca minuciosa da realidade socioeconômica dos pais nesses países e examinada a transmissão intergeracional de escolaridade e profissional. Os resultados indicam que a mobilidade intergeracional educacional nos EUA é consideravelmente superior à latino-americana e que a diferença de mobilidade está relacionada com a média de escolaridade. A segunda estratégia usa um banco de dados para examinar as gerações

**Tomando-se o ambiente local como um fator importante, a distribuição de capital humano e os níveis salariais de indivíduos qualificados e não qualificados ficam mais distantes entre si**

mais recentes, e os resultados também mostram que a mobilidade tende a ser maior para os jovens de maior escolaridade e em países que investem mais em capital humano.

Quando se refere ao caso brasileiro, a literatura sobre a mobilidade apresenta poucos estudos realizados. De acordo com Pastore (2000 apud VIEIRA; BAGOLIN, 2008), a média de escolaridade brasileira é muito baixa, e o nível de escolaridade ocorre de

maneira muito tardia, sendo, assim, um impasse para a evolução da mobilidade intergeracional.

Barros e outros (2001) procuraram saber quais eram os principais motivos que determinavam o desempenho educacional dos alunos no Nordeste e Sudeste e descobriram que são as características principais dos familiares que influenciam no desempenho na escola. As famílias com melhores condições de renda promovem o bom desempenho, pois incentivam e podem investir em capital humano. Outro fator determinante é o mercado de trabalho. Nos mercados onde as remunerações são elevadas, as pessoas param de estudar para trabalhar, e, assim, deixam de investir em capital humano no presente.

A questão do retorno promovido pela educação também é bastante discutida, pois ela pode ser considerada como uma justificativa para o investimento em capital humano. Alguns estudos trabalharam essa questão, como é o caso de Suliano e Siqueira (2010), que analisaram o retorno da educação para a Região Nordeste com base nos seus principais estados (Ceará, Bahia e Pernambuco), no período de 2001 a 2006. Eles verificaram que o prêmio para o Brasil, sob um olhar para a região analisada, ainda se mantém elevado, tanto no contexto intra, como no contexto inter-regional.

Martelleto (2002), ao estudar a desigualdade regional e intergeracional de oportunidades no Brasil, verificou que houve uma grande melhora em alguns indicadores educacionais, como matrícula e repe-

tência dos indivíduos com 7 a 14 anos de idade. Também constatou que houve uma amenização nas curvas de relações de escolaridade dos pais, matrícula e anos de estudo dos filhos. As crianças

de idade menor não foram prejudicadas nos níveis de matrícula e anos de estudo por possuírem pais com baixo nível educacional, como aconteceu com os indivíduos de idade maior.

Ainda segundo Martelleto (2002), as desigualdades

regionais de oportunidades que são determinadas pela transmissão intergeracional educacional se reduziram. Portanto, a influência da posição social da geração anterior se tornou mais fraca na determinação do nível educacional da próxima geração. Apenas no Nordeste o nível educacional dos pais persiste com forte influência na educação dos filhos. Para ela, a grande defasagem das crianças no Nordeste não se deve à grande quantidade de pais com baixo nível educacional, mas sim ao efeito negativo que essa baixa escolaridade dos pais provoca.

Ferreira e Veloso (2003) analisaram a mobilidade educacional do Brasil de forma bem detalhada, com base nos bancos de dados da PNAD. Primeiro, eles caracterizaram os padrões não lineares do grau de mobilidade intergeracional, adotando vários métodos, e depois se utilizaram desses padrões para analisar a dinâmica deste tipo de mobilidade entre coortes. Os autores concluíram que a mobilidade intergeracional educacional no Brasil é bem menor que a dos países desenvolvidos e também em relação aos países subdesenvolvidos que possuem dados disponíveis. No Brasil, a mobilidade intergeracional de educação varia de região para região e entre raças.

Com relação à etnia, a mobilidade é menor entre negros do que entre brancos. Entre os negros, a mobilidade é menor, ou seja, a probabilidade de um filho de pai negro e sem escolaridade de permanecer com o mesmo nível educacional do pai é de 42%. Fazendo a mesma analogia para

**De acordo com Pastore, a média de escolaridade brasileira é muito baixa, e o nível de escolaridade ocorre de maneira muito tardia, sendo, assim, um impasse para a evolução da mobilidade intergeracional**

filhos de pais brancos, a probabilidade é de 24%. Já quando os pais possuem ensino superior, a persistência é maior. A probabilidade de filhos de pais negros com esse grau de educação é 40%, e para filhos de pais brancos, de 62% (FERREIRA; VELOSO, 2003).

Vieira e Bagolin (2008) realizaram um estudo para o estado do Rio Grande do Sul e identificaram que, no aspecto educacional, o estado apresentou um melhor desempenho em relação às taxas de analfabetismo e anos de estudo no decorrer das duas últimas décadas, apesar de o nível de escolaridade permanecer baixo.

Outro importante estudo é o de Figueirêdo e Netto Junior (2005), baseado no estudo de Birchennall (2001) que propõe a relação entre a distribuição de capital humano e desigualdade de renda e seus impactos para a mobilidade intergeracional educacional. Neste estudo, foi constatado que o Nordeste é a região brasileira que apresenta o maior índice de desigualdade de capital humano.

Ainda segundo os autores, foi identificado que, em linhas gerais, houve uma melhoria nos indicadores educacionais no Brasil. Considerando os extremos de 1986 e 2005, a desigualdade em capital humano apresentou um aumento da dispersão entre os estados brasileiros. Outro resultado foi que o ritmo de acumulação de capital humano depende da região analisada. Nas regiões Norte e Nordeste, a persistência dos pais analfabetos é maior que em outras regiões, ou seja, onde a desigualdade de capital humano é maior, a persistência dos pais menos qualificados sobre o filho se manter com o mesmo nível educacional dos pais é ainda maior.

No Nordeste, a chance de uma pessoa analfabeta ter seus filhos com o mesmo nível educacional é de 24,29%, e de 43% para pais com até quatro anos de estudo. Na Região Norte, fazendo a mesma analogia, a chance no primeiro estrato educacional é de 22,93%, e de 42,77% com até quatro anos de estudo. No quinto estrato, o Nordeste apresenta uma chance de 97,22%, e o Norte, de 90,02% (FIGUEIRÊDO; NETTO JUNIOR, 2005).

Com relação à dinâmica do capital humano no Brasil por estratos educacionais<sup>2</sup>, houve uma redução da desigualdade educacional. Figueirêdo e Netto Junior (2005) observaram que, no Brasil, ocorreu uma redução no primeiro e no segundo estrato educacional e aumento no terceiro, quarto e quinto estrato educacional durante o período analisado. Ainda segundo os autores, o Nordeste apresentou uma redução significativa no primeiro e no segundo estrato educacional e um aumento no quinto e, principalmente, no quarto estrato educacional.

Para Leite (2010), o objetivo principal, ao se estudar a mobilidade intergeracional na educação, é analisar os aspectos dinâmicos de transmissão entre as gerações no Brasil, no Nordeste e no Sudeste. Com relação à desigualdade educacional, o Nordeste é a região que possui o maior índice de desigualdade, pois seus habitantes apresentam bem menos anos de estudo do que os da Região Sudeste. Mas esse índice vem caindo ao longo do período analisado, como também vem ocorrendo no Sudeste e Brasil.

Para captar o grau de mobilidade e persistência, o autor trabalhou com quatro estratos educacionais dos pais. O primeiro compreende de zero a quatro anos de estudos, no qual verificou-se que houve uma evolução parecida com a evolução da distribuição de capital humano, ou seja, a diminuição da chance de permanecer no mesmo nível educacional pode estar associada à queda na distribuição do capital humano no período analisado.

Os resultados em Leite (2010) mostram que no Brasil, em 1992, a chance de um filho de pai neste estrato educacional (zero a quatro) era de 43,1%, e, em 2008, diminuiu para 23,32%. Já no Nordeste,

<sup>2</sup> Segundo Figueirêdo e Netto Junior (2005), os estratos educacionais são os seguintes: o primeiro estrato [1] é formado por pessoas com menos de um ano de estudo; o segundo [2], por pessoas entre um e quatro anos de estudo; o terceiro [3] compreende pessoas entre cinco e oito anos de estudo; o quarto estrato [4] é formado por indivíduos com nove a 11 anos de estudo; e o último estrato [5] é formado por indivíduos com mais de 11 anos de estudo.

a chance em 1992 era de 55,56%, e, em 2008, de 36,43%, enquanto no Sudeste a chance de persistir no primeiro estrato era de 36,77%, em 1992, e de 12,68%, em 2008. Compreende-se então que há uma expressiva desigualdade educacional no Nordeste, pois a chance de um filho de pai analfabeto, em 2008, é praticamente a mesma apresentada pela Região Sudeste em 1992.

Com relação ao último estrato educacional, ou seja, de pais com um grau de instrução muito elevado, tanto no Brasil como nas duas outras regiões analisadas, o grau de persistência aumentou consideravelmente ao longo do período, mas o Nordeste ainda é a região onde esse grau é menor.

## METODOLOGIA

No que concerne aos procedimentos metodológicos, a pesquisa tem caráter quantitativo e bibliográfico, e serão descritos os principais embasamentos teóricos acerca do capital humano. Feita essa revisão da literatura mais geral, a pesquisa converge principalmente para a Região Nordeste, no período de 1992 a 2007, tendo em vista que este período foi marcado pelo processo de abertura comercial e estabilidade econômica.

Para chegar aos resultados empíricos, o estudo utilizou levantamentos dos dados secundários no período de 1992 a 2007, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada a cada ano no mês de setembro, com exceção dos anos em que ocorre o Censo Demográfico. Neste âmbito, as informações familiares dos microdados são levantadas pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para atingir seus objetivos, a pesquisa, usou o índice de Gini educacional, para avaliar a desigualdade e a distribuição de capital humano durante esse período, e as matrizes de transição markovianas, com a finalidade de captar a probabilidade de os filhos permanecerem ou evoluírem nos níveis educacionais em relação aos pais.

## Índice de desigualdade de capital humano

O índice de Gini educacional foi utilizado para medir a desigualdade na distribuição de capital humano para a Região Nordeste, no período de 1992 a 2007. De acordo com Figueirêdo e Silva Netto Jr. (2005), o coeficiente de Gini está especificado na equação 1.

$$G^k = \frac{1}{2\bar{H}} \sum_{i=0}^5 \sum_{j=0}^5 |\hat{x}_i - \hat{x}_j| n_i n_j \quad (1)$$

Onde:  $\bar{H}$  é a média de escolaridade das pessoas; os índices  $i$  e  $j$  referem-se aos diferentes níveis educacionais;  $n_i$  e  $n_j$  representam as parcelas da população com diferentes níveis educacionais dados; e  $\hat{x}$  é a média acumulada dos anos de escolaridade para cada nível educacional. O Gini educacional pode variar de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade educacional, ou seja, de capital humano.

## Matrizes de transição markovianas

Conforme Leite (2010), para captar a mobilidade intergeracional educacional, utiliza-se uma função de densidade por intermédio de cadeias de Markov. Para Leite (2010 apud STOKEY; LUCAS, 1989), a cadeia de Markov é um processo estocástico, em que a probabilidade  $P_{i,j}$  de uma variável aleatória  $X$  estar em um estado  $j$  em qualquer ponto no tempo  $t+1$  depende apenas do estado  $i$  que estava em  $t$  e independente, portanto, dos estados em períodos anteriores. Assim, pode-se dizer que:

$$P\{X(t+1)=j/X(0)=i_0, \dots, X(t-1), X(t)=i\} = P\{X(t+1)=j/X(t)=i\} = P_{i,j} \quad (2)$$

Assim, a cadeia de Markov é determinada pela matriz de transição markoviana, representada a seguir:

$$\pi = \begin{pmatrix} P_{11} & P_{12} \dots & P_{1N} \\ P_{21} & P_{22} \dots & P_{2N} \\ \dots & \dots & \dots \\ P_{N1} & P_{N2} \dots & P_{NN} \end{pmatrix}, \text{ com } p_{ij} \geq 0, \sum_{j=1}^n p_{ij} = 1, 0 \quad (3)$$

A matriz representa as  $N^2$  probabilidades de transição  $p_{ij} = (i, j = 1 \dots N)$ , e a distribuição inicial  $h_0 = (h_{10}, h_{20}, \dots, h_{n0})$ ,  $\sum h_j = 1$  descreve as probabilidades iniciais dos vários estados. O modelo empírico também pode ser expresso pela seguinte equação:

$$H(t) = \beta_0 + \beta_1 H(t-1) + \varepsilon \quad (4)$$

As crianças pertencem à geração  $t$ , e seus pais são da geração  $t-1$ . Então, a equação 4 indica que o nível de escolaridade das crianças ( $H(t)$ ) é função do nível de capital humano de seus pais ( $H(t-1)$ ) e do termo aleatório  $\varepsilon$ , que tem média zero e variância constante ( $\varepsilon \sim N(0, \sigma^2)$ ). O intercepto  $\beta_0$  captura o crescimento do nível de capital humano entre as gerações e independe do nível de capital humano dos pais.  $\beta_1$  mensura a relação sistemática entre o nível de qualificação dos pais e dos filhos. Essa equação é autorregressiva de primeira ordem, logo a mobilidade pode ser interpretada como um coeficiente de autocorrelação.

## ANALFABETISMO NO BRASIL E NO NORDESTE

A discussão no âmbito acadêmico acerca desta temática é de suma importância, já que, como visto na seção anterior, o investimento em educação pode ser um dos principais fatores que proporcionam o desenvolvimento dos países. Dentre os projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental público, podem-se destacar dois para a Região Nordeste: o Projeto Nordeste para Educação Básica (1994 a 1998), com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino fundamental, interagindo com estados e municípios, além de mudar a gestão pública, e o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), de 1998 a 2003, com o intuito de dar continuidade ao Projeto Nordeste de forma mais aprimorada.

No governo Lula, pode-se destacar, segundo Libâneo (2008), que a política de educação básica da

gestão do Ministério da Educação (MEC) possuía os seguintes eixos: redefinição da política de financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); democratização da gestão escolar; formação e valorização dos trabalhadores em educação – professores e funcionários da escola; inclusão educacional; ampliação do ensino fundamental para nove anos; e a política do livro didático. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) atua com o Programa Brasil Alfabetizado; plano de metas e compromisso Todos pela Educação; criação das instituições federais de educação profissional e tecnológica (IFET); e Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais.

Segundo Castro (1999), verifica-se uma melhoria nos indicadores educacionais brasileiros a partir de 1995, mas também uma intensificação nas desigualdades regionais e interestaduais. Destaca-se, ainda, um cenário positivo para as regiões Norte e Nordeste, principalmente no que diz respeito à qualidade do ensino fundamental. Esta mudança se deve às políticas adotadas a partir de 1998, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a acentuação dessas disparidades regionais, apesar das melhorias nos indicadores na década de 1990, pode ser explicada por três fatores: os diferentes padrões socioeconômicos de cada região – no final da década de 1980, o Nordeste ainda apresentava um grande número de crianças fora da escola; os indicadores de desigualdade regional e das condições socioeconômicas de cada unidade federativa – em alguns estados do Nordeste, pode-se destacar uma maior universalização do atendimento a crianças de 7 a 14 anos de idade, principalmente com o Fundef; e o fator principal refere-se à atuação do governo federal com políticas educacionais voltadas para o ensino básico.

Para Castro (1999, p. 4), “[...] o analfabetismo é frequentemente apontado como uma das principais evidências do atraso educacional do país, sobretudo em comparações internacionais”. Cas-

tro (1999), ao analisar o declínio do analfabetismo no Brasil nas últimas décadas, afirma que ocorreu uma redução desse agravante na década de 1990, principalmente a partir das políticas de acesso à educação do ensino fundamental, mas que essa redução foi mais lenta em regiões menos dinâmicas, como é o caso do Norte e do Nordeste, devido ao atraso na execução destes programas nessas regiões.

A Tabela 1 mostra a expansão das disparidades regionais na taxa de analfabetismo para pessoas com idade superior a 15 anos ao longo do tempo. Em 1980, a taxa de analfabetismo no Nordeste era 2,7 vezes maior que no Sudeste. Já em 1996, apesar da redução das taxas, a diferença Nordeste/Sudeste era de 3,3 vezes.

Ainda sobre a Tabela 1, é possível observar o analfabetismo no Nordeste e o quanto essa região está atrasada na redução deste processo em relação ao país. Em 1970, essa taxa alcançava a marca de 54,2%. Em 1996, a taxa de analfabetismo passou a ser de 28,7%, valor superior ao das regiões Sul e Sudeste quase três décadas antes.

A Tabela 2 mostra o comportamento do valor percentual de analfabetos para Brasil e Região Nordeste. Existe uma clara redução em valores percentuais do número de analfabetos, tanto para o Brasil,

**Tabela 1**  
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais – 1970/1996 (%)

Brasil e regiões	Taxa de analfabetismo			
	1970	1980	1991	1996
Brasil	33,6	25,5	20,0	14,7
Norte	36,0	29,3	24,6	12,4
Nordeste	54,2	45,5	37,6	28,7
Sudeste	23,6	16,8	12,3	8,7
Sul	24,7	16,3	11,8	8,9
Centro-Oeste	35,5	25,3	16,7	11,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e PNAD de 1996 apud Castro (1999).

como para o Nordeste e seus respectivos estados. Ainda aqui é possível observar que os estados nordestinos com o maior número de analfabetos são Alagoas, Piauí, Paraíba e Maranhão, respectivamente nesta ordem, e que em praticamente toda a série histórica estão acima da média do Nordeste.

O estado que possui menos analfabetos em toda a série histórica é Sergipe. Em 2007, possuía o menor percentual até então, com 16,79%. O que mais reduziu, ao longo desse período, o número de analfabetos foi o estado do Ceará, que em 1992 possuía cerca de 34,59% e que em 2007 detinha 19,16%, uma redução de 15,43%. Ao contrário, o estado que menos reduziu o número de analfabetos foi Sergipe, que em 1992 atingia a marca de

**Tabela 2**  
Analfabetos a partir de 15 anos – Brasil, Nordeste e estados – 1992-2007 (%)

	Taxa de analfabetismo													
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
AL	35,88	33,72	34,92	36,14	36,37	34,77	32,73	30,64	31,19	30,47	29,53	29,27	26,43	25,2
BA	31,23	30,54	28,47	24,61	27,01	24,95	24,57	22,91	21,78	21,4	20,46	18,83	18,61	18,46
CE	34,59	32,66	31,59	31,15	30,94	29,68	28,04	24,88	22,67	22,73	21,85	22,66	20,67	19,16
MA	35,54	36,98	31,95	33,4	35,97	29,69	28,95	23,46	22,97	23,86	23,16	23,09	22,88	21,5
PB	35,57	32,36	32,3	31,32	29,81	28,67	25,98	27,15	27,22	25,23	25,39	25,25	22,72	23,48
PE	31	29,1	29,77	26,21	26,44	24,43	24,83	22	21,54	21,77	21,31	20,49	18,51	18,5
PI	37,04	37,5	35,34	34,46	33	34,49	31,62	29,63	29,82	28,57	27,47	27,52	26,42	23,52
RN	30,32	29,87	29,58	28,5	27,2	26,68	25,52	24,28	22,75	23,42	22,26	21,48	21,83	19,61
SE	27,35	28,64	26,21	25,27	25,36	24,07	23,94	21,46	20,3	19,17	19,39	19,7	18,2	16,79
NE	32,89	31,94	30,6	28,83	29,52	27,56	26,66	24,31	23,43	23,2	22,48	21,96	20,78	19,98
BR	17,2	16,42	15,53	14,6	14,73	13,81	13,34	12,37	11,86	11,56	11,41	11,07	10,4	10,01

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

Nota: 1994 e 2000 não apresentam dados para esta fonte devida realização do Censo Demográfico.

27,35% de analfabetos, e em 2007, 16,79%, uma redução de 10,56%.

Pode-se observar também o tamanho da participação do Nordeste no número de analfabetos do país. No ano de 2007, a região apresentava 19,98% da população analfabeta. Este valor é superior ao do Brasil no ano de 1992. O mesmo ocorre com praticamente todos os estados nordestinos, menos com Sergipe.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### Distribuição de capital humano no Nordeste através do Gini educacional

Na literatura brasileira, poucos trabalhos existem acerca da mobilidade intergeracional de capital humano. Podem-se destacar os trabalhos de Bezerra e Ramos (2008), Bangolin e Porto Junior (2003), Figueirêdo e Netto Junior. (2005) e Leite (2010).

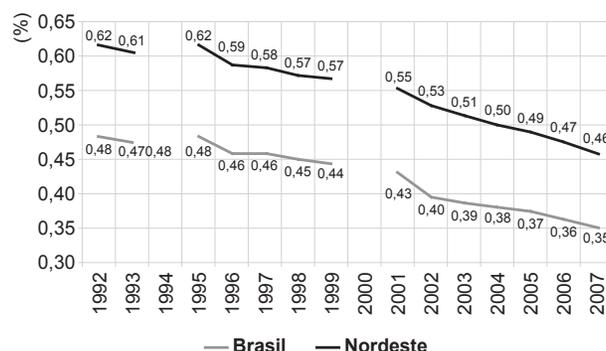
Bezerra e Ramos (2008) analisaram essa evolução para as regiões brasileiras e também por gênero, no período de 1981 a 2002, e constataram que houve uma redução no Gini educacional para todas as regiões, sendo que o Nordeste possui os piores índices. Quanto ao gênero, o trabalho mostra que também houve uma redução na desigualdade em ambos os sexos, porém essa redução foi maior para a população feminina.

Bangolin e Porto Junior (2003) utilizaram dados relativos aos anos de estudos para pessoas de 10 anos ou mais, tanto para gênero, como para estados, no período de 1983 a 2001 e também constataram uma redução das disparidades em ambos os sentidos. Porém, eles destacam que as desigualdades existem, principalmente em regiões menos dinâmicas socialmente. Os estados com piores índices são Alagoas, Piauí e Sergipe, respectivamente.

Figueiredo e Netto Junior. (2005) analisaram essa desigualdade para Brasil e regiões, no período de 1986 a 2005, e verificaram uma redução das disparidades ao longo do período, sendo que, de 1986 a 1993, os índices apresentaram um compor-

tamento relativamente estável. Eles destacam que a Região Norte foi a única a apresentar aumento nos índices, e o Nordeste é a região com maior índice de desigualdade de capital humano.

Leite (2010), seguindo essa mesma lógica, fez um comparativo entre as regiões Nordeste e Sudeste para o período de 1992 a 2008 e constatou que também houve uma redução. Porém, o Nordeste ainda continua sendo a região com maiores índices de desigualdade.



**Gráfico 1**  
Índice de Gini educacional – Brasil e Nordeste  
1992-2007

Fonte: Elaboração própria a partir da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).  
Nota: Os anos de 1994 e 2000 não apresentam dados para esta fonte devido à realização do Censo Demográfico.

Como se observa no Gráfico 1, assim como nos trabalhos citados anteriormente, o Brasil e o Nordeste seguem uma mesma tendência ao longo do período analisado, indicando uma redução em seus índices de Gini, ou seja, a desigualdade na distribuição de capital humano apresentou uma queda, principalmente a partir de 1995. O período compreendido entre 1992 e 1995 apresentou uma relativa estabilidade, pois os valores foram praticamente os mesmos de um ano para o outro em cada região.

Em 1992, o Brasil apresentou um índice de 0,48, e em 2007, aproximadamente 0,35. Já o Nordeste, em 1992, apresentou um índice de 0,62, e em 2007, de 0,46. No entanto, a Região Nordeste, praticamente em toda a série histórica, apresentou valores acima dos do Brasil, evidenciando que nesta região ainda prevalece a desigualdade de capital humano, apesar da redução apresentada pelo gráfico.

## Dinâmica intergeracional do capital humano no Brasil e no Nordeste

Conforme Galor e Tsiddon (1997) e Birchenall (2001), a transmissão intergeracional depende do local ou ambiente em que se encontra o capital humano, ou seja, se o indivíduo estiver em uma região com elevados índices de desigualdade, menos propensa a choques tecnológicos, ou onde o prêmio pela qualificação seja menos valorizado, a mobilidade intergeracional será menor. Portanto, partindo desse pressuposto e levando em consideração que a Região Nordeste possui essas características, neste capítulo será evidenciado como se deu a mobilidade intergeracional do capital humano para o Brasil e para o Nordeste, de 1992 a 2007, dado que neste mesmo período se registrou uma redução nas desigualdades educacionais para ambas as regiões, como observado na seção anterior.

Sobre a base de dados e análise das estimativas

Com a finalidade de captar a mobilidade, foram utilizados dados secundários da PNAD para os anos de 1992 e 2007, exceto para aqueles em que foi realizado o Censo, através das matrizes markovianas de transição explicitadas no Tópico 4 deste trabalho. Esse banco de dados possui informações específicas dos chefes dos domicílios (pais) e dos seus respectivos filhos. Portanto, cada filho possui detalhadamente as características de cada responsável do domicílio.

Nas estimativas, o componente anos de estudo foi dividido em quatro estratos educacionais, sendo que o primeiro compreende as pessoas com zero a quatro anos de estudo, ou seja, menor nível educacional; e o último, pessoas com 12 a 15 anos de estudo, englobando aquelas com maior nível de escolaridade.

Com relação às análises das matrizes de transição, foram feitas para o primeiro e último estrato educacional. Portanto, foram captadas as chances

de um filho com pai no primeiro estrato permanecer no mesmo nível do pai e também as chances de alcançar o último nível de escolaridades nos estratos.

Também foram captadas as chances de um filho com pai no último estrato ficar no primeiro e também as chances de alcançar a mesma escolaridade.

Essas análises foram feitas para os anos de 1992,

1997 e 2007 para o Brasil e Nordeste, respectivamente. O primeiro, além de ser o ano de início de estudo deste trabalho, é também, um dos anos, conforme Leite (2010), marcados pelo aumento das disparidades de renda no Brasil, promovidas pela instabilidade econômica vivenciada no país antes da implantação do Plano Real. Já 1997 é um ano que pertence ao período de pós-estabilidade econômica. E por último, 2007 é o ano que encerra o período de estudo deste trabalho.

As matrizes estão compostas por cinco linhas e cinco colunas, sendo que a última coluna representa o somatório dos valores percentuais correspondentes às linhas horizontais. Esse somatório sempre terá o valor igual a 100, representando a soma das condições dos filhos em cada estrato educacional, ou seja, a soma das chances de um filho permanecer ou de evoluir para outro nível educacional.

Comportamento da mobilidade intergeracional educacional e análise dos resultados

De acordo com os trabalhos de Figueiredo e Netto Junior (2005) e Leite (2010), a mobilidade intergeracional no Nordeste é menor principalmente nos estratos educacionais mais baixos. Ou seja, filhos de pais de nível educacional inferior têm mais chances de permanecer com os mesmos níveis educacionais.

A Tabela 3 mostra a mobilidade para o Brasil no ano de 1992. É importante lembrar que este período foi marcado por um processo inflacionário latente e também por um momento de abertura comercial,

## A mobilidade intergeracional no Nordeste é menor principalmente nos estratos educacionais mais baixos

promovida principalmente pelo governo Collor de Melo. Também é importante ressaltar que o Brasil, neste período, apresentava coeficientes de distribuição de capital humano com os valores mais elevados durante o espaço temporal deste trabalho, como mostra o Gráfico 1.

Seguindo a estratégia de análise proposta anteriormente, verifica-se que, naquele momento, a chance de um filho com pai incluso no primeiro estrato educacional permanecer com este mesmo nível de escolaridade era de 43,10%, e de haver uma mobilidade para o último estrato educacional era de apenas 8,88%.

O contrário mostra que a chance de um filho com pai de nível educacional compreendido no último estrato educacional ficar no primeiro estrato educacional era de 3,21%, e de alcançar o mesmo nível do pai era de 62,95%.

É importante ressaltar que as análises dos dois extremos da tabela mostram a influência do nível educacional do pai em relação ao do filho, ou seja, para o ano de 1992, 43,10% dos filhos com pais analfabetos também poderiam ser analfabetos, e 62,95% dos filhos com pais de nível superior conseguiriam chegar ao mesmo nível educacional dos pais.

Estrato educacional dos pais	Estrato educacional dos filhos					Total
	[1]	[2]	[3]	[4]		
[1]	43,10	27,27	20,75	8,88	100,0	
[2]	10,87	26,33	37,48	25,32	100,0	
[3]	5,41	10,06	40,31	44,23	100,0	
[4]	3,21	4,49	29,35	62,95	100,0	
<b>Total</b>	<b>35,45</b>	<b>25,17</b>	<b>24,15</b>	<b>15,23</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir da amostra da PNAD.

A Tabela 4 identifica a dinâmica do capital humano no Nordeste para o ano de 1992. Dessa forma, observa-se que as chances de um filho com pai compreendido no primeiro estrato educacional permanecer com o mesmo nível eram de 55,56%, enquanto a chance de este mesmo indivíduo conseguir atingir o ensino superior era de 5,13%.

Já para os filhos com pais com níveis educacionais mais elevados, as chances de ficarem no primeiro estrato eram de 0,76%, e de alcançarem a mesma escolaridade do pai eram de 66,32%.

Para o ano de 1992, o Nordeste apresentou resultados menos expressivos do que o Brasil com relação à mobilidade para filhos com pais analfabetos e resultados mais expressivos para os filhos com pais no último estrato educacional.

Estrato educacional dos pais	Estrato educacional dos filhos					Total
	[1]	[2]	[3]	[4]		
[1]	55,56	19,19	20,13	5,13	100,0	
[2]	16,85	21,32	43,94	17,89	100,0	
[3]	10,91	12,04	40,15	36,90	100,0	
[4]	0,76	5,45	27,46	66,32	100,0	
<b>Total</b>	<b>48,72</b>	<b>18,75</b>	<b>23,40</b>	<b>9,13</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir da amostra da PNAD.

A Tabela 5 demonstra a mobilidade do Brasil para o ano de 1997. Neste ano, o Brasil já apresentava certa estabilidade econômica, promovida pela implantação do Plano Real em 1994, e o coeficiente de Gini educacional havia se reduzido para 0,46 (ver Gráfico 1).

Estrato educacional dos pais	Estrato educacional dos filhos					Total
	[1]	[2]	[3]	[4]		
[1]	39,42	27,68	23,74	9,16	100,0	
[2]	10,93	27,68	39,34	22,06	100,0	
[3]	6,19	10,01	38,05	45,75	100,0	
[4]	2,02	3,57	21,17	73,24	100,0	
<b>Total</b>	<b>31,29</b>	<b>25,05</b>	<b>26,56</b>	<b>17,11</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: Elaboração própria a partir da amostra da PNAD.

No que diz respeito à mobilidade, a chance de um filho com pai no primeiro estrato educacional permanecer com a mesma escolaridade era de 39,42%, e alcançar o quarto extrato era de 9,16%. Já para um filho de pai no último estrato educacional, a chance de não passar do primeiro estrato educacional era de 2,02%, e de alcançar o nível superior ou mesmo nível educacional do pai era de 73,24%.

Esses resultados mostram uma tendência positiva em relação a 1992, pois os filhos de pais analfabetos reduziram a chance de permanecer com mesmo nível educacional e aumentaram as chances de conseguir chegar ao estrato 4. Os filhos de pais com escolaridade elevada diminuíram as chances de ficar no primeiro estrato educacional e aumentaram a de chegar ao mesmo nível.

A Tabela 6 mostra a mobilidade no Nordeste para o ano de 1997. Nota-se que a chance de um filho de pai analfabeto permanecer com o mesmo nível educacional era de 54,08%, e de este mesmo indivíduo alcançar o nível no último estrato era de 4,02%.

Com relação à chance de um filho com pai de nível educacional no último estrato não passar do primeiro estrato educacional era de 0,90%, e de conseguir alcançar o ensino superior era 59,83%.

Ao se compararem as mobilidades de 1992 e 1997, constata-se que o Nordeste apresentou uma pequena redução na chance de um filho com pai analfabeto permanecer com o mesmo nível educacional, passando de 55,56% em 1992 para 54,08% em 1997, ou seja, apesar de ter apresentado uma pequena redução, esse resultado é positivo. Porém, a chance de este mesmo indivíduo alcançar o último nível educacional se reduziu, passando de 5,13% em 1992 para 4,02% em 1997.

Outro resultado que merece destaque foi o aumento da chance de um filho com pai no nível superior ficar no primeiro estrato educacional, passando de 0,76% em 1992 para 0,90% em 1997. Houve ainda uma redução da chance de este mesmo indivíduo alcançar o nível superior, passando de 66,32% em 1992 para 59,83% em 1997.

**Tabela 6**  
Mobilidade intergeracional – Nordeste – 1997

Estrato educacional dos pais	Estrato educacional dos filhos					Total
	[1]	[2]	[3]	[4]	Total	
[1]	54,08	20,31	21,59	4,02	100,0	
[2]	15,38	23,35	43,87	17,39	100,0	
[3]	6,66	12,42	49,75	31,17	100,0	
[4]	0,90	3,66	35,60	59,83	100,0	
Total	45,93	19,68	25,77	8,61	100,0	

Fonte: Elaboração própria a partir da amostra da PNAD.

Porém, ao se compararem as mobilidades entre Brasil e Nordeste para o ano de 1997, percebe-se que o Nordeste, assim como em 1992, apresentou resultados menos expressivos para filhos com pais analfabetos. Para os filhos com pais com nível superior, a região começou a apresentar menores chances de alcançar o nível educacional do pai em relação às chances no Brasil.

A Tabela 7 mostra a mobilidade para o ano de 2007 em relação ao Brasil. Neste período, o indicador de Gini reduziu-se para 0,35, demonstrando uma queda na desigualdade mais acentuada quando comparada à dos períodos anteriores.

**Tabela 7**  
Mobilidade intergeracional – Brasil – 2007

Estrato educacional dos pais	Estrato educacional dos filhos					Total
	[1]	[2]	[3]	[4]	Total	
[1]	26,07	21,81	39,17	12,95	100,0	
[2]	4,61	17,05	52,45	25,89	100,0	
[3]	1,98	5,76	46,73	45,54	100,0	
[4]	1,19	1,55	14,94	82,32	100,0	
Total	15,73	16,33	40,17	27,78	100,0	

Fonte: Elaboração própria a partir da amostra da PNAD.

Com relação à dinâmica do capital humano em 2007 para o Brasil, percebe-se que a chance de um filho com pai analfabeto persistir com o mesmo nível educacional do pai era de 26,07%, e de alcançar o último estrato era de 12,95%.

Já para os filhos de pais com nível educacional mais elevado, as chances de não ultrapassarem o primeiro estrato educacional eram de 1,19%, e de persistirem no mesmo estrato educacional do pai eram de 82,32%.

Em termos gerais, a mobilidade educacional no Brasil apresentou uma evolução, principalmente no que diz respeito à redução da persistência dos filhos com pais no primeiro estrato educacional, de 43,10% em 1992 para 26,07% em 2007. Também houve um aumento das possibilidades de alcançar o último estrato, de 8,88% em 1992 para 12,95% em 2007.

Outro resultado positivo foi o aumento das chances de um filho de pai com nível superior conseguir atingir o mesmo nível de escolaridade, passando de

62,95% em 1992 para 82,32% em 2007. Esse resultado pode estar associado à redução da desigualdade educacional, como foi observado no Gráfico 1.

A Tabela 8 evidencia a mobilidade no Nordeste para o ano de 2007. A chance de um filho com pai no primeiro estrato educacional permanecer neste mesmo nível era de 40,76%, e alcançar o nível superior era de 6,03%. Já a chance de um filho com pai no último estrato educacional ficar no primeiro era de 1,68%, e de alcançar o mesmo nível do pai era de 72,92%.

Percebe-se que, de 1997 para 2007, houve uma evolução positiva em quase todas as mobilidades analisadas. Houve uma redução na persistência de um filho com pai analfabeto em permanecer com o mesmo nível educacional do pai, passando de 54,08% em 1997 para 40,76% em 2007. Também ocorreu um aumento da chance de este mesmo filho alcançar o nível superior, de 4,02% em 1997 para 6,03% em 2007.

Um resultado negativo foi o aumento da chance de um filho com pai no último estrato educacional ficar no primeiro estrato educacional, passando de 0,90% em 1997 para 1,68% em 2007. Porém, este resultado negativo foi compensado pelo aumento da chance de este mesmo indivíduo alcançar o mesmo nível educacional do pai, evoluindo de 59,83% em 1997 para 72,92% em 2007.

Em linhas gerais, os resultados mostraram-se positivos para o Nordeste durante o período analisado, principalmente com relação à redução na persistência de filhos com pais analfabetos permanecerem com o mesmo nível educacional do pai e também com relação ao aumento da chance de um filho com

pai com nível superior também alcançar este nível educacional. Porém, quando comparadas as mobilidades entre as duas regiões para o ano de 2007, percebe-se que o Nordeste ainda tem resultados menos expressivos do que os apresentados pelo Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou observar como ocorreu a dinâmica e a distribuição de capital humano no Nordeste no período de 1992 e 2007. Dessa forma, buscou-se evidenciar a distribuição do capital humano através do indicador de Gini e a mobilidade desta variável para a região.

Contudo, inicialmente foi utilizada uma fundamentação teórica baseada na teoria do capital humano, que teve como precursores Theodore Schultz e Gary Backer, além de outros que se utilizaram desta teoria. Em linhas gerais, os autores concluíram em seus trabalhos que o investimento em educação ou em pesquisa é a fonte principal para o crescimento econômico.

Ainda aqui, buscou-se entender como ocorreu a mobilidade educacional nos âmbitos internacional e brasileiro. Assim, constatou-se que a mobilidade educacional depende fortemente da região, do dinamismo econômico e social e da propensão a choques tecnológicos. Como historicamente o Nordeste é uma região que apresenta desigualdades sociais e de renda, esperava-se que a mobilidade educacional nesta região não implicasse uma dinâmica elevada.

Para avaliar a distribuição do capital humano no Nordeste, foram observadas as políticas educacionais durante o período de estudo, destacando investimentos mais direcionados para o ensino básico e fundamental, principalmente nos dois governos de Fernando Henrique, e maiores investimentos no ensino superior no governo Lula. Também foram evidenciados alguns aspectos do analfabetismo no Brasil e no Nordeste. Houve redução das taxas de analfabetismo e também do número de analfabetos.

**Tabela 8**  
Mobilidade intergeracional – Nordeste – 2007

Estrato educacional dos pais	Estrato educacional dos filhos					Total
	[1]	[2]	[3]	[4]		
[1]	40,76	20,82	32,39	6,03	100,0	
[2]	11,77	15,49	55,38	17,37	100,0	
[3]	4,52	7,55	46,90	41,02	100,0	
[4]	1,68	3,74	21,66	72,92	100,0	
Total	30,99	17,76	36,47	14,77	100,0	

Fonte: Elaboração própria a partir da amostra da PNAD.

Quanto à distribuição educacional, foi utilizado o índice de Gini como parâmetro para avaliar a desigualdade e se constatou que, apesar de este coeficiente manter certa estabilidade de 1992 a 1995, tanto no Brasil como no Nordeste, a disparidade educacional reduziu-se principalmente a partir de 1995. Porém, a Região Nordeste ainda apresenta elevados níveis de desigualdade, chegando em 2007 com 0,46 de índice, enquanto o Brasil já alcançava a marca de 0,34. Vale ressaltar que o Brasil, em 1996, já possuía 0,46 de índice.

No que diz respeito à dinâmica intergeracional, a pesquisa detectou que no Nordeste a mobilidade é menor que no Brasil, principalmente com relação ao primeiro estrato educacional. Em todos os anos analisados nesta pesquisa, a chance de um filho com pai analfabeto permanecer com o mesmo nível educacional do pai foi maior no Nordeste do que no Brasil. Por outro lado, a chance de um filho com pai no último estrato educacional também foi mais significativa no Brasil do que no Nordeste.

Porém, os resultados mostram que existe uma evolução positiva tanto para o Brasil como para o Nordeste, ao se comparar 1992 com 2007, o que pode estar diretamente relacionado com a redução das desigualdades educacionais apresentadas neste trabalho.

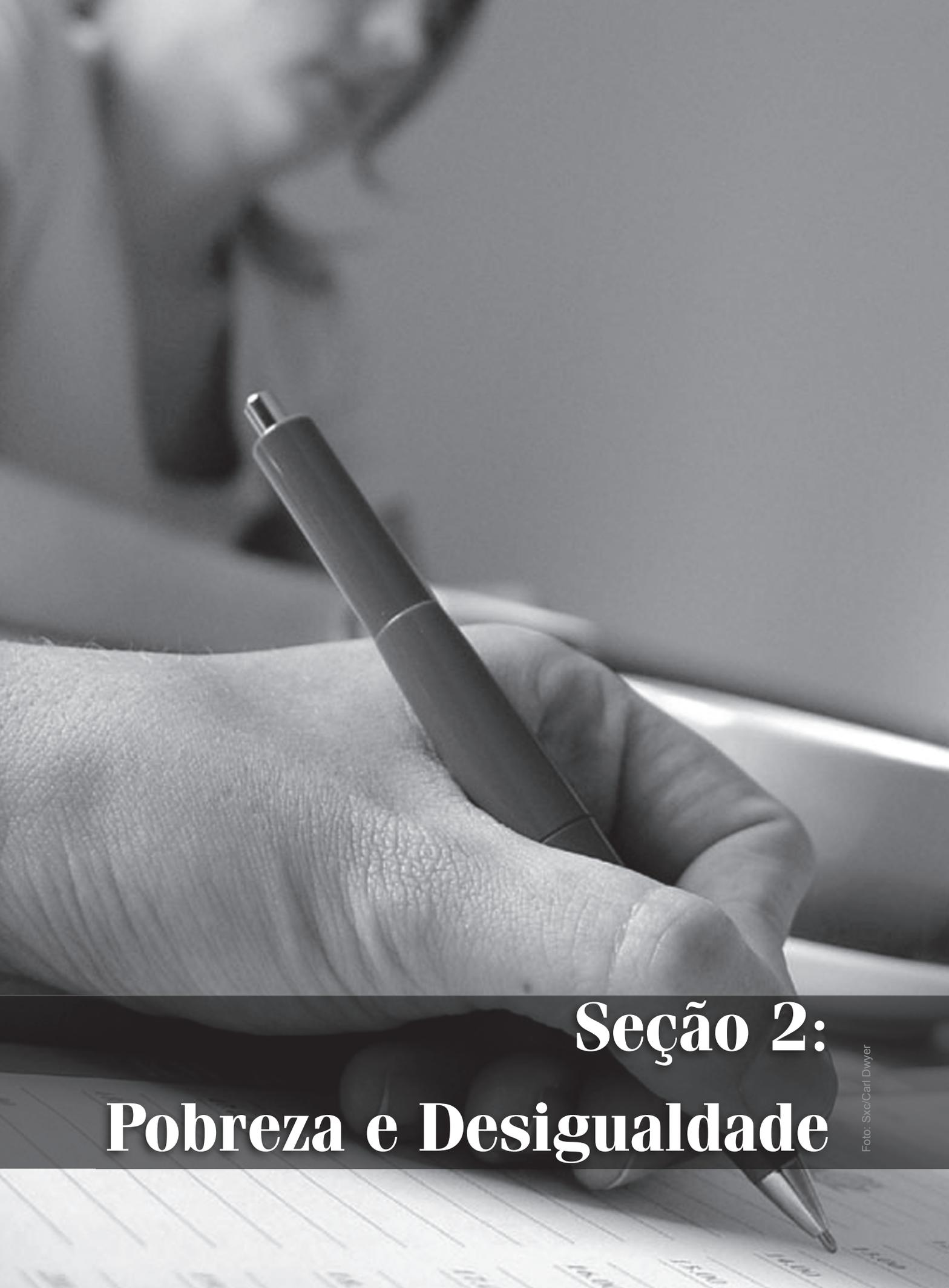
## REFERÊNCIAS

- BAGOLIN, Izete Pengo; PORTO JUNIOR, Sabino da Silva. Desigualdade na distribuição da Educação e crescimento no Brasil: índice de Gini e anos de escolaridade. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, p. 7-31, 2003. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2003\\_09.pdf](http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2003_09.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. *Determinantes do desempenho educacional no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 834). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2001/td\\_0834.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td_0834.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- BEHRMAN, Jere R. et al. Intergenerational mobility in Latin America. *Economia*, v. 2, n.1, p.1-44, 2001.
- BEZERRA, Fernanda. Mendes; RAMOS, Francisco S. Acesso à educação: houve redução das disparidades regionais e estaduais? Brasil e Nordeste 1981-2005. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 39, n. 4 p. 448-465, out./dez. 2008.
- BIRCHENALL, Javier Arturo. Income distribution, human capital and economic growth in Colômbia. *Journal of Development Economics*, v. 66, 2001.
- CASTILHO, Mara Lucy; SILVA, José Maria Alves da. Relação entre capital humano, emprego e crescimento econômico no Brasil: diagnóstico do final do século XX. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O369.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. *As desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro*. Brasília (DF): INEP/MEC, 1999. Disponível em: <<http://www.emprende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desigualdades%20no%20sistema%20educacional%20brasileiro.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2011.
- CHECCHIN, Daniele et al. More equal but less mobile? Education financing and intergenerational mobility in Italy and in the US. *Journal of Public Economic*, v. 74, 1999.
- CRUZ, Rosana Evangelista da. *Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional?* Curitiba: Editora UFPR, 2003.
- FERREIRA, Sergio Guimarães; VELOSO, Fernando A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico-PPE*, São Paulo, v.33, n.3, dez. 2003.
- FIGUEIRÊDO, Erik Alencar de; NETTO JUNIOR, José Luis da Silva. Distribuição de capital humano e desigualdade de renda: mobilidade intergeracional educacional e mobilidade de renda no Brasil. In: FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO; ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 10., 2005. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2005.
- FROYEN, R. T. *Macroeconomia*. Tradução de Esther E. H. Herskovitz, Cecília C. Bartalotti; Revisão técnica de Ronald Veras Saldanha Jr. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GALOR, O., TSIDDON, D. Technological progress, mobility and economic growth. *The American Economic Review*, v. 87, 1997.
- KUPFER, David. Tecnologia e Emprego São Realmente Antagônicos? *Novo Desenvolvimento*. p. 237-268, 2004. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/gic/pubartigos.php>>. Acesso em: 5 jan. 2010.
- LEITE, Áydano Ribeiro. *Dinâmica intergeracional educacional e de renda no Brasil: uma análise comparativa entre as regiões Nordeste e Sudeste*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Alguns aspectos da política educacional do governo Lula e sua repercussão no funcionamento das escolas*. *Revista HISTEDBR on-line*, 2008. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/32/art12\\_32.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/32/art12_32.pdf)>. Acesso em : 31 jan. 2011.

- LUCAS JR, Robert E. On the Mechanics of Economics Development. *Journal of Monetary Economic*. v. 22, 3-42, 1988.
- MANKIW, N., ROMER, D, WEIL, D. A contribution to the empirics of economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, v. 108, 1992.
- MARTELETO, Leticia. Desigualdade regional e intergeracional de oportunidades: a matrícula e a escolaridade de crianças e jovens no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 13., 2002. Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: ABEP, 2002.
- MENEZES FILHO, Naércio Aquino. *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. Instituto Futuro Brasil, mar. 2001. Disponível em: < <http://www.anj.org.br/pje/biblioteca/publicacoes/A%20Evolucao%20da%20educacao%20no%20Brasil%20e%20seu%20impacto%20no%20Mercado%20de%20trabalho.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- NAKABASHI, Luciano; FIGUEIREDO, Lizia de; *Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005. Disponível em: <<https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20267.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- NELSON, Richard R.; PHELPS, Edmund S. Investments in humans, technological diffusion and economic growth. *American Economic Review*, Paper and proceeding, v. 56, n. 2, p. 69-75, 1966.
- ROMER, Paul M. Increasing Returns and Long-Run Growth. *The Journal of Political Economy*, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, 1986.
- \_\_\_\_\_. Endogenous technological change. *Journal of Political Economic*, v. 98, p. S71-S102, 1990.
- RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. *Educação e economia nos anos 1990: a resignificação da teoria do capital humano*. Paraná: UEM, 2005. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster\\_educacao.htm](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster_educacao.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2009.
- SCHULTZ, Theodore W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v. (Coleção Os Economistas).
- SILVA, Almir Bittencourt da; MARINHO, Emerson Luis Lemos. *Capital humano, progresso técnico e crescimento econômico: um reexame empírico das abordagens de acumulação, inovação e difusão tecnológica*. 2005. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa2\\_texto1.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa2_texto1.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- SOUZA, Nali de Jesus de; OLIVEIRA, Júlio César de. Relações entre geração de conhecimento e desenvolvimento econômico. *Análise*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 211-223, jul./dez. 2006.
- STOQUEY, L. and LUCAS JR, Robert; PRESCOT, Edward. *Métodos recursivos em economia dinâmica*. Harvard University Press, Cambridge, 1989.
- SULIANO, Daniel Cirilo; SIQUEIRA, Marcelo Lettieri. *Um estudo do retorno da educação na região nordeste: análise dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco a partir da recente queda da desigualdade*. Fortaleza: IPECE, 2010. (Texto para discussão, nº 72). Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos\\_discussao/TD\\_72.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_72.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2010.
- VIEIRA, Cilane da Rosa; BAGOLIN, Izete Pengo. Mobilidade intrageracional e intergeracional de renda no Rio Grande do Sul nos períodos pré e pós estabilização econômica. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., 2008, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: edi PUCRS, 2008. p. 97-110.

Artigo recebido em 22 de julho de 2011  
e aprovado em 18 de agosto de 2011.





# **Seção 2: Pobreza e Desigualdade**



# Concentração de renda e escolaridade: qual é a relação com a pobreza no Nordeste do país?

*Danyella Juliana Martins de Brito\**

*Roberta de Moraes Rocha\*\**

\* Graduanda em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

danyjbrito@hotmail.com

\*\* Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do curso de Economia da Universidade Federal de Pernambuco-Campus Acadêmico do Agreste (UFPE-CAA).  
roberta\_rocha\_pe@yahoo.com.br

## Resumo

O artigo investiga a relação de três indicadores socioeconômicos – a concentração de renda, índices de analfabetismo e a média de horas trabalhadas – com a “pobreza” da Região Nordeste do Brasil. A análise tem como objetivo inferir se a redução da desigualdade de renda e melhorias em indicadores de escolaridade da população nordestina influenciam a redução da pobreza na região. Para tanto, estima-se um modelo de regressão para obter os coeficientes de correlação entre os três indicadores, com uma variável que busca mensurar a pobreza dos estados nordestinos. O exame empírico é realizado do ano de 1981 ao ano de 2007 e para todos os estados da região. Como principais resultados da pesquisa, dada a significativa correlação observada entre o índice de desigualdade e a pobreza dos estados nordestinos, recomenda-se que políticas que visem diminuir os índices de pobreza na região levem em consideração a questão das disparidades individuais de renda.

**Palavras-chave:** Pobreza. Desigualdade. Indicadores de escolaridade.

## Abstract

*The paper investigates the relationship of three socioeconomic indicators - the concentration of income, alphabetic index and average hours worked - with the “poverty” of the Northeast of Brazil. The analysis aims to infer if the reduction of income inequality and improvements in educational indicators influence the reduction of poverty in the region. For this, we estimate a regression model to obtain the correlation coefficients between the three indicators, with a variable that seeks to measure the poverty of the northeastern states. The empirical examination is conducted in the year 1981 to 2007, and for all states in the region. As result of the research, given the significant correlation observed between the index of inequality with poverty from the northeastern states, it is recommended that policies to reduce poverty rates take into account the issue of disparities in individual income.*

**Keywords:** Poverty. Inequality. Education indicators.

## INTRODUÇÃO

A abordagem de temas como pobreza e desigualdade de renda tem norteado os debates acadêmicos e marcado a história econômica brasileira. A importância dessa discussão para o país pode ser evidenciada pela análise de alguns indicadores econômicos e sociais. Como indicação, segundo o Censo Demográfico realizado em 2000, o Brasil, nesse ano, apresentava 47% de sua população vivendo em estado de pobreza, ou seja, com renda per capita inferior à metade de um salário mínimo. Por outro lado, dados como o rendimento da população por faixa de renda do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugerem que no Brasil impera uma significativa concentração de renda, em comparação a outros países (ver Tabela 1). Estes dados apontam que um país pode ser mais rico em relação a outro, em termos de valores absolutos, porém se nele a concentração de renda é elevada, provavelmente terá uma maior percentual de “pobres”.

**Tabela 1**  
**Comparação entre o rendimento médio per capita da população total com o dos 20% mais pobres em oito países – 1993**  
 (em US\$)

País	A – Rendimento médio per capita da população total	B – Rendimento médio per capita dos 20% mais pobres	Relação A/B
Estados Unidos	24.240	5.814	4.2
Holanda	17.330	7.105	2.4
Coreia do Sul	9.630	3.563	2.7
Chile	8.400	1.386	6.1
Brasil	5.370	564	9.5
Indonésia	3.150	1.370	2.3
Índia	1.220	537	2.3
Guiné Bissau	840	88	9.5

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 1996 (apud ALMEIDA, 2000, p. 36).

Na concepção de Barros, Mendonça e Henrique (2001), o Brasil não seria considerado um país pobre e, sim, com um número elevado de pessoas pobres, tendo em vista que a pobreza deve-se mais à desigualdade na distribuição de recursos que à escassez destes.

Nas últimas décadas, muitas políticas têm-se desenvolvido com o propósito de amenizar os efeitos da pobreza. Neste contexto, é importante ressaltar que alguns pensadores associam os problemas da pobreza ao fato de as políticas sociais em geral não atenderem aos mais necessitados, e de que as que atendem não cumprem adequadamente seus objetivos sociais.

Diante desse contexto observado para o Brasil, uma questão fica para ser respondida: de uma maneira geral, o que se pode dizer sobre a relação entre pobreza e concentração de renda no país? Intuitivamente, pode-se esperar que elevadas taxas de concentração de renda induzam a uma tendência de aumento de pobres do país. Nesse sentido, o presente artigo testa empiricamente se há uma correlação positiva entre a evolução da concentração de renda no país e a taxa de pobreza. A análise é realizada para os estados da Região Nordeste, a qual concentra um relativo percentual da população.

A escolha dessa região se justifica pelas particularidades que a caracterizam, como o fato de ser a região que concentra quase a metade dos 47% da população brasileira que vive na zona de pobreza. Além disso, de acordo com estimativas de Silva Júnior e Sampaio (2004), residir em estados como Piauí, Paraíba ou Ceará eleva a probabilidade de o indivíduo ser pobre, enquanto residir em estados como Bahia, Alagoas ou Rio Grande do Norte reduz, consideravelmente, essa probabilidade.

Neste sentido, pode-se dizer que estudos sobre pobreza nessa região têm uma contribuição significativa para uma análise geral, pois a redução da pobreza no Brasil deve passar pela redução da pobreza no Nordeste.

## MENSURAÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE

Esta seção faz uma discussão sobre como mensurar a pobreza e a desigualdade e sobre os diversos indicadores que podem ser utilizados para mensurá-las.

## Indicadores de pobreza

A análise em torno da “pobreza” passa necessariamente pelo esforço de mensurá-la, o qual vem de longas datas. Pode-se dizer que David Ricardo (1982), em seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação*, trata esse desafio pioneiramente ao afirmar que a principal questão da Economia Política é determinar as leis que regulam a distribuição do produto (renda, lucro e salários) entre proprietários de terra, de capital e trabalhadores. Porém, apenas recentemente, com os avanços tecnológicos e com a maior disponibilidade de dados populacionais, foi possível construir indicadores quantitativos para avaliar a natureza dos problemas sociais desenvolvidos pela sociedade capitalista.

As tentativas de mensurar a pobreza vêm de longas datas. E isto não é uma tarefa simples. Romão (1993) e Sen (1981) discutem bastante os conceitos de pobreza. A dificuldade empírica de traduzir um marco teórico que permita explicá-la compreensível e satisfatoriamente nas suas diversas manifestações permite que haja uma variação sem fim nas estimativas de incidência de pobreza (SILVA JÚNIOR; SAMPAIO, 2004). As medidas de pobreza observadas na literatura são classificadas em monetárias e não monetárias. Pela definição das medidas não monetárias, a pobreza está relacionada à insatisfação de necessidades básicas. Portanto, nesta análise, é essencial considerar o acesso a alguns bens sem os quais os indivíduos não teriam uma vida minimamente digna. No entanto, há uma dificuldade de definir esta medida, uma vez que é necessário estipular quais são as necessidades básicas e quais as suas quantidades mínimas. Por sua vez, as medidas monetárias, que podem ser encontradas na maioria dos trabalhos acadêmicos sobre pobreza, tratam de estudos que buscam aferir a pobreza através de indicadores de renda, nível educacional, gastos do governo, entre

outras fontes de dados existentes. Será justamente com base nessas medidas monetárias que o modelo aqui proposto se fundamentará.

## Outro instrumento fundamental na superação dos problemas que a pobreza acarreta é a expansão do sistema educacional

Das diversas metodologias para avaliar pobreza que se desenvolveram nas últimas décadas, destacam-se três mais frequentemente usadas: as que medem a pobreza absoluta através da identificação de uma linha abaixo da qual os indivíduos não teriam um padrão de vida mínimo aceitável; a mensuração da pobreza relativa através do reconhecimento de que existem indivíduos que possuem um nível de vida baixo em relação a outros grupos da sociedade; e as que medem a pobreza subjetiva, atrelada à percepção dos próprios indivíduos sobre as condições minimamente necessárias para sobrevivência. Neste caso, levam-se em consideração fatores como acesso à educação, saúde, entre outros. Aqui se resumirá a observar a pobreza absoluta. Muitos trabalhos acadêmicos estimam uma função de pobreza na qual a variável dependente do modelo *logit* é uma *dummy*, que apresentará valor igual a um no caso de o indivíduo ser pobre e zero no caso de ele não ser pobre. Trabalha-se com a variável dependente – pobreza – assumindo valores entre zero e um. Quanto mais próximo do valor máximo, maior será o índice de pobreza na região, e, quanto mais próximo de zero, menor será esse índice.

Outro instrumento fundamental na superação dos problemas que a pobreza acarreta é a expansão do sistema educacional. Existem modelos econômicos que, especificadamente, são capazes de mostrar que investimento em educação atua como uma das forças geradoras do desenvolvimento econômico de uma região e de um país, pois, na medida em que aumenta a produtividade do trabalho, promove o crescimento econômico, reduzindo a pobreza. Portanto, a educação compõe o capital humano como o elemento fundamental para a qualificação individual dos trabalhadores nos setores mais produtivos da economia (LANGONI, 1975).

Sen (2000) confirma tal ideia quando expõe que, com maiores capacidades, as pessoas tenderiam a ser mais produtivas e a obter rendas mais elevadas. Portanto, um acesso digno à educação poderia ser interpretado como uma “maior capacidade” que pode ser fornecida aos indivíduos, através de políticas econômicas adequadas. Fundamentado nas análises de Sen, Lopes (2003) considera essencial o acesso a alguns bens e serviços sem os quais as pessoas não poderiam ter uma vida digna. Dentre tais serviços estaria o acesso à educação. Pode-se destacar também: água potável, coleta de lixo e acesso a transporte coletivo. A universalidade é a característica fundamental desta abordagem, vez que tais necessidades estão em qualquer indivíduo. Assim, parte do conceito da pobreza que permita ao indivíduo perceber sua própria situação social.

### Indicadores de desigualdade

Estudos sobre a desigualdade no Brasil são comuns no meio acadêmico, porém uma abordagem importante e não muito frequente nos debates sobre o tema é a relevância da distinção entre desigualdade interpessoal de renda e desequilíbrio entre regiões. Segundo Pessoa (2001), o problema da desigualdade regional é muito menor comparado ao problema da desigualdade individual de renda. A ideia por trás desse raciocínio é que regiões consideradas pobres são aquelas povoadas por indivíduos que possuem uma baixa renda. Portanto, a pobreza seria um problema característico dos indivíduos. Neste contexto, atenta-se para a necessidade de um estudo voltado para a distribuição de renda, vez que, por exemplo, no caso nordestino, um ganho de renda pouco impactará na condição de vida do indivíduo pobre, dada a péssima distribuição encontrada na região. Assim, políticas que visem diminuir os índices de pobreza devem ter o compromisso de levar em consideração a questão das disparidades individuais de renda.

Uma medida de desigualdade de renda trata de uma maneira de agregar, em apenas um indicador,

as disparidades de renda de milhões de pessoas. Portanto, não é surpreendente a existência de diversas formas alternativas de mensurar desigualdade. Dentre estas formas, pode-se destacar: coeficiente de Gini, índice de Theil-T, índice de Theil-L, razão entre a renda dos 10% mais ricos e 40% mais pobres e razão entre a renda dos 20% mais ricos e 20% mais pobres. Procurou-se centralizar a análise no coeficiente de Gini, que é a medida de desigualdade de renda mais comumente utilizada. Seu cálculo é obtido a partir da curva de Lorenz, formada pelos pontos que unem as proporções acumuladas de renda às correspondentes proporções acumuladas de população. Seus valores estão entre os extremos zero (ausência de desigualdade) e um (desigualdade máxima).

Relação entre concentração de renda, crescimento e pobreza

Associado ao desafio de mensuração da pobreza, observa-se que a relação entre o índice de pobreza e a desigualdade tem subsidiado a formulação de políticas públicas e norteado o debate no meio acadêmico sobre a natureza da pobreza da Região Nordeste (ROCHA, 1998).

Estudos realizados que avaliam os efeitos das desigualdades sobre a pobreza permitem dizer que altos índices de desigualdade ocorrem em locais com altas elasticidades de concentração. Isto significa que, no caso de haver um crescimento econômico, este em pouco beneficiará os mais pobres, dada a estrutura de distribuição de renda da região. Esta ideia remete aos conceitos básicos da curva de Kuznets. Segundo Kuznets (1955), a relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico tem a forma de U invertido, no qual, nos estágios iniciais de desenvolvimento, a desigualdade tenderia a aumentar com o processo de industrialização, porém, com o crescimento do país, a desigualdade tenderia a se reduzir. Assim, nesta teoria está embutida a ideia de que é preciso ter algum recurso para depois distribuir.

A partir do trabalho de Kuznets (1955), a relação estabelecida entre crescimento e desigualdade pela curva de Kuznets vem sendo testada empiricamente por pesquisadores. Williamson (1977), por exemplo, a partir de um grupo de países, obteve constatações de que os países mais pobres de sua amostra, em estágios iniciais do desenvolvimento, estavam crescendo ao custo de uma maior concentração de renda. Porém, naqueles países que já se encontravam em estágios mais avançados de desenvolvimento, o crescimento econômico era acompanhado por uma redução na desigualdade de renda do país. No contexto brasileiro, mais especificadamente no Nordeste, devido à preocupação com a redução da desigualdade (evidenciada na criação de projetos como a Sudene em 1959) e, por meio desta, a redução da pobreza, o governo atuou de tal forma que alguns poderiam até sugerir que o U invertido ocorreria devido às políticas governamentais. Williamson (1977), em seus estudos, observou que, de fato, seria possível que os efeitos de algumas políticas impactassem diretamente a tendência do índice de concentração de renda e, portanto, definissem o formato da curva de Kuznets.

Na concepção de Rocha (2003), o Nordeste, historicamente, esteve numa posição relativamente desvantajosa no que diz respeito a indicadores de pobreza. Nesta região, não apenas o total do número de pobres foi sempre mais elevado em relação ao restante do país, como os pobres da região foram mais intensamente pobres. Estudos que englobam a relação entre pobreza e desigualdade, portanto, representam uma contribuição relevante para a discussão da pobreza no Brasil, uma vez que, na história do país, os efeitos desta característica de concentração de renda comprometeram a existência de um crescimento pró-pobre. Pode ser citado como exemplo de tal fato o período que compreende os anos de 1967 e 1973. Durante este período, conhecido como “milagre econômico”, o Produto Interno Bruto (PIB)

do país cresceu a uma taxa média de 11% ao ano, e tal ritmo de crescimento foi acompanhado por uma diminuição da inflação, ainda que moderada, e uma sensível melhora do balanço de pagamentos. Quando

este período é observado levando-se em consideração a dívida social, fica evidente que o “milagre econômico” foi obtido à custa do empobrecimento de uma parcela significativa da população,

tendo em vista que uma de suas características foi a concentração de renda. É fato que, no período em questão, houve, no Brasil, crescimento econômico acompanhado de aumento na desigualdade de distribuição de renda (HOFFMANN, 2001).

**A pobreza possui inúmeras perspectivas, e seus determinantes são diferenciados de acordo com a análise que se pretende fazer**

### MODELO EMPÍRICO

Para analisar a relação entre pobreza e desigualdade de renda na Região Nordeste, estimou-se um modelo de regressão para cada estado da região, aplicando o método de mínimos quadrados ordinários. Desse modo, torna-se possível comparar os coeficientes estimados entre os estados. Assim, uma variável *proxy* de “pobreza” é regredida em função de um índice de concentração de renda e duas variáveis controles, horas de trabalho e taxa de analfabetismo, como:

$$\text{Modelo 1: } P_t = \beta_0 + \beta_1 L_t + \beta_2 A_t + \beta_3 G_t + u_t$$

No modelo, a variável dependente  $P_t$  é um indicador de pobreza;  $L_t$  representa o número médio de horas trabalhadas pelos indivíduos;  $A_t$  é o percentual de pessoas analfabetas; e  $G_t$  é o coeficiente de Gini.

De maneira geral, pode-se dizer que a pobreza possui inúmeras perspectivas, e seus determinantes são diferenciados de acordo com a análise que se pretende fazer. Contudo, existem variáveis que são amplamente reconhecidas na sociedade como determinantes da pobreza. Neste sentido, mere-

cem destaque a desigualdade e a educação, dada a importância de compreender o desenvolvimento de uma região como expansão de liberdades substantivas (SEN, 2000). Neste trabalho, a inclusão da variável média de horas de trabalho,  $L_t$ , é uma tentativa de observar que, na medida em que as horas trabalhadas aumentam, o indivíduo estaria elevando sua renda e, portanto, o índice de pobreza deveria decrescer. Porém, mais à frente se verá que essa variável possui algumas particularidades quando aplicada no Brasil. A variável analfabetismo,  $A_t$ , está relacionada ao nível de escolaridade por estado, que é de extrema importância para que se possa obter algumas características da pobreza no Nordeste. Teoricamente, espera-se que a educação seja um dos fatores mais relevantes na determinação da pobreza. Para se estudar a desigualdade no modelo, utilizou-se o coeficiente de Gini,  $G_t$ . Com a análise desse modelo, foram observadas quais variáveis seriam estatisticamente significantes e foram feitos os devidos testes.

Um segundo modelo é proposto com o objetivo de estimar o impacto das variáveis sobre a pobreza nos estados selecionados. A metodologia utilizada baseia-se em logaritmizar as variáveis, de modo que os coeficientes obtidos representem as elasticidades. Tais elasticidades são utilizadas para calcular as contribuições das variáveis independentes na redução da pobreza. Também foi observada essa contribuição isoladamente para cada estado do Nordeste.

**Modelo 2:**  $\ln(P_t) = \beta_0 + \beta_1 \ln(L_t) + \beta_2 \ln(A_t) + \beta_3 \ln(G_t) + u_t$

As variáveis do modelo 2 foram as mesmas do modelo 1 em logaritmo.

Na maioria dos trabalhos em que é feita esta análise de regressão da variável dependente pobreza  $P_t$ , especifica-se uma função, na qual a probabilidade de cair ou não em condição de pobreza é uma função de características individuais e ambientais. Porém, aqui, pobreza não será representada por uma variável binária, por isso não foi utilizado o modelo *logit*.

## DADOS

O artigo aborda a relação entre pobreza e desigualdade no Nordeste brasileiro, identificando os elementos que, historicamente, tiveram efeitos mais expressivos sobre a pobreza da região. Este estudo foi feito a partir de dados anuais apresentados no Ipeadata, referentes aos anos de 1981 até 2007. Foram analisados separadamente os nove estados nordestinos: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A variável dependente pobreza permite observar a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza foi obtida através da metodologia de linhas de pobreza e indigência, pela qual é feita uma estimativa do valor de uma cesta de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa. Tais dados foram levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O indicador média de horas de trabalho fornece o número médio de horas trabalhadas pelas pessoas que declararam estar ocupadas na semana de referência. O IPEA foi responsável pela elaboração deste indicador.

A variável analfabetismo representa o percentual de pessoas de 15 ou mais anos de idade que não sabem ler nem escrever um bilhete simples. Estes dados também foram elaborados pelo IPEA.

E, por fim, observa-se no modelo proposto a variável desigualdade. Seu valor pode variar entre 0 e 1. O extremo 0 caracteriza um ambiente em que inexistente desigualdade, ou seja, não há uma diferenciação nas rendas dos indivíduos, enquanto no extremo 1 a desigualdade é máxima, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade. Tal série foi calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

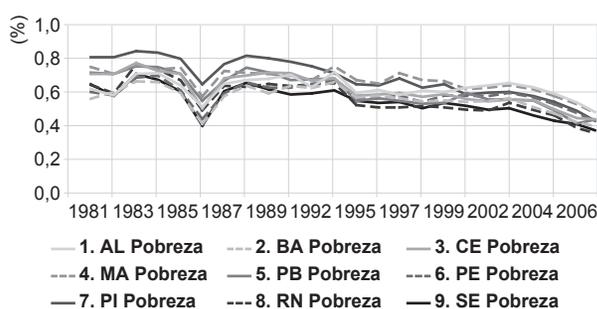
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a apresentação, os resultados foram divididos em duas sessões. Na primeira, é feita

uma análise descritiva do comportamento das variáveis pobreza e desigualdade. Em seguida, são tratados os resultados obtidos.

### Análise descritiva dos dados

Neste trabalho, procurou-se fazer uma análise gráfica do comportamento das variáveis utilizadas. O Gráfico 1 permite observar o deslocamento da variável pobreza ao longo do tempo, para cada estado analisado.

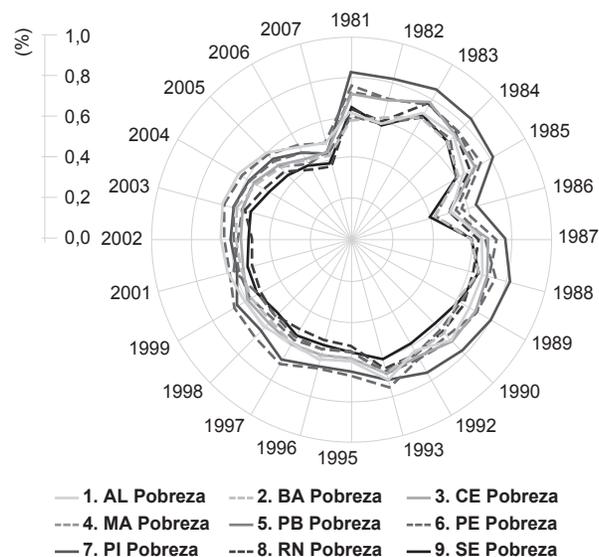


**Gráfico 1**  
Comportamento da variável pobreza

Fonte: Elaboração própria.

Apesar das disparidades existentes entre os estados da Região Nordeste, o comportamento da variável pobreza, no período que se inicia em 1981 e se estende até 2007, obedece a um padrão análogo nos diferentes estados. Portanto, alguns pontos críticos podem ser identificados e analisados mais detalhadamente. Com este objetivo, foi elaborado o Gráfico 2, que facilita a observação da tendência da variável pobreza ao longo do período estudado.

O fato excepcional ocorrido em setembro de 1986 esteve ligado aos efeitos do Plano Cruzado. Observa-se que a proporção de pobres diminuiu bastante entre 1985 e 1986, mas aumenta acentuadamente entre 1986 e 1987. Esses foram resultados esperados, tendo em vista as variações observadas nas medidas de tendência central e a relativa estabilidade da desigualdade da distribuição. O Plano Cruzado teve efeito sobre os índices de pobreza tanto pela estabilização em si, que permite maiores ganhos de renda, como por outras medidas asso-



**Gráfico 2**  
Tendência da variável pobreza

Fonte: Elaboração própria.

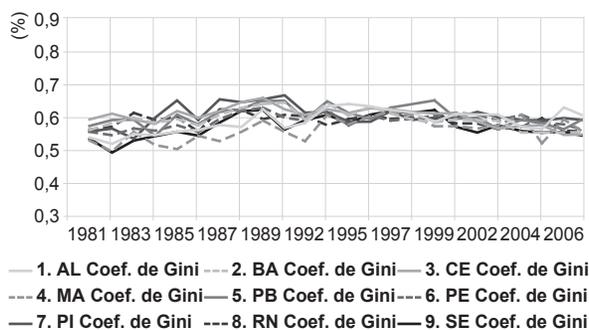
ciadas ao programa, como, por exemplo, o reajuste do salário mínimo acima das perdas inflacionárias (ROCHA, 2003). Como foi observado, os efeitos deste plano foram de curta duração, visto que, já em 1987, os ganhos em termos de redução da pobreza já haviam sido, no geral, revertidos.

Como pode ser visto, é um fato incontestável a diminuição da pobreza no período entre 1992 e 1995, em especial no Piauí, região que até então apresentava a mais elevada taxa de pobreza comparativamente aos demais estados e após 1992 reduziu consideravelmente esse índice. A partir de 1995, foi possível sentir os efeitos do Plano Real sobre a quantidade de pobres na região, assim como nas demais. A principal causa da diminuição da pobreza estava relacionada ao crescimento econômico que se seguiu à estabilização do Plano Real. Os impactos iniciais do plano foram extremamente positivos, principalmente para as classes de rendas mais baixas da população brasileira. O aumento das vendas refletiu principalmente o poder de compra dos grupos de renda mais baixa, cujos ganhos reais aumentaram, pois as perdas mensais ocorridas num clima de quase hiperinflação haviam desaparecido. Nota-se que os efeitos do Plano Real, contrapondo-se aos do Plano Cruzado, são

de longa duração, pois o índice de pobreza não retorna ao patamar anterior ao plano.

Outro marco importante de contrastar aqui ocorre no ano de 2001, quando foi implantado o Programa Bolsa Escola pelo Ministério da Educação, financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza, que também provê recursos para os demais programas de transferência de renda no âmbito federal. Este programa, juntamente com outros programas de transferência de renda que foram inaugurados no final do governo Fernando Henrique Cardoso, contribuiu para uma singela diminuição dos índices de pobreza neste período. Porém, é a partir de 2003, quando o Programa Bolsa Escola foi incorporado ao Programa Bolsa Família pelo presidente Lula, que se observam quedas mais significativas da pobreza.

Os resultados comprovam que, desde 1995, o índice de pobreza já vinha declinando, porém o período a partir de 2003 se caracterizou por uma aceleração desse processo. Segundo dados disponíveis na PNAD, entre 2001 e 2004, as transferências governamentais<sup>1</sup> foram responsáveis por cerca de um terço da redução na concentração de renda. Neste contexto, é importante observar como se deu o comportamento da variável desigualdade ao longo do período de análise desse estudo (Gráfico 3).



**Gráfico 3**  
**Comportamento da variável coeficiente de Gini**

Fonte: Elaboração própria.

<sup>1</sup> A PNAD distingue três tipos de transferência pública: as pensões e aposentadorias públicas; o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e os benefícios do Bolsa Família e outros programas semelhantes, assim como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Escola.

A princípio, fica evidente a semelhança do comportamento das variáveis pobreza e desigualdade de renda ao longo dos anos. Tal resultado comprova que a desigualdade de renda no Nordeste caiu continuamente no período 2002-2007, e, dado este estudo, pode-se dizer que tal redução levou a quedas expressivas também da pobreza. Contudo, é importante ressaltar que essa desconcentração não resultou de um único fator determinante, mas de vários, assim como tal desconcentração também não foi o único fator gerador da redução nos índices de pobreza no período. Embora significativa e relevante, a queda observada na desigualdade da região – e do país como um todo – não foi suficiente para colocar o Brasil em uma posição semelhante a outros países com nível de desenvolvimento parecido.

### Resultados da regressão

Os resultados obtidos para o primeiro modelo reafirmam a alta capacidade que a redução da desigualdade de renda tem, no caso brasileiro e nordestino, de diminuir a pobreza (Tabela 2).

Dados estes resultados, políticas que objetivem a redução das desigualdades sociais são muito recomendáveis devido à sua eficiência demonstrada. Do ponto de vista teórico, a diminuição do percentual de analfabetos e a redução da desigualdade, que é possível de ser vista através do coeficiente de Gini, podem ser interpretadas como duas forças capazes de reduzir a pobreza. As estimativas obtidas através da regressão podem ser consideradas bastante satisfatórias: os coeficientes de determinação indicam que as variáveis independentes do modelo têm um significativo poder de explicação das diferenças de pobreza. É possível notar que todos os estados apresentam um coeficiente de determinação muito próximo ou superior a 0,5, com exceção do estado de Alagoas, que exibe um coeficiente de determinação de, aproximadamente, 0,18. Por outro lado, todos os testes para o conjunto do modelo foram estatisticamente significativos. Com relação aos parâmetros individualmente, as variáveis rela-

**Tabela 2**  
**Resultados do modelo 1 estimados para os estados nordestinos – Região Nordeste**

Pobreza	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
	Alagoas		Bahia		Ceará	
Horas de trabalho	-0,0090696	0,482	-0,0256075	0,066	-0,0094332	0,059
Tx. de analfabetos	0,0059540	0,143	0,0119192	0,008	0,0105500	0,000
Coeficiente de Gini	0,5499069	0,309	1,2155410	0,007	0,6541298	0,124
Constante	0,4443461	0,348	0,5142412	0,312	0,2454437	0,385
R <sup>2</sup>	0,17790		0,63810		0,80960	
Teste F	0,28210		0,00020		0,00000	
Teste para heter.	0,60290		0,51070		0,93170	
Teste para autocor.	0,26850		0,26920		0,39800	
Pobreza	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
	Maranhão		Paraíba		Pernambuco	
Horas de trabalho	-0,0041329	0,488	0,0006300	0,928	-0,0217609	0,044
Tx. de analfabetos	0,0078907	0	0,0127177	0	0,0121414	0,001
Coeficiente de Gini	0,3629122	0,338	0,4608498	0,273	1,3807000	0,008
Constante	0,3532255	0,311	-0,1027009	0,779	0,2954549	0,545
R <sup>2</sup>	0,62630		0,73380		0,59660	
Teste F	0,00000		0,00000		0,00050	
Teste para heter.	0,60810		0,40500		0,65380	
Teste para autocor.	0,58470		0,22460		0,29580	
Pobreza	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
	Piauí		Rio Grande do Norte		Sergipe	
Horas de trabalho	-0,0073616	0,324	-0,0157672	0,136	-0,0003295	0,984
Tx. de analfabetos	0,0131199	0,000	0,0141358	0,000	0,0067219	0,009
Coeficiente de Gini	0,9611920	0,046	1,2030820	0,058	0,8092293	0,087
Constante	-0,1364566	0,535	0,0595098	0,897	-0,1000146	0,866
R <sup>2</sup>	0,8320		0,7630		0,4923	
Teste F	0,0000		0,0000		0,0042	
Teste para heter.	0,7381		0,6564		0,0267	
Teste para autocor.	0,0691		0,0047		0,2828	

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Elaboração própria.

cionadas à educação e à desigualdade apresentam, em sua maioria, coeficientes estatisticamente significantes. Há uma grande probabilidade de a variável média de horas de trabalho (L) ser estatisticamente insignificante, na maioria dos estados, devido ao fato de no Brasil os trabalhadores não receberem por horas trabalhadas.

Foram feitos os devidos testes e se pode constatar que os modelos utilizados para os estados do Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram, respectivamente, autocorrelação e heterocedasticidade. É importante ressaltar que se buscou observar o comportamento da variável pobreza no Rio Grande do Norte também através do modelo corri-

gido, apenas como uma tentativa de aproximar as interpretações da realidade. Contudo, para fins das análises deste trabalho, utilizaram-se os resultados obtidos na Tabela 2, uma vez que o foco está na comparação entre os coeficientes obtidos.

Os resultados obtidos, através da correção da autocorrelação do modelo para o estado do Rio Grande do Norte, foram os descritos na Tabela 3, na qual se observam os sinais esperados dos coeficientes.

No segundo modelo proposto, as elasticidades calculadas permitiram avaliar qual estratégia para a redução da pobreza pode ser mais eficiente para cada estado. Em geral, as elasticidades desigual-

**Tabela 3**  
Coeficientes e testes para o modelo corrigido – Rio Grande do Norte

Pobreza	Coeficiente	Teste t
	Rio Grande do Norte	
Horas de trabalho	-0,0113748	0,203
Tx. de Analfabetos	0,0079940	0,315
Coeficiente de Gini	1,1754410	0,053
Constante	-0,0068631	0,663
R <sup>2</sup>	0,3690	
Teste F	0,0367	
Teste para Heter.	0,4201	
Teste para Autoco.	0,6651	

Fonte: IPEA. Elaboração própria.

dade com relação à pobreza foram mais altas. Isto reafirma a capacidade da redução da desigualdade de renda como uma política eficiente na redução da pobreza. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

Os resultados indicam, por meio dos parâmetros ( $\beta$ ) das variáveis independentes, o quanto o crescimento delas é eficiente para reduzir a pobreza (elasticidade). Para Pernambuco encontrou-se  $\hat{\alpha}_2 = 0,5359249$  e que  $\beta_3 = 1,3489630$ . Estas serão, respectivamente, “elasticidade analfabetismo da pobreza” e “elasticidade desigualdade da pobreza”. Para o Piauí, tem-se que  $\beta_2 = 0,7858152$  e

**Tabela 4**  
Coeficientes e testes para o segundo modelo – Região Nordeste

Pobreza	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
	Alagoas		Bahia		Ceará	
Horas de trabalho	-1,034111	0,241	-1,660265	0,088	-0,5121413	0,117
Tx. de analfabetos	0,4928681	0,054	0,5529809	0,012	0,5186758	0
Coeficiente de Gini	0,5681199	0,233	1,205984	0,021	0,5963717	0,208
Constante	1,876822	0,457	4,314045	0,135	-0,108059	0,92
R <sup>2</sup>	0,2424		0,6187		0,7895	
Teste F	0,1442		0,0003		0	
Teste para heter.	0,8336		0,4221		0,9016	
Teste para autoco.	0,4642		0,2736		0,4104	
Pobreza	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
	Maranhão		Paraíba		Pernambuco	
Horas de trabalho	-0,1550893	0,664	0,0030531	0,994	-1,271376	0,086
Tx. de analfabetos	0,3800845	0,001	0,6958675	0	0,5359249	0,001
Coeficiente de Gini	0,2856135	0,396	0,415835	0,327	1,348963	0,015
Constante	-1,008967	0,327	-2,713317	0,033	3,080169	0,169
R <sup>2</sup>	0,619		0,7449		0,5793	
Teste F	0,0003		0		0,0008	
Teste para heter.	0,3237		0,8471		0,5064	
Teste para autoco.	0,4300		0,1707		0,2367	
Pobreza	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t	Coeficiente	Teste t
	Piauí		Rio Grande do Norte		Sergipe	
Horas de trabalho	-0,4443826	0,253	-1,054066	0,181	-0,2503142	0,831
Tx. de analfabetos	0,7858152	0	0,764955	0	0,3921122	0,005
Coeficiente de Gini	0,7798917	0,057	1,181692	0,074	0,8235354	0,089
Constante	-1,254986	0,243	1,340143	0,575	-0,5446238	0,892
R <sup>2</sup>	0,8491		0,7735		0,5185	
Teste F	0		0		0,0026	
Teste para heter.	0,6826		0,2881		0,0942	
Teste para autoco.	0,0469		0,0023		0,2544	

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Elaboração própria.

$\beta_3 = 0,7798917$ . Assim, no Piauí, avaliando apenas os coeficientes estatisticamente significantes, pode-se dizer que um aumento de uma unidade na taxa de analfabetos acarreta um aumento percentual de aproximadamente 79% na taxa de pobreza, enquanto este mesmo aumento no coeficiente de desigualdade (Gini) acarreta um aumento percentual de 78%. Avaliações no mesmo sentido se estendem para os demais estados observados. Na análise das características que trazem maior impacto marginal na probabilidade de os indivíduos serem pobres, destaca-se como explicação da pobreza, nestas regiões do Nordeste, o papel desempenhado pela variável educação (representada por percentual de analfabetos). A educação apresenta-se como um dos fatores mais relevantes e estatisticamente significantes para a mensuração das variações na pobreza.

Os estados nordestinos nos quais a desigualdade tem um impacto mais elevado sobre o índice de pobreza local são Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe. Muitas pesquisas demonstram que a pobreza é mais sensível ao crescimento econômico quando existem menos disparidades na distribuição de renda. Comprovou-se, através dos resultados obtidos, que políticas que visem exclusivamente ao crescimento da economia pouco impactarão nas taxas de pobreza da Região Nordeste, mais especificadamente nos estados que apresentaram elevados valores do  $\beta_3$ .

Em relação à educação, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba são os estados que apresentam valores mais elevados da elasticidade analfabetismo da pobreza. A relação inversa entre escolaridade e pobreza comprova a existência de um retorno da educação que vai interferir na incidência da pobreza nos estados analisados. Portanto, políticas voltadas para a educação terão, consequentemente, um efeito positivo sobre os índices de pobreza, na medida em que, quando bem elaboradas, são capazes de gerar diminuição do número de indivíduos que vivem abaixo da zona de pobreza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, fica evidente que, no contexto nordestino, políticas voltadas para minimizar desigualdades de renda e educação terão efeitos mais definitivos na tentativa de diminuição da pobreza na região. No segundo modelo proposto, as elasticidades calculadas permitiram avaliar qual estratégia para a redução da pobreza pode ser mais eficiente para cada estado. Em geral, as elasticidades de desigualdade com relação à pobreza foram mais altas. Isto reafirma a redução da desigualdade de renda como uma política eficiente na diminuição da pobreza. A redução da desigualdade, assim como a da pobreza, é sempre um objetivo desejável, ainda mais no Brasil, que apresenta uma das maiores desigualdades de renda do mundo. Entretanto, é válido ressaltar que a pobreza é um problema complexo, que exige necessariamente soluções complexas. Não existe uma causa única e nem uma solução única. Aqui se procurou apenas avaliar algumas das variáveis que têm um significativo impacto sobre a pobreza.

Pode-se dizer que altos índices de desigualdade ocorrem em locais com alta elasticidade de concentração. Isto significa que, no caso de haver um crescimento econômico, este em pouco beneficiará os mais pobres, dada a estrutura de distribuição de renda da região. A importância prevista por Kuznetz da desigualdade para avaliar os índices de pobreza é claramente visível no modelo que foi utilizado neste estudo. Os coeficientes da variável de desigualdade apresentaram valores significantes, mostrando que variações na desigualdade implicaram variações representativas no índice de pobreza dos estados de Pernambuco, Piauí e Bahia. O modelo acrescenta ao estudo a variável educação, que, como já visto anteriormente, é de grande relevância quando se avalia a pobreza nos estados nordestinos. Nos estados analisados mais especificadamente, porém também nas demais regiões brasileiras, políticas de combate à pobreza, quando não atreladas também a políticas voltadas para a educação, por si sós, não garantem uma inclusão social verdadeira.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; HENRIQUES, Ricardo. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão n. 800).
- GUJARATI, D. *Econometria básica*. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, abr. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142001000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142001000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 out. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Contas Nacionais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2009.
- KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. *The American Economic Review*, v. 45, n. 1, 1955.
- LANGONI, Carlos Geraldo. *A economia da transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- LOPES, Helger Marra. *Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2003.
- MENEZES, T. A.; PINTO, R. F. É preciso esperar o bolo crescer, para depois repartir?. do ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 8., 2005, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2005.
- PESSOA, S. *Existe um problema de desigualdade regional no Brasil?*. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/20015174.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.
- ROCHA, Sonia. *Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução - 1981/95*. Brasília: IPEA, 1998. (Texto para discussão n. 567).
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROMÃO, Maurício Costa. *Pobreza: conceito e mensuração*. Recife: Universitária/UFPE, 1993.
- SEN, Amartya. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford, Clarendon Press, 1981.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.
- SILVA JÚNIOR, L. H.; SAMPAIO, Y. S. B. *Características da pobreza rural nordestina: uma análise a partir do modelo logit de probabilidade*. Disponível em: <<http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/2004-caracteristicas.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2009.
- WILLIAMSON, G. Globalization and Demography: Some Lessons from History. *Explorations in Economics History*, n. 35, p. 241-71, 1997.

Artigo recebido em 20 de julho de 2011  
e aprovado em 16 de agosto de 2011.

# Uma análise da evolução da pobreza e da desigualdade de renda urbana e rural do Nordeste no período de 2001 a 2009

*Daniella Medeiros Cavalcanti\**

*Jorge Luiz Mariano\*\**

\* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). dayukarini@gmail.com

\*\* Doutor e mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). jdal@ufrnet.br

## Resumo

Este estudo tem como objetivo principal analisar a distribuição da renda per capita familiar e a pobreza no Nordeste rural e urbano, no período de 2001 a 2009. Procura-se, ainda, observar, dentre as fontes da renda familiar, aquelas que são mais importantes, bem como as que contribuem para ampliar ou reduzir a desigualdade da renda. Para o alcance desses objetivos, foram utilizados o índice de Gini decomposto por fontes de renda e o índice de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), com base nas informações dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Dentre os resultados encontrados, destaca-se que o rural nordestino foi o único espaço analisado que concentrou renda de 2001 a 2009. Ainda com relação ao meio rural do Nordeste, observou-se que as aposentadorias e pensões oficiais têm uma importância maior ali do que no meio urbano. A fonte de renda que mais contribuiu para diminuir a concentração de rendimentos foi o trabalho principal, e as que mais colaboraram para concentrar renda foram as aposentadorias e pensões oficiais. Quanto à pobreza, vem diminuindo em todos os espaços analisados. Por fim, vale salientar que estes indicadores ainda estão em patamares elevados, o que justifica um maior direcionamento no tocante às pesquisas e às políticas públicas direcionadas a essa temática.

**Palavras-chave:** Desigualdade de renda. Pobreza. Nordeste.

## Abstract

*This study aims to assess the family per capita income distribution and poverty in the rural and urban Northeast region throughout 2001 and 2009. This work also aims to indicate the most relevant means of family income, as well as those that contribute the most for increasing or reducing income inequality. In order to achieve such goals, we used the Gini index decomposed by sources of income and the index of Foster-Greer-Thorbecke (FGT), based on information from micro data obtained from the National Research by Family Samples (PNAD). Considering the results found, the rural Northeast was the only location assessed that presented income concentration between 2001 and 2009. Moreover, the official retirements and pensions have a much greater importance in the rural Northeast than in the urban one. The source of income that contributed the most for decreasing income concentration was the main work, and the one that most contributed for raising the income inequality was the official retirements and pensions. As for poverty, it have been diminishing in all locations assessed. As last, it is noteworthy that those indexes are yet at very high levels, which justifies a greater concern for the researches and public policies directed to that thematic.*

**Keywords:** Income inequality. Poverty. Northeast.

## INTRODUÇÃO

O Brasil não é, segundo Barros (2001), um país pobre, mas sim um país com muitos pobres, uma vez que 77% da população mundial reside em países que possuem uma renda per capita menor do que a brasileira, enquanto que o nível de pobreza e de concentração de renda no Brasil é um dos maiores do mundo. Trabalhos como o de Mendonça e Oliveira (2001) apontam para essa grande desigualdade de renda no Brasil, onde, segundo os autores, os 10% mais ricos retêm mais de 45% da renda total, enquanto que os 10% mais pobres ficam com pouco mais de 1% da renda total. Já Hoffmann (2009) afirma que a desigualdade de renda brasileira vem caindo, porém ainda permanece elevada. Siqueira e Siqueira (2006) fazem essa mesma afirmação para o Nordeste, que é a região com maior proporção de pobreza relativa do país, correspondendo a mais de 50% de sua população total. Vale salientar que se entende como pobres aqueles que não possuem um valor monetário mínimo que garanta sua subsistência. Nota-se, ainda, que, além das diferenças inter-regionais, existem as intrarregionais, principalmente aquelas presentes no meio urbano e no rural, o que contribui para tornar ainda mais discrepantes as concentrações de renda familiar nos espaços mencionados.

Em relação à Região Nordeste, um dos principais motivos para a elevada pobreza está no meio rural, onde, além do problema da desigualdade de renda, existem outros fatores importantes que contribuem para o agravamento do quadro socioeconômico dessa região. Entre eles, estão a concentração de terras, o pouco acesso ao crédito e até mesmo o próprio clima da região rural nordestina, sujeita a secas, ocasionando perdas de safras, solos inapropriados para o cultivo e precárias condições de criação da pecuária (MARIANO; LOPES, 2009).

### **Vale salientar que se entende como pobres aqueles que não possuem um valor monetário mínimo que garanta sua subsistência**

Dados esses problemas socioeconômicos marcantes da Região Nordeste e suas subdivisões, questiona-se: no tocante ao período mais recente, como tem evoluído a desigualdade de renda e a pobreza no meio rural e no meio urbano nordestino? Dentre os já mencionados componentes de renda, quais são os mais importantes e os que mais contribuem para alterar a desigualdade de renda das famílias nos espaços analisados? Ao considerar tais aspectos, este estudo tem como objetivo principal analisar as desigualdades de renda per capita e a pobreza familiar no Nordeste, tanto no meio rural quanto no urbano. Procura-se, ainda, observar entre as fontes de renda familiar aquelas que são mais importantes em relação à renda total e aquelas que contribuem para ampliar ou reduzir a desigualdade de renda.

No intuito de responder a estes questionamentos, usou-se, para mensurar a desigualdade de renda e a pobreza familiar, o índice de Gini desagregado por fontes de renda, de acordo com Fei, Ranis e Kuo (1978) e Pyatt e outros (1976), bem como o índice de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), de 1984. Quanto aos dados, serão utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O período de análise escolhido, de 2001 a 2009, deve-se a trabalhos como o de Barros (2001), que mostram que a desigualdade de renda vem diminuindo a partir de 2000, tanto no Brasil quanto no Nordeste, surgindo, então, o interesse de investigar como se comporta essa tendência para o meio rural e para o meio urbano nordestino.

Além desta introdução, o presente estudo contém mais três seções: na segunda, descrevem-se as informações utilizadas na composição da renda familiar, o índice de Gini (e sua desagregação por fontes de renda) e o índice de pobreza FGT, além de outros aspectos metodológicos. Na terceira seção, analisam-se os resultados obtidos; e na última, são tecidas as considerações finais.

## METODOLOGIA

Pretende-se estudar, como foi dito, a concentração de renda e a pobreza familiar per capita no Nordeste rural e urbano, para o qual, em relação aos dados, será utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Com relação ao método de análise, será estatístico, mais especificamente o índice de Gini desagregado por fontes de renda, proposto por Fei, Ranis e Kuo (1978) e Pyatt e outros (1976), e o índice de Foster-Greer-Thorbecke (FGT), de 1984.

Para a leitura dos microdados da PNAD, bem como para calcular o índice de FGT e o Gini desagregado por fontes de renda, foram utilizados os softwares DAD versão 4.5 e o R versão 2.6.2, ambos de plataforma livre. Para compor a renda familiar, excluíram-se do cômputo da esfera familiar de cada unidade entrevistada pessoas menores de dez anos, pensionistas (que moram numa pensão), empregados domésticos e os parentes desses empregados.

A renda familiar foi dividida em sete fontes: aposentadorias e pensões oficiais (APO); aposentadorias e pensões privadas (APP); outros trabalhos (OTR, junção de trabalho secundário com demais trabalhos); aluguéis (ALU); doações de não moradores (DOA); juros da caderneta de poupança e dividendos e outros rendimentos de aplicações (JUR); e o trabalho principal (TRP).

Os dados foram deflacionados pelo deflator do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sendo 2009 o ano base.

### O índice de Gini decomposto por fontes de renda

O índice de Gini decomposto por fontes de renda foi proposto por Fei, Ranis e Kuo (1978) e Pyatt e outros (1976), porém a construção da decomposição desse índice neste trabalho terá como base a metodologia empregada por Mariano e Lopes (2009).

Admite-se que existem  $n$  famílias, cada uma com  $k$  fontes de renda. Sendo  $y_i$  o total da renda de uma determinada família, que pode ser representada por

$$y_i = \sum_{k=1}^m y_{ik}, \text{ Sendo } i = 1, \dots, n; e k = 1, \dots, m \quad [1]$$

Pode-se ainda representar a renda total de todas as famílias por:  $Y = (y_1, y_2, \dots, y_n)$ , e o total de cada componente da renda por:  $Y_k = (y_{1k}, y_{2k}, \dots, y_{nk})$ . Dessa forma, a distribuição de renda total dessas famílias via coeficiente de Gini é dada por

$$G(Y) = \frac{(2cov[Y, F(Y)])}{\mu} \quad [2]$$

onde  $G(Y)$  é o Gini da renda total familiar,  $cov$  é a covariância,  $\mu$  é a renda média das famílias, e  $F(Y)$  representa a distribuição acumulada da renda total das famílias, sendo  $F(Y) = (f(y_1), \dots, f(y_n))$ , com  $f(y_i)$  igual à razão entre o *rank* de  $y_i$  pelo número de observações. Assim, a família que possuir a menor renda terá um *rank* igual a 1, e a que possuir a maior renda, terá *rank* igual a  $n$ . Quando duas ou mais famílias têm rendas iguais, então, para cada uma, será dada a média dos *ranks*. O coeficiente de Gini, para a fonte  $k$  de renda, é determinado pela expressão:

$$G(Y_k) = \frac{(2cov[Y_k, F(Y_k)])}{\mu_k} \quad [3]$$

em que  $cov[Y_k, F(Y_k)]$  representa a covariância entre renda familiar e o seu *rank*  $k$  médio, e  $\mu_k$  representa a renda média da fonte  $k$  da renda das famílias.

Já a razão concentração é definida como:

$$C_k = \frac{2}{n\mu_k} cov[Y_k, F(Y)] \quad [4]$$

Substituindo [3] em [4], tem-se a razão correlação:

$$R_k = \frac{C_k}{G(Y_k)} = \frac{cov[Y_k, F(Y)]}{cov[Y_k, F(Y_k)]} \quad [5]$$

em que  $cov[Y_k, F(Y)]$  é a covariância entre a renda da fonte  $k$  e o *rank* da renda total familiar. O valor da razão correlação é definido no intervalo  $[-1, 1]$ .

A participação da fonte  $k$  da renda na renda total familiar é dada pela expressão:

$$S_k = \frac{\mu_k}{\mu} \quad [5]$$

em que  $\mu^k$  é a renda média da fonte de renda  $k$ , e  $\mu$  é a média da renda total familiar. A partir daí, pode-se obter o coeficiente de Gini total,  $G(Y)$ , da renda familiar, dado pela seguinte expressão:

$$G(Y) = \sum_{k=1}^m \left( \frac{\text{cov}[Y_k, F(Y)]}{\text{cov}[Y_k, F(Y_k)]} \right) \left( \frac{2}{\mu_k} \text{cov}[Y_k, F(Y_k)] \right) \left( \frac{\mu_k}{\mu} \right) \quad [7a]$$

Ou, de forma resumida, tem-se que:

$$G(Y) = \sum_{k=1}^m S_k R_k G(Y_k) \quad [7b]$$

A participação relativa de cada fonte na desigualdade da distribuição da renda total familiar pode ser definida por:

$$I_k = \frac{S_k G_k R_k}{G(Y)} \quad [8]$$

Quanto maior for essa parcela, maior será a contribuição da fonte  $k$  na desigualdade total. Da decomposição do coeficiente de Gini, pode-se, ainda, obter o coeficiente de concentração relativa da fonte  $k$  na desigualdade total da renda familiar:

$$g_k = R_k \frac{G(Y_k)}{G(Y)} \quad [9]$$

Se  $g_k > 1$ , a fonte de renda contribui para aumentar a desigualdade. No entanto, se  $g_k < 1$ , a fonte de renda contribui para reduzir a desigualdade.

Para uma compreensão mais ampla da desigualdade de renda, em especial a do Nordeste rural e urbano, é importante contemplar no estudo a questão da pobreza na região, sendo que a parte metodológica referente à sua mensuração será apresentada no próximo item.

### Mensurando a pobreza

Existe uma ampla discussão a respeito de como separar e caracterizar os pobres dos não pobres (ROCHA, 2006). E dada a dificuldade de consenso entre os diferentes parâmetros, é mais sensato usar uma linha de pobreza pluralista. Nesse sentido, esta pesquisa fará uso dessa linha de pobreza calculada por Rocha (2006), dada sua pluralidade

e abrangência, uma vez que contempla as diferenças regionais e as subdivide entre o meio rural e urbano.

O índice de Foster-Greer-Thorbecke (FGT)

Segundo Neder e Silva (2004), o índice de Foster-Greer-Thorbecke, o FGT (1984), é um índice geral de pobreza, sendo representado pela seguinte expressão:

$$P = \frac{1}{n} \sum_{k=1}^m \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha \quad [10]$$

sendo  $\alpha$  a aversão à pobreza. Este índice, por sua vez, contempla, quando  $\alpha = 0$ , o *headcount ratio* (proporção de pobres) –  $P_0$ . Quando  $\alpha = 1$ , tem-se o *poverty gap* (hiato de pobreza) –  $P_1$ . Já quando  $\alpha = 2$ , obtém-se o *squared poverty gap* (severidade da pobreza) –  $P_2$ . Esses índices possuem variâncias e limites de intervalo de confiança distintos entre si e são calculados com base nas seguintes expressões:

$$P_0 = \frac{q}{n} \quad [11]$$

$$P_1 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \frac{z - y_i}{z} \quad [12]$$

$$P_2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^2 \quad [13]$$

nas quais  $q$  representa o número de pobres (pessoas cuja renda per capita domiciliar é menor que uma dada linha de pobreza);  $n$ , o tamanho da população;  $z$  representa a linha de pobreza, e  $y_i$  representa a renda per capita domiciliar da  $i$ -ésima família.

Faz-se importante ressaltar o caráter de complementaridade desses índices, uma vez que a expressão [11] (*poverty headcount*) mede a proporção de pessoas pobres, sendo, assim, insuficiente na mensuração da pobreza. Isso acontece porque, na medida em que o índice  $P_0$  faz uma proporção simples entre a renda total com a renda inferior à linha

de pobreza, acaba por não captar, por exemplo, a distância entre a renda média daqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza com a própria linha de pobreza (esse aspecto é medido pelo hiato de pobreza, expressão [12]). Também não consegue demonstrar a distribuição de renda entre pobres (essa distribuição é calculada pela severidade da pobreza, expressão [13]), necessitando-se desses três índices para uma compreensão melhor de como está configurada a pobreza numa dada região estudada (NEDER; SILVA, 2004).

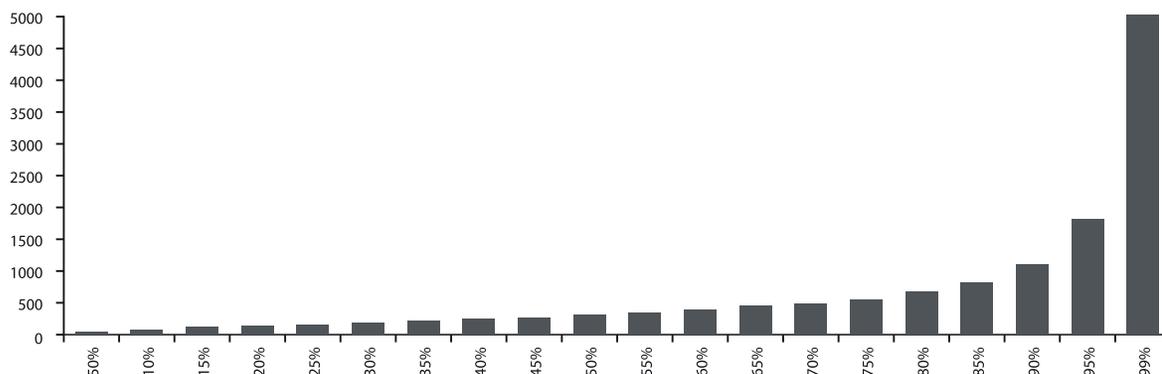
## ANÁLISES DE RESULTADOS

Constatou-se, com base no levantamento amostral dos microdados da PNAD, uma participação de 25,88% do Nordeste em relação à população brasileira em 2001, o que corresponde a 30.966 famílias. Em 2009, essa porcentagem subiu para 26,17% (36.515 famílias). Esses valores expandidos correspondem a um total de 12.170.816 famílias em 2001 e 15.362.373 em 2009. Desse total, 72% das famílias no Nordeste residiam no meio urbano e 28% no meio rural em 2001. Já em 2009, essa proporção foi de 74% de famílias no meio urbano e 26% de famílias no meio rural.

Para uma melhor visualização de como está estruturada uma desigualdade de rendimento, o

Gráfico 1 mostra a distribuição da renda familiar nordestina per capita por percentil para o ano de 2009, no qual mais do que o 70 percentil da distribuição de rendimentos familiar recebiam abaixo de R\$ 500,00 per capita mensais, ao passo que apenas os últimos percentis dessa distribuição apropriavam-se de mais de R\$ 4.500,00 per capita mensais. Em outras palavras, essa desigualdade de renda concentrava-se nos menores percentis da renda em termos de número de famílias, e, em termos de rendimento, essa concentração situava-se nos maiores percentis da renda. As tabelas apresentadas a seguir reforçam esse argumento.

A Tabela 1 representa a distribuição das famílias por estrato de renda per capita no Nordeste urbano no ano de 2009. As famílias contidas nos estratos de até R\$ 50,00 per capita mensais (511.346 famílias) correspondem a 4% do número total de famílias, possuindo um rendimento médio per capita de R\$18,90 e uma participação de apenas 0,13% na renda total. Esse estrato e os cinco superiores a ele (renda familiar per capita de até R\$ 300,00) agregam 5.094.217 famílias (38% no total de famílias) e possuem 7% da renda média per capita. Ainda assim, esses seis estratos juntos têm uma participação bem inferior à do topo da distribuição, que se apropria de 47% da renda média per capita, mesmo representando apenas 5% do total de famílias (516.729 famílias).



**Gráfico 1**  
Distribuição do valor dos percentis da renda familiar per capita – Nordeste – 2009

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2009). Elaboração dos autores.

UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE DE RENDA URBANA E RURAL DO NORDESTE  
NO PERÍODO DE 2001 A 2009

**Tabela 1**  
**Distribuição das famílias por estrato de renda per capita – Nordeste urbano – 2009**

Estrato de renda per capita	Número de famílias (mil)	%	Freq. acumulada (%)	Renda média per capita (R\$)	%	Freq. acumulada (%)	Participação na renda total (%)
0 a 50	511	4	-	18,9	0,2	-	0,13
50 a 100	671	6	10	75,2	1	1	1
100 a 150	1003	9	19	123,3	1	3	2
150 a 200	1079	9	29	170,4	2	5	2
200 a 250	1099	10	38	224,8	2	8	3
250 a 300	731	6	45	270,8	3	11	3
300 a 350	813	7	52	320,4	4	15	4
350 a 400	543	5	57	370,5	4	19	3
400 a 500	1498	13	70	452,2	5	25	9
500 a 750	1362	12	82	604,7	7	32	12
750 a 1000	676	6	88	857,6	9	43	8
1000 a 2000	870	8	95	1349,9	15	58	18
+ de 2000	517	5	100	4239,6	47	100	35
Total	11373	100	-	9078,4	100	-	100

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2009). Elaboração dos autores.

A Tabela 2 mostra a distribuição das famílias por estrato de renda per capita no Nordeste rural no ano de 2009. Fazendo o mesmo tipo de análise da tabela anterior, percebe-se uma grande diferença entre os estratos inferiores e superiores de renda. O estrato mais baixo, com 440.352 famílias (11,1%

do total) com renda média per capita de R\$ 27,32, participa de apenas 1% da renda total. Já o último estrato de renda (acima de R\$ 2.000,00 per capita mensais), com 18.727 famílias (0,5% do total) e R\$ 3.430,17 de renda média per capita, apropria-se de apenas 6% da renda total.

**Tabela 2**  
**Distribuição das famílias por estrato de renda per capita familiar – Nordeste rural – 2009**

Estrato de renda per capita (R\$)	Número de famílias (mil)	%	Freq. acumulada (%)	Renda média per capita (R\$)	%	Freq. acumulada (%)	Participação na renda total (%)
0 a 50	440	11,1	-	27,32	0,3	-	1
50 a 100	585	14,8	25,9	74,14	0,9	1,2	4
100 a 150	557	14,1	40,0	122,41	1,5	2,7	6
150 a 200	444	11,2	51,2	170,42	2,1	4,8	7
200 a 250	368	9,3	60,5	224,04	2,7	7,5	8
250 a 300	244	6,2	66,6	271,07	3,3	10,8	6
300 a 350	261	6,6	73,2	319,88	3,9	14,7	8
350 a 400	147	3,7	76,9	373,44	4,5	19,3	5
400 a 500	472	11,9	88,9	456,59	5,6	24,8	20
500 a 750	261	6,6	95,4	596,85	7,3	32,1	15
750 a 1000	103	2,6	98,0	878,23	10,7	42,8	8
1000 a 2000	59	1,5	99,5	1269,84	15,5	58,2	7
+ de 2000	19	0,5	100	3430,17	41,8	100	6
Total	3959	100	-	8214,41	100	-	100

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2009). Elaboração dos autores.

Comparando essas duas tabelas, percebe-se uma maior concentração de famílias nos estratos mais baixos (até R\$ 300,00 per capita) no Nordeste rural, onde esse percentual chega a 66,6%, enquanto que, nas demais localidades, essa proporção não ultrapassa os 50%. Em compensação, a participação do topo da distribuição da renda per capita média é de 41,8% no Nordeste rural, sendo bem inferior à do Nordeste urbano (47%).

Essa comparação mostra uma grande diferença da composição da desigualdade de renda entre o rural e o urbano. Enquanto que as famílias urbanas nordestinas apresentam uma maior concentração de rendimentos, as famílias rurais nordestinas aparentam ser mais pobres. A confirmação dessa constatação, no entanto, dependerá dos índices de desigualdade e de pobreza, que serão apresentados na próxima sessão.

As tabelas 3, 4, 5 e 6 mostram, para cada uma das sete fontes de renda definidas na metodologia, a participação da fonte  $k$  de renda na renda total familiar ( $S_k$ ), o Gini desagregado por fonte de renda ( $G(Y_k)$ ), a razão correlação ( $R_k$ ) e o coeficiente de correlação relativa ( $g_k$ ) no Brasil (a nível de comparação), no Nordeste total, no Nordeste urbano e no Nordeste rural – nos anos de 2001 a 2009. Vale salientar que as fontes de renda OTR, ALU, DOA e JUR, juntas, não somam 10% da renda total familiar e, por esse motivo, não serão analisadas em detalhes, com exceção do Nordeste rural, que apresentou uma crescente participação dos juros de caderneta de poupança e de outras aplicações.

Na Tabela 3, com relação à participação de cada componente de renda na renda total,  $S_k$ , nota-se que este indicador apresentou-se invariante em todas as fontes de renda e ao longo do período analisado, com uma maior participação do trabalho principal, variando de 69% a 73% do total da renda. As rendas oriundas das aposentadorias e pensões oficiais representam 17% da renda de todas as famílias, sendo, portanto, a segunda fonte de renda de maior participação.

O índice de Gini  $G(Y_k)$  mostra a concentração de cada fonte de renda, considerando tanto as famílias que usufruem uma dada fonte  $k$  de renda quanto aquelas que não recebem dessa fonte. Dessa forma, além do trabalho principal possuir uma maior participação em relação à renda familiar brasileira total, é também a fonte que menos concentra renda, com um  $G_{(TRP_{2009})} = 0,634$  em 2009. Nota-se, ainda, sua tendência desconcentradora, uma vez que, de 2001 a 2009, o Gini dessa fonte de renda caiu em 0,026 ponto ( $G_{(TRP_{2001})} = 0,660$ ). Em compensação, as demais fontes de renda (com exceção das APO), para todos os anos analisados, tinham um  $G(Y_k)$  sempre superior a 0,930, o que mostra a alta concentração desses tipos de fontes de renda. Isso acontece porque existem poucas famílias que, na composição de seus rendimentos mensais per capita, auferem esses tipos de rendimentos.

Observa-se, ainda, que as rendas provenientes do TRP apresentaram os mais altos índices de razão concentração com a renda total, com um  $R_k$  para o ano de 2009 de  $R_{(TRP_{2009})} = 0,867$ . É importante salientar que, com exceção dos juros de caderneta de poupança e de outras aplicações para o ano de 2009 ( $R_{(JUR_{2009})} = -0,001$ ), os valores de  $R_k$  mostraram-se positivos para as demais fontes de rendimento, o que significa que essas variáveis tendem a crescer à medida que a renda total familiar aumenta (MARIANO; NEDER, 2006).

No que concerne ao coeficiente de correlação relativa, nota-se que as APO apresentaram um  $g_k > 1$ , o que significa que essa fonte de renda contribuiu para aumentar a desigualdade. Já as demais fontes de renda tinham um  $g_k < 1$ , o que, de forma análoga, mostra que essas fontes de renda ajudaram a diminuir a desigualdade de rendimentos. Isso mostra a importância da inserção no mercado de trabalho como política de desconcentração de renda, uma vez que o TRP é a fonte de renda de maior participação em relação à renda total familiar, bem como possui um  $g_k < 1$ .

**Tabela 3**  
Participação de cada componente de renda na renda total, Gini de cada fonte de renda, razão concentração e coeficiente de correlação relativa – Brasil – 2001-2009

Fontes de renda	$S_K$ (%)	$G(Y_K)$	$R_K$	$g_K$
APO				
2001	16	0,903	0,694	1,034
2002	16	0,899	0,683	1,027
2003	17	0,588	1,041	1,041
2004	16	0,9	0,689	1,067
2005	16	0,896	0,685	1,063
2006	17	0,893	0,667	1,031
2007	16	0,894	0,666	1,052
2008	16	0,889	0,661	1,045
2009	17	0,888	0,67	1,068
APP	$S_K$ (%)	$G(Y_K)$	$R_K$	$g_K$
2001	6	0,948	0,636	0,994
2002	6	0,943	0,606	0,956
2003	7	0,943	0,604	0,968
2004	7	0,942	0,614	0,995
2005	7	0,937	0,596	0,967
2006	2	0,951	0,372	0,612
2007	7	0,935	0,575	0,948
2008	7	0,938	0,591	0,985
2009	7	0,933	0,57	0,955
TRP	$S_K$ (%)	$G(Y_K)$	$R_K$	$g_K$
2001	70	0,66	0,894	0,973
2002	70	0,655	0,892	0,977
2003	70	0,653	0,882	0,979
2004	69	0,646	0,879	0,977
2005	69	0,645	0,877	0,98
2006	73	0,642	0,898	1
2007	70	0,639	0,876	0,989
2008	69	0,636	0,871	0,983
2009	69	0,634	0,867	0,987

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

Com relação à Tabela 4, sua estrutura apresenta-se bastante semelhante à da Tabela 3, com a diferença de que as aposentadorias e pensões oficiais têm uma maior importância ( $S_{(APO, 2009)} = 19\%$ ), e o trabalho principal apresenta uma tendência de perda de participação na renda total ( $S_{(TRP, 2001)} = 67\%$  e  $S_{(TRP, 2009)} = 64\%$ ). Ainda em relação ao trabalho principal no Nordeste, este, assim como no Brasil, é o que tem o menor índice de Gini por fonte de renda, com  $G_{(TRP, 2009)} = 0,663$ .

O  $R_K$  no Nordeste é bastante parecido com o brasileiro, o que significa que todas as fontes tendem a crescer com a renda total, tendo no trabalho principal seu valor mais expressivo ( $R_{(TRP, 2009)} = 0,858$ ). A maior diferença entre as tabelas 3 e 4 está no coeficiente de correlação relativa. Para o Nordeste, as fontes de renda que apresentam uma tendência para reduzir a desigualdade são as DOA, os JUR e o TRP.

**Tabela 4**  
Participação de cada componente de renda na renda total, Gini de cada fonte de renda, razão concentração e coeficiente de correlação relativa – Nordeste – 2001-2009

Fontes de renda	$S_K$ (%)	$G(Y_K)$	$R_K$	$g_K$
APO				
2001	19	0,891	0,714	1,02
2002	20	0,892	0,725	1,053
2003	20	0,883	0,713	1,054
2004	19	0,893	0,726	1,082
2005	19	0,89	0,716	1,08
2006	19	0,888	0,698	1,076
2007	19	0,888	0,698	1,076
2008	19	0,885	0,696	1,069
2009	19	0,886	0,705	1,087
APP	$S_K$ (%)	$G(Y_K)$	$R_K$	$g_K$
2001	7	0,953	0,69	1,054
2002	7	0,949	0,679	1,05
2003	7	0,947	0,657	1,042
2004	8	0,948	0,689	1,09
2005	7	0,941	0,648	1,034
2006	7	0,939	0,641	1,046
2007	7	0,939	0,641	1,046
2008	7	0,879	0,679	1,035
2009	7	0,94	0,633	1,036
TRP	$S_K$ (%)	$G(Y_K)$	$R_K$	$g_K$
2001	67	0,689	0,89	0,982
2002	65	0,676	0,879	0,969
2003	65	0,672	0,869	0,978
2004	64	0,675	0,868	0,978
2005	65	0,671	0,869	0,989
2006	65	0,662	0,863	0,991
2007	65	0,662	0,863	0,991
2008	65	0,809	0,707	0,991
2009	64	0,663	0,858	0,99

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

A estrutura das fontes de renda é mais semelhante entre o Nordeste urbano e o Nordeste total do que entre o Nordeste e o Brasil. A Tabela 5 mostra bem esse aspecto, cuja maior mudança consiste numa maior participação do trabalho principal na composição da renda total das famílias urbanas do que no Nordeste como um todo, com  $S_{(TRP,2006)} = 71\%$  para o ano de 2006. Outra diferença importante é um Gini mais concentrado na aposentadoria e pensão oficial, chegando a 0,905 em 2001.

**Tabela 5**  
Participação de cada componente de renda na renda total, Gini de cada fonte de renda, razão concentração e coeficiente de correlação relativa – Nordeste urbano – 2001-2009

Fontes de renda	$S_k$ (%)	$G(Y_k)$	$R_k$	$g_k$
<b>APO</b>				
2001	18	0,905	0,722	1,054
2002	19	0,904	0,73	1,083
2003	19	0,896	0,717	1,078
2004	18	0,905	0,732	1,109
2005	17	0,902	0,719	1,106
2006	18	0,902	0,715	1,1
2007	18	0,903	0,71	1,119
2008	17	0,899	0,702	1,101
2009	18	0,901	0,718	1,131
<b>APP</b>	$S_k$ (%)	$G(Y_k)$	$R_k$	$g_k$
2001	7	0,948	0,666	1,019
2002	7	0,945	0,654	1,013
2003	7	0,943	0,633	1,003
2004	8	0,944	0,67	1,058
2005	7	0,937	0,624	0,997
2006	2	0,953	0,38	0,617
2007	7	0,937	0,622	1,017
2008	7	0,937	0,611	0,998
2009	7	0,938	0,614	1,006
<b>TRP</b>	$S_k$ (%)	$G(Y_k)$	$R_k$	$g_k$
2001	68	0,674	0,893	0,971
2002	66	0,663	0,881	0,959
2003	66	0,661	0,874	0,97
2004	66	0,663	0,872	0,969
2005	67	0,659	0,873	0,98
2006	71	0,653	0,893	0,994
2007	67	0,644	0,869	0,977
2008	67	0,647	0,867	0,979
2009	66	0,645	0,864	0,974

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

É importante observar ainda que, com exceção das doações de não moradores, todas as outras fontes de renda apresentaram uma tendência de desconcentração. Os resultados gerais para o  $R_k$  e o  $g_k$  são os mesmos dos encontrados no Nordeste (Tabela 4), ou seja, todas as sete fontes de renda cresceram à medida que a renda total elevou-se, principalmente o trabalho principal ( $R_{(TRP,2009)} = 0,864$ ), e apenas as DOA, os JUR e o TRP apresentaram uma tendência de redução da desigualdade total.

A estrutura das fontes de renda no Nordeste rural de 2001 a 2009, evidenciada pela Tabela 6, apresenta pouca diferença em relação ao Nordeste urbano, representado pela Tabela 5. Com relação ao  $S_k$ , nota-se uma maior participação das aposentadorias e pensões oficiais para o Nordeste rural, representando 32% da renda total para o ano de 2009. A despeito dessa parcela mais expressiva dessa fonte de renda, o trabalho principal mostrou-se menos participativo em relação aos outros espaços analisados, representando 50% do rendimento total familiar per capita em 2009. Outra fonte de renda que se destaca, desta vez pela inexpressividade de sua proporção, são as rendas oriundas de alugueis, chegando a representar 0,3% em 2009.

Em relação ao índice de Gini de cada fonte de renda,  $G(Y_k)$ , as aposentadorias e pensões oficiais, os juros de caderneta de poupança e de outras aplicações e o trabalho principal apresentaram os menores índices, o que mostra uma menor concentração de renda dessas fontes. Percebe-se, no período analisado, que houve uma tendência de concentração de renda do trabalho principal, com  $G_{(TRP,2001)} = 0,614$  e com  $G_{(TRP,2009)} = 0,632$  e uma tendência de desconcentração das APO de  $G_{(APO,2001)} = 0,799$  para  $G_{(APO,2009)} = 0,790$  e dos JUR de  $G_{(JUR,2001)} = 0,869$  para  $G_{(JUR,2009)} = 0,724$ .

Os mais altos índices positivos da razão concentração com a renda total,  $R_k$ , são das fontes APO, APP, ALU e TRP, que, para o ano de 2009, apresentaram valores correspondentes a  $R_{(APO,2009)} = 0,767$ ,  $R_{(APP,2009)} = 0,680$ ,  $R_{(ALU,2009)} = 0,719$ ,  $R_{(TRP,2009)} = 0,676$ . Quanto aos juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, essa fonte apresentou

valores muito baixos, por vezes negativos, o que significa que essa variável tem uma relação inversa com a renda total familiar.

Quanto ao coeficiente de correlação relativa,  $g_k$ , as fontes de renda que contribuíram para aumentar a desigualdade foram as APO (com exceção de 2008), as APP (exceto os anos de 2006 e 2008), OTR (ficando de fora 2002, 2003, 2004 e 2008) e os ALU (retirando 2008). As demais fontes, para todos os anos, apresentaram um  $g_k < 1$ , ou seja, ajudaram a diminuir a desigualdade de rendimentos, notadamente o trabalho principal.

**Tabela 6**  
Participação de cada componente de renda na renda total, Gini de cada fonte de renda, razão concentração e coeficiente de correlação relativa – Nordeste rural – 2001-2009

Fontes de renda	$S_k$ (%)	$G(Y_k)$	$R_k$	$g_k$
<b>APO</b>				
2001	31	0,799	0,728	1,237
2002	31	0,804	0,782	1,338
2003	32	0,796	0,79	1,31
2004	31	0,809	0,801	1,385
2005	30	0,812	0,799	1,355
2006	33	0,809	0,812	1,364
2007	30	0,795	0,762	1,233
2008	32	0,805	0,791	0,314
2009	32	0,79	0,767	1,283
<b>APP</b>	$S_k$ (%)	$G(Y_k)$	$R_k$	$g_k$
2001	4	0,949	0,593	1,197
2002	5	0,957	0,659	1,342
2003	6	0,957	0,678	1,35
2004	5	0,954	0,65	1,325
2005	6	0,949	0,656	1,3
2006	1	0,953	0,217	0,43
2007	7	0,944	0,679	1,305
2008	7	0,945	0,714	0,333
2009	8	0,94	0,68	1,354
<b>TRP</b>	$S_k$ (%)	$G(Y_k)$	$R_k$	$g_k$
2001	57	0,614	0,694	0,906
2002	56	0,574	0,693	0,846
2003	54	0,585	0,696	0,848
2004	54	0,582	0,688	0,855
2005	53	0,592	0,698	0,864
2006	53	0,6	0,718	0,894
2007	50	0,629	0,696	0,89
2008	49	0,632	0,682	0,213
2009	50	0,632	0,676	0,904

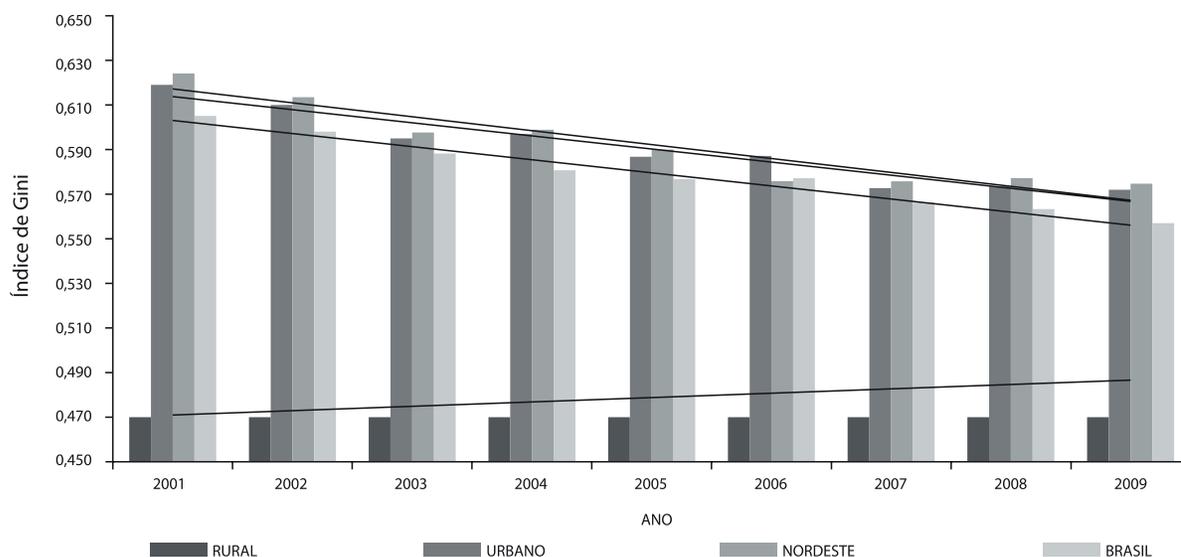
Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

O Gráfico 2 mostra o Gini total das famílias situadas no Brasil, no Nordeste, no Nordeste rural e no Nordeste urbano. Percebe-se, no geral, que o coeficiente de Gini no rural nordestino ( $G_{(RURAL\_2009)} = 0,473$ ) é bem menor que no urbano ( $G_{(URBANO\_2009)} = 0,572$ ), no entanto esse índice para o Nordeste total é maior ( $G_{(NORDESTE\_2009)} = 0,574$ ). Esse mesmo tipo de constatação foi feita por Hoffmann (2000), porém a comparação foi entre Brasil urbano, rural e total. Assim, o autor chega a uma conclusão semelhante à apresentada pelo gráfico abaixo, qual seja, de que a desigualdade na área rural é um pouco menor do que na área urbana, e a desigualdade total é maior do que nas áreas urbana e rural. Quanto ao índice de Gini no Brasil, nota-se que tem um valor sempre inferior ao do Nordeste ( $G_{(BRASIL\_2009)} = 0,557$ ).

No que concerne às evoluções do Gini de cada espaço, ao longo da série analisada, tanto o Brasil, quanto o Nordeste total e urbano apresentaram tendências declinantes, com uma diminuição na desigualdade de renda num montante de  $G_{(BRASIL\_2001)} = 0,606$  para  $G_{(BRASIL\_2009)} = 0,557$  no Brasil, de  $G_{(NORDESTE\_2001)} = 0,624$  para  $G_{(NORDESTE\_2009)} = 0,574$  no Nordeste total e de  $G_{(URBANO\_2001)} = 0,620$  para  $G_{(URBANO\_2009)} = 0,572$  no Nordeste urbano. Em contraposição, o Nordeste rural mostrou uma tendência de concentração de rendimento per capita familiar de 2001 a 2009, com  $G_{(RURAL\_2001)} = 0,470$  em 2001 e  $G_{(RURAL\_2009)} = 0,473$  em 2009, valendo salientar seu valor mínimo de  $G_{(RURAL\_2004)} = 0,468$  em 2004 e máximo de  $G_{(URBANO\_2008)} = 0,494$  em 2008.

As dez curvas de Lorenz, representadas pelo Gráfico 3, têm a finalidade de comparar as distribuições de renda familiar per capita do Brasil, do Nordeste total, do urbano e do rural, tanto em relação a cada uma delas, nos anos de 2001 e 2009, quanto ao estabelecimento de uma comparação entre elas, apenas no ano de 2009.

As quatro primeiras curvas de Lorenz, mostradas pelo Gráfico 3, comparam a distribuição de renda no Brasil, no Nordeste total, no urbano e no rural em 2001 e em 2009. Pode-se perceber uma melhora de todas as distribuições de renda no ano de 2009 em



**Gráfico 2**  
**Gini total**

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

relação ao ano de 2001, uma vez que estão mais próximas à reta de igualdade perfeita (reta de 45°). Vale salientar que, para o Nordeste rural, há uma interseção entre as curvas nos percentis mais baixos da renda acumulada (até os 45% da distribuição), enquanto que, nas demais localidades, essa interseção entre os menores rendimentos é encontrada até os 15% de cada distribuição. Ou seja, a despeito de uma melhora geral na distribuição da renda familiar per capita em todos os espaços analisados em relação aos anos de 2001 e 2009, no que concerne ao meio rural nordestino, essa melhora foi mais acentuada nos maiores percentis da renda acumulada.

Com relação às próximas três curvas de Lorenz, que comparam a distribuição de renda familiar per capita brasileira com a do Nordeste total, do urbano e do rural em 2009, nota-se uma semelhança com os resultados do Gráfico 2, uma vez que foi encontrada, no Gráfico 3, uma grande proximidade do Nordeste urbano e total com o Brasil, principalmente quando comparados os menores percentis da distribuição de rendimento. Dessa forma, deduz-se que uma maior concentração de renda no Nordeste total e no urbano em relação ao Brasil deve-se, provavelmente, aos maiores percentis da distribuição. Quanto ao Nordeste rural, este se apresentou menos concentrado que o Brasil, e essa menor desigualdade, ao

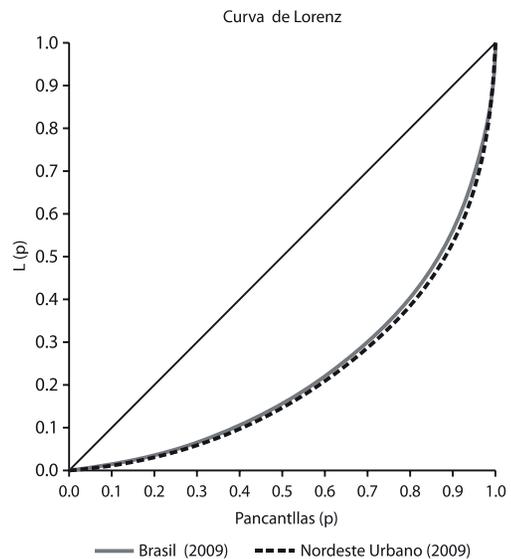
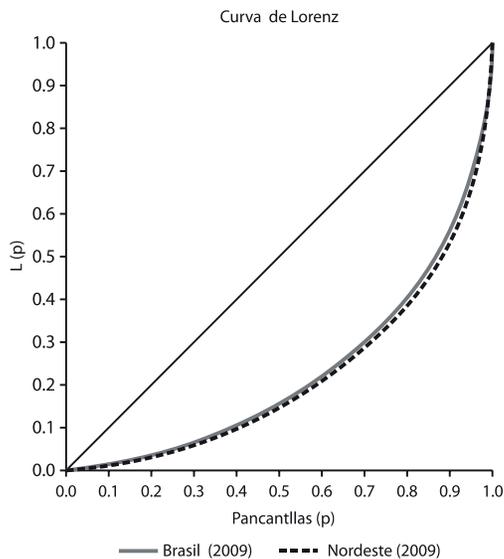
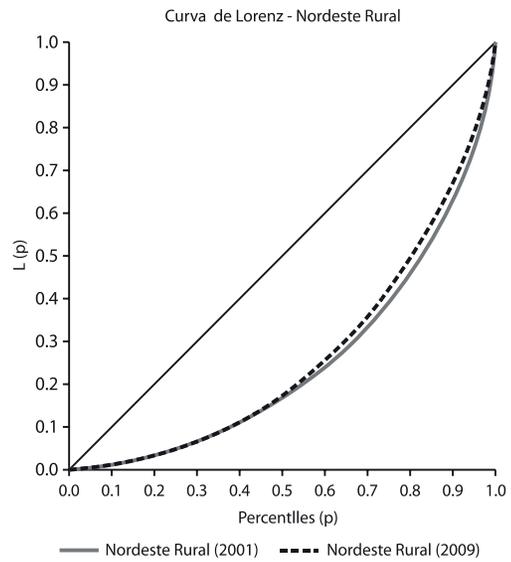
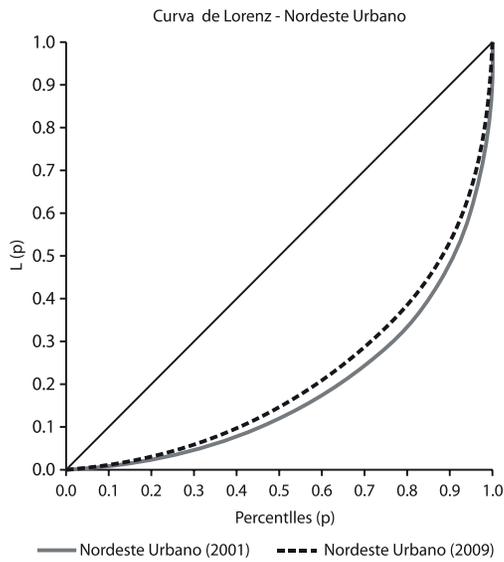
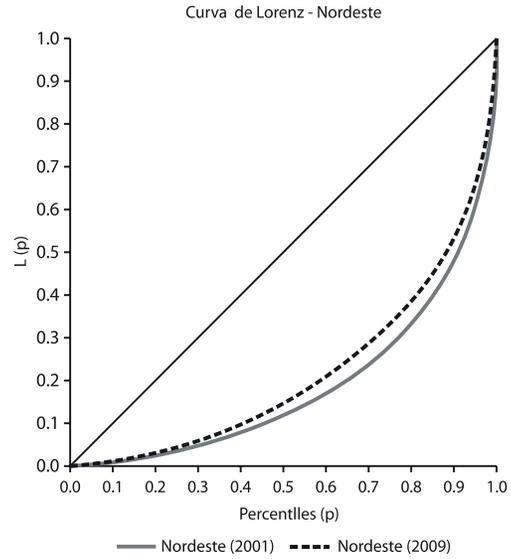
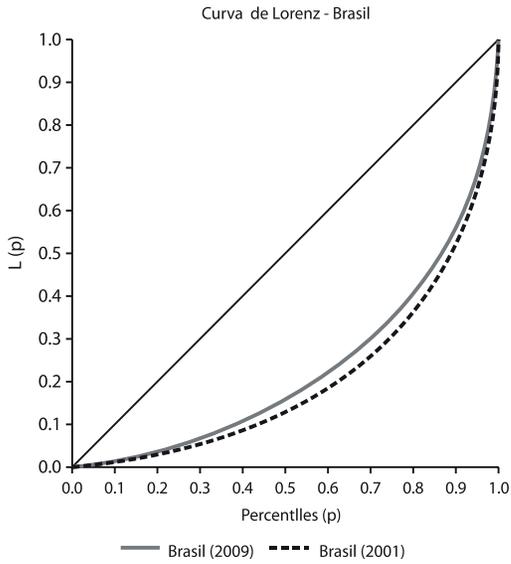
que parece, também está atrelada aos maiores percentis da distribuição acumulada da renda familiar.

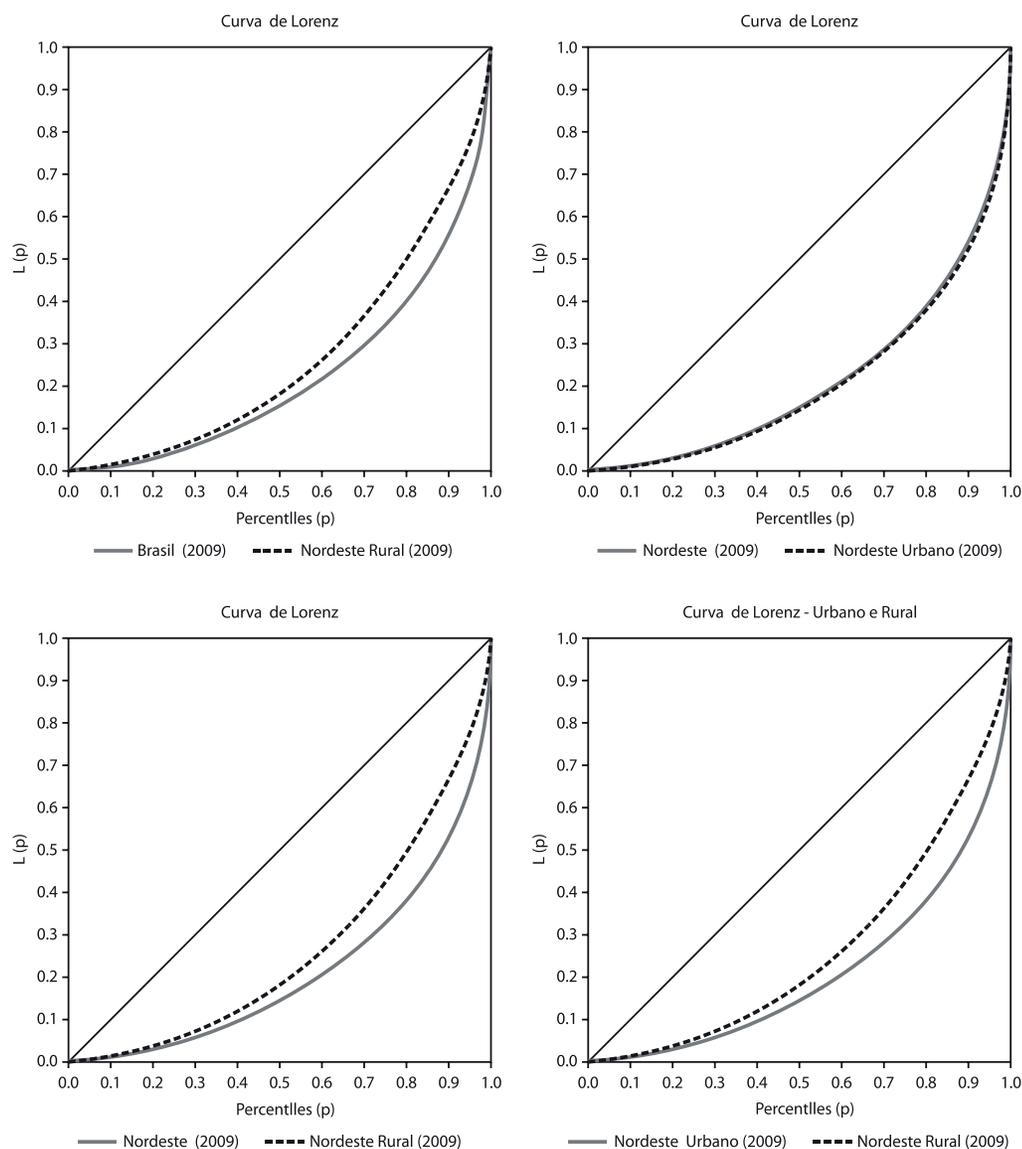
As próximas duas curvas de Lorenz, que comparam o Nordeste total com o urbano e o rural, vêm confirmar o que alguns dados anteriormente apresentados apontaram, a saber, que a distribuição de renda no Nordeste urbano, em relação ao rural, assemelha-se mais ao Nordeste total. Isso se confirma pela interseção quase completa entre a curva de Lorenz desses dois espaços, o que já era esperado, uma vez que 74% das famílias nordestinas residem no meio urbano. Por outro lado, essa grande proximidade, dada a grande diferença Nordeste total com o Nordeste rural, evidencia os hiatos entre a distribuição de renda familiar urbana e rural, representados pela última curva de Lorenz, no Gráfico 3. Nessa curva, tem-se uma dominância de Lorenz do rural perante o urbano<sup>1</sup>, o que significa que, se uma transferência de renda atender à condição de Pigou-Dalton<sup>2</sup>, esta será maior para o Nordeste urbano do que para o rural.

<sup>1</sup> Há uma dominância de Lorenz quando uma das curvas de Lorenz encontra-se mais próxima da reta da igualdade perfeita que a outra, ou seja, constitui numa distribuição de renda mais igualitária. Para mais detalhes sobre dominância de Lorenz, ver estudos como os de Hoffmann (2001b), Soares (2006) e Soares (2006a).

<sup>2</sup> A condição de Pigou-Dalton é estabelecida quando a transferência de renda entre uma pessoa mais rica e outra mais pobre resulta numa maior igualdade social, isso desde que esse repasse não inverta a posição social entre elas. Para mais, ver Abensur (2006), Hoffmann (2001b) e Soares (2006).

UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE DE RENDA URBANA E RURAL DO NORDESTE  
NO PERÍODO DE 2001 A 2009





**Gráfico 3**  
**Curva de Lorenz**

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

Com base nos resultados mostrados pelos índices de desigualdades e pelas curvas de Lorenz, percebe-se, de forma geral, que a desigualdade de renda caiu de 2001 a 2009 no Brasil, como observado por Barros e outros (2001), Hoffmann (2009) e Moreira e outros (2009). O Nordeste total e o urbano acompanharam essa tendência, enquanto que o Nordeste rural apresentou uma tendência de concentração de rendimento, ainda que, no ano de 2009, tenha havido uma leve melhora.

No tocante às fontes de renda, assim como observado por Mariano e Lopes (2009), as aposentadorias e pensões são mais importantes para o Nordeste rural, porém contribuem para aumentar a desigualdade. De todas as fontes de renda, o trabalho principal mostrou-se com uma maior capacidade de reduzir a concentração de renda, ainda que tenha apresentado uma leve tendência de diminuição da sua participação em relação à renda familiar total, o que justificaria um maior direcionamento de políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho.

No tocante às aposentadorias e pensões, que foi a segunda fonte de renda com maior participação na renda total em todos os espaços analisados, chama a atenção seu caráter de contribuição para aumentar a desigualdade de rendimentos, com um  $g_k$  sempre maior que 1. Nesse sentido, Mariano e Lopes (2009) atentam para a questão do alcance desse benefício às famílias, principalmente aquelas residentes no meio rural nordestino. Apesar de essa fonte de renda ser bastante difundida, não abrange a todos os beneficiados, o que justifica uma maior atenção para essa política de transferência pública. Outro quesito importante, levantado por Barros e Foguel (2000), refere-se ao perfil dos gastos com o programa de aposentadorias e pensões, considerado pelo autor como bastante regressivo. Isso porque as famílias mais ricas recebem um benefício médio superior em comparação às mais pobres, o que contribui para aumentar a desigualdade de renda desse tipo de fonte.

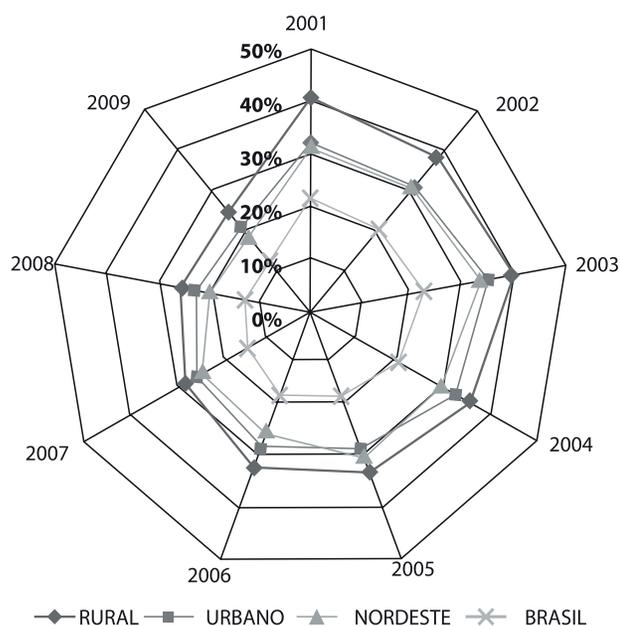
Em relação às curvas de Lorenz, o principal resultado extraído deve-se ao fato de que essa menor desigualdade de rendimento na distribuição de renda está atrelada a uma melhora mais acentuada nos maiores percentis da renda acumulada, o que passa a ideia de que não houve uma melhora expressiva nos menores percentis do rendimento mensal familiar per capita. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise dos índices de pobreza, que será feita no próximo item.

### Índices de pobreza

Utilizando a linha de pobreza calculada e atualizada por Rocha (2006), observa-se que existiam 7.043.505 famílias brasileiras que recebiam uma renda per capita mensal inferior à linha de pobreza para o Brasil no ano de 2009 (R\$ 139,28). O Nordeste, com 2.918.851 famílias abaixo da linha de pobreza nordestina para o ano de 2009 (R\$ 127,87), representava mais de 40% das famílias brasileiras em situação de pobreza absoluta. Desse total nordestino, 72% das famílias pobres residiam no meio urbano e 28% no rural.

A proporção de pobres compreende a razão entre o número de famílias pobres e o número total de famílias. Essa proporção para o meio rural e para o urbano nordestino, o Nordeste total e o Brasil como um todo pode ser analisada no Gráfico 4, que, no geral, mostra uma considerável redução na proporção de famílias pobres em todos os espaços analisados. Essa diminuição foi de 9% no Brasil, 13% no Nordeste total, 11% no Nordeste urbano e 16% no Nordeste rural. Em outras palavras, isso significa que existem menos 5.282.629 famílias em estado de pobreza absoluta no Brasil, 1.997.108 no Nordeste total, 1.254.321 no Nordeste urbano e 633.513 no Nordeste rural.

Ainda com base no Gráfico 4, faz-se pertinente observar que existem, proporcionalmente, mais famílias pobres no meio rural do que no urbano nordestino, porém essa diferença vem diminuindo ao longo do tempo, com 40% das famílias rurais situadas abaixo da linha de pobreza em 2001 e 24% em 2009. Já para o urbano, essa porcentagem é de 32% de famílias urbanas pobres em 2001 e 21% em 2009, sendo essa diferença de 3% mantida desde 2007.

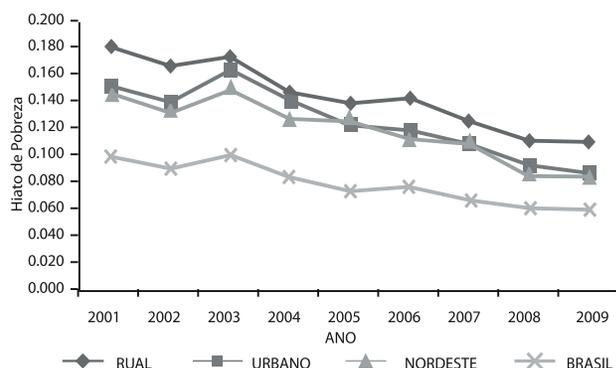


**Gráfico 4**  
Proporção de pobres ( $P_0$ ) – Brasil, Nordeste total, urbano e rural – 2001-2009

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

Com relação à renda dessas famílias pobres, nota-se que a distância entre a renda média das famílias pobres do meio rural no ano de 2009 (R\$ 52,83) e a sua linha de pobreza (R\$ 96,22) é maior do que essa mesma distância para as famílias pobres urbanas – apesar de sua linha de pobreza ser superior no montante de R\$ 60,00 em relação à do meio rural. Vale salientar que a renda média entre as famílias pobres no Nordeste urbano em 2009 é de R\$ 93,45 per capita mensais, enquanto que sua linha de pobreza, para o mesmo ano, é R\$ 159,52. É exatamente essa distância que o hiato de pobreza ( $P_1$ ) capta, sendo representado no Gráfico 5, que, em outras palavras, mostra o quanto as rendas médias das famílias pobres estão abaixo da linha de pobreza. Com base no referido gráfico, percebe-se que o meio rural nordestino é o espaço que apresenta o maior hiato de pobreza, seguido pelo Nordeste urbano e pelo total. Nota-se, ainda, que o Brasil tem uma maior aproximação entre a linha de pobreza e a renda das famílias pobres que recebem um valor mensal abaixo dessa linha.

O resultado mais importante do Gráfico 5 é a clara tendência de estreitamento do hiato de pobreza em todos os espaços, ao longo da série analisada, com um  $P_{1(BRASIL\_2001)} = 0,098$  e  $P_{1(BRASIL\_2009)} = 0,059$ . Para o Nordeste, o hiato de pobreza foi de  $P_{1(NORDESTE\_2001)} = 0,145$  e  $P_{1(NORDESTE\_2009)} = 0,083$ . No Nordeste urbano e rural, esses valores foram, res-



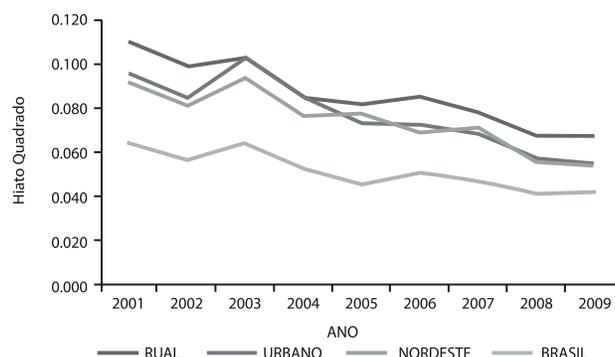
**Gráfico 5**  
Hiato de pobreza ( $P_1$ ) – Brasil, Nordeste total, urbano e rural – 2001-2009

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

pectivamente, de  $P_{1(NORDESTE\_URBANO\_2001)} = 0,151$  para  $P_{1(NORDESTE\_URBANO\_2009)} = 0,086$  e de  $P_{1(NORDESTE\_RURAL\_2001)} = 0,180$  para  $P_{1(NORDESTE\_RURAL\_2009)} = 0,109$ .

No sentido de complementar a análise da distribuição de renda entre pobres, a severidade da pobreza, representada no Gráfico 6, aponta para uma desigualdade maior na distribuição de renda entre as famílias pobres rurais do que entre as famílias pobres urbanas nordestinas, com um  $P_{2(NORDESTE\_URBANO\_2009)} = 0,055$  e  $P_{2(NORDESTE\_RURAL\_2009)} = 0,067$ . Em relação ao Nordeste total e ao Brasil, nota-se que a desigualdade entre as famílias nordestinas que estão em pobreza absoluta é maior do que entre as famílias brasileiras que se encontram na mesma situação, com  $P_{2(BRASIL\_2009)} = 0,042$  e  $P_{2(NORDESTE\_2009)} = 0,054$ . Ressalta-se ainda que, assim como o hiato de pobreza, o índice de severidade da pobreza diminuiu entre 2001 e 2009, o que mostra uma melhora nos indicadores da pobreza em todos os espaços analisados.

Nota-se, tendo em vista os resultados mostrados pelos indicadores de pobreza, que houve não só uma diminuição expressiva da proporção de pobres como também ocorreu um estreitamento entre a renda média das famílias pobres com a linha de pobreza e uma melhora na severidade da pobreza no Brasil, no Nordeste rural, no urbano e no total. Porém, esses valores mostram-se, ainda, bastante elevados.



**Gráfico 6**  
Hiato quadrado ( $P_2$ ) – Brasil, Nordeste total, urbano e rural – 2001-2009

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2001 a 2009). Elaboração dos autores.

Com relação ao nível de pobreza, Barros, Corseuil e Leite (2000) mostram que se deve, em grande parte, ao mau funcionamento do mercado de trabalho. Amsberg e outros (2000), por sua vez, afirmam que apenas 13% dos gastos sociais, incluindo as pensões, atingem os pobres. Ainda com base nesses gastos, Barros e Foguel (2000) mostram que se encontram mal focalizados e que apenas 25% dos recursos públicos já direcionados à área social seriam suficientes para erradicar a pobreza no Brasil. Os autores acrescentam, ainda, que o que se gasta hoje se configura de três a quatro vezes mais do que se necessitaria. Logo, para eliminar a pobreza, não é necessário elevar os gastos sociais.

Disso infere-se que, assim como para reduzir a desigualdade de renda, a redução da pobreza depende do mercado de trabalho, no qual a variável educação exerce um papel primordial. Para isso, não é necessário demandar um maior volume de recursos públicos, mas sim concentrar-se numa melhoria da qualidade do gasto público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), foi constatado que, apesar da tendência desconcentradora de renda apresentada tanto no Brasil quanto no Nordeste, a disparidade de renda permanece elevada, sendo maior quando se compara o país com o Nordeste rural, com uma diferença do rendimento médio familiar per capita de quase R\$ 450,00, no ano de 2009. Vale salientar que, ainda que o meio rural nordestino apresente um menor rendimento familiar, quando comparado ao Nordeste urbano, ao

Nordeste total e ao Brasil, ainda vem perdendo participação em relação ao Nordeste como um todo, uma vez que este se urbanizou entre 2001 e 2009. Outro resultado importante deve-se à desigualdade de renda entre famílias do meio rural e do meio urbano do Nordeste, sendo o último mais concentrado e o primeiro mais pobre.

No tocante ao índice de Gini, os resultados encontrados estão de acordo com o que a literatura sobre o tema aponta, a saber, que a desigualdade de renda caiu de 2001 a 2009 e que o Nordeste total acompanhou essa tendência, bem como o Nordeste urbano. O meio rural nordestino, por sua vez, mostrou um comportamento oposto, uma vez que houve uma maior concentração dos rendimentos ao longo da série analisada, ainda que, no final do período, tenha havido uma leve melhora nos indicadores, o que pode ser um sinal de reversão desse quadro.

Quanto aos resultados obtidos por meio do índice de Gini desagregado por fontes de renda, estes estão de acordo com trabalhos como os de Mariano e Lopes (2009), Mariano e Nelder (2006) e Hoffmann (2009), na medida em que se afirma que as aposentadorias e pensões são mais importantes para o Nordeste rural. No entanto, essa fonte de renda tem contribuído para elevar a concentração de rendimentos. O trabalho principal foi a fonte de renda que mais contribuiu para diminuir a desigualdade de renda familiar em todos os espaços analisados, ainda que tenha apresentado uma leve tendência declinante quanto à sua importância para a renda total familiar. Esse fato também foi encontrado nos estudos de Barros (2000) e Ferreira (2000), nos quais esses autores complementam os seus trabalhos evidenciando a importância da educação no mercado de trabalho como mecanismo de desconcentrar renda e diminuir pobreza.

**O meio rural nordestino, por sua vez, mostrou um comportamento oposto, uma vez que houve uma maior concentração dos rendimentos ao longo da série analisada, ainda que, no final do período, tenha havido uma leve melhora nos indicadores, o que pode ser um sinal de reversão desse quadro**

No que concerne à pobreza, mensurada via linha de pobreza calculada por Rocha (2006) e pelo índice de Forster-Greer-Thorbecke (FGT), 1984, foi observado que houve uma diminuição tanto da proporção de pobres, quanto do hiato da pobreza e da severidade da pobreza (hiato quadrático) para o Brasil, o Nordeste total, o urbano e o rural – resultados estes que estão de acordo com Rocha (2003).

Essa diminuição da pobreza, juntamente com uma renda menos concentrada e com o aumento da renda média familiar de 2001 a 2009, aponta para uma melhora na desigualdade de rendimento familiar tanto no Brasil quanto no Nordeste, principalmente quando desagregado em rural e urbano. Porém, os resultados obtidos neste estudo deixam claro que os níveis de desigualdade e de pobreza no Nordeste rural e no urbano ainda permanecem elevados.

Vale ressaltar que os resultados encontrados neste trabalho devem ser tratados com ponderação, em parte devido à natureza dos microdados da PNAD e também pela ausência de outras medidas de desigualdade e de pobreza. Por outro lado, a análise teve-se tão somente a mostrar o nível da desigualdade e da pobreza no Nordeste rural e no urbano, não se preocupando com seus principais determinantes e com algumas variáveis, como o crescimento econômico e a educação e sua influência sobre a renda familiar. Dessa forma, pretende-se, em trabalhos futuros, um avanço na parte metodológica e no referencial teórico, no tocante aos determinantes dessa diminuição da desigualdade de renda, para que, assim, seja possível compreender melhor essa temática tão marcante e importante para a economia brasileira e, em especial, para a nordestina.

## REFERÊNCIAS

- ABENSUR, Themis da Costa. *Dominância estocástica na avaliação da concentração de riqueza no Brasil: uma comparação entre distribuição de terra e renda nos anos de 1985 e 1995*. 2006. Tese. (Mestrado) - Departamento de Estatística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. (Texto para discussão, n. 1460).
- BARROS, R.; FOGUEL, M. N. Focalização dos gastos públicos sociais e erradicação da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos Henrique; LEITE, Philippe G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- DAD 4.5. *Software for poverty and distributive analysis*. MIMAP programme, International Development Research Center, Université Laval. Canada, Québec, 2008.
- FEI, J. C. H.; RANIS, G.; KUO, S. W. Y. Growth and The Family Distribution of Income by Factor Components. *Quarterly Journal of Economics*, v. 92, p. 17-53, 1978.
- FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKER, E. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, p. 761-766, 1984.
- HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 1 (35), p. 213-231, 2009.
- \_\_\_\_\_. A distribuição de renda no Brasil no período de 1992-2001. *Economia e Sociedade*. Campinas, v.11, n. 2 (19). p. 213-235, 2002.
- \_\_\_\_\_. Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com pouco. In: DOWBOR, Ladislau; KILSZTAJN, Samuel (Org.). *Economia Social no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001.
- \_\_\_\_\_. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.  
Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.  
Acesso em: 17 set. 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA.  
Brasília(DF): IPEA, 2009. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 26 out. 2009.
- KATO, Rosa. *Previdência social na zona rural do Nordeste brasileiro*: análise do seu impacto sobre a pobreza e a distribuição de renda em 1991 e 2000. Tese (Mestrado) - Departamento de Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.
- MARIANO, Jorge Luiz; LOPES, Tatiana de Santana. Efeitos da previdência social sobre a desigualdade e a pobreza rural no Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 40, p. 203-215, 2009.
- MARIANO, Jorge Luiz; NEDER, Henrique Dantas. Desigualdade de Renda e Pobreza entre Famílias no meio Rural do Nordeste. *Economia e Desenvolvimento*, Recife, v. 5, p. 87-107, 2006.
- MENDONÇA, E. L.; OLIVEIRA, J. S. *Pobreza e desigualdade*: representando pressupostos, 2001. Disponível em: <[www.ibase.br/paginas/jane.pdf](http://www.ibase.br/paginas/jane.pdf)>. Acesso em: 3 fev. 2010.
- MOREIRA, Renata Couto et al. Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005. *Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 47, n. 4, 2009.
- NEDER, H. D.; SILVA, J. L. M. Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.42, n.3, p.469-486, Jul./Set.2004.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DOMICILIAR - PNAD. Microdados – Pesquisa básica. 2001 a 2009. Rio de Janeiro: IBGE, [2009]. 9 CD-ROM.
- PYATT, G. On The Interpretation and Desegregations of Gini Coefficients. *Economic Journal*, v. 86, p. 243-55, June, 1976.
- SIQUEIRA, Marcelo Lettieri. SIQUEIRA, Márcia Lettieri. *Desigualdade de renda do Nordeste brasileiro*: uma análise de decomposição, 2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/forumbnb2006/docs/desigualdade.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- R DEVELOPMENT CORE TEAM. *R: a language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2008. ISBN 3-900051-07-0, URL <<http://www.r-project.org>>
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Nordeste*: a evolução nos últimos trinta anos (1970-1999). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Pobreza no Brasil*. Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004, com ênfase no período entre 2001 a 2004*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para discussão, 1166).

Artigo recebido em 21 de julho de 2011  
e aprovado em 18 de agosto de 2011.

# Distribuição de renda e pobreza no Brasil: uma análise de convergência espacial dos estados entre 1992 e 2009

*Juliana Carolina Frigo Baptistella\**

*Alexandre Lopes Gomes\*\**

\* Mestranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); graduada em Economia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). jubaptistella@gmail.com

\*\* Doutor em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP). Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). algomes@ufscar.br

## Resumo

Este trabalho analisa a distribuição interestadual da renda no Brasil entre 1992 e 2009 com o objetivo de investigar se a queda da desigualdade de renda ocorrida no pós-2000, juntamente com a diminuição da pobreza, foi acompanhada de uma redução das disparidades entre as unidades federativas brasileiras. Para isso, faz um levantamento do perfil distributivo dos estados brasileiros para, em seguida, realizar uma análise exploratória de dados espaciais (AEDE), a fim de avaliar o grau de correlação entre eles em relação à distribuição de renda e pobreza. Em um segundo momento, utiliza-se um modelo de convergência espacial para verificar se, no período de análise, as disparidades estaduais aumentaram ou diminuíram. Os resultados apontam a presença de autocorrelação positiva para o índice de Gini em todos os anos analisados e a formação de um *cluster* alto-alto significativo no Nordeste, que se reduziu no período, e um baixo-baixo no centro-sul, que surgiu em 2009. Constatou-se ainda uma associação espacial entre o índice de Gini e as taxas de pobreza e extrema pobreza, evidenciadas por um *cluster* alto-alto no Nordeste e um baixo-baixo no centro-sul. Os resultados mostram que, entre 1992 e 2009, houve convergência, ou seja, redução das disparidades estaduais de renda no Brasil.

**Palavras-chave:** Distribuição de renda. Índice de Gini. Pobreza. Convergência espacial.

## Abstract

*This work analyzes the interstate distribution of income in Brazil between 1992 and 2009 with the objective to investigate if the decrease in income inequality after 2000, together with poverty reduction, was accompanied by a reduction in disparities between the Brazilian states. To this, a survey of the distributive profile of the Brazilian states is made, then, an Exploratory Spatial Data Analysis (ESDA) is performed to evaluate the degree of correlation between them in relation to income distribution and poverty. In a second moment we use a spatial model of convergence to determine whether, during the analysis period, the state differences have increased or decreased. The results indicate the presence of positive autocorrelation for the Gini index in all years examined and the formation of a significant high-high cluster in the Northeast, which declined in the period, and a low-low on the Mid-South, which began in 2009. It was also a spatial association between the Gini coefficient and poverty rates and extreme poverty, evidenced by a high-high cluster in the Northeast and a low-low on the Mid-South. Regarding the convergence, the results indicate that between 1992 and 2009, there was convergence, that is, reduction of state income disparities in Brazil.*

**Keywords:** Income distribution. Gini index. Poverty. Spatial convergence.

## INTRODUÇÃO

O Brasil sempre esteve entre os países mais desiguais do mundo, principalmente pela grande disparidade de renda entre sua população. Apenas em oito países os 10% mais ricos da população se apropriam de uma fatia da renda nacional maior que a dos ricos brasileiros. No outro extremo, só em sete países a parcela da riqueza apropriada pelos 10% mais pobres é menor que no Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2006).

Em 1990, a comparação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres mostrava que, no Brasil, a fatia da renda obtida pelo quinto mais rico da população era 30 vezes maior do que a fatia de renda do quinto mais pobre. Porém, em 2009, essa fatia era 19 vezes maior (IPEADATA, 2010).

Após décadas de estabilidade, o Brasil tem passado, nos últimos anos, por modificações significativas nas suas características distributivas. A partir de 2001, foram registradas no país melhoras nos indicadores econômicos, sociais e de mercado de trabalho. Nesse período, a desigualdade de renda, a pobreza e a extrema pobreza reduziram-se de forma expressiva.

Entretanto, o país ainda continua caracterizado por extrema desigualdade inter-regional: os 50% mais pobres detêm maior parcela da renda na Região Sul e menor na Região Nordeste. Por outro lado, os 10% mais ricos abocanham menor fatia da renda na Região Sul e maior na Região Nordeste. Em 2007, o percentual de renda apropriado pelos 10% mais ricos foi 2,24 vezes maior que dos 50% mais pobres na Região Sul e 2,47 vezes na Região Sudeste. Já no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, essa proporção foi mais elevada: 2,61; 3,11 e 3,27, respectivamente (BAPTISTELLA, 2009).

**A partir de 2001, foram registradas no país melhoras nos indicadores econômicos, sociais e de mercado de trabalho. Nesse período, a desigualdade de renda, a pobreza e a extrema pobreza reduziram-se de forma expressiva**

Diante disso, este trabalho tem por objetivo identificar a variação na distribuição de renda nos estados brasileiros entre 1992 e 2009, a fim de verificar se ocorreu uma redução das disparidades entre estes estados no período. Procura-se também relacionar a queda da desigualdade com a redução das taxas de pobreza e extrema pobreza.

Para isso, será utilizado o índice de Gini como medida de concentração e um modelo de convergência espacial para verificar o comportamento da distribuição de renda entre as unidades da Federação brasileiras neste período. Além disso, emprega-se o método da análise exploratória de dados espaciais (AEDE) por meio da estatística *I* de Moran e por meio da análise de identificação de *clusters*. A estatística *I* de Moran permitirá avaliar o grau de correlação entre os estados brasileiros em relação à distribuição de renda e pobreza, e a análise de *clusters* permitirá a visualização de estados próximos com porcentagens semelhantes de concentração de renda, taxas de pobreza e extrema pobreza.

O trabalho está organizado em seis seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 mostra a desigualdade de renda no Brasil a partir da decomposição do rendimento por estrato e as taxas de pobreza e extrema pobreza, destacando as diferenças inter-regionais. Na Seção 3, apresentam-se os conceitos sobre convergência e um breve panorama dos estudos envolvendo esta técnica no Brasil. Na Seção 4, é descrita a base de dados e metodologia da pesquisa. A Seção 5 traz os resultados da pesquisa a partir da análise visual e quantitativa da distribuição de renda nos estados brasileiros e, através de um modelo de convergência espacial, estima se houve mudanças nas disparidades entre eles. Finalmente, na Seção 6, são apresentadas as conclusões.

## DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NO BRASIL (2001-2009)

A disparidade de renda no Brasil vem reduzindo-se de maneira contínua e expressiva desde o início dos anos 2000. Entre 2001 e 2009, a queda foi de 9%, o que significa uma taxa média de redução de 1,13% ao ano. O grau de desigualdade registrado em 2009 é o menor das últimas três décadas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010).

Ao se analisar a porcentagem de renda apropriada pelos estratos da população, nota-se claramente essa queda. No Brasil, entre 2001 e 2009, a parcela da renda total em poder dos 50% mais pobres aumentou 2,6 pontos percentuais (21%) e, em contrapartida, a dos 10% mais ricos teve uma redução de 4,3 pontos percentuais (8,9%) (Tabela 1).

**Tabela 1**  
Distribuição da renda domiciliar per capita Brasil – 2001-2009

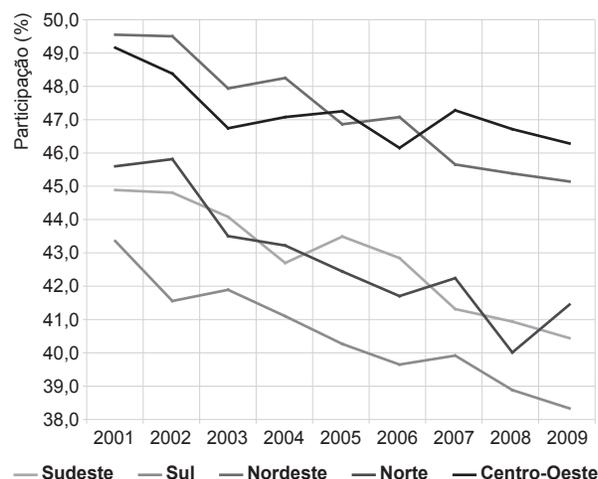
	50% mais pobres	40% intermediários	10% mais ricos
2001	12,6	40,0	47,5
2002	13,0	40,0	47,0
2003	13,2	40,6	46,2
2004	13,9	40,8	45,3
2005	14,1	40,6	45,3
2006	14,5	40,8	44,7
2007	14,8	41,4	43,8
2008	15,5	41,7	42,8
2009	15,2	41,5	43,2

Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata (2010).

Além disso, a renda dos 40% intermediários aumentou em 1,5 ponto percentual, reduzindo a diferença em relação à parcela detida pelos 10% mais ricos. Em 2001, essa diferença era de 7,5 pontos percentuais e em 2009 passou para 1,7 ponto percentual, ou seja, uma redução de 5,8 pontos de porcentagem.

O mesmo ocorreu com a proporção de renda apropriada pelos 10% mais ricos em relação à dos 50% mais pobres, que em 2001 era 3,77 vezes maior e em 2009 reduziu-se para 2,84 vezes, totalizando uma queda de 25% entre a diferença desses estratos.

O comportamento da distribuição de renda nas macrorregiões é semelhante ao do Brasil no mesmo período, mas em magnitudes diferentes. O Gráfico 1 mostra a porcentagem de renda apropriada pelos 10% mais ricos nas macrorregiões entre 2001 e 2009.



**Gráfico 1**  
Distribuição da renda domiciliar per capita: 10% mais ricos – Macrorregiões brasileiras – 2001-2009

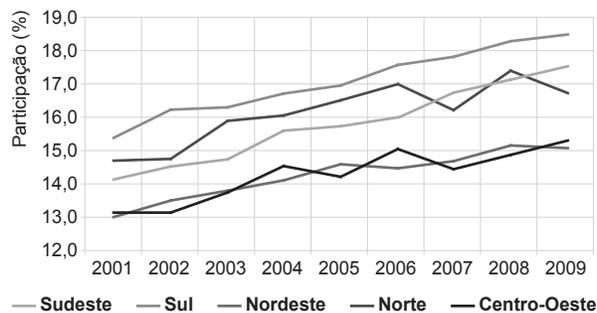
Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata (2010).

Nota-se que a renda em poder dessa classe da população caiu em todas as regiões, apesar de essa queda não ser contínua durante o período em análise. A redução foi mais expressiva no Sul (11,6%), seguida do Sudeste (9,9%) e do Norte (9,2%). No Nordeste, a queda foi de 8,8%, e no Centro-Oeste, de 5,9%.

Entretanto, os 10% mais ricos possuem maior renda no Nordeste e Centro-Oeste, regiões em que houve menor redução da renda em poder dessa classe. Por outro lado, no Sul, essa parcela da população detém a menor fração da renda dentre as regiões.

Em relação à renda apropriada pelos 50% mais pobres (Gráfico 2), tem-se o comportamento oposto entre as regiões: no Sul, eles detêm maior parcela de renda, e no Nordeste e Centro-Oeste, as mais baixas fatias de renda. Mas foi na Região Sudeste que este estrato da população apresentou o maior incremento na renda: 3,4 pontos de porcentagem, passando de 14,1% para 17,5% da

renda total, ou seja, um crescimento de 24,2% no período. No Sul, a elevação foi de 20,2%, no Centro-Oeste, de 16,7%, no Nordeste, de 16%, e no Norte, de 13,9%.



**Gráfico 2**  
Distribuição da renda domiciliar per capita: 50% mais pobres – Macrorregiões brasileiras – 2001-2009

Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata (2010).

A renda dos 40% intermediários também aumentou no período (Gráfico 3): 6,1% no Nordeste, 5,4% no Norte, 4,7% no Sul, 2,5% no Sudeste e 1,9% no Centro Oeste, sendo que a renda apropriada por essa parcela da população era maior no Sul e menor no Nordeste e Centro-Oeste.

No Sul, os 40% intermediários possuíram, em média, 42,3% da renda total entre 2001 e 2009. No Sudeste, Norte, Centro-Oeste e Nordeste, essa população recebeu, em média, 41,4%, 41,0%, 38,5% e 38,4% da renda, respectivamente.

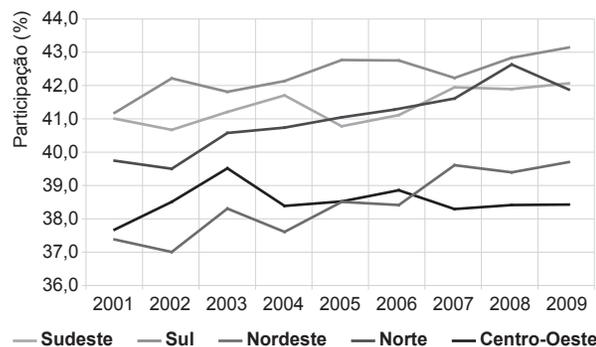
O mesmo ocorre com a renda em poder dos 50% mais pobres, que no Sul, em média, detiveram 17,1% do total, parcela superior à do Sudeste (15,8%), Norte (16,1%), Centro-Oeste (14,3%) e Nordeste (14,3%).

Em relação à renda dos 10% mais ricos, a Região Sul também se destaca, pois essa fração da população abocanhava menos renda que nas demais regiões, em média 40,6% do total, contra 42,8% no Sudeste, 42,9% no Norte, 47,2% no Centro-Oeste e 47,3% no Nordeste.

Desta forma, pode-se concluir que na Região Sul a disparidade entre a renda dos ricos e pobres é menor que nas demais regiões. Em 2009, o percentual de renda apropriado pelos 10% mais ricos foi 2,1 vezes maior que o dos 50% mais pobres. No Su-

deste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, essa proporção foi de 2,3; 2,5; 3,0 e 3,0, respectivamente.

Em 2001, essa proporção entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres era de 2,8 no Sul, 3,1 no Norte, 3,2 no Sudeste, 3,7 no Centro-Oeste e 3,8 no Nordeste.



**Gráfico 3**  
Distribuição da renda domiciliar per capita: 40% intermediários – Macrorregiões brasileiras 2001-2009

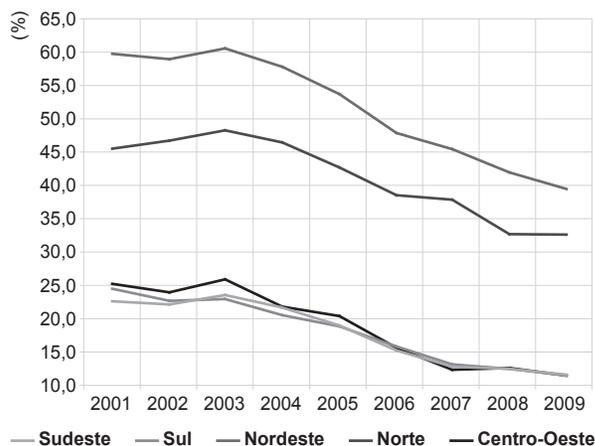
Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata (2010).

Destaca-se que, apesar da redução intrarregional da disparidade de renda entre os estratos no período, ainda persiste uma grande desigualdade inter-regional na distribuição de renda no Brasil, onde a concentração de renda é muito mais elevada no Nordeste do que no Sul.

Este mesmo comportamento é registrado em relação à pobreza e extrema pobreza<sup>1</sup> entre as regiões brasileiras, uma vez que a porcentagem de pessoas assim classificadas reduziu-se no período. Entretanto, a grande disparidade inter-regional permanece.

A pobreza registrada no Brasil caiu 39,1% entre 2001 e 2009, passando de 35,2% da população em 2001 para 22,6% em 2009. No Centro-Oeste, a taxa de pobreza caiu 54,1% no período, a maior queda entre as macrorregiões brasileiras. No Sul, a redução foi de 52,8%, no Sudeste, de 47,6%, no Nordeste, de 34,0%, e no Norte, de 28,5% (Gráfico 4).

<sup>1</sup> As definições e diferenças em relação aos conceitos de pobreza e extrema pobreza serão detalhadas na metodologia do trabalho, mas podem ser vistas no Anexo A.

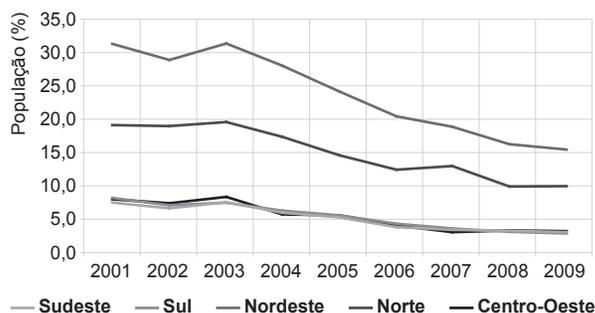


**Gráfico 4**  
Taxa de pobreza – Macrorregiões brasileiras  
2001-2009

Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata (2010).

Contudo, a população pobre é mais significativa no Nordeste, onde representava 39,6% (em 2009) da população da região. Em seguida, aparece o Norte com 32,5% de pobres, o Sudeste com 11,8% e o Centro-Oeste com 11,6%. O Sul figura em posição favorável, com 11,5% de pessoas assim classificadas.

Já a extrema pobreza no Brasil reduziu-se de 15,3% da população em 2001 para 7,3% em 2009, totalizando uma queda de 52,3% no período. A Região Sul apresentou a maior redução dentre as macrorregiões (62,4%), enquanto no Centro-Oeste a diminuição foi de 58,7%, no Sudeste, de 57,9%, no Nordeste, de 50,5%, e no Norte, de 47,9% (Gráfico 5).



**Gráfico 5**  
Taxa de extrema pobreza  
Macrorregiões brasileiras – 2001-2009

Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata (2010).

Assim como a taxa de pobreza, o Nordeste também possui a mais elevada taxa de extrema pobreza, com 15,5% (em 2009) da sua população assim classificada. No Norte, 9,9% da população é extremamente pobre, no Centro-Oeste, 3,4%, no Sudeste, 3,2%, e no Sul, 3,1%.

De modo geral, entre 2001 e 2009, o Brasil e suas macrorregiões progrediram em relação à concentração de renda e pobreza. Nesse período, a renda em poder dos mais pobres aumentou e, em contrapartida, a fração dos mais ricos diminuiu, provocando queda na disparidade de rendimentos domiciliares per capita. Com isso, parte da população melhorou de situação social, saindo da pobreza e extrema pobreza.

Entretanto, é importante que essa redução ocorra também em âmbito regional, de modo que as regiões brasileiras se tornem mais homogêneas, ou seja, a queda na disparidade de renda e nas taxas de pobreza e extrema pobreza têm de ser mais elevadas justamente nas regiões mais desiguais do país.

Assim, este trabalho avança no estudo da distribuição de renda no Brasil com a investigação da desigualdade inter-regional da renda através de um modelo de análise de convergência entre as unidades federativas brasileiras.

## CONVERGÊNCIA

Segundo Lopes (2004), a convergência é um processo no qual uma mesma variável que apresenta valores distintos em diferentes países ou regiões tende a ter valores mais semelhantes entre essas regiões ao longo do tempo.

A maioria dos estudos recentes que visam definir e medir a convergência de renda entre regiões utiliza como instrumental o modelo de Barro e Sala-i-Martin (1990, 1991), que, de acordo com Ferreira e Cruz (2008), originou-se da versão de Casse (1966) e Koopmans (1965) para o modelo de Solow (1956) e de Ramsey (1928).

Existem duas diferentes abordagens de convergência:

- a.  $\beta$  convergência: tendência que as economias ou regiões mais pobres têm de crescer a taxas mais elevadas do que economias ricas.
- b.  $\sigma$  convergência: tendência entre países ou regiões de redução da dispersão de uma variável (por exemplo, renda per capita ou produto).

Além disso, há três hipóteses de convergência distintas (GALOR 1996, apud FERREIRA; CRUZ, 2008):

- i. Absoluta: independentemente das condições iniciais das diferentes economias ou regiões, uma dada variável converge para um mesmo nível no longo prazo.
- ii. Condicional: independentemente das condições iniciais de economias ou regiões com características estruturais idênticas, uma dada variável converge para um mesmo nível no longo prazo.
- iii. Clubes de convergência: em economias ou regiões que apresentam condições iniciais similares e características estruturais idênticas, dada variável converge para um mesmo nível no longo prazo.

De acordo com Gondim et (2007), no Brasil, os principais estudos sobre convergência têm concentrado a análise na hipótese de  $\beta$  convergência, com base nas regressões Barro-Baumol (BARRO, 1991; BAUMOL, 1986), e sugerem a inexistência de convergência ou um processo muito lento de aproximação da renda per capita entre os estados brasileiros.

Em seu trabalho, Azzoni (1994) constata pouca evidência de convergência na renda até a década de 1960. No entanto, estudos como o de Ferreira (1998) do processo de  $\beta$  convergência do produto per capita de 20 estados brasileiros nos períodos de 1939-1995 e 1947-1995, por meio de dados *cross-section*, mostrou evidências de convergência das taxas de crescimento. Ferreira e Diniz (1995) também constataram um processo de convergência da renda per capita dos estados brasileiros, mas no período entre 1970 e 1985.

Azzoni et al (2000), utilizando dados em painel, encontraram indícios de convergência condicional entre as regiões metropolitanas brasileiras, no período de 1981 a 1996, assim como Azzoni (2001), que, ao analisar o processo de convergência da taxa de crescimento do PIB per capita em 20 estados brasileiros, no período de 1939-1995, detectou sinais de convergência da renda regional no Brasil.

Recentemente, a análise de convergência tem sido empregada em trabalhos de diversas áreas: Lopes (2004) avalia o processo de convergência da produtividade da terra para as principais culturas brasileiras entre os estados produtores; Perobelli et al (2007a) analisam a convergência da renda entre as microrregiões mineiras; Almeida, Perobelli e Ferreira (2008) e Perobelli et al (2007b) investigam o processo de convergência da produtividade agrícola no Brasil entre os diferentes estados; e Teixeira e Almeida (2010) fazem uma análise de convergência espacial para o processo de desmatamento dos municípios da Amazônia brasileira.

Outro enfoque dado ao estudo da convergência é a convergência na desigualdade de renda. Ravalion (2003, apud FERREIRA; CRUZ, 2008), com dados internacionais, encontrou suporte para a hipótese de convergência da desigualdade de renda medida pelo índice de Gini. Gomes (2007), a partir de uma análise de convergência absoluta, testou a convergência da desigualdade de renda entre 1991 e 2000 e percebeu que os municípios brasileiros, com exceção dos localizados na Região Sul, estão convergindo para um nível mais elevado de desigualdade.

Pereira e Pôrto Júnior (2001) concluíram que não é possível apontar um padrão de distribuição de renda per capita homogêneo entre as regiões brasileiras, afirmando que, no Brasil, persiste um padrão de distribuição regional da renda que reproduz elevada desigualdade e sem nenhuma evidência de mudança de tendência.

“A inexistência de um padrão claro de convergência entre as unidades federativas no Brasil, nas últimas décadas, reforça as discussões sobre o pa-

pel aparentemente ineficaz das políticas de redução das desigualdades regionais colocadas em prática” (GONDIM; BARRETO; CARVALHO, 2007, p. 72).

Diante desse elevado e persistente grau de desigualdade regional existente no país, este trabalho investiga a hipótese de redução da disparidade na distribuição de renda entre os estados brasileiros no período de 1992 a 2009, verificando se aqueles com elevado índice de Gini tendem a reduzir a concentração de renda mais rapidamente que aqueles com índice de desigualdade mais baixo.

## MATERIAIS E MÉTODOS

### Base de dados

O trabalho tem como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período de 1992 a 2009. A PNAD é realizada anualmente desde 1971, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de uma amostra de domicílios que abrange todo o país, exceto a área rural dos estados da antiga Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima)<sup>2</sup>.

Os dados referentes ao índice de Gini dos estados brasileiros, assim como as taxas de pobreza e extrema pobreza, foram coletados no Ipeadata (2010).

O coeficiente de Gini é uma medida de concentração de renda que varia entre 0 e 1, sinalizando menor disparidade distributiva ao aproximar-se de 0 e completa desigualdade de renda ao igualar-se a 1, ou seja, 0 significa, hipoteticamente, que todos os indivíduos têm a mesma renda, e 1 mostra que apenas um indivíduo tem toda a renda de uma sociedade.

De acordo com o Ipeadata (2010), a taxa de extrema pobreza é dada pelo percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capi-

ta inferior à linha de extrema pobreza. Esta linha é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). São estimados diferentes valores para 24 regiões do país.

Analogamente, a taxa de pobreza é calculada pelo percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza, considerada o dobro da linha de extrema pobreza.

De modo a analisar particularidades nas variações da distribuição de renda entre 1992 e 2009, o período foi dividido em dois subperíodos – 1992-1999 e 1999-2009 –, na tentativa de captar as alterações pós-estabilização monetária, de reestruturação do mercado de trabalho e expansão dos programas de transferência monetária, fatores considerados como os principais responsáveis pela redução da desigualdade de renda e pobreza no Brasil nos anos 2000.

### Metodologia

Análise exploratória de dados espaciais

Primeiramente, realizou-se uma análise exploratória de dados espaciais (AEDE), a fim de verificar a presença de autocorrelação espacial (global e local) entre as unidades federativas brasileiras em relação à distribuição de renda e pobreza.

A análise exploratória de dados espaciais (AEDE) é um conjunto de técnicas que auxilia na observação de distribuições espaciais, como identificação de *clusters*, observações discrepantes no espaço (*outliers*) e padrões de associação espacial, em âmbito global e local (ALMEIDA, 2004).

- a. Autocorrelação espacial global: descreve um conjunto de dados que está ordenado em uma determinada frequência espacial. É calculada por meio do *I* de Moran, cujos valores variam entre -1 e +1, onde -1 representa um

<sup>2</sup> A partir de 2004, a PNAD alcançou a cobertura completa do território nacional.

coeficiente de correlação linear perfeitamente negativo, e +1 representa um coeficiente de correlação linear perfeitamente positivo (ANSELIN, 1995).

- b. Autocorrelação espacial local: capta padrões de associação local (*clusters* ou *outliers* espaciais), que são geralmente ocultados pelas estatísticas de autocorrelação espacial global. É calculada pela estatística *li* de Moran local, também conhecida como indicadores locais de associação espacial (LISA).

De acordo com Perobelli (2007a, p. 13), esta estatística pode ser interpretada da seguinte maneira: “Valores positivos de *li* significam que existem *clusters* espaciais com valores similares (alto ou baixo); valores negativos significam que existem *clusters* espaciais com valores diferentes entre as regiões e seus vizinhos”.

Os indicadores locais de associação espacial presentes nos mapas de *clusters* apresentados neste trabalho são significativos ao nível de 5%.

#### Análise de convergência espacial

Utiliza-se um modelo de convergência absoluta baseado nos princípios do modelo desenvolvido por Baumol (1986), que examinou a dinâmica da convergência da renda de 1870 a 1979 entre 16 países industrializados, de acordo com a seguinte expressão:

$$\ln(Y/N)_{i,t} - \ln(Y/N)_{i,t-1} = \alpha + \beta \ln(Y/N)_{i,t-1} + \varepsilon_i \quad (1)$$

Na expressão,  $\ln(Y/N)$  é o logaritmo da renda per capita,  $\varepsilon$  é o termo de erro,  $i$  é o indexador para os diversos países, e  $t$  refere-se aos anos utilizados na análise.

De acordo com Baumol (1986), se existir convergência,  $\beta$  será negativo, ou seja, países com renda inicial maior terão menores taxas de crescimento, enquanto os países dotados de renda inicial menor possuirão maiores taxas de crescimento. Assim, ao longo do tempo, as rendas dos diversos países

convergiriam para uma renda comum entre eles, acabando com a desigualdade.

A partir do *software* Geoda, utilizando como variável o índice de Gini, estimou-se o modelo de convergência  $\beta$  pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO):

$$\ln(Gini_t / Gini_{t-n}) = \alpha + \beta \ln(Gini_{t-n}) + \mu \quad (2)$$

Pelo método,  $\ln(Gini_t / Gini_{t-n})$  é o logaritmo natural da razão entre o Gini nos dois anos em análise,  $\ln(Gini_{t-n})$  é o logaritmo natural do Gini, e  $\mu$  é o termo de erro.

A estimação desta equação permite obter o coeficiente de convergência  $\beta$ , que estuda a hipótese de que os estados com índice de Gini mais alto tendem a reduzir sua concentração de renda mais rápido do que os estados com Gini mais baixo, alcançando-os no longo prazo.

Em seguida, realizou-se o teste de ausência de autocorrelação espacial devido a uma defasagem ou erro por meio das estatísticas do multiplicador de Lagrange (ML) e multiplicador de Lagrange robusto (MLR).

Calculou-se ainda a taxa de convergência ( $\theta$ ) a partir da fórmula:

$$\theta = \ln(\beta + 1)/(-k) \quad (3)$$

Na fórmula,  $\beta$  é o coeficiente de convergência, e  $k$  é o número de anos do período considerado (REY; MONTOURI, 1999, apud PEROBELLI et al, 2007a).

## RESULTADOS

### Associação espacial

A Figura 1 mostra a evolução do índice de Gini entre os estados brasileiros nos anos de 1992, 1999 e 2009<sup>3</sup>. Nota-se que, regionalmente, a desigual-

<sup>3</sup> Quanto mais escura for a cor do estado no mapa, maior o índice de Gini.

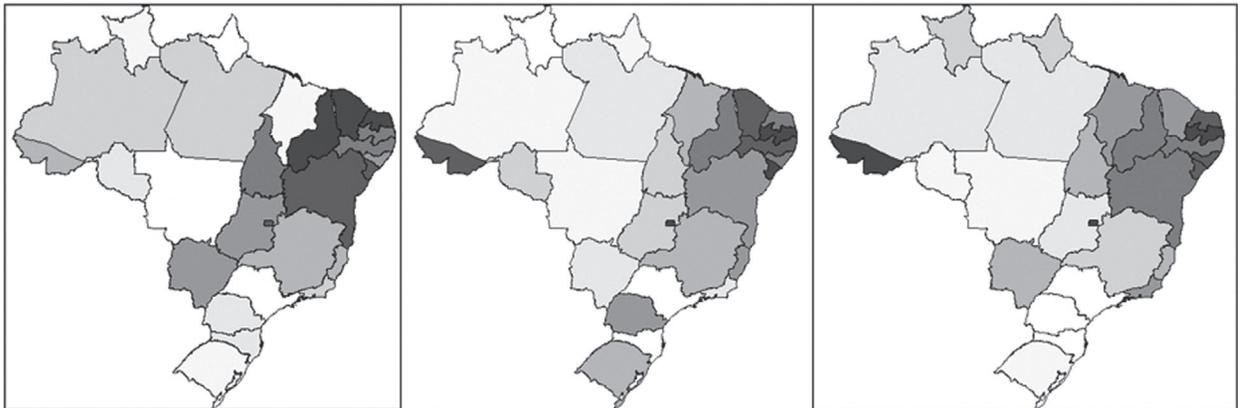
dade de renda em 1992 era mais alta nos estados do Nordeste, principalmente no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Já os estados da Região Sul, juntamente com São Paulo, Mato Grosso e Amapá, apresentavam os mais baixos níveis de desigualdade. Em 2009, a situação pouco mudou: a desigualdade de renda continuava mais expressiva no Nordeste e mais tênue no Sul, o que evidenciava a manutenção das disparidades regionais no país<sup>4</sup>.

A estatística *I* de Moran calculada para os anos de 1992, 1999 e 2009 apresentou valores positivos, o que identifica uma autocorrelação espacial global positiva em todos os anos. Essa autocorrelação positiva significa que estados que apresentam ele-

vado índice de Gini são vizinhos de outros estados que também apresentam elevado índice de Gini, ou, alternativamente, que estados com baixo índice de Gini são rodeados por outros estados que também ostentam baixo índice de Gini.

Os indicadores de associação espacial local para o índice de Gini dos estados brasileiros nos anos de 1992, 1999 e 2009 podem ser vistos na Figura 2, que mostra os mapas de *clusters* para um nível de significância de 5%.

Em 1992, houve a formação de um *cluster* alto-alto e um baixo-baixo. O *cluster* alto-alto envolvia seis estados da Região Nordeste e mostrava que estes estados tinham alto índice de Gini e eram



**Figura 1**  
Índice de Gini – Unidades federativas – 1992, 1999 e 2009

Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).



**Figura 2**  
*Clusters* para o índice de Gini – Unidades federativas – 1992, 1999 e 2009

Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).

<sup>4</sup> Os valores do índice de Gini podem ser visualizados no Anexo B.

cercados por outros estados com também alto índice de Gini. No *cluster* baixo-baixo, encontrava-se o estado do Pará, sugerindo que este estado, com baixo índice de Gini naquele ano, era cercado por outros estados com também baixo índice de Gini, o que pode ser confirmado pela Figura 1.

A análise do mapa de *clusters* do ano de 1999 mostra que houve uma redução do *cluster* alto-alto, saída do estado da Bahia e de Alagoas, e aumento do *cluster* baixo-baixo, introdução do estado de Mato Grosso. Além disso, surgiu um *cluster* alto-baixo englobando o estado do Paraná, mostrando que era um estado com alto índice de Gini cercado por estados com baixo índice de Gini.

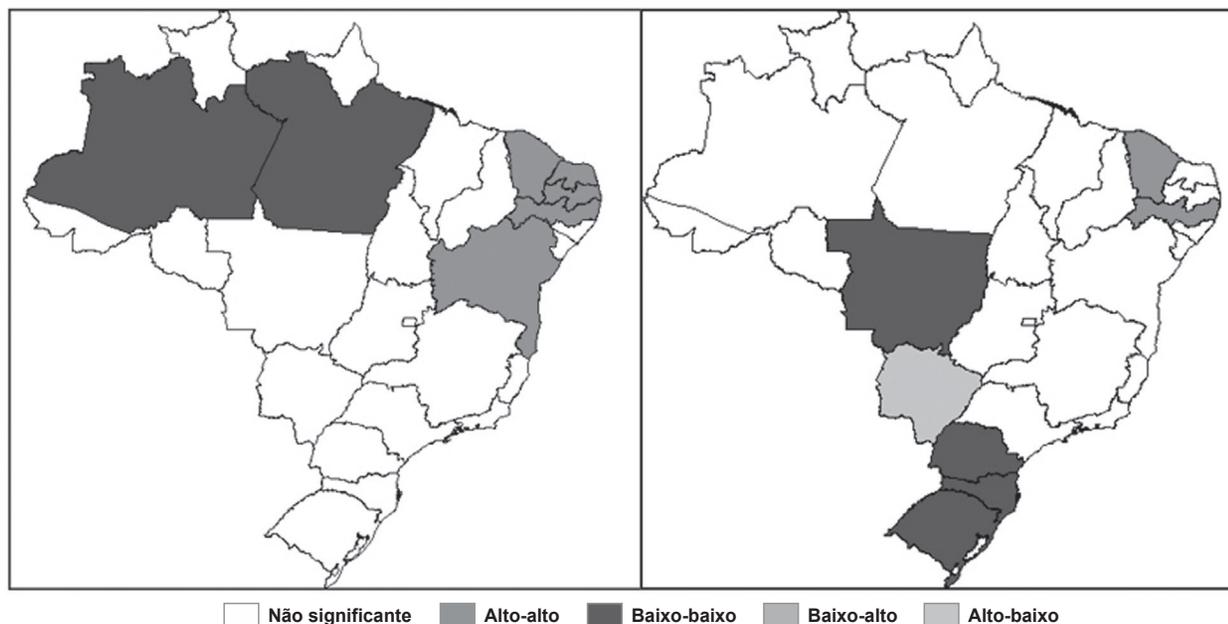
Já em 2009 tem-se a persistência do *cluster* alto-alto no Nordeste, com o estado de Pernambuco, com alto índice de Gini, cercado de outros estados com também alto índice de Gini. Por outro lado, forma-se um grande *cluster* baixo-baixo na região centro-sul do país, evidenciando que estados com baixo índice de Gini são rodeados por estados com índice de desigualdade baixo.

Na Figura 3, podem ser vistos os mapas de *clusters* para o índice de Gini, durante o período de 1992

e 2009. No mapa da esquerda, nota-se um *cluster* baixo-baixo, mostrando que os estados do Amazonas e do Pará, que em 2009 apresentaram baixo índice de Gini, em 1992, possuíam vizinhos com baixo índice de Gini, e um *cluster* alto-alto, evidenciando que a Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com alto índice de Gini em 2009, tinham vizinhos com elevado Gini em 1992.

O mapa da direita permite visualizar *clusters* baixo-baixo, alto-alto e alto-baixo. O *cluster* alto-alto mostra que Pernambuco e Ceará, que em 1992 tinham alto Gini, em 2009 faziam fronteira com estados que apresentavam elevado índice de Gini. Nos *clusters* baixo-baixo, estados que em 1992 tinham baixa desigualdade, em 2009, eram rodeados por vizinhos com baixa desigualdade. Já o *cluster* alto-baixo indica que o estado do Mato Grosso do Sul, que em 1992 apresentava alto Gini, em 2009, possuía vizinhos com baixo grau de disparidade de renda.

Através dos mapas de *clusters* para a taxa pobreza nos estados brasileiros nos anos de 1992, 1999 e 2009, nota-se a formação de um *cluster* alto-alto na Região Nordeste (estados com alta taxa



**Figura 3**  
**Clusters para o índice de Gini – Unidades federativas – 1992-2009**

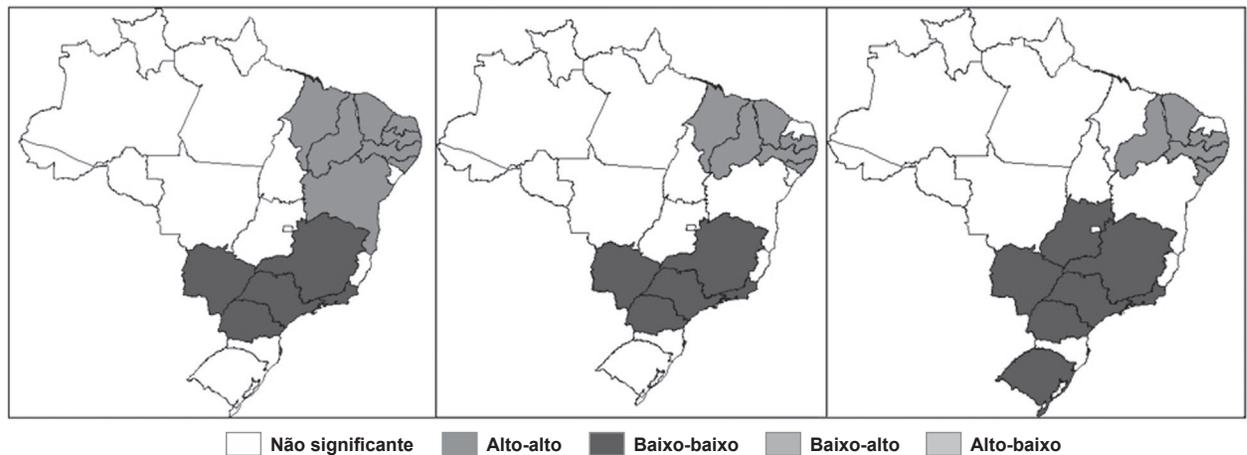
Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).

de pobreza vizinhos de estados com elevada taxa de pobreza), e um *cluster* baixo-baixo no centro-sul do país (estados com baixa taxa de pobreza rodeados por estados com reduzido nível de pobreza), nos três anos analisados (Figura 4). Destaca-se ainda que o *cluster* baixo-baixo de 1992 para 2009 ampliou-se, enquanto o *cluster* alto-alto diminuiu no mesmo intervalo de tempo.

Os indicadores locais de associação espacial para a taxa de extrema pobreza, presentes na Figura 5, apresentam formações de *clusters* muito semelhantes aos da taxa de pobreza: alto-alto no Nordeste e baixo-baixo no centro-sul, com redução do primeiro e expansão do segundo entre os anos de 1992 e 2009.

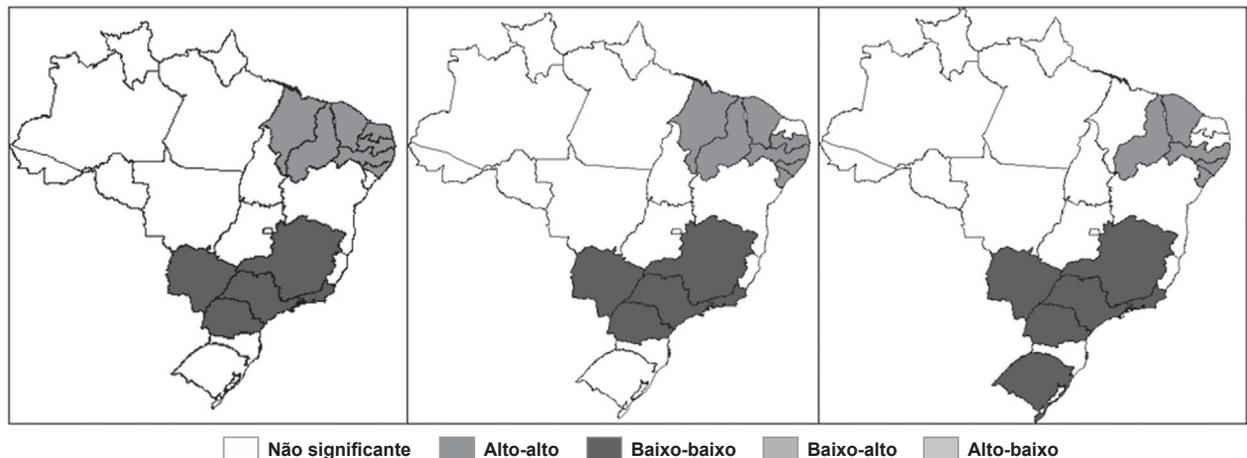
Combinando as variáveis taxa de pobreza e índice de Gini (Figura 6), nota-se em 1992 a formação de um *cluster* alto-alto no Nordeste (estados com alto índice de Gini vizinhos de estados com alta taxa de pobreza no mesmo ano), um *cluster* baixo-alto envolvendo o estado do Maranhão (estado com baixo Gini vizinho de estados com alta taxa de pobreza), um alto-baixo em Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (estados com alto Gini cercados de estados com baixa pobreza) e um baixo-baixo entre Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (estados com baixo Gini rodeados por estados com baixa taxa de pobreza).

Em 1999, o *cluster* alto-alto se reduziu, o baixo-alto se manteve, e o alto-baixo e o baixo-baixo al-



**Figura 4**  
**Clusters para a taxa de pobreza – Unidades federativas – 1992, 1999 e 2009**

Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).



**Figura 5**  
**Clusters para a taxa de extrema pobreza – Unidades federativas – 1992, 1999 e 2009**

Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).

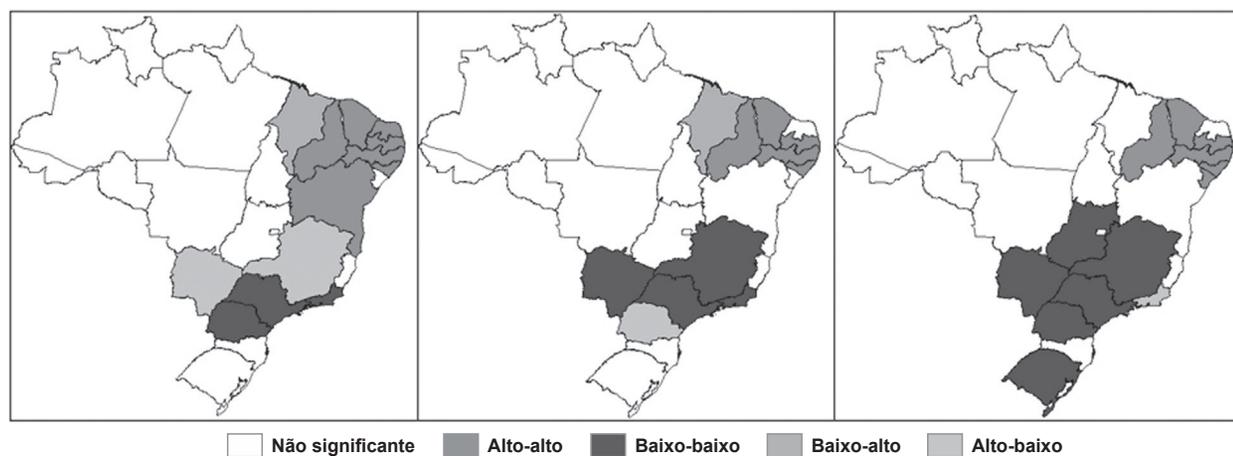
teraram de posição. Já em 2009, nota-se uma expansão do *cluster* baixo-baixo no centro-sul do país e do alto-alto no Nordeste, enquanto o alto-baixo se desloca para o Rio de Janeiro, e o baixo-alto desaparece.

Associando a taxa de extrema pobreza e o índice de Gini nos anos de 1992, 1999 e 2009, visualiza-se a formação de *clusters* bem semelhantes aos dos *clusters* entre pobreza e Gini no mesmo período: alto-alto no Nordeste, reduzindo-se de 1992 para 2009, e baixo-baixo no centro-sul, aumentando entre os dois anos (Figura 7).

Assim, conclui-se que, no Brasil, os níveis de concentração de renda estão associados espacial-

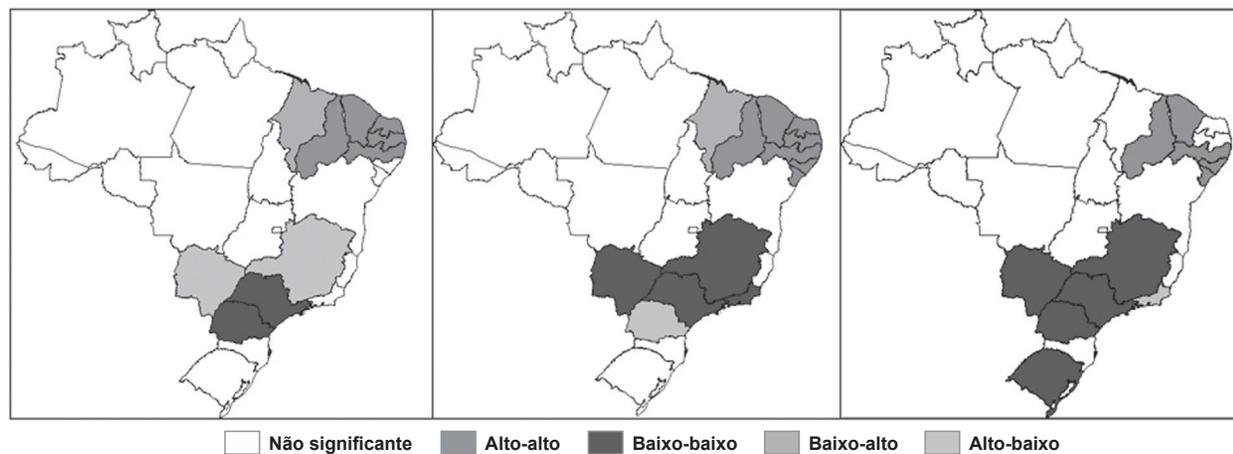
mente às taxas de pobreza e extrema pobreza, de modo que estados com elevada desigualdade de renda são circundados por estados com expressiva pobreza e extrema pobreza, assim como estados com baixa disparidade na distribuição de renda têm como vizinhos estados com reduzido nível de pobreza e extrema pobreza.

Estas suposições reafirmam a grande disparidade regional existente no país, principalmente no que diz respeito às regiões Sul e Nordeste, e instiga a investigação para averiguar se essa desigualdade inter-regional tem-se reduzido nos últimos anos, o que é desenvolvido a seguir, por meio de um modelo de convergência espacial.



**Figura 6**  
Clusters para o índice de Gini e taxa de pobreza – Unidades federativas, 1992, 1999 e 2009

Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).



**Figura 7**  
Clusters para o índice de Gini e taxa de extrema pobreza – Unidades federativas, 1992, 1999 e 2009

Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).

## Modelo de convergência espacial

Ao estimar a equação (2), apresentada na subseção 4.2.2, pelo método clássico dos mínimos quadrados ordinários, obteve-se os resultados apresentados na Tabela 2. Nota-se que o coeficiente  $\beta$  apresentou sinal negativo e se revelou significativo no período de 1992-2009, de modo que houve convergência na concentração de renda entre os estados brasileiros nesse período, ou seja, a diferença na disparidade da distribuição de renda entre eles estava diminuindo.

Em relação aos subperíodos, entre 1992-1999, registrou-se convergência significativa, já entre 1999-2009, apesar de o coeficiente  $\beta$  ser negativo, ele não é estatisticamente significativo, de forma que não se pode afirmar se houve convergência.

Analisando as estatísticas do tipo multiplicador de Lagrange (ML), de erro espacial e de defasagem espacial, verificou-se que estas não se mostraram estatisticamente significativas nos períodos observados. Dessa forma, os multiplicadores de Lagrange do erro e da defasagem, em suas versões robustas, não precisam ser avaliados, ou seja, como os testes de dependência espacial não apresentaram valores significativos, não há justificativa para se estimar outro modelo.

Assim, o modelo de mínimos quadrados ordinários estimado inicialmente é tomado como o que melhor explica o processo de convergência na distribuição de renda interestadual no Brasil no período de 1992 a 2009.

Deve-se destacar ainda que o modelo apresentou normalidade nos erros, como mostra o teste de Jarque-Bera, e variância constante dos resíduos, dada a ausência de heterocedasticidade detectada pelo teste de Koenker-Basset, ou seja, os dados são consistentes.

Portanto, conclui-se que houve convergência da concentração de renda entre os estados brasileiros no período analisado, o que significa dizer que, entre 1992 e 2009, reduziram-se as disparidades de renda no país, uma vez que a queda na concentra-

**Tabela 2**  
Resultados do modelo de convergência para os estados brasileiros – 1992-1999/1999-2009/1992-2009

	1992-1999	1999-2009	1992-2009
$\alpha$	-0,22435 (0,0124888)	-0,08393 (0,2571648)	-0,30448 (0,0087779)
$\beta$	-0,42615 (0,0065807)	-0,01969749 (0,8805010)	-0,43855 (0,0256089)
I de Moran	-0,23424 (0,8147978)	1,17639 (0,2394384)	0,75199 (0,4520553)
ML erro	0,28968 (0,5904259)	0,60670 (0,4360327)	0,12887 (0,7196046)
ML defasagem	0,29407 (0,5876256)	0,64929 (0,4203667)	0,61093 (0,4344376)
MLR erro	0,01511 (0,9021660)	0,98548 (0,3208505)	0,90343 (0,3418635)
MLR defasagem	0,01950 (0,8889462)	1,02807 (0,3106135)	1,38549 (0,2391683)
Teste de Koenker-Basset	0,00601 (0,9382023)	0,40784 (0,5230682)	0,11909 (0,7300279)
Teste de Jarque Bera	0,41229 (0,8137156)	0,46232 (0,7936122)	0,67219 (0,7145554)

Fonte: Elaboração própria a partir Ipeadata (2010).

(\*) Os resultados entre parênteses referem-se à probabilidade.

ção foi mais rápida nos estados onde o índice de Gini é mais elevado, ou seja, ceteris paribus, está ocorrendo um processo de homogeneização no Brasil no que diz respeito à distribuição estadual de renda.

A taxa de convergência calculada para o período de 1992 e 2009 foi de 0,034. Entretanto, no subperíodo de 1992-1999, essa taxa foi muito mais elevada: 0,079. Assim, sugere-se que a década 90, marcada por profundas transformações no cenário econômico nacional e internacional, foi o período que mais contribuiu para diminuir as disparidades na distribuição de renda entre os estados brasileiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostrou que a desigualdade de renda e a pobreza reduziram-se no Brasil no período pós 2000. Entretanto, ainda persiste elevada disparidade inter-regional no país, principalmente entre os estados das regiões Sul e Nordeste.

Enquanto na Região Sul a parcela de renda em poder dos 10% mais ricos era 2,1 vezes maior que a dos 50% mais pobres em 2009, no Sudeste, 2,3 vezes, e no Norte, 2,5, nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, os ricos detinham 3 vezes mais renda que os pobres.

Da mesma forma, em 2009, o Sul detinha 11,5% de pessoas consideradas pobres, o Centro-Oeste, 11,6%, e o Sudeste, 11,8%. Já o Nordeste registrava uma taxa de pobreza de 39,6%, e o Norte, de 32,5%. Quanto à extrema pobreza, o Nordeste possuía 15,5% de pessoas assim classificadas, o Norte, 9,9%, o Centro-Oeste, 3,4%, o Sudeste, 3,2%, e o Sul, apenas 3,1%.

A análise explanatória de dados espaciais realizada para o período de 1992 a 2009 permitiu, a partir da estatística I de Moran, concluir que existe uma autocorrelação espacial global positiva na distribuição de renda no Brasil, onde estados com alto (baixo) índice de Gini são vizinhos de estados com também alto (baixo) índice de Gini.

Já através dos indicadores locais de associação espacial, identificou-se a formação de *clusters* significativos: um alto-alto na Região Nordeste, que se reduziu no período, e outro baixo-baixo, que inicialmente localizava-se na Região Norte, mas que, em 2009, consolidou-se no centro-sul do país.

Ao associar o índice de Gini às taxas de pobreza e extrema pobreza, encontrou-se a formação de *clusters* significativos: alto-alto no Nordeste e baixo-baixo no centro-sul, o que significa que estados com alta (baixa) desigualdade de renda são rodeados por estados com elevada (alta) pobreza e extrema pobreza. Além disso, deve-se destacar que, entre 1992 e 2009, o *cluster* alto-alto diminuiu, enquanto o baixo-baixo aumentou.

Quanto ao modelo de convergência espacial, a estimação mostrou que, entre 1992 e 2009, houve convergência na distribuição de renda interestadual no Brasil, uma vez que o coeficiente  $\beta$  apresentou sinal negativo e se revelou significativo. Porém, ao subdividir este período, constatou-se que, entre 1992 e 1999, também ocorreu convergência, mas

entre 1999 e 2009, não foi possível fazer uma afirmação concreta, pois os coeficientes estimados não foram significativos.

A taxa de convergência calculada para o período de 1992 a 2009 pode ser considerada alta e benéfica, uma vez que comprova que a disparidade na distribuição de renda nos estados onde o índice de Gini é mais elevado tem-se reduzido mais rapidamente do que nos estados que registram Gini mais baixo. Destaca-se ainda que a taxa de convergência para o subperíodo de 1992 a 1999 foi ainda mais elevada que no período como um todo.

Isto sugere a continuação desta pesquisa no sentido de buscar explicações para esse resultado e para a insignificância dos coeficientes do subperíodo de 1999 a 2009, uma vez que, nos anos 2000, registrou-se expressiva queda na concentração de renda do país e, portanto, esperava-se um processo de convergência significativo, assim como a maior taxa de convergência do período como um todo.

Enfim, este trabalho contribui para o debate sobre distribuição de renda no Brasil, utilizando métodos de associação espacial e um modelo de convergência absoluta para analisar a variação da desigualdade de renda entre as unidades federativas do país.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, E. S. *Curso de econometria espacial aplicada*. Piracicaba: ESALQ-ESP, 2004. 130 p.
- ALMEIDA, E. S.; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 1, p. 31-52, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/61267/1/a02v46n1.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2010.
- ANSELIN, L. Local indicators of spatial association – LISA. *Geographical Analysis*, v. 27, n. 2, p. 93-115, abr. 1995. Disponível em: <<http://www.drs.wisc.edu/documents/articles/curtis/cesoc977/Anselin1995.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2010.
- AZZONI, C. R. Crescimento econômico e crescimento das rendas regionais: o caso brasileiro à luz da Nova Teoria do Crescimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 22., 1994, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPEC, 1994. v. 1, p. 185-205.

- AZZONI, C. R. Economic growth and regional income inequality in Brazil. *The Annals of Regional Science*, v. 35, p. 133-152, 2001. Disponível em: <[http://urban.csuohio.edu/~2427076/papers/ARS/ARS2001p\\_Economic%20growth%20and%20regional%20income%20inequality%20in%20Brazil.pdf](http://urban.csuohio.edu/~2427076/papers/ARS/ARS2001p_Economic%20growth%20and%20regional%20income%20inequality%20in%20Brazil.pdf)>. Acesso em: 9 nov. 2010.
- AZZONI, C. R. et al. Geography and Regional Income Inequality in Brazil. In: INTER American Development Bank. [S. l.]: Working Paper. 2000. Disponível em: <<http://www.sre.wu-wien.ac.at/ersa/ersaconfs/ersa99/Papers/A196.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2010.
- BAPTISTELLA, J. C. F. *Os impactos dos programas de transferência condicionada de renda na desigualdade do rendimento domiciliar per capita nas macrorregiões brasileiras pós 2000*. Londrina, 2009. 64 f. Monografia (Graduação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- BARRO, R. Economic growth in a cross section of countries. *Quarterly Journal*, v.56, n. 2, p. 407-43, maio. 1991.
- BARRO, R. SALA-i-MARTIN, X. Convergence across states and regions. *Brookings Papers on Economic Activity*, v. 22, p. 107-82, 1991. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/a/bin/bpeajol/v22y1991i1991-1p107-182.html>>. Acesso em: 6 nov. 2010.
- \_\_\_\_\_. *Economic growth and convergence across the United States*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1990. 61p. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/delivery.cfm/nber\\_W3419.pdf?abstractid=226678](http://papers.ssrn.com/sol3/delivery.cfm/nber_W3419.pdf?abstractid=226678)>. Acesso em: 6 nov. 2010.
- BAUMOL, W. J. Productivity growth, convergence and welfare: what the long-run data show. *American Economic Review*, v. 76, n. 5, p. 1072-1085, dez.1986.
- CASS, D. Optimum Growth in an Aggregative Model of Capital Accumulation: A turnpike theorem. *Econometrica*, v. 34, n. 4, p.833-850, 1966.
- FERREIRA, A. H. B. *Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: um comentário*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. 20 p. (Texto para discussão n. 121). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20121.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2010.
- FERREIRA, A.; DINIZ, C. Convergência entre as rendas per capita estaduais no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, p. 38-56, 1995. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/60-3.pdf>>. Acesso em: 9. nov. 2010.
- FERREIRA, R. T.; CRUZ, M. S. Clubes de Convergência na Desigualdade de Renda nos Municípios Brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2008. 13 p.
- GOMES, F. A. R. Convergence in Income Inequality: the Case of Brazilian Municipalities. *Economics Bulletin*, v. 15, p. 1-9, 2007. Disponível em: <[http://www.insper.edu.br/sites/default/files/2007\\_wpe099.pdf](http://www.insper.edu.br/sites/default/files/2007_wpe099.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2010.
- GONDIM, J. L. B.; BARRETO, F. A.; CARVALHO, J. R. Condicionantes de clubes de convergência no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 71-100, jan./mar. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v37n1/03.pdf>>. Acesso em: 7. nov. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *PNAD 2009: primeiras análises*. Distribuição de renda entre 1995 e 2009. 05 out. 2010a. 22 p. (Comunicados da Presidência, n. 63). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101005\\_comunicadoipea63.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101005_comunicadoipea63.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2010.
- IPEADATA. *Dados e indicadores sobre renda, pobreza e extrema pobreza*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ListaSeriesR.aspx?TEMID=1413839281>>. Acesso em: 4 nov. 2010.
- KOOPMANS, T. C. On the Concept of Optimal Economic Growth. *The Econometric Approach to Development Planning*, v. 28, p.225-300, 1965.
- LOPES, J. L. *Avaliação do processo de convergência da produtividade da terra na agricultura brasileira no período 1960 a 2001*. Piracicaba, 2004. 193 f. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-05052005-162512/publico/janete.pdf>>. Acesso em:11 nov. 2010.
- PEREIRA, F. K. R.; PÔRTO JÚNIOR, S. da S. Desigualdade regional de renda no Brasil - análise e previsão. *Estudos do Cepe*, v. 14, p. 29-52, 2001. Disponível em: <<http://www.pppe.ufrgs.br/sabino/artigos/desigualdade-regional-renda-brasil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.
- PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G.; FARIA, W. R. Análise de Convergência no Estado de Minas Gerais: 1975-2003. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 1, n. 1, 2007a. Disponível em: <<http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/article/viewFile/11/12>>. Acesso em: 8 nov. 2010.
- PEROBELLI, F. S. et al. Produtividade do Setor Agrícola Brasileiro (1991-2003): uma análise espacial. *Nova Economia*, v. 17, p. 65-91, jan./abr. 2007b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n1/03.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2010.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*. 2006. 423 p. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs/report/portuguese/PT.ZIP>>. Acesso em: 9 jun. 2007.
- RAMSEY, F. A mathematical theory of saving. *Economic Journal*, v. 38, p. 543-590, 1928.
- SOLOW, R. M. A Contribution to the Theory of Economic Growth. *Quarterly Journal of Economics*, v. 70, n.1 p. 65-94, 1956.
- TEIXEIRA, R. F.; ALMEIDA, L. T. Desmatamento na Amazônia brasileira: avaliação de convergência e interação espacial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2010, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPEC, 2010. 20 p. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-010da04ca1212b009a1c17b3fc8ffad2.doc>>. Acesso em: 8 nov. 2010.

## APÊNDICES

**Apêndice A**  
**Linha de pobreza e extrema pobreza estimadas**  
**para cada região – 2009**

Regiões	Extrema Pobreza*	Pobreza**
Rio de Janeiro - Área Metropolitana	112,06	224,12
Rio de Janeiro - Área Urbana	95,08	190,16
Rio de Janeiro - Área Rural	85,57	171,14
São Paulo - Área Metropolitana	112,74	225,48
São Paulo - Área Urbana	99,83	199,67
São Paulo - Área Rural	81,50	163,00
Porto Alegre - Área Metropolitana	124,96	249,93
Curitiba - Área Metropolitana	103,23	206,46
Sul - Área Urbana	98,48	196,95
Sul - Área Rural	89,65	179,29
Fortaleza - Área Metropolitana	88,97	177,94
Recife - Área Metropolitana	116,81	233,63
Salvador - Área Metropolitana	110,02	220,04
Nordeste - Área Urbana	100,51	201,03
Nordeste - Área Rural	89,65	179,29
Belo Horizonte - Área Metropolitana	87,61	175,22
Leste - Área Urbana	78,78	157,56
Leste - Área Rural	67,24	134,47
Belém - Área Metropolitana	99,83	199,67
Norte - Área Urbana	103,23	206,46
Norte - Área Rural	90,33	180,65
Distrito Federal - Área Metropolitana	97,12	194,24
Centro-Oeste - Área Urbana	83,54	167,07
Centro-Oeste - Área Rural	73,35	146,70

Fonte: Ipeadata (2010).

\* Dada pela estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS.

\*\*Considerada o dobro da linha de extrema pobreza.

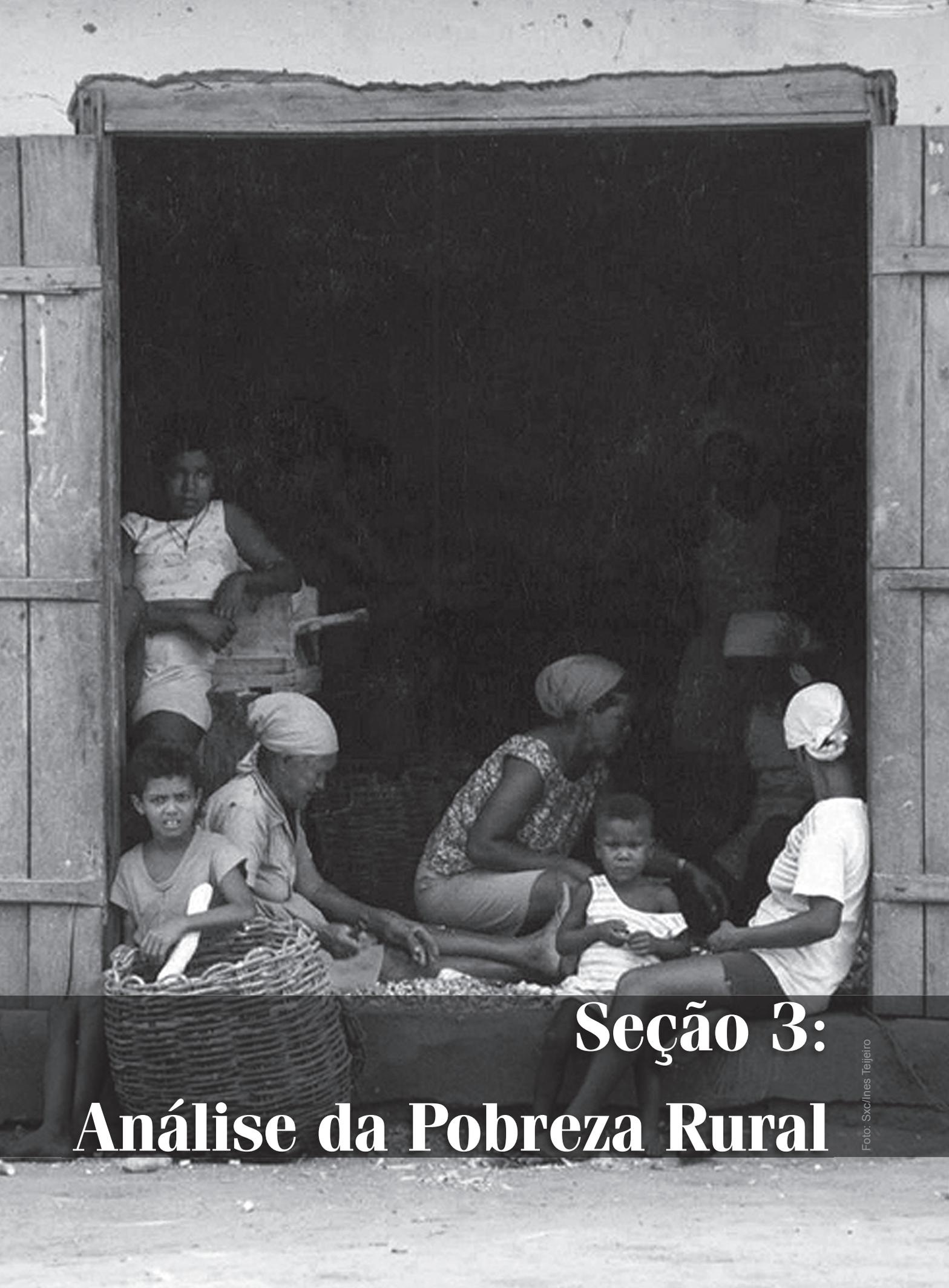
Nota: As regiões denominadas urbanas excluem as áreas metropolitanas consideradas como regiões específicas. A região denominada Leste refere-se a Minas Gerais e Espírito Santo.

**Apêndice B**  
**Brasil: índice de Gini das unidades federativas –**  
**1992/1999/2009**

Unidades federativas	1992	1999	2009
Acre	0,582	0,621	0,611
Alagoas	0,644	0,588	0,572
Amapá	0,534	0,543	0,519
Amazonas	0,576	0,544	0,510
Bahia	0,606	0,585	0,556
Ceará	0,617	0,613	0,544
Distrito Federal	0,581	0,628	0,624
Espírito Santo	0,601	0,577	0,532
Goiás	0,556	0,559	0,510
Maranhão	0,579	0,575	0,538
Mato Grosso	0,555	0,544	0,504
Mato Grosso do Sul	0,555	0,556	0,521
Minas Gerais	0,588	0,564	0,513
Pará	0,562	0,556	0,511
Paraíba	0,615	0,656	0,591
Paraná	0,581	0,580	0,497
Pernambuco	0,574	0,604	0,554
Piauí	0,588	0,599	0,555
Rio de Janeiro	0,573	0,556	0,542
Rio Grande do Norte	0,597	0,597	0,559
Rio Grande do Sul	0,564	0,564	0,500
Rondônia	0,587	0,559	0,509
Roraima	0,426	0,512	0,520
Santa Catarina	0,537	0,520	0,460
São Paulo	0,538	0,542	0,489
Sergipe	0,585	0,624	0,576
Tocantins	0,632	0,558	0,523
<b>Brasil</b>	<b>0,583</b>	<b>0,594</b>	<b>0,543</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Ipeadata (2010).

Artigo recebido em 23 de julho de 2011  
e aprovado em 17 de agosto de 2011.



# Seção 3: Análise da Pobreza Rural



# A economia camponesa e a dinâmica agrária do estado da Bahia

Edilene de Jesus Santos\*

\* Mestre em Planejamento e Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA); bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Atua com temas relacionados à economia regional, arranjos produtivos locais, agricultura, campesinato e políticas públicas. edileneconomia@yahoo.com.br

## Resumo

Os problemas que marcam a contemporaneidade do capitalismo exigem que se faça uma discussão sobre desenvolvimento que envolva a questão da sustentabilidade. Uma nova concepção de desenvolvimento pautado na sustentabilidade ambiental e na promoção da redução das desigualdades, sejam elas econômicas ou sociais, tomou corpo nas últimas décadas, requerendo uma nova forma de planejamento por parte dos gestores públicos. A valorização do local nasce como uma forma de procurar desenvolver as potencialidades locais, fortalecendo as regiões para garantir a melhoria da qualidade de vida das populações aí inseridas. Nesse sentido, este trabalho coloca seu foco no campesinato do estado da Bahia, mostrando a importância desses atores sociais para a dinâmica da agricultura baiana. Ressaltar a relevância do camponês como agente que fixa o homem no campo, gerando emprego e renda para os trabalhadores no meio rural, além de compartilhar uma racionalidade que não está voltada para a destruição do ambiente, mas sim para a sua manutenção como garantia para a reprodução familiar, pode também perpetuar essa racionalidade em outras regiões.

**Palavras-chave:** Camponês. Capitalismo. Agricultura.

## Abstract

*The issues that mark the contemporary capitalism require us to make a discussion of the development involving the issue of sustainability. A new concept of development founded on the environmental sustainability and promoting the reduction of inequalities, economic or social, takes shape in recent decades, requiring a new way of planning by the city administration. The appreciation of the local born as a way to seek to develop local capabilities, strengthening the regions to ensure improved quality of life of the people there inserted. In that sense, this paper puts its focus on the peasantry of the state of Bahia, showing the importance of these social actors to the dynamics of agriculture in Bahia. Emphasizing the importance of the peasant as the fixing agent in the countryside, generating jobs and income for workers in rural areas, and share a rationality that is not dedicated to the destruction of the environment, but rather in maintaining this as a guarantee for your family reproduction, it can also perpetuate this rationality elsewhere.*

**Keywords:** Peasants. Capitalism. Agriculture.

## INTRODUÇÃO

As discussões que se apresentam no século XXI relacionadas ao futuro das sociedades, sejam no campo político, social, econômico ou ambiental, quase sempre passam pela compreensão de que muitos dos problemas vividos hoje decorrem, em parte, do desenvolvimento e do padrão de vida acumulado.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, advindo da Revolução Industrial, determinou um novo padrão de produção, consumo e relações sociais para a população mundial. Tal busca por progressos técnicos, industrialização e avanço tecnológico contribuiu de forma significativa para a transformação das relações econômicas e sociais não apenas no meio industrial, como também no campo.

A agricultura seria alvo dessas transformações, com a penetração do capital industrial, através do incremento de máquinas, equipamentos e insumos, capitaneados pela revolução verde. Esse processo alterou a relação homem-natureza e configurou uma tentativa de industrializar o meio rural, subordinando a agricultura aos desígnios da indústria.

A demanda crescente do mercado mundial por commodities influencia governos e lideranças da sociedade civil a defender a ampliação cada vez maior da oferta desses produtos. Nota-se a presença de atividades ligadas ao setor agroindustrial e de culturas com alto grau de tecnologia. Diante disso, tornou-se evidente para alguns autores, tendo Marx (1985) como referência, que, numa sociedade capitalista, a permanência e a sobrevivência de uma razão não capitalista estariam condenadas ao desaparecimento, não se sustentariam.

Destarte, autores como Lênin (1980a) e Kautsky (1980) partem da perspectiva de diluição do campesinato pelo capitalismo, sistema no qual, de diferentes formas, a sobrevivência do camponês estaria comprometida. Ele seria substituído por uma agricultura capitalista, dominada pelo capital industrial. Os latifúndios rurais seriam transformados em empresas agrícolas, aptas a investir em tecnologias e reproduzir capital.

No entanto, em muitos países, inclusive no Brasil, as sociedades tradicionais e camponesas sobrevivem, persistem no capitalismo e na sociedade moderna, refutando, na prática, o pensamento clássico fundado na obra de Marx (1985). Nos dias atuais, essas sociedades por muitos tidas como tradicionais aparecem como alternativa, em estratégias de sustentabilidade, às transformações modernas e ao desenvolvimento predatório.

É nesse sentido que este trabalho pretende contribuir. Tendo como referência o trabalho de Costa (2001), no qual uma visão alternativa é apresentada, considera-se a importância do campesinato como organização social e econômica ativa, capaz de conduzir estratégias de reestruturações e permanências, frente às conjunturas adversas e estruturas sociais diferenciadas das sociedades capitalistas.

O trabalho tem por objetivo verificar a importância da economia camponesa para o setor rural do estado da Bahia, apresentando-a como força ativa e que contribui para a dinâmica agrária do estado. Dessa forma, o trabalho está dividido em três seções, além da introdução e da metodologia. Na terceira seção, apresenta-se a visão dos principais teóricos que versam sobre a questão agrária, abordando o campesinato no capitalismo. A seção seguinte trata da configuração da dinâmica agrária do estado da Bahia e, logo em seguida, apresentam-se as considerações finais.

## METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho será a apresentada por Costa (2001), que consiste na construção de índices e tabulações de dados que permitem extrair informações contidas na base do Censo Agropecuário de 1995-96, descrita a seguir.

O meio eletrônico de publicação dos dados censitários tem permitido uma utilização bem mais ampla e flexível das informações do que a publicação em papel, não apenas pela velocidade de acesso, mas, sobretudo, pelo fato de permitir que se obtenha

nam todas as tabelas padrão que apresentam os resultados do Censo. Anteriormente, elas só estavam disponíveis para a unidade federativa e para todos os demais níveis regionais de agregação – mesorregiões, microrregiões e município.

As informações disponíveis em tabelas mantêm um elevado nível de rigidez, permitindo trabalhar com graus tanto maiores de flexibilidade quanto mais se manejem os dados em esferas. Assim, é possível obter todas as variáveis constantes nas tabelas básicas para todos os 15 “estratos de área total<sup>1</sup>” usuais do Censo.

Neste sentido, para o âmbito geográfico em que se esteja trabalhando, sempre se poderão considerar as médias de uma variável para um estrato como relativas à unidade produtiva média respectiva. Assim tratado, o estrato ganha a condição de um “caso” em um novo banco de dados passível de retabulação e processamento, tendo a frequência do estrato como um dos seus campos. Trabalha-se, aqui, com uma desagregação em âmbito de microrregião, para todo o estado da Bahia. Desse modo, maneja-se um banco de dados de 480 “casos” (32 microrregiões multiplicadas por 15 estratos de área).

Essa metodologia aumentou muito as possibilidades de utilização das informações, permitindo não só a edição de variáveis existentes e a criação de novas variáveis e indicadores com abrangência total, como a melhor operacionalização de conceitos – chave para a compreensão da realidade agrária em âmbito bem mais elementar, e nesse sentido, estatisticamente mais abrangente do que foi possível até então. Assim, pôde-se fazer uma distinção rigorosa entre as formas de produção camponesa e patronal, com base no tipo de força de trabalho utilizada.

Desse modo, para cada um dos 480 casos do banco – estratos de área X para a microrregião Y –,

calculou-se a força de trabalho total pela soma de a) a força de trabalho familiar total – o total da categoria “membros não remunerados da família maiores de 14 anos” somado com a metade dos “membros não remunerados da família menores de 14 anos” – e b) a força de trabalho não familiar total – a soma dos gastos com salários, com empreitas e outros contratos de prestação de serviço dividida pelo valor médio da diária<sup>2</sup> prevalecente multiplicada por 300 dias médios de trabalho por ano.

$$FTT = FTFt + FTNFt$$

$$FTT = \left\{ \left( TMNRF > 14 + \left( \frac{MNRF < 14}{2} \right) \right) + \left( \frac{\sum G}{\bar{D}.300} \right) \right\}$$

em que:

*FTT* = Força de trabalho total.

*FTFt* = Força de trabalho familiar total.

*MNRF* = Membros não remunerados da família.

*FTNFt* = Força de trabalho não familiar total.

*G* = Gastos com salários, com empreitas e outros contratos de prestação de serviços.

*D* = Média da diária prevalecente.

Ademais, considerou-se “camponês” o estabelecimento médio cuja participação relativa da força de trabalho de terceiros total estimada no total da força de trabalho não ultrapassasse meio, e “patronal” o estabelecimento médio com força de trabalho de terceiros acima de meio.

## O CAMPESINATO NA AGRICULTURA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

Antes de apresentar os aspectos que tornam a economia camponesa relevante para o estado da Bahia, cabe indagar: o que é ser considerado camponês? Nesse sentido, Redfield apud Abramovay (1992 p. 109) define:

<sup>1</sup> Os estratos de área indicados no trabalho referem-se aos estabelecidos no Censo Agropecuário do IBGE e correspondem aos hectares da área: Menos de 1; 1 a menos de 2; 2 a menos de 5; 5 a menos de 10; 10 a menos de 20; 20 a menos de 50; 50 a menos de 100; 100 a menos de 200; 200 a menos de 500; 500 a menos de 1.000; 1.000 a menos de 2.000; 2.000 a menos de 5.000; 5.000 a menos de 10.000; 10.000 a menos de 100.000; 100.000 e mais.

<sup>2</sup> A diária considerada neste trabalho refere-se à média da diária paga ao trabalhador rural no estado da Bahia, no ano do Censo de 1995-96, que representava, em média, o valor de R\$ 3,50.

Chamarei de camponês quem tem ao menos essas três características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção e é um modo de vida e não um negócio visando lucro. Vê-se o camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento.

Por seu turno, Shanin (apud ABRAMOVAY 1992, p. 109) assim vê a questão:

Delimitaremos campesinato como uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas; a unidade familiar, como a unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como o principal meio de subsistência, uma cultura tradicional específica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores.

Ambas as visões fazem uma associação entre camponeses e cultura tradicional. Para os propósitos deste estudo, essas definições são restritas, na medida em que se entende como camponeses apenas os produtores de pequenas comunidades rurais de cultura tradicional. O presente trabalho terá como referência a definição mais ampla de Costa (2000, p. 114), para quem camponesas são:

Aquelas famílias que, tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural seja ela extrativa, agrícola e não-agrícola, sendo desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que sobrevivem como resultado dessa alocação.

Está presente nesta definição a ênfase que Chayanov (1974) põe na centralidade das necessi-

dades reprodutivas da família no processo decisório da empresa camponesa, posto que esta constitui uma unidade indissociável entre a esfera de produção e a esfera de consumo. Mas é possível tratar como camponeses, portanto como estruturas de mesma natureza e que se reportam às mesmas razões de fundo, tanto produtores rurais de base familiar que vivem em contextos tradicionais, como seus congêneres que vivem em contextos modernos.

Em qualquer dos casos, o agricultor, produtor ou unidade familiar tem o centro das decisões de produção na família. As mudanças que possam vir a ocorrer devem estar de acordo com as capacidades e necessidades dela. O produtor é considerado camponês quando sua produção está completamente atrelada à reprodução da família, decidindo e agindo em função da garantia de reprodução e sustentação familiar. Em perspectiva inversa, quando a racionalidade de uma unidade produtiva é a acumulação totalmente pautada no lucro, ela não é camponesa.

O que diferencia a unidade camponesa da empresa capitalista é que a primeira acumula recursos de capital para garantir a reprodução da família, tendo este fator como a razão de existência. Já a segunda supõe a centralidade no lucro como fundamento da racionalidade decisória de seus componentes. Diante disto, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução familiar.

### **A presumível dissolução do campesinato pelo capitalismo: as abordagens de Marx, Lênin e Kautsky**

Marx, usando seu método dialético em que procurava entender as contradições existentes no estágio do capitalismo no século XIX, observa o fenômeno, decompondo as categorias para chegar à sua essência.

**O que diferencia a unidade camponesa da empresa capitalista é que a primeira acumula recursos de capital para garantir a reprodução da família, tendo este fator como a razão de existência**

Desta forma, o autor, no primeiro livro de O Capital (MARX, 1985), observava a sociedade capitalista do seu tempo e, baseado nas experiências anteriores do século XVIII, mais precisamente na Inglaterra, analisava a especificidade da sociedade outrora em construção. Ele percebeu a presença dominante da relação mercantil da mercadoria como um fenômeno, sendo esta um elemento que penetra em todos os campos, seja no aspecto social e econômico, fazendo com que a acumulação fosse de mercadorias e não de pedras preciosas.

Marx (1985) queria entender a sociedade daquela época a partir da mercadoria, elemento que ele percebeu ter ganhado expressão e notoriedade naquele momento na sociedade. Ele mostrou que, por trás desse fenômeno, havia também uma essência social, que eram as relações de trabalho nela impregnadas.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedade sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (MARX, 1985, p. 81).

O que o autor coloca é que, na sociedade capitalista, diferentemente das anteriores, foi possível a criação de uma nova mercadoria, que era a força de trabalho. A capacidade de trabalhar é que vira mercadoria no sistema capitalista. Esta mercadoria garantiria o lucro capitalista em um contexto democrático, diferentemente das sociedades anti-

gas escravistas, em que não era possível ocorrer isso, porque a mercadoria era o próprio trabalhador, que não era passível de alienação. O sistema capitalista, assim, resgata o lucro, tornando-o benéfico, garantindo a liberdade das pessoas e gerando uma combinação perfeita e virtuosa para o sistema.

Desta maneira, a nova sociedade foi concebida de forma polarizada, sendo que, de um lado, estavam os trabalhadores destituídos da

sua riqueza econômica e dos meios de produção, e de outro, os capitalistas, detentores dos bens econômicos (e políticos). A referência para consolidar o sistema capitalista seria a propriedade da terra. Com essas modificações, a sociedade giraria em torno de classes que, para Marx, seriam os trabalhadores (com a sua força de trabalho) e os patrões empresários capitalistas (detentores dos meios de produção).

Fica evidente, para esta concepção, que a economia camponesa seria fadada ao desaparecimento, não podendo reproduzir-se no capitalismo, a cujas leis não se adaptaria, dado que se mostrava incompatível com sua racionalidade. Não obstante, Marx reconheceu que essa forma de produção não capitalista específica seria funcionalizável pelo capital mercantil e usurário. Mesmo assim, ao final, seria incompatível com o domínio direto que se daria com a subsunção real do trabalho presente na fase industrial do modo de produção capitalista. Essas formas de produção seriam destruídas pelas tensões das forças do capitalismo, exógenas ao seu universo.

No plano sociológico, a teoria de Marx previa que a organização social capitalista se assentaria basicamente em três classes: o capitalista (arrendatário), o trabalhador (assalariado) e o proprietário da terra. Esse modelo seria a típica propriedade moderna baseada em caráter monopolista. Dessa forma, a renda da terra seria paga pelo capitalista ao proprietário da terra pelas atividades que desenvolvesse. No aspecto social, haveria a disputa dos

**No plano sociológico, a teoria de Marx previa que a organização social capitalista se assentaria basicamente em três classes: o capitalista (arrendatário), o trabalhador (assalariado) e o proprietário da terra**

sujeitos pelo lucro capitalista, sendo que o primeiro e o último seriam os beneficiários das riquezas sociais produzidas pelo trabalhador.

Todas as tensões que se projetavam sobre a economia camponesa seriam, para Marx, impostas pela lei do valor, que se materializaria na tendência da economia de mercado de não encontrar resposta adequada na razão e no ambiente social e institucional dessas formas não capitalistas de produção. Isso levaria ao seu desaparecimento, implantando-se assim, em seu lugar, a empresa capitalista, que cobraría a renda da terra e repartiria com o capital a mais-valia.

A forma de produzir camponesa caracterizava-se por entregar de graça parte do trabalho excedente por ela produzida para a sociedade. Tal afirmativa funda-se na constatação de uma especificidade dos camponeses quando comparados aos empresários capitalistas: eles não param de concorrer entre si enquanto o lucro e a renda da terra estão sendo corroídos por preços de mercado sistematicamente abaixo do valor, mantendo-se produtivos mesmo quando seu rendimento equipara-se apenas ao salário médio de mercado, ou mesmo, se situa abaixo deste. Tal forma de produzir não poderia, assim, absorver os progressos tecnológicos necessários ao enfrentamento das empresas capitalistas, compulsivamente inovadoras na busca concorrencial do lucro (COSTA, 2000, p. 7).

Diante do exposto, Marx defendia que, no modo de produção capitalista, não poderia existir agricultura se não fosse aos moldes capitalistas de produção. Seriam empresas capitalistas coordenando a agricultura, com a predominância de grandes latifundiários e empresas industriais.

Em resumo: Marx reconhecia a especificidade dessas formas não capitalistas. Porém, tal especificidade seria mortal para esses agentes. Eles seriam

regidos por um sistema de produção que necessitaria de mudanças incessantes, garantidas por formação também incessante de meios para investimentos. Uma razão reprodutiva qualquer que não atendesse a este requisito, a esta maneira de produzir, tenderia, sim, a ser suprimida.

### **O trabalho de Lênin mostra que o capitalismo na Rússia não era tão atrasado como se pensava na época**

Lênin, um profundo conhecedor de *O Capital*, obra de Marx, realizou um traba-

lho com forte empiria, buscando indicar a validade dessa obra com respeito ao campesinato. Pauta o seu estudo no processo social da Rússia, fazendo uma leitura relevante dos principais pontos do ideário capitalista naquele país. As análises de Lênin nos censos de 1897 e 1905 foram importantes, na medida em que acompanharam dois períodos e permitiram a comparação entre eles. As estatísticas e as tabulações especiais do autor partem dos estratos de área, o que contribui para uma análise mais sofisticada.

O trabalho de Lênin mostra que o capitalismo na Rússia não era tão atrasado como se pensava na época. Observa um projeto revolucionário com duas forças e correntes revolucionárias: de um lado, os mencheviques, defensores das teses populistas, e do outro, os bolcheviques, explicitando mais fortemente e convencendo as bases de que o capitalismo estava sendo instaurado, não sendo esta diferente da essência do modo de produção capitalista. Desta maneira, considerando o contexto histórico, ele considerava que os camponeses seriam aliados da classe operária, contrapondo-se às teses de que os camponeses seriam inimigos da revolução.

Partindo dessas análises, a visão fenomênica de que a Rússia era agrária perde a essência da estruturação do país. E o autor mostra que não há uma racionalidade camponesa que seja capaz de impedir a penetração da razão capitalista em seu universo, o qual se diluirá como tal por diferenciação de seus elementos constitutivos.

Lênin tem as relações sociais como o grande motor das externalidades do capital mercantil e campo-

nês, sendo que os camponeses, como uma força menor, perdem a condição camponesa e se transformam em assalariados ou então migram para as cidades.

Diante disto, postulado na diferenciação social, ele mostra que o campesinato, naquele momento, teria três categorias: os camponeses pobres, que garantiriam a sobrevivência com a venda da força de trabalho; os médios, que fariam migrações constantes; e os ricos, que seriam os empregadores da mão de obra assalariada. Indo por este ponto, o camponês perde por possuir e por não possuir capital, tornando-se assalariado, aliando-se ao capital e formando uma nova célula.

A desagregação do campesinato constitui-se então, para Lênin, em evento importante para a transição de uma economia capitalista. O capitalismo é um sistema que não surge sem uma base que o impulse e garanta a sua afirmação, configurando-se num conjunto de contradições que conduzem à desintegração do modo de produção anterior. A desagregação do campesinato ocorreria em um processo lento e gradual, tanto no âmbito das relações sociais como nas técnicas de produção.

Não obstante, para o autor, as relações semifeudais eram entraves ao maior emprego de mão de obra assalariada, colocando um freio no desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mas não impedindo o seu desenvolvimento. Isso porque o capitalismo não só se desenvolve independentemente das formas de propriedade que encontra na agricultura, como acaba subordinando tais formas ao seu domínio.

Já Kautsky (1980) apresenta a tese de que as atividades agrícolas perderiam sua especificidade, principalmente a camponesa, sendo estas substituídas por processos industriais e pela penetração da industrialização na agricultura, através de métodos de aplicação de tecnologias para garantir o abastecimento do crescente mercado.

A economia camponesa seria superada pelo progresso técnico. E para o autor, o progresso téc-

nico seria levado à agricultura moderna pela burguesia rural, tanto a pequena como a grande, com a particularidade de que a última desempenharia, para ele, o papel mais importante.

**Os camponeses seriam suprimidos pelas atividades industriais, por não deterem parâmetros econômicos para concorrerem com as empresas capitalistas**

Destarte, os camponeses seriam suprimidos pelas atividades industriais, por não deterem parâmetros econômicos para concorrerem com as empresas capitalistas.

Neste processo de modernização e desenvolvimento, não haveria espaço para unidades familiares de produção. O camponês seria um agente passivo, que apenas se submeteria a estas determinações impostas pelo sistema.

Para o autor, a inferioridade da economia familiar camponesa e a superioridade da grande exploração fariam com que a capacidade de investimento em tecnologia e apropriação do trabalho da segunda culminasse no declínio da primeira, que não conseguiria elevar o nível técnico.

Parte daí a afirmação de que a inovação e a absorção de novas tecnologias eram algo impossível de acontecer no âmbito do campesinato. Apontase, assim, uma tendência à proletarianização do camponês subordinado ao capital, mas não da mesma forma indicada por Lênin.

Portanto, ainda que corroborando as ideias de Lênin e partindo da mesma matriz teórica, Kautsky diferencia-se deste por mostrar que o campesinato desapareceria por não deter os parâmetros econômicos necessários para realizar os investimentos em tecnologia para concorrer com os capitalistas, que recebiam incentivos e acabariam suprimindo as unidades camponesas.

**Permanência e capacidade evolutiva do campesinato: abordagens reflexivas de Chayanov, Tepicht, Shanin e Costa**

Chayanov (1974) contrapõe-se à referência marxiana por acreditar na adaptação do camponês ao sistema capitalista, capaz de reproduzir com ele in-

definidamente, respondendo, à sua maneira, às tensões próprias do capitalismo industrial. Defende a tese de que a lógica da reprodução do campesinato baseia-se na economia familiar, tendo como base estritamente a mão de obra dos membros da família.

O ponto de vista chayanoviano centra-se na unidade familiar, entendida por ele como a base do camponês, sendo a sua estrutura constituída a partir da família. A produção camponesa seria mediada unicamente para a satisfação das necessidades familiares, tendo a mão de obra familiar como elemento mediador das suas necessidades. É exatamente esse modo de vida dos camponeses que, para ele, é constituído por elementos que ainda o fazem persistir frente aos investimentos econômicos capitalistas. Mostra, assim, um campesinato não subordinado à lógica do capital, mas presente com suas especificidades e afirmação.

*De hecho, la composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de los miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia (CHAYANOV, 1974, p. 47).*

O autor faz suas análises partindo dos mesmos dados estatísticos russos utilizados por Lênin, mas tem uma contraposição à diferenciação social apresentada por ele, percebendo o campesinato como uma forma não capitalista. Destaca, porém, o plano reprodutivo da família, enfocando que os fatores que findam contribuindo para a diferenciação são a ordem biológica e a demográfica. Ele leva em consideração a inserção, a utilidade e a intensidade das atividades desenvolvidas no âmbito produtivo,

correlacionando-as com a quantidade e idade dos trabalhadores, variando conforme a composição familiar. Ainda ressalta que os princípios de sua teoria não se aplicam apenas aos camponeses, mas a todas as unidades familiares de produção.

*Los principios básicos que establecimos para la unidad familiar de explotación agrária no pertenecen únicamente a la unidad económica campesina. Están presentes en toda unidad económica de trabajo familiar en la cual el trabajo se relaciona con el desgaste de esfuerzo físico y las ganancias son proporcionales a este desgaste, ya se trate de una unidad económica artesanal, de industria de granja o, simplemente, de cualquier actividad económica de trabajo familiar. A la apariencia de su naturaleza esencialmente familiar, agrega una serie de rasgos peculiares en la estructura de la explotación agrícola y ganadera (CHAYANOV, 1974, p. 96).*

Chayanov considera que a base da organização social camponesa reside na dinâmica do ciclo biológico de vida dos membros da família. Desse modo, ele registra o nível de penosidade do trabalho, envolvendo a sua remuneração e a sua intensidade.

Desta forma, o autor considera a microeconomia e a especificidade da forma de produzir camponesa forças derivadas de uma subjetividade. Subjetividade esta que permite que o sistema produtivo camponês opere com graus de liberdade, de independência, tornando-se uma qualidade que ele atribui a um poder adaptativo, mas que restringe, já que, justamente por esta razão, os camponeses só dispõem do básico para sobreviver.

Além disso, os camponeses podem investir em momentos em que nenhuma empresa capitalista poderia fazê-lo, devido à sua visão de curto e longo prazo, definida pelo ciclo de vida da família. Sendo assim “[...] para um número estruturalmente significativo das unidades camponesas há uma disposição a investir que funciona independentemente das condições cíclicas da economia como um todo ou mesmo dos movimentos conjunturais do merca-

do agrícola: a materialização dessa propensão em investimentos reais, contudo, requer conjunturas favoráveis” (COSTA, 1995, p. 88-89).

Dessa maneira, Chayanov coloca a sua acepção aproximando-se da visão marxiana por considerar o campesinato como modo de produção, sendo um conjunto coerente e distinto de forças produtivas e de relações sociais entre os homens. Para ele, o segredo da longevidade da economia camponesa estaria relacionado com o fato de que o modo de produção camponês não é gerador de uma formação particular. Pelo contrário, ele se associa a uma série de formações, adaptando-se, interiorizando-se, da sua maneira, às leis econômicas de cada uma e deixando, ao mesmo tempo, a sua marca em cada uma delas.

Já Tepicht (1973) contrapõe-se à visão marxiana quanto às suas pressuposições micro, aceitando-as, todavia, como macro referência, em uma interação com a visão interna e micro de Chayanov. Assim, defende que é a associação entre o campesinato e as empresas capitalistas que poderia resultar no declínio do primeiro grupo. Entende-se aqui a questão da convivência entre as duas formas de produção.

No campo das relações de produção próprias à economia camponesa, mencionamos os que se desenvolvem no seu próprio seio. [...] No interior da unidade de produção, a simbiose da empresa agrícola com a economia doméstica, o coletivismo rigoroso da família ligado a um egocentrismo crescente em relação aos “outros”; No interior da coletividade rural, os germes da diferenciação de classe, de tipo feudal e mais tarde de tipo capitalista, que nascem e renascem com o desenvolvimento das formações respectivas, mas não chegam ao final da sua evolução de fato mesmo da força esmagadora da classe que domina a nível da sociedade inteira. No final das contas, é o desenvolvimento da simbiose “exploração agrícola-instituição família” que constitui o elemento o mais durável da reprodução das relações internas da economia

camponesa, enquanto suas relações externas com as economias englobantes dão provas de uma grande subserviência. Só muito tarde, na época do industrialismo avançado, notadamente do capitalismo ocidental atual, que esta diferença entre os dois processos, no lugar de contribuir a persistência da economia camponesa, leva a sua desagregação rápida (TEPICHT, 1973, p. 4).

Mediante esta perspectiva, a razão camponesa, fortemente específica e adaptável ao capitalismo, seguiria reproduzindo-se e se subordinando a este, perdendo, portanto, a sua especificidade e sentido e se diluindo numa categoria a mais de trabalhadores do modo de produção. E percebendo esse contexto que agrega modos de produção distintos, o camponês apresentaria as características citadas pelo autor, dentro das injunções internas e externas que levariam ao seu declínio. Seriam elas:

1. O caráter familiar: Refere-se à simbiose entre a “empresa agrícola” e a “instituição família”. Neste ponto, ela traz um forte individualismo em relação ao exterior e um coletivismo interno bem rigoroso. E ainda é caracterizada pela subordinação à trajetória pessoal de cada membro da família envolvido. Dessa maneira, seria atribuída ao coletivismo rigoroso a fonte principal da crise que culmina no declínio.
2. Relações entre os fatores de produção: Essas relações se manifestam na substituição do fator capital pelo trabalho, com a utilização intensiva de máquinas e tratores. Essa substituição representa a diferença nos níveis de renda, sendo um germe para a diferenciação de classe.
3. Relações da economia camponesa com o mercado: Essas relações podem ser entendidas pela qualificação que consideram “parcialmente mercantil”, correspondendo à economia camponesa colocada face a face com o exterior, confrontando-se com as determinações do mercado.

4. Relação entre o trabalho do camponês e sua renda: Característica da economia camponesa em que o trabalho essencial no modo de vida camponês está assegurado pelo chefe de família e pelos seus membros.

Ele inclui em suas fundamentações a perspectiva de que há racionalidades diferenciadas no interior do campesinato, mas não concorda com a explicação subjetiva, pautada somente na dinâmica interna de racionalidade cam-

ponesa edificada sob os aportes da demografia familiar. Fundamenta essa diferenciação mostrando que:

Na maioria das explorações agrícolas européias, o essencial dos trabalhos dos campos está assegurado pelo chefe de família e pelos membros da família com plena força. Pelo contrário, o serviço do estábulo, das pocilgas e do galinheiro está assegurado sobretudo pelo trabalho de um expediente das mulheres, crianças, velhos, mais as margens de tempo disponíveis do chefe de família, em suma, pelas “forças marginais” da exploração. Poderia chamá-las também não-transferíveis, pois a mesma família, assim que deixa sua exploração agrícola, não tem mais recurso a essas forças para assegurar sua subsistência. Mas enquanto por uma razão ou outra, a família camponesa não tem alternativa, ela tem que aceitar para seu trabalho uma renda “marginal” que completa seu mínimo de existência. A situação é diferente no caso de uma exploração agrícola contemporânea, guiada 100% por um cálculo de rentabilidade, que não precisa de complemento das forças não transferíveis e que tem que pagar salário pessoal, empregar trabalhadores distintos para cada tipo de atividade e suscetíveis a irem embora. E por meio deste, o que era possível produzir com a ajuda das forças marginais, para

**Através de seus estudos baseados em estruturas de dados estatísticos privilegiados, Shanin mostra o campesinato fazendo inovações na agricultura, incluindo em suas análises os pontos de referência marxiano e chayanoviano**

um ganho marginal na exploração agrícola camponesa, requer uma estimativa diferente pela sociedade (o mercado), considerando o caráter da força de trabalho necessário doravante para esse gênero de produção. Aliás, é a razão pela qual, no plano dos produtos de criação, o camponês ainda fica na maioria dos casos competitivo em relação à grande exploração, esta pertencendo ao capitalista ou ao Estado (TEPICHT, 1973, p. 15).

Tepicht também contrapõe-se a Chayanov (1974)

em relação ao esforço da família camponesa. Para Chayanov (1974), o uso do trabalho familiar se faria por um contínuo de aplicação de capacidades homogêneas, no qual não haveria distinção qualitativa entre cada unidade sucessiva de trabalho, e a unidade adicional seria sempre mais penosa e menos útil. Já para Tepicht (1973), o trabalho familiar é composto por duas partes qualitativamente diferentes, a depender do caráter das forças que são colocadas em vigor (transferíveis e não transferíveis a outros setores econômicos): o caráter material do produto dele resultante e o da remuneração do trabalho escondida no preço desses produtos.

Diante disto, o trabalho marginal, que em Chayanov (1974) opera mediante condições subjetivamente avaliadas pelo camponês, para Tepicht (1973) deriva de situações objetivas codeterminadas por uma economia englobante, que se aproveita da sua fraca mobilidade profissional.

Através de seus estudos baseados em estruturas de dados estatísticos privilegiados, Shanin (1974) mostra o campesinato fazendo inovações na agricultura, incluindo em suas análises os pontos de referência marxiano e chayanoviano. Ele concorda com o primeiro quanto à diferenciação social dos camponeses e a relevância da especificidade da vida social e econômica, com desdobramentos de mudança de inovação e não de transitoriedade, sendo o trabalho familiar a base destas mudanças.

Para Shanin (1974), tanto Lênin (1980a, b) como Chayanov (1974) estavam corretos em suas análises. A determinação geográfica também está operando. O que acontece é a junção dos dois elementos, forças econômicas e demográficas polarizadas que entram como vetor de nivelamento ou em contraste com elas, o que antes era tido como divergente.

O autor sinaliza, em suas obras, as possibilidades da reprodução camponesa, com base na força de trabalho da família, de acrescentar a importância de mudanças e permanências, pela singularidade de suas especificidades.

*La división básica del trabajo em la explotación campesina está estrechamente relacionada con la estructura familiar y se ajusta a las líneas del sexo y de la edad. Las funciones están rígidamente asignadas, con presiones poderosas que operan contra el cruce de las líneas divisórias. Reflejando una vez más la unidad esencial de la estructura social y económica, el principal supervisor y amo formal de la hacienda es, en general, el padre de la familia, que tiene amplios derechos sobre sus miembros; pero que, sin embargo, están restringidos, por obligaciones, hacia ellos, definidas tradicionalmente (patriarcal). Se espera que cada campesino emprenda un camino de vida predeterminado. La preparación para la ocupación de un campesino se cumple, principalmente, dentro de la familia: El joven aprende su trabajo siguiendo a su padre y ayudándolo. Este procedimiento de socialización refuerza los lazos familiares y realza el carácter tradicional de la agricultura campesina (SHANIN, 1974, p. 18-19).*

A contribuição maior do autor para a economia camponesa e para a dinâmica está na ênfase na interação das estruturas camponesas com a totalidade. A inter-relação dos fatores internos constitui a base para garantir a permanência da família, com as mudanças econômicas e sociais como fatores externos que combinam as interferências da natureza e do Estado.

Costa (2000), tendo como ponto central a discussão dos aspectos produtivos e reprodutivos da estrutura camponesa e considerando princípios defendidos por Chayanov e regulações indicadas pela economia política marxista, apresenta uma visão alternativa que considera a importância do campesinato como organização social e econômica ativa, capaz de conduzir estratégias de reestruturações e permanências, frente às conjunturas adversas e estruturas sociais diferenciadas das sociedades capitalistas. Aliado a isto, ele mostra a preocupação com a agricultura e suas especificidades, acreditando que a unidade camponesa é provida de mecanismos que podem promover um desenvolvimento sustentável.

Na unidade de produção camponesa, não há, pois, como decidir sobre a produção sem considerar as implicações sobre o padrão reprodutivo e sem avaliar os efeitos sobre a eficiência reprodutiva da família. Pois dessa eficiência resulta a maior ou menor tensão sentida por cada um dos seus membros no contexto da atividade reprodutiva na tomada de decisões que relativiza, em muito, o papel das perspectivas de lucro no processo que comanda as ações de mudança e permanência na economia camponesa. Se é verdade que a perspectiva de lucro pode estar no horizonte da família camponesa, é também verdadeiro que a sua ausência, mesmo por períodos muito longos, não leva normalmente a rupturas com o status quo, desde que a reprodução familiar esteja sendo atendida. Por outra parte, é possível observar processos de excitação e predisposição a mudanças sem qualquer consideração ao lucro, “apenas” porque a rotina reprodutiva está ameaçada (COSTA, 2000b, p. 135).

Esta racionalidade, que, por dar ênfase à reprodução familiar, subordinando a ela o lucro, já foi vista por Marx e os clássicos marxianos da questão agrária como razão de uma presumível incompatibilidade dos camponeses com o capitalismo,

é entendida por Costa (2000) como base de sua capacidade adaptativa. Ele reconhece que o esquema teórico de Chayanov (1974) não dá espaço para isso, mas permite a construção de um esquema analítico de uma continuada disposição de mudanças e inovação que entende estar presente na maior parte das realidades camponesas.

Uma questão central levantada por Costa (2000) e outros autores é a de que, quando os camponeses encontram-se próximos ao equilíbrio, tornam-se mais conservadores e, em certas condições, quando longe do equilíbrio, acabam se dispondo a assumir riscos, seja no caso de adquirir novas tecnologias, seja no caso de perseguir novas estratégias de relação com o mercado. Sendo assim, o conservadorismo e o tradicionalismo dependem do ponto em que se encontra o sistema em relação à reprodução. Esse ponto é determinado pela eficiência reprodutiva. De modo que as decisões camponesas não são lineares: estão subordinadas à “eficiência reprodutiva”.

Dependendo do nível de “eficiência reprodutiva”, verificam-se diferentes manifestações de uma mesma razão. A razão explicitada configura-se na saída de uma situação em que a reprodução está ameaçada. Tencionada a mudar (de técnica, de atitude), pode fazê-lo de modo ousado, arriscando, se está longe do equilíbrio. Se está próximo, não arrisca e se apresenta conservador, resistente à mudança. Tais comportamentos, por vezes simétricos, ocorrem moldados por um ambiente institucional que pode ou não ser favorável a essas disposições, uma vez que adequado ou não às especificidades destes atores.

A hipótese do autor, baseada em estudos realizados com dados da agricultura nos Estados Unidos e na Amazônia, é a de que, dependendo do ambiente institucional, há reconfiguração das formas que assumem as decisões camponesas e seus resultados concretos, mediante as mesmas regras (definidas por eficiência reprodutiva) que orientam a reprodução camponesa. Nos EUA, as famílias mantêm seus filhos na universidade, visando, em parte, à incorpo-

ração de capital humano na produção, e em parte, a uma transferência do excedente populacional para o urbano. A ascendência para a futura geração, nos EUA e na Europa, seria o movimento de recurso interno para o camponês, a geração de hoje gerando transferência de renda para a seguinte.

Neste sentido, a discussão sobre a permanência dessa racionalidade no âmbito da sociedade capitalista torna-se fundamental, pois o camponês configura-se como elemento capaz de adaptar-se e sobreviver num sistema que difere da sua racionalidade.

A discussão contrária, que parte da visão leninista da agricultura, em que os camponeses seriam suprimidos pelo sistema capitalista, transformando-se em empresas agrícolas, exerceu influência sobre as políticas agrícolas, inclusive no Brasil. Ainda, ressalta-se o que Lênin (1980b) chamou de “via prussiana”, em que a velha propriedade rural seguia conservando a sua grande dimensão, tornando-se progressivamente uma empresa agrícola capitalista.

Diante disso, o presente trabalho parte do entendimento de que a racionalidade camponesa, baseada na diversidade e especificidades, contrapondo-se à homogeneidade proposta pelo capital através de pacotes tecnológicos do modelo mecânico-químico, pode configurar-se como um ator social, capaz de conduzir a sua história e possibilitar a base para a construção do desenvolvimento sustentado, sobretudo para a agricultura.

## **O SETOR DE PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL DO ESTADO DA BAHIA EM 1995**

A agropecuária no estado da Bahia chegou a meados dos anos de 1990 movida por 2.327.451 trabalhadores rurais, organizados por 664.882 unidades produtivas, das quais 637.983 unidades camponesas e 26.899 unidades patronais. Sob as formas de produção, camponeses e patronais dispunham, em conjunto, de 29,8 milhões de hectares, cabendo aos primeiros 12,3 milhões de hectares, e aos segundos, 17,5 milhões de hectares (Tabela 1).

**Tabela 1****A estrutura agrária e agrícola – Bahia – 1995-1996**

	<b>Camponeses</b>	<b>Patronais</b>	<b>Total</b>
Número de estabelecimentos	637.983	26.899	664.882
Área apropriada (ha)	12.308.534.419	17.534.365.706	29.842.900.125
Tamanho médio do estabelecimento (ha)	11.311	910.668	921.979
<b>Pessoal ocupado</b>			
Membros não remunerados da família	1.837.031	57.561	1.894.592
Assalariados permanentes	67.842	93.076	160.918
Assalariados temporários	176.418	34.329	210.747
Parceiros	8.922	2.216	11.138
Outra condição	31.415	18.641	50.056
Total	2.121.628	205.823	2.327.451
<b>Estrutura relativa da força de trabalho (total da coluna =100%)</b>			
Membros não remunerados da família	86,59%	27,97%	81,40%
Assalariados permanentes	3,20%	45,22%	6,91%
Assalariados temporários	8,32%	16,68%	9,05%
Parceiros	0,42%	1,08%	0,48%
Outra condição	1,48%	9,06%	2,15%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Estrutura relativa da força de trabalho (total geral = 100%)</b>			
Membros não remunerados da família	78,93%	2,47%	81,40%
Assalariados permanentes	2,91%	4,00%	6,91%
Assalariados temporários	7,58%	1,47%	9,05%
Parceiros	0,38%	0,10%	0,48%
Outra condição	1,35%	0,80%	2,15%
Total	91,16%	8,84%	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)-Censo Demográfico 1995-1996. Processamento da autora a partir da base de dados em CD-ROM.

A média do estabelecimento camponês era de 11,3 ha, e dos patronais, 910,6 ha, correspondendo a uma apropriação de terras em que os camponeses eram responsáveis por 42%, e os patronais, por 58%. Em relação ao número de estabelecimentos, os camponeses eram responsáveis por 96%, e os patronais, por apenas 4%.

Em 1995, os camponeses eram responsáveis por 2.121.628, e os patronais, por 205.823 ocupações na produção animal e vegetal do estado da Bahia, respectivamente 91% e 9% do total do pessoal ocupado no setor naquele ano. Estes números representam a importância dos camponeses como instrumentos de ocupação no meio rural do estado. Por outro lado, do total de pessoal ocupado, 1.894.592 trabalhavam na condição de membros não remunerados das famílias titulares dos estabelecimentos e 371.665 como assalariados nas duas

formas captadas pelo Censo (assalariados temporários, 210.747, e permanentes, 160.918).

### **O uso das terras**

Os agentes e estruturas agrárias na Bahia tinham em uso com agropecuária e silvicultura, no ano de 1995, 19,6 milhões de hectares – em torno de 69% dos 28,6 milhões de hectares privatizados no estado. Nada menos que 50,6% dessas terras estavam cobertas por pastagens (sendo 27,35% por pastagens naturais e 23,22% por pastagens plantadas). A agricultura ocupava 17%, sendo 4,71% com lavouras permanentes e o restante com lavouras temporárias – parte com plantio, 8,87%, e parte em pousio, 3,31% (Tabela 2).

Os camponeses, nas suas diversas atividades, utilizaram 40,82%, e os patronais, 59,18% do total de terras em produção no estado. Numa perspecti-

**Tabela 2**  
**Formas de uso das terras privatizadas, por formas de produção – Bahia – 1995-1996**

	Camponeses	Patronais	Total
Agropecuária e silvicultura	8.585.412.227	11.039.532.044	19.624.944.271
Lavouras permanentes	638.876.357	709.866.711	1.348.743.068
Lavouras temporárias	1.715.837.051	825.248.613	2.541.085.664
Pousio	536.908.958	411.009.582	947.918.540
Pastagens naturais	2.902.909.901	4.933.903.776	7.836.813.677
Pastagens plantadas	2.730.459.926	3.922.494.653	6.652.954.579
Matas plantadas	60.420.034	237.008.709	297.428.743
Matas naturais	2.158.237.685	4.680.894.378	6.839.132.063
Terras produtivas não utilizadas	954.683.271	1.239.097.745	2.193.781.016
Total	11.698.333.183	16.959.524.167	28.657.857.350
<b>Estrutura relativa da área utilizada em agropecuária e silvicultura (Total das colunas = 100%)</b>			
Lavouras permanentes	5,46%	4,19%	4,71%
Lavouras temporárias	14,67%	4,87%	8,87%
Pousio	4,59%	2,42%	3,31%
Pastagens naturais	24,81%	29,09%	27,35%
Pastagens plantadas	23,34%	23,13%	23,22%
Matas plantadas	0,52%	1,40%	1,04%
Total	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Estrutura relativa da área utilizada em agropecuária e silvicultura (Total geral = 100%)</b>			
Lavouras permanentes	2,23%	2,48%	4,71%
Lavouras temporárias	5,99%	2,88%	8,87%
Pousio	1,87%	1,43%	3,31%
Pastagens naturais	10,13%	17,22%	27,35%
Pastagens plantadas	9,53%	13,69%	23,22%
Matas plantadas	0,21%	0,83%	1,04%
Total	40,82%	59,18%	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997).

va que mescla as atividades e as formas de produção, o ranking do peso de utilização das terras seria o seguinte: as pastagens pelos patronais, 31%, e as pastagens pelos camponeses, 20%. As lavouras temporárias pelos camponeses com 7,86% (plantio e pousio), e as lavouras temporárias pelos patronais, 4,31% (plantio e pousio). Nas lavouras permanentes, os patronais com 2,4%, e os camponeses, 2,2%, e em relação à mata plantada, camponeses com 2,2%, e patronais com 0,8%.

### Valor da produção

Em 1995, o valor bruto da produção animal e vegetal das estruturas agrárias do estado da Bahia foi de R\$ 2.102.076.811 (Tabela 3).

A composição subsetorial desse valor apresenta a produção agrícola, com 62% do total, como o conjunto de atividades de maior peso. Destacam-se, com 32,2%, as culturas temporárias, seguidas pelas culturas permanentes, com 27,4%, e, por fim, a horticultura, com 2,3%. A pecuária vem em seguida, com 33,5%, representando os animais de grande porte (pecuária bovina e bubalina, com 26,3%), sendo seguida pela produção de aves e pequenos animais, com 4,7%, e médios animais (suínos e caprinos, com 2,5%). O terceiro setor de destaque é o extrativismo, com 2,8%, e o último, a silvicultura, com 1,8% de valor da produção.

A presença da agricultura como atividade de maior peso do estado pode estar relacionada com a maturação de projetos de irrigação, iniciados ain-

**Tabela 3**  
**Valor da produção animal e vegetal – Bahia – 1995-1996**

(em R\$ correntes)			
Subsetores	Camponeses	Patronais	Total
Produção animal	435.916.869	268.640.230	704.557.099
Grandes animais	306.347.750	247.931.945	554.279.695
Médios animais	42.888.470	9.732.427	52.620.897
Pequenos animais	86.680.649	10.975.858	97.656.507
Agricultura	703.059.227	598.529.302	1.301.588.529
Culturas permanentes	314.007.213	261.875.098	575.882.311
Culturas temporárias	349.154.279	328.318.831	677.473.110
Horticultura	39.897.735	8.335.373	48.233.108
Silvicultura	190.623	37.131.789	37.322.412
Extração vegetal	34.493.318	24.115.453	58.608.771
<b>Total</b>	<b>1.173.660.037</b>	<b>928.416.774</b>	<b>2.102.076.811</b>
<b>Estrutura relativa (total das colunas = 100%)</b>			
Produção animal	37,14%	28,94%	33,52%
Grandes animais	26,10%	26,70%	26,37%
Médios animais	3,65%	1,05%	2,50%
Pequenos animais	7,39%	1,18%	4,65%
Agricultura	59,90%	64,47%	61,92%
Culturas permanentes	26,75%	28,21%	27,40%
Culturas temporárias	29,75%	35,36%	32,23%
Horticultura	3,40%	0,90%	2,29%
Silvicultura	0,02%	4,00%	1,78%
Extração vegetal	2,94%	2,60%	2,79%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Estrutura relativa (total das linhas = 100%)</b>			
Produção animal	61,87%	38,13%	100,00%
Grandes animais	55,27%	44,73%	100,00%
Médios animais	81,50%	18,50%	100,00%
Pequenos animais	88,76%	11,24%	100,00%
Agricultura	54,02%	45,98%	100,00%
Culturas permanentes	54,53%	45,47%	100,00%
Culturas temporárias	51,54%	48,46%	100,00%
Horticultura	82,72%	17,28%	100,00%
Silvicultura	0,51%	99,49%	100,00%
Extração vegetal	58,85%	41,15%	100,00%
<b>Total</b>	<b>55,83%</b>	<b>44,17%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997).

da nas décadas de 70 e 80 e que vieram corroborar os complexos agroindustriais na década de 90, com destaque para o complexo agroindustrial de Juazeiro e Petrolina, importante polo de produção de frutas do estado.

Quanto ao peso das estruturas das formas de produção no agrário baiano, destacam-se os camponeses, com 55,8% do valor da produção total, se-

guidos pelos patronais, com 44,2%. Nesse sentido, deve-se ressaltar o seguinte:

1. Na agricultura, foi observada a participação camponesa no valor da produção de 54%, para 46% dos patronais. Na agricultura baseada em culturas permanentes, os camponeses participam com 54,5%, e nas culturas temporárias, com 51,5%. Os patronais, nas

culturas permanentes, representam 45,5%, e nas temporárias, 48,5%. Contudo, observa-se uma grande participação camponesa na horticultura, com um valor da produção em torno de 82,7%.

2. Na produção animal, o valor da produção camponesa representa 61,9% do subsetor, contra 38,1% dos patronais. E esta maior participação camponesa em relação aos patronais segue quando são comparadas também as atividades: na pecuária de grande porte (bovina e bubalina), os camponeses representam 55,3%, e os patronais, 44,7%. Considerando a mesma referência, na produção de médios animais, as fatias são de 81,5% e 18,5%, e na produção de pequenos animais, 88,8% e 11,2%, respectivamente.
3. No extrativismo, os camponeses também se sobrepõem aos patronais, representando 56,9% do valor da produção nesta atividade, contra 41,1% dos patronais.
4. Já na silvicultura, os patronais lideram e dominam a produção, com 99,5%, e os camponeses ficam com a fatia de apenas 0,5%, ou seja, à exceção da silvicultura (relativamente pouco importante do ponto de vista do valor total), a produção camponesa se mostrou mais expressiva que a patronal. A silvicultura no estado da Bahia é explorada, em sua maioria, por grandes produtores e empresas multinacionais, e a concentração dessas atividades encontra-se localizada na região sul do estado.

Quanto à composição interna de cada forma de produção, destaca-se:

1. As estruturas camponesas assentam-se predominantemente na agricultura (59,9% do valor que produzem, dos quais 29,7% são de lavouras temporárias e 26,8% lavouras permanentes) e secundariamente na pecuária, com 37,1%, e na horticultura, com 3,4%.
2. As estruturas patronais também concentram suas atividades na agricultura, repre-

sentando 64,5% do valor da produção, com 35,4% em culturas temporárias e 28,2% em culturas permanentes. Sendo seguidas pela pecuária, com 28,9% de valor da produção, e pela silvicultura, na qual os patronais concentram 4% de sua produção, representando a produção total, já que os camponeses não participam do valor da produção desta atividade.

### **Os elos entre a produção rural e os demais setores da economia (uma visão por meio dos custos de produção)**

Os custos de produção do setor animal e vegetal analisados resultam das suas vinculações imediatas com os demais setores da produção. Estes setores encontraram-se a montante e a jusante da produção animal e vegetal. As transferências, por remuneração de fatores, para aqueles a montante foram de R\$ 1,10 bilhão no ano agrícola do Censo.

Desse valor, R\$ 413,2 milhões (37,4% do total) movimentaram o mercado de trabalho do setor, correspondendo à remuneração do trabalho de terceiros, na forma de salários e pagamento por serviços. Outros R\$ 436,2 milhões (39,4%) movimentaram o mercado de insumos diretos à produção (Tabela 4).

Os camponeses, com dispêndio de R\$ 228,7 milhões, compuseram a maior massa de salários e pagamento de serviços, sendo seguidos pelos patronais, com R\$ 184,5 milhões, respectivamente, 55% e 45% do total. Quanto aos dispêndios em insumos industriais diversos, os camponeses também lideraram, com R\$ 233,9 milhões, representando 54% do total.

A jusante da produção, destacam-se os custos de comercialização – dispêndios de R\$ 95,9 milhões –, os quais tiveram uma incidência maior sobre os camponeses, pois representaram 59% dos custos – apenas 46% para os patronais.

Em seguida, colocam-se os R\$ 27,1 milhões pagos na forma de impostos e taxas – os linkages fiscais –, arcados em proporção de 69% para os

**Tabela 4**  
**Custos da produção animal e vegetal – Bahia – 1995**

(em R\$ correntes)			
Item da despesa	Camponeses	Patronais	Total
1. Salários pagos	170.745.734	138.228.133	308.973.867
2. Serviços terceiros	51.679.440	43.956.831	95.636.271
3. Cota-parte de parceiros	6.297.518	2.357.541	8.655.059
4. Custo de arrendamento	8.279.510	2.383.327	10.662.837
5. Adubos e corretivos	50.691.351	76.047.148	126.738.499
6. Sementes e mudas	18.027.430	17.668.908	35.696.338
7. Agrotóxicos	18.362.251	29.315.331	47.677.582
8. Medicamentos veterinários	22.465.285	13.771.385	36.236.670
9. Sal para Animais	8.566.684	9.702.375	18.269.059
10. Rações Industriais	36.911.023	6.136.368	43.047.391
11. Outros alimentos	17.983.058	1.650.101	19.633.159
12. Ovos fertilizados e pintos de um dia	7.429.686	52.810	7.482.496
13. Aluguel de máquinas e equipamentos	11.703.025	4.779.842	16.482.867
14. Combustíveis e lubrificantes	25.988.911	33.171.985	59.160.896
15. Energia elétrica	15.828.199	9.956.450	25.784.649
16. Transporte da produção	46.409.238	34.169.663	80.578.901
17. Sacarias e embalagens	9.812.518	5.520.852	15.333.370
18. Juros e despesas bancárias	4.516.978	34.981.279	39.498.257
19. Impostos e taxas	8.337.444	18.789.987	27.127.431
20. Outras despesas	39.731.862	43.355.647	83.087.509
<b>21. Total</b>	<b>579.767.145</b>	<b>525.995.963</b>	<b>1.105.763.108</b>
<b>Aglutinação das despesas por atividades (B)</b>			
22. Pecuária de grande porte (9)*	8.566.684	9.702.375	18.269.059
23. Pecuária de pequenos animais (10+12)	44.340.709	6.189.178	50.529.887
24. Pecuária em geral (8+11)	40.448.343	15.421.486	55.869.829
25. Agricultura (5+6+7)	87.081.032	123.031.387	210.112.419
26. Despesas comuns a todas as atividades (1 a 4+ 13 a 20)	399.330.377	371.651.537	770.981.914
<b>Aglutinação das despesas por natureza (C)</b>			
27. salários e serviços de terceiros (1 a 3)	228.722.692	184.542.505	413.265.197
28. Rendas pagas (4)	8.279.510	2.383.327	10.662.837
29. Insumos da produção (5 a 15)	233.956.903	202.252.703	436.209.606
30. Custo de comercialização (16 +17)	56.221.756	39.690.515	95.912.271
31. Custos financeiros (18)	4.516.978	34.981.279	39.498.257
32. Imposto e taxas (19)	8.337.444	18.789.987	27.127.431
33. Outras despesas (20)	39.731.862	43.355.647	83.087.509
<b>Estrutura relativa (total do tipo das despesas=100%)</b>			
Salários e serviços de terceiros	55	45	100
Rendas pagas	78	22	100
Insumos da produção	54	46	100
Custo de comercialização	59	41	100
Custos financeiros	11	89	100
Imposto e taxas	31	69	100
Outras despesas	48	52	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997).

patronais e 31% para os camponeses. Os custos financeiros, de R\$ 39,4 milhões em juros e despesas bancárias, foram mais significativos para os patronais, compondo 89% das suas despesas e apenas 11% para os camponeses.

Por fim, as rendas pagas de R\$ 10,6 milhões, constituindo o item de menor importância na estrutura dos custos. Mesmo assim, é importante assinalar sua frequência maior sobre os camponeses e menor sobre os patronais, sendo respectivamente 78% e 22% dos custos. Isso mostra que, no estado, é comum entre os camponeses o arrendamento como forma de acesso à terra.

### O crédito rural no estado da Bahia

O Censo Agropecuário de 1995-96 informa que, em todo o estado da Bahia e para todas as formas de produção, contabilizava-se um volume de crédito total de R\$ 189.352.680,00, dos quais 35% alocados na produção camponesa, e os demais 65% aplicados pelas formas patronais de produção (Tabela 5).

Em se tratando das microrregiões, verifica-se um relativo equilíbrio entre a importância econômica, medida pela participação relativa do valor bruto da produção camponesa, e a proporção de acesso ao crédito nas microrregiões de Livramento do Bramado (100% do crédito para 99% do VBP), Paulo Afonso (100% do crédito para 83% do VBP), Boquira (91% do crédito para 98% do VBP) e Senhor do Bonfim (92% do crédito para 91% do VBP). Ou seja, o acesso ao crédito contribuiu para incrementar o valor da produção nessas microrregiões.

Constatam-se desequilíbrios para as microrregiões de Jequié e Seabra (ambas com 18% do crédito para 64% do VBP), Valença (18% do crédito para

51% do VBP) e Juazeiro (21% do crédito para 58% do VBP) (Tabela 6).

As proporções de acesso pelas formas de produção variam também no que se refere ao crédito para as modalidades de custeio, comercialização e investimento. Para o total de créditos concedidos no estado da Bahia no ano do Censo de 1995-96, os camponeses acessaram 22% e 25%, respectivamente, do crédito para custeio e comercialização.

Este total está bem abaixo do apresentado pelos patronais, que acessaram 78% e 75%, respectivamente. Já no crédito disponibilizado para investimento, houve certo equilíbrio, mas os patronais receberam 4% a mais que os camponeses nesta modalidade de crédito (Tabela 7).

Esses dados tornam-se interessantes na medida em que evidenciam que o crédito era concedido de forma desigual, em sua maioria para os patronais. E isso ocorria em todas as modalidades, seja no custeio, na comercialização ou no investimento, representando respectivamente, no estado da Bahia, 78%, 75% e 52%.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados mostram que, no estado da Bahia, o campesinato ainda permanece e mostra representatividade para o estado, contestando as ideias baseadas em Marx, apresentadas no primeiro capítulo, de que o camponês seria suprimido pelo capitalismo. Compartilham deste pensamento Marx (1985), Lênin (1980a) e Kautsky (1980). Para esses autores, o camponês seria destruído pelas tensões de forças do capitalismo. Segundo Marx, essas forças seriam externas e exógenas ao universo camponês.

**Tabela 5**  
Acesso ao crédito, por formas de produção – Bahia – Censo de 1995-1996

	Camponês	Patronal	Total
Valor em R\$ correntes	65.425.516,00	123.927.164,00	189.352.680,00
%	35	65	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997). Tabulações especiais da autora.

**Tabela 6**  
**Acesso ao crédito e valor bruto da produção rural, por microrregiões e formas de produção – Bahia – 1995-1996**

Microrregião	Acesso ao crédito				Valor bruto da produção			
	Camponês %	Patronal %	%	R\$	Camponês %	Patronal %	%	R\$
Alagoinhas	81	19	100	2.188.572,00	66	34	100	43.938.890,00
Barra	45	55	100	2.358.156,00	65	35	100	23.820.457,00
Barreiras	16	84	100	40.750.521,00	14	86	100	227.625.543,00
Bom Jesus da Lapa	35	65	100	16.993.720,00	62	38	100	28.912.796,00
Boquira	91	9	100	490.252,00	98	2	100	35.628.349,00
Brumado	85	15	100	621.911,00	96	4	100	37.577.051,00
Catu	1	99	100	7.287.789,00	20	80	100	44.973.286,00
Cotegipe	61	39	100	2.099.113,00	77	23	100	24.385.196,00
Entre Rios	52	48	100	2.375.102,00	25	75	100	20.898.962,00
Euclides da Cunha	85	15	100	764.131,00	92	8	100	55.823.690,00
Feira de Santana	66	34	100	12.034.694,00	86	14	100	104.303.634,00
Guanambi	84	16	100	5.733.793,00	80	20	100	58.657.992,00
Ilhéus-Itabuna	16	84	100	15.655.362,00	36	64	100	231.904.383,00
Irecê	67	33	100	2.000.032,00	84	16	100	45.729.299,00
Itaberaba	34	66	100	3.145.275,00	42	58	100	44.041.283,00
Itapetinga	40	60	100	1.188.755,00	33	67	100	54.647.000,00
Jacobina	89	11	100	4.320.859,00	89	11	100	44.536.019,00
Jequié	18	82	100	9.682.634,00	64	36	100	104.073.050,00
Jeremoabo	51	49	100	2.094.257,00	77	23	100	23.754.602,00
Juazeiro	21	79	100	20.886.243,00	58	42	100	115.930.234,00
Livramento do Brumado	100	0	100	493.452,00	99	1	100	17.742.684,00
Paulo Afonso	100	0	100	1.128.915,00	83	17	100	16.231.391,00
Porto Seguro	12	88	100	8.071.551,00	23	77	100	156.149.294,00
Ribeira do Pombal	70	30	100	1.750.175,00	90	10	100	57.226.768,00
Salvador	17	83	100	222.750,00	49	51	100	8.328.777,00
Santa Maria da Vitória	56	44	100	11.560.842,00	37	63	100	69.476.600,00
Santo Antônio de Jesus	69	31	100	1.033.047,00	81	19	100	84.536.785,00
Seabra	18	82	100	4.840.273,00	64	36	100	68.139.205,00
Senhor do Bonfim	92	8	100	1.304.464,00	91	9	100	30.573.606,00
Serrinha	78	22	100	1.284.013,00	82	18	100	53.958.479,00
Valença	18	82	100	1.738.929,00	51	49	100	70.862.829,00
Vitória da Conquista	67	33	100	3.253.098,00	73	27	100	97.688.677,00
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>65</b>	<b>100</b>	<b>189.352.680,00</b>	<b>56</b>	<b>44</b>	<b>100</b>	<b>2.102.076.811,00</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997). Tabulações especiais da autora.

**Tabela 7**  
**Acesso ao crédito, por modalidade e formas de produção – Bahia – 1995-1996**

	Custeio		Comercialização		Investimento	
	Valor em R\$ correntes	%	Valor em R\$ correntes	%	Valor em R\$ correntes	%
Camponês	20.350.499,00	42	1.007.242,00	25	44.067.775,00	48
Patronal	72.849.924,00	78	3.071.423,00	75	48.005.817,00	52
<b>Total</b>	<b>93.200.423,00</b>	<b>100</b>	<b>4.078.665,00</b>	<b>100</b>	<b>92.073.592,00</b>	<b>100</b>

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997).

Os números apontam que, no ano do Censo Agropecuário de 1995/96 no estado da Bahia, os camponeses respondiam por 42% das terras apropriadas, e os patronais, por 56%, sendo o equivalente a 12,3 milhões de hectares e 17,5 milhões, respectivamente. Os camponeses foram responsáveis por 91% da ocupação do setor rural, mostrando que a agricultura familiar servia como instrumento de fixação do homem no campo. Com isso, ele não seria obrigado a sair da sua terra para migrar até as cidades em busca de novas oportunidades, que muitas vezes resultam em frustração e aumento da pobreza e favelização.

Os patronais, por outro lado, foram responsáveis por apenas 9% do pessoal ocupado. Esse dado mostra a forma capitalista de produção no campo, intensiva no uso de máquinas para garantir produtividade, extinguindo postos de trabalhos e obrigando as populações a migrarem para as cidades. Também evidencia o uso maciço de agrotóxicos e fertilizantes, favorecendo a industrialização do campo. Ao se discutir o ponto acima, percebe-se que a agricultura familiar continua tendo a sua importância e vem merecendo destaque, configurando a sua singularidade no espaço rural.

No estado da Bahia, os camponeses possuem estabelecimentos com uma média de 11,3 ha, enquanto os patronais têm uma média de 910,6 ha, o equivalente a 80 vezes a média dos estabelecimentos dos primeiros.

Quanto ao peso das estruturas das formas de produção no agrário baiano, destacam-se os camponeses, com 55,8% do valor da produção total, seguidos pelos patronais, com 44,2%. Além disso, o campesinato dispõe de 41% da área total dos estabelecimentos, sendo responsável pela ocupação de 92% dos trabalhadores rurais, e apresentou um valor bruto da produção de 56%, enquanto que os patronais obtiveram um valor bruto em sua produção de 44%. Esses dados mostram que, apesar de disporem de propriedades menores que as dos pa-

tronais, os camponeses são capazes de gerar uma produção maior, além de uma maior ocupação e fixação do trabalhador no campo.

Dessa maneira, ficou evidente a participação dos camponeses como agentes transformadores do meio rural e que contribuem de maneira significativa para as atividades agrícolas no estado, sendo estes agricultores instrumentos de promoção da redução da pobreza e agentes capazes de contribuir para a geração de renda no campo.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec - ANPOCS, 1992.
- CHAYANOV, A. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- COSTA, F. A. *Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento Sustentável*. Belém: EDUFPA, 2000.
- \_\_\_\_\_. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na Região Norte: contexto e impactos. *Novos Cadernos Naea*. v. 4. n. 1, p. 73-102. jun. 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1995-96 – Bahia*. Rio de Janeiro: 1997. CD-ROM.
- KAUTSKI, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates, 1980a. Coleção Alicerces.
- LENIN, Vladimir. *O programa agrário*. São Paulo: Brasileira, 1980 b.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Nova cultural, 1985. (Coleção os economistas).
- SHANIN, T. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Anagrama, 1974.
- TEPICHT, J. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Librairie Armand Colin 1973.

Artigo recebido em 18 de julho de 2011  
e aprovado em 20 de agosto de 2011.

# Pobreza rural nordestina: o que há de novo no início deste novo século?

Luiz Honorato da Silva Júnior\*

Yony Sampaio\*\*

\* Doutor em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (Pimes/UFPE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia CAA/UFPE.  
lula\_honorato@hotmail.com

\*\* Doutor em Economia Agrícola pela University of California. Professor titular do Departamento de Economia do (Decon/Pimes/UFPE).  
sampyony@yahoo.com.br

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo verificar o que há de novo na pobreza rural nordestina, verificar se houve importantes mudanças na dimensão e no perfil, a partir de dados das PNAD dos anos de 2001 a 2006. O trabalho utiliza a mesma metodologia usada no trabalho de Silva Júnior e Sampaio (2005), calculando alguns índices de pobreza e desigualdade e, utilizando um modelo *logit* de probabilidade, verifica as características mais associadas com o fenômeno da pobreza rural nordestina. Verifica-se que a pobreza não passou por mudanças significativas nos últimos 20 anos, as desigualdades de rendimentos somente pioraram, e as características sociolocalizacionais que marcam a pobreza continuam as mesmas dos anos 90. Pode-se afirmar que é mais provável que o indivíduo seja pobre se: nunca estudou ou tem baixíssima escolaridade, não é de cor branca, é do sexo feminino, possui sua principal atividade ligada à agricultura e reside no estado do Piauí.

**Palavras-chave:** Pobreza rural. Desigualdades de renda. Nordeste. Índice de pobreza.

## Abstract

*This paper seeks to determine what's new in rural poverty in the Northeast Brazilian Region, check whether there have been major changes in the size and profile, from PNAD's data 2001 to 2006. We use the same methodology used in the paper of Silva Júnior and Sampaio (2005), by calculating some indicators of poverty and income inequality and using a logit probability model, verifies characteristic most associated with the phenomenon of rural poverty in Northeast Region. It is perceived that poverty has not gone through changes significant in the last twenty years, income inequality only worsened and the socio local marking the poverty remain the same nineties, we can affirm that it is more likely that the individual is poor if: never studied or have very low schooling, is not white, is female, has your main job related to agriculture, and reside in the state of Piauí.*

**Keywords:** Rural poverty. Income inequality. Northeast brazilian region. Poverty index.

## INTRODUÇÃO

As recentes transformações no padrão de vida verificadas no Brasil, com melhorias gerais em índices sociais e redução das desigualdades e da pobreza, ensejam estudos que compreendam melhor tais fenômenos e seus desdobramentos por região, área rural e urbana e estados, assim como busquem entender as causas primárias das mudanças. Esta é uma agenda ampla de estudos, a qual vem sendo cumprida aos poucos. Este trabalho se insere nesse quadro amplo, mas tem propósitos modestos.

Nos últimos anos, a sociedade brasileira passou a ter uma postura menos tolerante com relação à pobreza, e algumas importantes políticas foram implementadas. As mais relevantes certamente foram as políticas de transferência de renda. Contudo, é sabido que tais políticas, por si sós, podem não conseguir deixar resultados sustentáveis. Assim, é importante saber se as recentes políticas e as transformações econômicas pelas quais o Brasil tem passado têm deixado resultados importantes na redução da pobreza rural na região mais pobre do país.

A pobreza não é somente ruim para aqueles que se encontram em tal situação. Também gera externalidades, uma vez que o bem-estar de toda a sociedade é afetado por este cenário. Tal fenômeno extrapola as questões econômicas objetivas e é objeto de preocupação de toda a sociedade, que procura métodos para mitigar seus efeitos.

O trabalho de Silva Júnior e Sampaio (2005) analisou a pobreza e as suas características no período correspondente à década de 90. Este trabalho se propõe a atualizar esses resultados para o novo século e avaliar se as referidas mudanças trouxeram importantes resultados na redução da pobreza, analisada pelo prisma da renda de todos os trabalhos.

O objetivo deste trabalho é o de verificar a dinâmica dos níveis de pobreza e desigualdade de

renda na população rural nordestina durante os primeiros anos do século XXI, assim como averiguar os padrões de desigualdade de rendimentos observados na região e nos seus estados componentes.

Procura ainda verificar quais os principais determinantes da pobreza rural entre os indivíduos e analisa possíveis alterações nesses determinantes. Para tanto, utiliza-se um modelo *logit* de probabilidade aplicado para dados da

PNAD para estimar determinantes da pobreza.

O trabalho é composto por outras quatro seções, além dessa breve introdução. Na segunda seção, é feito breve resumo das principais constatações sobre a evolução da pobreza e da desigualdade na década 2000, com ênfase para o Nordeste. A literatura é hoje muito ampla, optando-se por referir poucos trabalhos que permitam traçar breve sumário das mudanças. Na terceira seção, são apresentados a metodologia e os dados. Na quarta, são destacados resultados e é empreendida análise e implicações para a política econômica. A quinta e última seção contém breve resumo e as principais conclusões.

## A POBREZA RURAL NORDESTINA: O QUE MUDOU NA ÚLTIMA DÉCADA?

A recente literatura mostra que a pobreza rural nordestina sofreu importantes transformações nos últimos anos em função das políticas de transferência de renda implementadas em anos recentes. Embora a literatura trate, de modo geral, de mudanças na distribuição da renda e da pobreza no Brasil, seus rebatimentos regionais e entre a área urbana e a rural são claros. Três aspectos principais são destacados. Primeiro, a monotônica redução das desigualdades, atribuída em boa parte à política social do governo Lula. Segundo, a redução dos pobres, pela combinação de crescimento mais elevado, predominantemente nos últimos anos, e

das transferências do governo, com destaque para o Bolsa Família. Terceiro, dada a concentração das transferências no Nordeste e na área rural, a expectativa de que essas melhorias sejam ainda mais destacadas em relação à pobreza rural e ao Nordeste. Mas a literatura é ainda incipiente, principalmente em relação a este terceiro aspecto. Um outro aspecto, de extrema importância, refere-se a mudanças nos determinantes da pobreza. Em que medida, de um lado, o crescimento econômico determinando necessidades educacionais mínimas e, do outro lado, uma política de afirmação e inclusão social podem afetar as constatadas discriminações por nível educacional, por gênero e por etnia?

Em uma avaliação recente, Cavalcanti (2010, p. 9)<sup>1</sup> analisa estes diversos aspectos, comparando 2001 com 2008:

O coeficiente de igualdade (o complemento para 1 do coeficiente de Gini) cresceu em todas as regiões, alcançando, em 2008, 0,509 no Sul [0,458 em 2001], 0,491 no Norte [0,438 em 2001], 0,489 no Sudeste [0,442 em 2001], 0,444 no Nordeste [0,404] e 0,438 no Centro-Oeste [0,410] ([de 0,412 para] 0,457 no Brasil), refletindo tendência para a melhoria das disparidades interpessoais de renda que vem de 1997.

Constata-se que as desigualdades ainda são maiores no Centro-Oeste e no Nordeste do que no Brasil como um todo. Verifica-se também que as maiores reduções ocorreram no Norte, no Sul e no Sudeste, acima da ocorrida no Brasil, sendo bem menores no Nordeste e no Centro-Oeste. Assim, pode-se afirmar, com base nestes dados, que, apesar de ocorrer diminuição das desigualdades,

esta redução foi menor no Nordeste que em três regiões e no Brasil como um todo. Isso contraria as expectativas formadas em função da determinante política social.

**Pode-se afirmar, com base nestes dados, que, apesar de ocorrer diminuição das desigualdades, esta redução foi menor no Nordeste que em três regiões e no Brasil como um todo. Isso contraria as expectativas formadas em função da determinante política social**

A proporção de não pobres evoluiu de 64,9 % da população do país em 2001 para 77,2% em 2008 (redução da pobreza de 35,1% para 22,1%). Num extremo, o Nordeste, esses percentuais foram, respectivamente, 49,3% e 64,5% (pobreza de 51,7% e 35,5%); no outro, o Sul, eles foram 82,1% e 92,2% (17,9% e 7,8%) Cavalcanti (2010 p. 9).

Detalhando para todas as regiões, tem-se: no Norte, de 58,8% para 74,9%; no Nordeste, de 49,3% para 64,5%; no Sudeste, de 70,6% para 81,3%; no Sul, de 82,1% para 92,2%; e no Centro-Oeste, de 62,2% para 76,2%. Ou seja, apesar de continuar com a maior proporção de pobres do país, o Nordeste apresenta a maior redução no período. Essa redução é compatível com as transferências de renda do governo, com destaque para o Bolsa Família.

O trabalho de Cavalcanti (2010) permite também uma análise das mudanças comparativas entre área urbana e rural. A tabela abaixo apresenta os números.

**Tabela 1**  
**Proporção de não pobres e coeficiente de igualdade – Nordeste – 2001/2008**

	Proporção de não pobres		Coeficiente de igualdade	
	2001	2008	2001	2008
Nordeste	49,25	64,54	0,404	0,444
Nordeste rural	46,27	64,73	0,509	0,522
Nordeste urbano	51,43	66,09	0,438	0,467
Nordeste metropolitano	47,89	60,29	0,384	0,424

Fonte: Cavalcanti (2010).

Em 2001, a maior desigualdade ocorria no Nordeste metropolitano, seguido do Nordeste urbano, havendo maior igualdade no Nordeste rural. Em 2008, a ordem permaneceu, mas maior redução ocorreu no Nordeste metropolitano (-0,04), seguido do Nordeste urbano (-0,029) e, por fim, do Nordeste

<sup>1</sup> Cavalcanti reconhece que os cálculos de proporção de pobres e coeficiente de Gini, para 2001 e 2008, foram feitos por Sonia Rocha, com base em tabulações especiais da PNAD.

rural (-0.013). Ou seja, a desigualdade entre áreas atenuou-se, mas a área rural foi a menos afetada.

Em relação à proporção de pobres, a situação é mais indicativa. Cai a proporção de pobres em todas as áreas, sendo a maior redução na área rural (-18,46%), seguida da área urbana (-14,66%) e, por fim, da área metropolitana (-12,40%). Com estas mudanças, a maior proporção de pobres (em relação à população de cada área) passa a se concentrar no Nordeste metropolitano, permanecendo o Nordeste urbano com a menor proporção.

Esses números revelam que, dada a baixa renda no Nordeste rural, a sua elevação, através da melhoria da renda do trabalho ou de transferências governamentais, propicia rápida redução da proporção de pobres. No entanto, esta elevação de renda não é suficiente para alterar substancialmente, pelo menos não na mesma medida que ocorre no Nordeste urbano e metropolitano, a desigualdade. As transferências de pequenos montantes afetam mais a proporção de pobres (definida por linhas de renda) que a desigualdade.

Mas o que se pode afirmar sobre a evolução da pobreza e da desigualdade no Nordeste rural, retirando da análise as rendas advindas de transferências e observando a pobreza pelo estrito senso da renda do trabalho? Afinal, uma vez que as transferências cessem, e um dia haverão de cessar, o que acontecerá com o novo perfil da pobreza na região? O que houve com a dinâmica do perfil da pobreza neste novo século? Uma vez que se calculem índices de pobreza à luz da renda advinda do trabalho pode-se verificar tais questões.

## **METODOLOGIA E BASE DE DADOS UTILIZADA**

A base de dados e a metodologia utilizadas neste trabalho são idênticas àquelas utilizadas nos trabalhos de Silva Júnior e Sampaio (2005) e Silva Júnior (2006), e foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD),

referentes ao período compreendido entre os anos de 2001 e 2006. A amostra estabelecida representa um conjunto de informações homogêneas quanto às características do processo de formação de rendimentos do trabalho.

A limitação da amostra segue as mesmas considerações apresentadas no trabalho de Silva Júnior e Sampaio (2005), restringindo-se aos indivíduos:

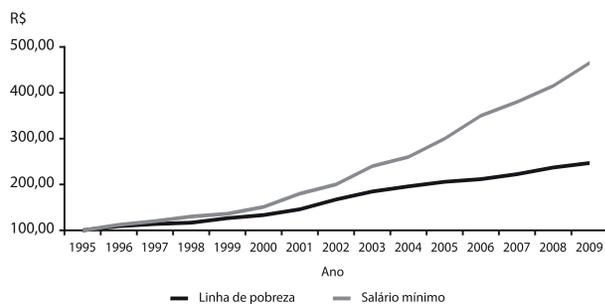
- a. Pertencentes à população economicamente ativa (PEA), residentes nas comunidades rurais nordestinas, ocupados ou não no setor agrícola.
- b. Com idade superior a nove anos.
- c. Com a renda positiva de todos os trabalhos.

Sendo a pobreza um fenômeno de difícil definição, este trabalho estuda este objeto à luz do conceito apresentado por Sen (2001), que estabelece um dado nível de renda que permita a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, chamado de linha de pobreza, classificando como pobres todas as pessoas com rendas inferiores a essa linha.

Assim, a linha de pobreza estabelecida para este trabalho foi a mesma estabelecida no trabalho de Silva Júnior e Sampaio (2005), com valores atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para setembro de 2009. A definição de uma mesma linha de pobreza utilizada em trabalho anterior que analisa os valores e a probabilidade de ocorrência de pobreza permite estudar a evolução deste fenômeno no tempo.

A Figura 1 apresenta a evolução da linha de pobreza estabelecida neste trabalho, assim como a evolução do salário mínimo durante o período entre os anos de 1995 e 2009. A linha de pobreza é equivalente ao valor do salário mínimo do ano de 1995, atualizado até o final do período. Observe que o salário mínimo cresce mais rapidamente que a linha de pobreza no período. Tal fato é importante no sentido de evitar uma eventual sobre-estimação dos níveis de pobreza estudados, uma vez que o salário mínimo é um forte referencial de rendimento também na área rural e poderia gerar resultados

distorcidos caso seu crescimento fosse menor que o da linha de pobreza.



**Figura 1**  
Evolução da linha de pobreza e do salário mínimo – 1995-2009

Fonte: Dados da pesquisa.

No intuito de se ter uma medida temporal de pobreza e desigualdade dos rendimentos, são calculados alguns dos mais importantes índices para a população em estudo. Assim, foram calculados os seguintes índices:

- i. Proporção de pobres.
- ii. Índice de pobreza de Sen.
- iii. Coeficiente de variação.
- iv. Coeficiente de Gini.

A partir do conceito de insuficiência de renda da população pobre, foi possível ainda calcular o custo total e médio da população, conforme apresentado por Hoffmann (1998). Tais valores são expressões numéricas dos custos sociais necessários para se acabar com a pobreza rural nordestina, caso fosse possível transferir para cada pobre o valor necessário para retirá-lo dessa condição.

Este trabalho ainda mostra como a probabilidade de ocorrência de pobreza vem mudando durante esta última década. A metodologia é a mesma utilizada por Fiszbein e Psacharopoulos (1995 apud SILVA JÚNIOR; SAMPAIO, 2005). O propósito deste exercício é determinar as variáveis que mostram maior associação com a pobreza rural nordestina. A regressão estimada permite determinar aquelas variáveis que, depois de controlados os efeitos das outras, correlacionam-se mais com a pobreza. É, portanto, utilizado um modelo *logit* de probabili-

dade, no qual a probabilidade de cair ou não em condição de pobreza é função de características individuais e localizacionais.

As variáveis utilizadas nesta determinação são as seguintes:

- i. A variável dependente do modelo *logit* é uma *dummy* que apresenta valor igual a 1, no caso de o indivíduo ser pobre ou estar abaixo da linha de pobreza, e 0, em caso contrário.
- ii. Com relação à educação, foram utilizadas quatro variáveis *dummies* para captar os níveis de escolaridade (a importância de frequentar ou ter frequentado determinadas instâncias educacionais na probabilidade de ocorrência de pobreza dos indivíduos). Assim, são estabelecidas as variáveis que captam se o indivíduo possui ensino correspondente ao primeiro ciclo do ensino fundamental (quatro anos de estudos), ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior, todos em comparação à situação na qual o indivíduo declara não ter sequer um ano de ensino escolar. Naturalmente que maiores níveis de escolarização tendem a diminuir a probabilidade de pobreza do indivíduo, conforme verificado nos trabalhos de Fields, López-Calva e Pérez-de-Rada (2000) e Silva Júnior e Sampaio (2005).
- iii. Com relação à idade, verificou-se a variação de probabilidade de o indivíduo estar em condição de pobreza a partir de seu ciclo de vida. Para tanto, foram utilizadas as variáveis idade e idade ao quadrado. Com a não linearidade da regressão, é provável que se verifique uma função de probabilidade convexa em relação à origem, fazendo crer que exista uma idade onde a probabilidade de pobreza seja mínima para esta população.
- iv. Apesar de ser grande a miscigenação nesta região brasileira, foi utilizada uma variável que procura captar o efeito da cor da

pele declarada em tal probabilidade. Para tanto, foi utilizada uma variável *dummy* que atribui valor 1, caso o entrevistado entenda que seja de etnia branca, e 0, em caso contrário.

- v. Foi incluída uma variável *dummy* de gênero para identificar possíveis diferenças entre sexos, tendo em vista as diferenças salariais que existem no mercado de trabalho.
- vi. Foi também incluída uma variável *dummy* para captar efeito da atividade de trabalho deste indivíduo, uma vez que a amostra é composta pela população economicamente ativa (PEA). Foi atribuído valor 1, caso ele esteja empregado na agricultura, e 0, em caso contrário.
- vii. Foram utilizadas oito variáveis *dummies* localizacionais para tentar relacionar a probabilidade de pobreza do indivíduo com o estado nordestino que este reside. Tal variável capta todas as características de nível de desenvolvimento, de mercado de trabalho entre outras variáveis omitidas neste modelo. Assim, é provável que aqueles indivíduos residentes nos estados nordestinos mais desenvolvidos estejam em menor probabilidade de pobreza.

O modelo estimado neste trabalho é, portanto, expresso a seguir:

$$\log \left( \frac{P}{1-P} \right) = \beta_0 + \beta_1 MFUND + \beta_2 FUND + \beta_3 MED + \beta_4 SUP + \beta_5 ID + \beta_6 ID2 + \beta_7 COR + \beta_8 GEN + \beta_9 ATIV + \beta_{10} MA + \beta_{11} PI + \beta_{12} CE + \beta_{13} RN + \beta_{14} PB + \beta_{15} PE + \beta_{16} AL + \beta_{17} SE + \varepsilon \quad (1)$$

No modelo,  $\varepsilon$  é o termo de perturbação estocástico. A partir da referida equação, pode-se fazer inferência de probabilidades condicionais resolvendo tal equação (GUJARATI, 2000; SILVA JÚNIOR, 2006).

As elasticidades podem ser calculadas da seguinte maneira:

$$\frac{\partial P(\text{pobre})}{\partial X_i} = \beta_i P_{\text{tipico}} (1 - P_{\text{tipico}}) \quad (2)$$

Assim,  $P_{\text{tipico}}$  é a probabilidade de que um indivíduo com características típicas da população estudada esteja em condição de pobreza. Desta forma, todas as probabilidades são apresentadas em termos do indivíduo típico da amostra.

O indivíduo típico é aquele que melhor representa a amostra. Portanto, é o indivíduo composto pelos valores médios ou moda, no caso das variáveis qualitativas. Este indivíduo possui as seguintes características:

- a. Sexo masculino.
- b. Possui entre 38 e 40 anos de idade, dependendo do ano de análise.
- c. Ocupado no setor agrícola.
- d. Residente no estado da Bahia.
- e. Não é de cor branca, ou não se declarou como tal.
- f. Nunca foi à escola, ou tem zero ano de educação formal.

Assim, todas as probabilidade e elasticidades apresentadas neste trabalho partem do indivíduo típico, podendo ainda ser feitas alterações parciais neste indivíduo, verificando os efeitos causados por estas transformações.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

A Tabela 2 apresenta as principais características da amostra e população estudada. Traz, entre outras informações, o número de pessoas da amostra, assim como o número estimado da população.

Observe-se que, com as transformações monetárias feitas pelo INPC, os valores reais de rendimentos são muito próximos ano após ano. Os rendimentos médios apresentados não se alteram de maneira muito significativa, assim como os valores medianos, que, inclusive, são menores no último ano em relação aos primeiros anos verificados.

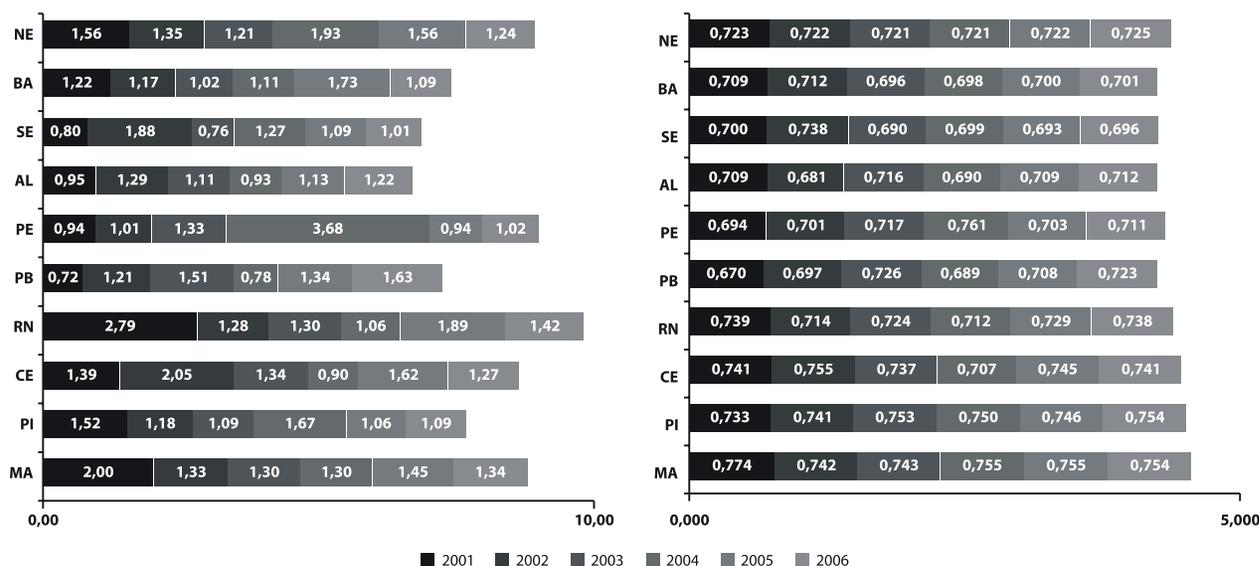
**Tabela 2**  
Medidas de população e rendimentos da amostra – 2001-2006

Variáveis	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Número de pessoas da amostra	9.822	10.675	8.703	8.702	9.390	9.076
Número estimado de pessoas da população (milhões de pessoas)	4,9	5,2	4,3	4,3	4,6	4,5
Rendimento médio (R\$)	325,03	292,38	284,37	291,96	307,56	319,34
Rendimento médio dos pobres	126,56	118,95	125,05	122,39	133,89	131,25
Rendimento médio dos não pobres	494,23	463,26	469,12	464,12	506,20	528,89
Rendimento mediano	270,80	250,76	213,81	239,22	239,71	233,16

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: Os valores de rendimento foram corrigidos pelo INPC para valores de setembro de 2009.

Note-se que os referidos valores fazem referência aos ganhos na PNAD da renda de todos os trabalhos e não incluem os benefícios recebidos por programas de transferência de renda. Atente-se que se, por um lado, sabe-se que houve uma diminuição da pobreza em função dos programas de transferência de renda, por outro, a pobreza, sob o prisma da renda recebida pelo trabalho, não parece ter arrefecido.



**Figura 2**  
Coeficiente de variação e de Gini para os residentes rurais – Nordeste e seus estados – 2001-2006

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se ainda que, diferentemente do que se verificava nos anos 90 nesta região, a desigualdade de rendimento, sob a ótica do coeficiente de Gini, é alarmantemente alta em todos os estados nordestinos, sendo menor que 0,7 apenas 12 vezes entre os nove estados, nos seis anos pesquisados, tornando maior esta chaga que marca a história econômica desta região.

### Medidas de pobreza

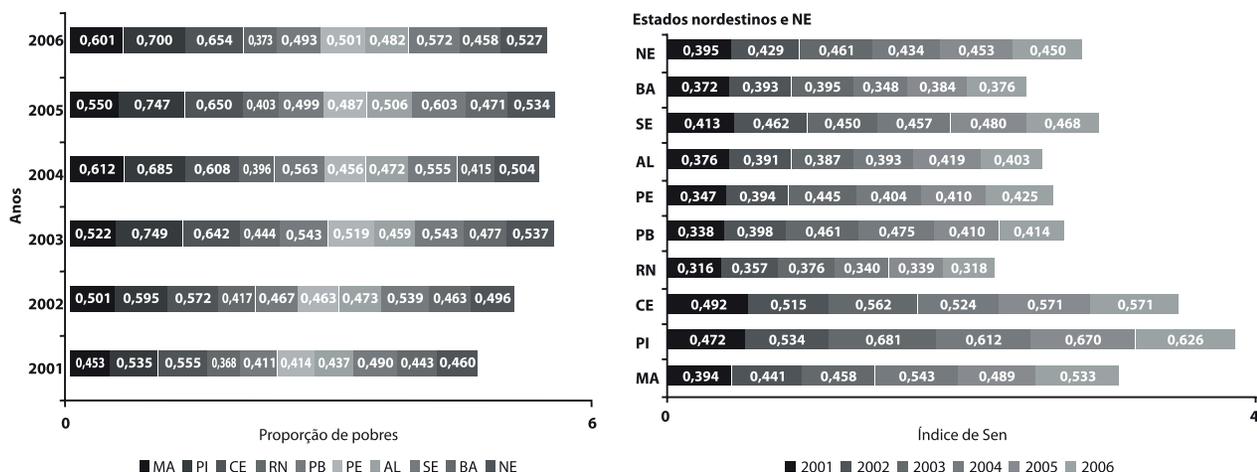
Com relação à pobreza, os números parecem ainda muito elevados. Observe-se a partir da Figura 3 que a proporção de pobres somente cresce nos anos pesquisados. A área rural nordestina apresentava 46% de pobres no ano de 2001 e terminou o período analisado com 52,7% de pobres, sob a mesma linha de pobreza e com significativos aumentos reais do salário mínimo, conforme anteriormente apresentado na Figura 1.

Com a atualização dos números de pobres, verifica-se que essa proporção não apresentou significativa redução. Nos anos de 1992, 1995 e 1999, a proporção de pobres era de 0,667; 0,496 e 0,522, respectivamente. Os novos números mostram que, a partir da renda do trabalho, não houve significativa redução da proporção de pobres. Observa-se ainda que o Rio Grande do Norte manteve a menor proporção de pobres entre os estados nordestinos

desde o ano de 1999, seguido pela Bahia e por Alagoas e Pernambuco. O Piauí e o Ceará apresentam os piores resultados.

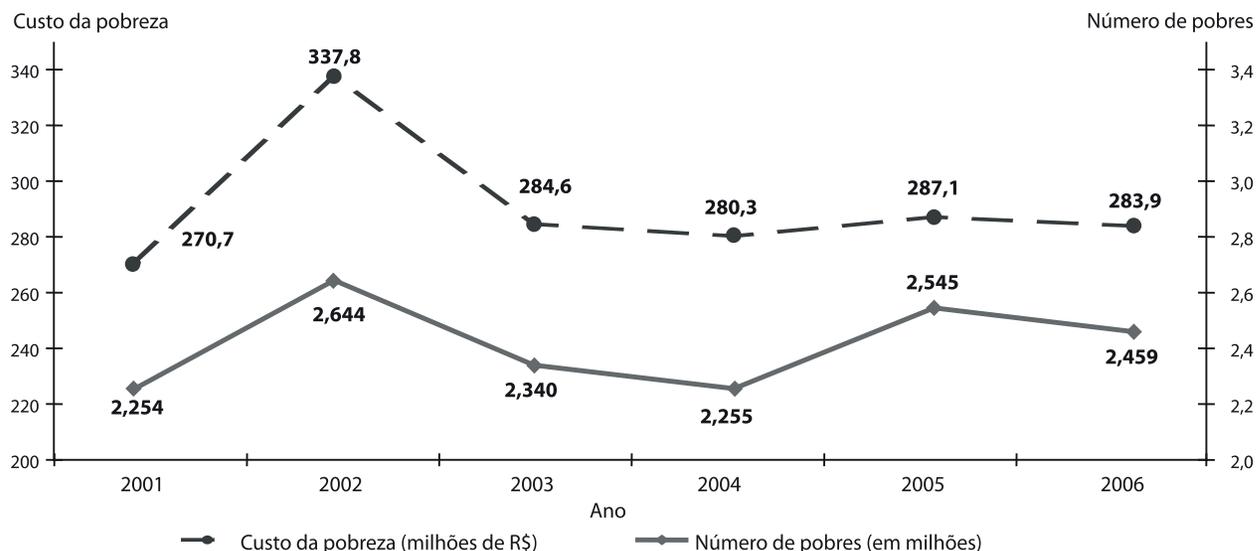
Observe que a proporção de pobres apenas apresenta a extensão da pobreza, mas nada revela sobre a sua profundidade (HOFFMANN, 1998). O índice de pobreza de Sen possui a vantagem de apresentar a pobreza em seu maior espectro, dando um melhor dimensionamento desse fenômeno. A Figura 3 ainda apresenta o índice de pobreza de SEN na população rural nordestina e em seus estados, entre os anos de 2001 e 2006. A figura apenas corrobora os resultados verificados na proporção de pobres, ou seja, as menores incidências de pobreza nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Alagoas, e os piores resultados apresentados pelo Piauí, Ceará e Maranhão.

Em relação aos dados da década de 90, observa-se que a pobreza rural nordestina cresceu neste novo milênio. Durante a década de 90, especificamente nos anos de 1992, 1995 e 1999, os valores de pobreza calculados por Silva Júnior e Sampaio (2005) eram de 0,518; 0,371 e 0,378, respectivamente. O valor médio nesses seis primeiros anos do novo século é 0,437, maior, portanto, que os últimos valores calculados para a década passada. Assustador é o índice de Sen para o estado do Piauí, que chegou a 0,681 no ano de 2003, valor comparável ao dos mais pobres países africanos.



**Figura 3**  
**Proporção de pobres e índice de Sen na população rural – Nordeste e seus estados – 2001-2006**

Fonte: Dados da pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa.

**Figura 4**  
Custo mensal da pobreza rural nordestina e número de pobres – 2001-2006

Fonte: Dados da pesquisa.

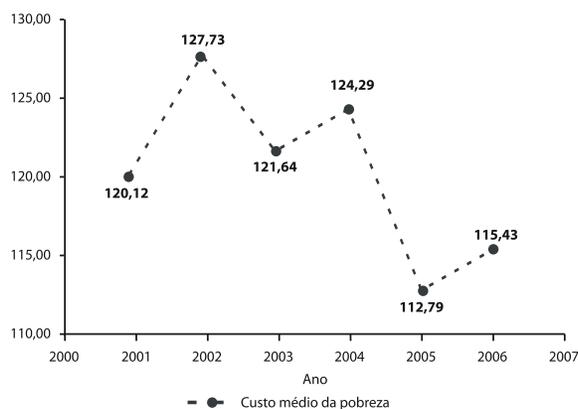
E com relação ao número estimado de pobres, o que se pode afirmar? Esta talvez seja a mais relevante questão a ser respondida. A Figura 4 mostra o custo mensal da pobreza rural e o número de pobres. A referida figura mostra que a população rural nordestina pobre teve um significativo aumento entre os anos de 2001 e 2002, saindo de 2,2 para 2,6 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Ao final do período analisado, esse valor era de 2,5 milhões de pessoas.

É importante registrar que estes números não representam o total de pobres da região, uma vez que a mostra é contida por pessoas pertencentes à população economicamente ativa (PEA) residentes nas comunidades rurais nordestinas, ocupadas ou não no setor agrícola, com idade superior a nove anos e com renda positiva de todos os trabalhos. É, portanto, um valor subestimado da real situação.

O custo mensal da pobreza rural nordestina foi calculado a partir da complementação de renda necessária a todos que se encontravam abaixo da linha de pobreza, para que estes saíssem da referida condição. Observa-se que se houvesse viabilidade técnica para a implementação de tal política, o custo mensal médio para a eliminação da pobreza seria de cerca de R\$ 300 milhões, aos valores de setembro de 2009. Observa-

se ainda a elevação desse custo no ano de 2003, quando chega próximo aos R\$ 340 milhões mensais.

O custo médio da pobreza rural nordestina alternou-se entre os anos estudados, com uma tendência de redução. A Figura 5 mostra o custo médio da pobreza rural nordestina. Observe-se que, em média, cada pobre precisou de menos recursos para sair da condição de pobreza. Este valor, que era de quase R\$ 128 mensais em 2003, passou a ser de pouco mais de R\$ 115 no ano de 2006. Tal constatação faz crer que os pobres estão cada vez menos pobres com o passar do tempo, ainda que esta diminuição seja muito pequena.



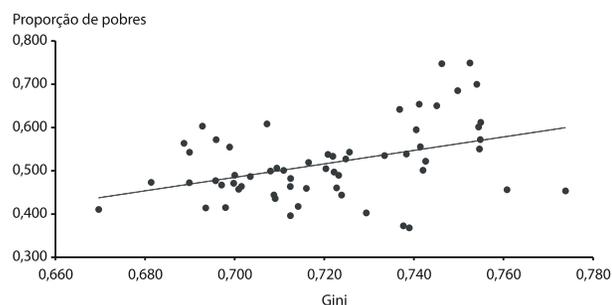
**Figura 5**  
Custo médio da pobreza rural nordestina – 2001-2006

Fonte: Dados da pesquisa.

Outra importante questão a ser esclarecida é: onde estão localizados os pobres rurais nordestinos? Quais os estados que concentram a maior quantidade absoluta de pobres? A Figura 6 apresenta a sua localização entre os nove estados nos anos da pesquisa. A partir da referida figura, verifica-se que os pobres estão concentrados fundamentalmente nos estados da Bahia, Ceará e Maranhão. O número de pobres é menor no Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. É evidente que o maior quantitativo de pobres localizado no estado da Bahia não se dá em função de ser mais concentrada a pobreza neste estado e sim em decorrência da enorme população rural baiana. Da mesma forma, o diminuto número de pobres encontrados em Sergipe não ocorre pelo fato de o estado ter poucos pobres e sim pela sua pequena população rural.

Por fim, apresenta-se a Figura 7, que mostra a relação existente entre o coeficiente de Gini e a proporção de pobres entre os estados nordestinos durante os anos de análise. Observe-se que a mesma relação positiva entre essas duas características da pobreza é verificada na década

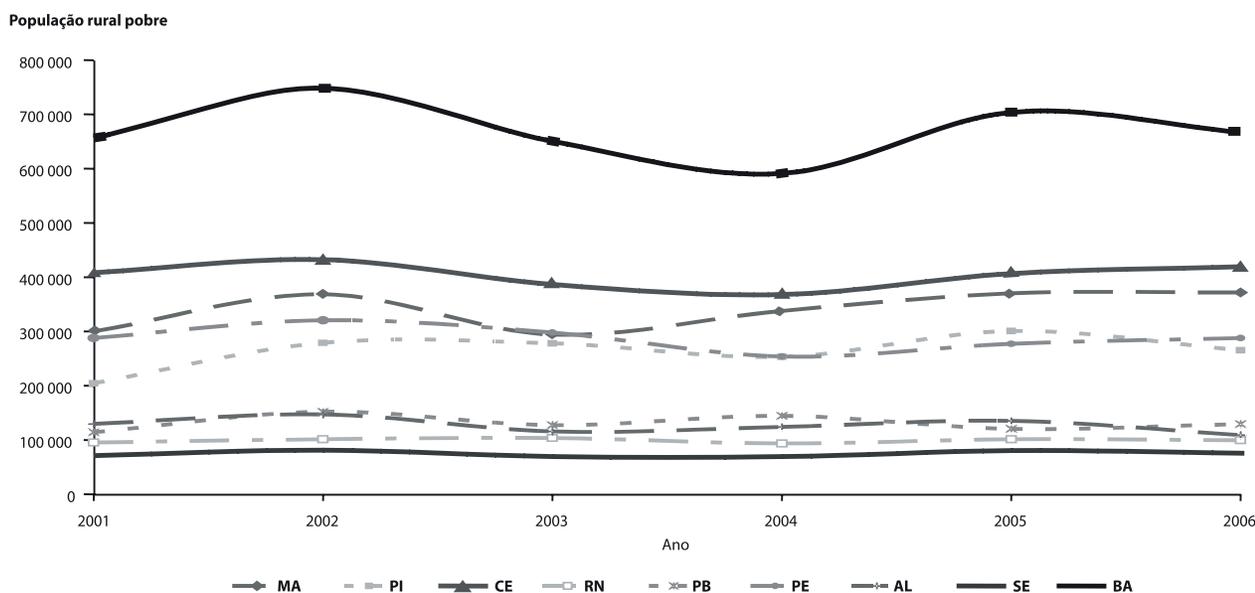
de 90 (SILVA JÚNIOR, 2006) e no novo século. Estas relações são encontradas em outros trabalhos, como o de Corrêa (1998) e Contreras (2003). Esta é uma triste e cruel característica da pobreza: estados mais pobres também possuem maiores desigualdades de rendimentos entre os seus cidadãos, criando um ambiente de iniquidade.



**Figura 7**  
Proporção de pobres versus coeficiente de Gini  
Estados nordestinos – 2001-2006

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, os resultados calculados da pobreza e desigualdade para a população rural nordestina, a partir da amostra proposta e retirada da



**Figura 6**  
Distribuição da população rural pobre nordestina – 2001-2006

Fonte: Dados da pesquisa.

PNAD, parecem ser menos animadores do que aqueles que habitam o inconsciente coletivo. A pobreza sendo avaliada pelo prisma da renda do trabalho parece não ter retrocedido significativamente. Nem mesmo os significativos aumentos do salário mínimo neste período, o que é apontado por alguns segmentos da sociedade como importante política de combate à pobreza, parecem ter conseguido sua redução. Por outro lado, a desigualdade de rendimentos, que já parecia muito alta, aumentou ainda mais neste período, alcançando números muito elevados e não vistos nos anos 90.

### Probabilidade de pobreza

A Tabela 3 apresenta as probabilidades e as elasticidades a partir das características dos indivíduos. Os resultados analisados advêm das regressões representadas nas equações (1) e (2). A referida tabela apresenta, portanto, as probabilidades de ocorrência de pobreza a partir das características pessoais e localizacionais dos indivíduos. Assim, a probabilidade de 0,427 do indivíduo típico no ano de 2001 apresentada na referida tabela deve ser interpretada como sendo a probabilidade de um indivíduo com tais características estar em con-

Características	2001		2002		2003	
	Prob	Elast	Prob	Elast	Prob	Elast
Indivíduo típico	0,427	-0,020	0,257	-0,004	0,553	-0,035
Menos fundamental	0,386	-0,042	0,220	-0,038	0,482	-0,070
Ensino fundamental	0,258	-0,190	0,169	-0,101	0,400	-0,153
Ensino médio	0,091	-0,500	0,066	-0,301	0,203	-0,391
Ensino superior	0,030	-0,791	0,013	-0,615	0,037	-0,860
Branco	0,383	-0,045	0,252	-0,005	0,553	0,000
Gênero masculino	0,660	-0,239	0,615	-0,291	0,844	-0,365
Atividade agrícola	0,235	0,221	0,118	0,180	0,286	0,278
MA	0,457	0,031	0,313	0,052	0,601	0,049
PI	0,536	0,110	0,428	0,147	0,796	0,283
CE	0,583	0,158	0,400	0,124	0,736	0,200
RN	0,394	-0,034	0,277	0,020	0,601	0,049
PB	0,444	0,018	0,281	0,024	0,673	0,125
PE	0,411	-0,016	0,260	0,003	0,614	0,062
AL	0,418	-0,009	0,247	-0,010	0,535	-0,018
SE	0,482	0,056	0,255	-0,002	0,609	0,057
Características	2004		2005		2006	
	Prob	Elast	Prob	Elast	Prob	Elast
Indivíduo típico	0,552	-0,033	0,555	-0,035	0,542	-0,036
Menos fundamental	0,481	-0,068	0,484	-0,070	0,478	-0,063
Ensino fundamental	0,399	-0,147	0,402	-0,153	0,400	-0,143
Ensino médio	0,203	-0,377	0,204	-0,390	0,240	-0,328
Ensino superior	0,037	-0,829	0,037	-0,859	0,041	-0,825
Branco	0,534	-0,018	0,537	-0,018	0,557	0,016
Gênero masculino	0,844	-0,352	0,845	-0,364	0,824	-0,341
Atividade agrícola	0,286	0,269	0,288	0,278	0,281	0,274
MA	0,601	0,047	0,604	0,049	0,679	0,144
PI	0,795	0,273	0,797	0,283	0,778	0,269
CE	0,735	0,193	0,737	0,200	0,778	0,254
RN	0,601	0,047	0,604	0,049	0,536	-0,006
PB	0,672	0,121	0,675	0,125	0,612	0,072
PE	0,613	0,060	0,616	0,062	0,608	0,067
AL	0,534	-0,018	0,537	-0,018	0,566	0,024
SE	0,608	0,055	0,611	0,057	0,652	0,114

Fonte: Dados da pesquisa.

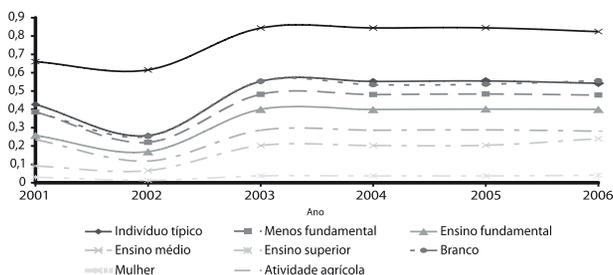
dição de pobreza no referido ano. Em seguida, a probabilidade de 0,386 na linha “Ensino fundamental” deve ser interpretada como sendo de um indivíduo típico que concluiu o primeiro ciclo do ensino fundamental.

De maneira geral, os resultados apresentados não diferem significativamente em relação aos do trabalho de Silva Júnior e Sampaio (2005), no qual foi constatada a importância da educação e do gênero na determinação da probabilidade de pobreza.

A partir da referida tabela, é fácil perceber a grande importância que a educação tem na redução da probabilidade da pobreza desses indivíduos. Um indivíduo típico que possua curso superior teria em torno de 3% de probabilidade de pobreza, contra cerca de 50% se possuísse zero ano de escolaridade. Observe-se que, apenas com a conclusão do ensino médio, o indivíduo reduz de maneira significativa a probabilidade de ser pobre.

Os resultados podem também ser observados a partir das informações de elasticidades. Os valores mostram o impacto de mudança do indivíduo típico, caso ele assumira algum outro perfil característico.

Todas as probabilidades calculadas no anos pesquisados em relação às características dos indivíduos são apresentadas na Figura 8, a seguir. Chama a atenção na figura a elevação de probabilidade de pobreza caso o indivíduo típico seja uma mulher. Tal resultado revela uma imensa discriminação de gênero existente na população rural nordestina.



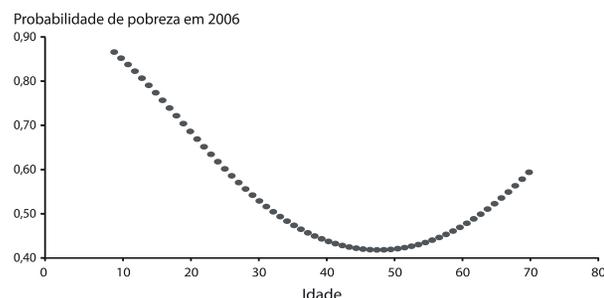
**Figura 8**  
Probabilidade de pobreza para o indivíduo típico e para características educacionais, de gênero, cor e ocupação – Nordeste – 2001-2006

Fonte: Dados da pesquisa.

Da mesma forma, chama a atenção a pouca influência da cor da pele em tal probabilidade. Desde os resultados apresentados no trabalho de Silva Júnior e Sampaio (2005), sabe-se que as diferenças advindas da cor da pele são pequenas. Tal fato deve se explicar pela intensa miscigenação existente nesta região, ainda que a renda tenha a capacidade de branquear a pele, conforme Freyre (1981).

Observe-se ainda a importância de se exercer atividades fora da agricultura. Este resultado parece ser um reflexo da baixa produtividade da atividade agrícola nordestina.

A Figura 9 apresenta a probabilidade de ser pobre por faixa etária da população rural nordestina no ano de 2006. A relação verificada neste ano não é muito diferente quando analisados os outros anos. Observa-se que o indivíduo minimiza a probabilidade de pobreza na faixa etária entre os 45 e 50 anos de idade.



**Figura 9**  
Probabilidade de ser pobre, por idade, na população rural nordestina – 2006

Fonte: Dados da pesquisa.

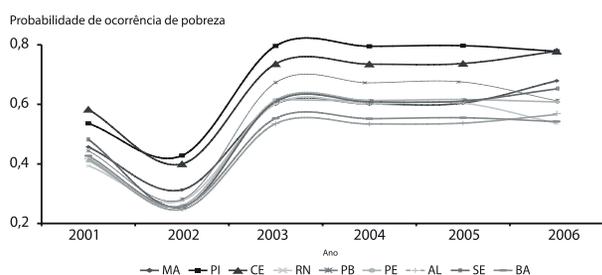
A Figura 10 apresenta ainda a probabilidade de ser pobre a partir da localização de residência do indivíduo. Observe-se que a probabilidade é muito maior para os indivíduos residentes no Piauí e no Ceará, enquanto que é minimizada para os indivíduos residentes em Alagoas, Bahia e no Rio Grande do Norte. Os resultados aqui apresentados são corroborados pelos menores níveis de pobreza apresentados por estados.

Observe-se que tais resultados expressam as condições de desenvolvimento de todas as outras

variáveis que podem influenciar na probabilidade de pobreza de um indivíduo e que se encontram omissas no modelo econométrico, mas que são características do estado sob análise.

Por fim, observa-se que o indivíduo estará em melhor condição e menor será a probabilidade de pobreza caso ele:

1. Seja do sexo masculino.
2. Possua entre 45 e 50 anos de idade.
3. Esteja ocupado em outra atividade diferente do setor agrícola.
4. Seja residente no estado da Bahia, Alagoas ou Rio Grande do Norte, dependendo do ano de análise.
5. Tenha a cor da pele branca, ou se declare como tal.
6. Possua curso superior ou mesmo ensino médio.



**Figura 10**  
Probabilidade de pobreza para os indivíduos residentes nos nove estados nordestinos 2001-2006

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados são bastante intuitivos e apenas corroboram aqueles apresentados no trabalho de Silva Júnior e Sampaio (2005). A pouca mobilidade dos resultados chama a atenção e mostra que, ou é muito árdua a tarefa de mudança do atual – e antigo – quadro de pobreza desta área nordestina, ou não tem sido feito o suficiente para que se mude este quadro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou verificar o que há de novo na pobreza rural nordestina a partir de dados da PNAD. O trabalho replica a metodologia utilizada por Silva Júnior e Sampaio (2005) e analisa o que mudou em uma década.

Verificou-se que a pobreza, calculada a partir de uma mesma linha de pobreza e

medida sob a ausência da renda de transferências, não teve mudanças significativas nos últimos 20 anos. A proporção de pobres se mantém nos mesmos patamares dos anos 90 e não houve redução significativa do número de pobres neste período.

Com relação às desigualdades de rendimento, a situação somente piorou nos últimos anos. Mantido o quadro de elevada pobreza e aumento da desigualdade de rendimentos, cresce a percepção de injustiça social, o que obriga a sociedade brasileira a refletir que resultados sustentáveis no combate à pobreza os programas de transferência têm trazido. É importante que se reflita sobre tais questões. Afinal, uma geração de brasileiros se formou sob este novo cenário e parece que tal política precisa ser melhor avaliada.

Foram feitas regressões com o intuito de se relacionar a pobreza rural nordestina com características sociolocalizacionais. A partir da análise das regressões *logit*, pode-se afirmar que é mais provável que o indivíduo residente nessas áreas seja pobre se:

1. Nunca estudou ou tem baixíssima escolaridade.
2. Não é de cor branca.
3. É do sexo feminino.
4. Possui sua principal atividade ligada à agricultura.
5. Reside no estado do Piauí.

Por fim, é importante dizer que os resultados aqui apresentados em nada mudaram em relação

àqueles verificados nos anos 90. Ainda que o lapso temporal seja curto, o que mais impressiona é a imutabilidade dos resultados, trazendo evidências de que muito pouco tem mudado neste pedaço esquecido do Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ARBACHE, Jorge S. Pobreza e mercados no Brasil. In: CEPAL. Escritório no Brasil; DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL; DFID, 2003.
- BARROS, Ricardo P. de.; MENDONÇA, Rosane; HENRIQUES, Ricardo. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão, n. 800).
- CARNEIRO, Francisco G.. *Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil*. In: CEPAL. Escritório no Brasil; DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL; DFID, 2003.
- CAVALCANTI, Roberto. Desigualdades regionais no Brasil na ótica da Inclusão Social. In: CONFERENCE ON THE REGIONAL IMPACTS OF NATIONAL POLICIES, 2010, Porto de Galinhas, PE. *Trabalhos apresentados...* Porto de Galinhas, PE, 2010.
- CONTRERAS, Dante. Poverty and inequality in a rapid growth economy: Chile 1990-1996. *The Journal of Development Studies*, v. 39, n. 3, p. 181-200, Feb. 2003.
- CORRÊA, Ângela J. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira*. Piracicaba, SP: Unimep, 1998.
- FIELDS, Gary S.; LÓPEZ-CALVA, Luis S.; PÉREZ-DE-RADA, Ernesto. *Pobreza en la Bolivia urbana: un análisis de sus características y determinantes durante los años de ajuste 1989-1995*. Ciudad de México: Informe de Pesquisa, 2000.
- FISZBEIN, Ariel; PSACHAROPOULOS, George. Income inequality trends in Latin America in the 1980's. In: LUSTIG, Nora. *The Bookings Institution*. Washington, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1981.
- GREENE, William H. *Econometrics analysis*. 4. ed. New York: Macmillan, 1993.
- GUJARATI, Damodar. *Econometria básica*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: USP, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de 2000*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2003.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2001 a 2006. Rio de Janeiro: IBGE, [2006].
- ROCHA, Sônia M. R. *Pobreza no Nordeste: a evolução nos últimos trinta anos (1970-1999)*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.
- ROCHA, Sonia. Proporção de Pobres e Coeficiente de Gini, Brasil, regiões e estados, 2001 e 2008, Tabulações especiais das Pnads, 2010, citada em CAVALCANTI, Roberto. Desigualdades Regionais no Brasil na Ótica da Inclusão Social, apresentado na Conference on the Regional Impacts of National Policies, Porto de Galinhas, Pernambuco, 2010.
- SILVA JÚNIOR, Luiz H. da; SAMPAIO, Yony. O Perfil do pobre e da pobreza rural nordestina: Um Estudo para os anos 1990. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 36, n. 4, p. 378-410, out./dez. 2005.
- SILVA JÚNIOR, Luiz H. da. *Pobreza na população rural nordestina: análise de suas características durante os anos noventa*. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.
- SEN, Amartya. *La desigualdad económica*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- \_\_\_\_\_. Poverty: an ordinal approach to measurement. *Econometrica*, v. 44, n. 2, p. 219-231.
- \_\_\_\_\_. *Poverty and famines*. Oxford: Clarendon, 1981.

Artigo recebido em 22 de julho de 2011  
e aprovado em 18 de agosto de 2011.

# Desigualdade de renda nas áreas rurais do Nordeste e Brasil: uma análise dos programas de transferência de renda

*Alexandre Navarro Fonseca\**

*Solange de Cássia Inforzato de Souza\*\**

*Carlos Roberto Ferreira\*\*\**

\* Graduando em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq. anf\_navarro@yahoo.com.br

\*\* Doutora em Educação: História, Política, Sociedade e mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora associada da Universidade Estadual de Londrina (UEL). solangecassia@uol.com.br

\*\*\* Doutorado em Ciências (Economia Aplicada) pela Universidade de São Paulo (USP); mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor adjunto da Universidade Estadual de Londrina. robert@uel.br

## Resumo

Este trabalho investiga os rendimentos provenientes de programas de transferência de renda e suas implicações na desigualdade de renda nas áreas rurais da Região Nordeste e do Brasil em seu conjunto entre 2004 e 2008. A partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mediu-se a participação da fonte de renda derivada dos programas sociais na composição da renda domiciliar per capita e sua razão de concentração, obtida pela decomposição do índice de Gini. Observou-se o aumento significativo da participação desse componente do rendimento para a população da área rural da Região Nordeste do Brasil e sua influência na queda da desigualdade de renda no período analisado. Para a área rural do Brasil como um todo, houve pequena queda na participação desse rendimento em relação à sua tendência histórica, embora continue a auxiliar para a redução da desigualdade da renda.

**Palavras-chave:** Rendimento domiciliar per capita. Concentração de renda. Índice de Gini.

## Abstract

*This work investigates the income from cash transfer programs and their implications for income inequality in rural areas of the Northeast and Brazil as a whole between 2004 and 2008. Through the micro-data from PNAD (National Survey by Household), the participation of the income derived from social programs in the composition of the household income per capita was measured, and their concentration ratio, obtained by the decomposition of Gini index. A significant increase in the participation of this component of income for the population of a rural area of the Northeastern Brazil and its influence on the fall in income inequality in this period was noted. For the rural area of Brazil as a whole, there was a small decrease in the share of income in relation to its historical trend, although it continues to assist in reducing income inequality.*

**Keywords:** Household income per capita. Concentration of income. Gini index.

## INTRODUÇÃO

A literatura econômica tem enfatizado que as reduções da pobreza e dos níveis de desigualdade do Brasil demonstram que os esforços por parte governo, seja por meio de programas de transferência de renda, seja por benefícios da previdência social, são importantes, embora não suficientes, visto que esse quadro de pobreza e desigualdade no país ainda assume valores preocupantes.

Segundo Schwartzman (2006), os 10% mais pobres tinham, em 2006, uma renda mensal de R\$ 40, e os 10% mais ricos, R\$ 2.249,67, o que representa uma diferença de rendimento médio quase 60 vezes maior dos mais ricos para os mais pobres. Até o nono décimo (para 90% da população), o nível de renda tem crescimento bastante homogêneo, elevando-se abruptamente para os 10% com maiores rendimentos.

A diferença considerável de renda entre os estratos das classes sociais é uma herança antiga que ainda persiste no país. Entretanto, na última década, verificou-se uma redução expressiva, que, conseqüentemente, contribuiu para a redução do nível de pobreza. Essa redução pode ser explicada pelas mudanças no mercado de trabalho, melhora no acesso à educação – que diminui a discrepância entre as rendas no mercado de trabalho –, redução do desemprego, programas sociais, entre outros fatores.

Desde 2004, como demonstra Rocha (2009), a renda brasileira vem crescendo continuamente, sendo que a renda total das famílias brasileiras cresceu 31,2% em termos reais entre 2004 e 2008, o que teve impacto favorável na redução dos níveis de pobreza, com um declínio de 10,3 pontos percentuais no mesmo período.

Em contrapartida, verificou-se que as famílias mais pobres tiveram redução na renda total igual

a 38,8%, assim como de todos os componentes da renda, menos o relativo às transferências. Isso evidencia que a baixa renda dessas famílias está, em maior parte, ligada às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e que a participação relativa das receitas oriundas de aposentadorias e pensões representa cerca da metade observada para o restante das famílias brasileiras (ROCHA, 2009).

A questão da contribuição de programas de transferência de renda também tem sido muito destacada nos últimos estudos, principalmente a partir de 2004, pela maior presença dessa fonte de renda no rendimento domiciliar per capita das famílias rurais brasileiras.

Soares (2007) e Hoffmann (2005 apud SOARES et al, 2006) afirmam que, de mais concentrado na década de 90, esse componente passou a ser o menos concentrado em 2004, mostrando que a redução na desigualdade do mercado de trabalho, através do aumento em termos reais do salário mínimo, e a redução da segmentação do mercado de trabalho contribuíram em peso maior para o arrefecimento da desigualdade.

Considerando a situação e o grau de pobreza em que se encontra a macrorregião do Nordeste, este trabalho tem por objetivo avaliar a participação dos programas de transferência de renda na composição do rendimento domiciliar per capita das famílias situadas na área rural do Nordeste e do Brasil como um todo. Além disso, procura medir a contribuição de cada parcela da renda para a redução ou não do nível de desigualdade de renda para essas áreas no período de 2004 a 2008, a partir da PNAD.

O trabalho está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. A Seção 2 trata do cenário recente da desigualdade de renda no país e da pobreza na macrorregião nordestina e expõe os indicadores de pobreza para a população ru-

ral nos anos de 2004 a 2008. Na terceira seção, apresentam-se a metodologia e a base de dados utilizada na pesquisa. Na Seção 4, analisam-se os resultados obtidos pela exploração da composição do rendimento domiciliar per capita das regiões rurais do Nordeste e Brasil e se interpreta a contribuição de cada componente para a desigualdade de renda dessas áreas, com ênfase nos programas de transferência de renda. Por fim, são apresentadas as conclusões.

### EVOLUÇÃO RECENTE NO QUADRO DE DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA NO BRASIL

A desigualdade de renda no Brasil tem diminuído consideravelmente nos últimos anos, ao contrário do observado nos anos anteriores a 2000, período no qual o comportamento da concentração de renda no país apresentava caminho oposto.

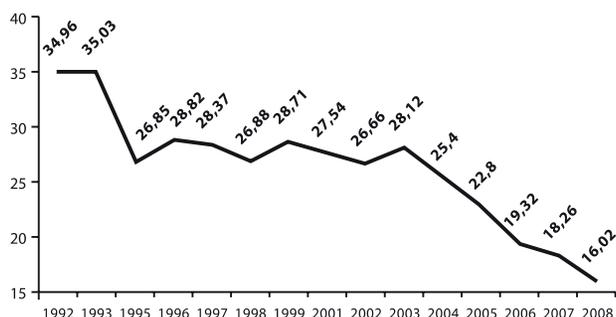
O Gráfico 1 apresenta a evolução da pobreza no Brasil desde 1992, ano em que houve alteração do questionário da PNAD, ressaltando duas mudanças significativas. Ao se observar a série, nota-se uma queda expressiva da proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza, passando de 35% para quase 27% nos anos de 1993-1995. Antes de 2003, a oscilação da proporção de pessoas pobres mostrou-se pequena, alterando-se somente após esse ano, com um aumento na ordem de 1,46%. A curva apresentou uma queda expressiva nos anos subsequentes, reduzindo a proporção de pobres, no período de 2003-2008, em aproximadamente 43%.

Segundo Neri (2009), a proporção de pessoas na classe AB cresceu 7% no último ano analisado (de acordo com a PNAD 2008), correspondendo à entrada de 1,5 milhão de pessoas no estrato mais elevado de renda e atingindo, em 2008, 19,4 mi-

lhões de pessoas. A classe C atingiu o número de 91 milhões de brasileiros, crescimento igual a 31% em cinco anos, sendo equivalente em população a 25,9 milhões de brasileiros que antes não faziam parte dessa classe.

A classe D atingiu 45,3 milhões de pessoas em 2008 e apresentou movimento de redução de 3% (0,9 milhão de pessoas) no último ano analisado. Por fim, a classe E apresentou uma redução de 12,27% em 2008, significando a saída de 3,8 milhões de

pessoas da classe de renda familiar mais baixa. Os dados mostram o que ocorre no país desde 2003, período em que cerca de 19,4 milhões de pessoas cruzaram a linha de miséria, reduzindo o número projetado de miseráveis de 50 milhões para 29,9 milhões.



**Gráfico 1**  
Proporção da população pobre – Brasil – 1992-2008

Fonte: FGV/CPS a partir dos microdados da PNAD.

O Centro de Políticas Sociais (CPS/FGV), em estudo realizado, identificou a proporção da população pobre nas macrorregiões brasileiras. No período entre 2007 e 2008, essa parcela da população sofreu redução em todas as regiões analisadas, mesmo efeito percebido na comparação dos anos de 2003 e 2008, que estão reunidos na Tabela 1.

A Região Nordeste tem a maior participação de pobres, embora tenha menor redução relativamente à proporção de pobres que outras regiões do país. Em 2003, eram 49,81% e em 2008, representavam 30,69%.

DESIGUALDADE DE RENDA NAS ÁREAS RURAIS DO NORDESTE E BRASIL:  
UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

**Tabela 1**  
**Porcentagem da população pobre – Macrorregiões Brasil – 2003/2008<sup>1</sup>**

Região	% Pobres				
	%	%	%	Var (%)	Var (%)
	2008	2007	2003	2007/2008	2003/2008
Norte	19,07	22,37	35,92	-14,75	-46,91
Nordeste	30,69	34,2	49,81	-10,26	-38,39
Sudeste	9,68	11,6	18,4	-16,55	-47,39
Sul	7,29	8,03	13,77	-9,22	-47,06
Centro-Oeste	10,49	11,78	23,22	-10,95	-54,82

Fonte: FGV/CPS a partir dos microdados da PNAD 2003, 2007, 2008.

<sup>1</sup> A pobreza e a miséria são medidas através de uma linha de miséria correspondente a R\$108,00 mensais, com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Os dados da Tabela 2 demonstram a incidência de pobreza e resumem os movimentos demográficos da população por áreas específicas. Assim, verifica-se um equilíbrio na evolução do quadro nos períodos de 2004 e 2008, apesar de haver um pequeno agravamento da proporção de pobres no último ano. Este resultado está diretamente ligado ao fato de a população rural estar diminuindo de forma contínua (ROCHA, 2009).

A Região Nordeste apresentou o mesmo comportamento que as outras áreas, mas ainda ocupa posição relativa incômoda na pobreza nacional, concentrando 45% dos pobres brasileiros, acima de todas as macrorregiões. A proporção de pobres na população rural do Nordeste declinou, mesmo movimento observado na população rural do país. Em contrapartida, a população

pobre do meio urbano e das cidades metropolitanas aumentou consideravelmente, sendo possível que a população que se encontrava antes no meio rural e que era considerada pobre tenha migrado, como movimento natural, para as cidades e contribuído para a elevação da incidência da pobreza na população.

Rocha (2009, p. 5) afirma que “[...] viviam na área rural em 1995, 19,8% da população brasileira, mas 24,7% dos pobres brasileiros, isto é, havia relativamente mais pobre na área rural do que deveria se ocorresse uma distribuição proporcional da pobreza entre os estratos de residência”.

Os desvios apresentados representam a diferença na proporção entre a percentagem do número de pessoas pobres encontradas na população total e da quantidade total da popula-

**Tabela 2**  
**Desequilíbrios entre tamanho da população e incidência de pobreza, participação percentual por áreas selecionadas – 1995, 2004 e 2008**

Áreas selecionadas	1995			2004			2008		
	Pop.	Pobres	Desvio	Pop.	Pobres	Desvio	Pop.	Pobres	Desvio
Brasil	100	100	-	100	100	-	100	100	-
Metropolitano	30,7	28,7	1,9	30,8	35,9	-5,1	30,9	36,5	-5,7
Urbano	49,5	46,5	3	54,5	48,5	-6,1	55,1	48,1	7
Rural	19,8	24,7	-4,9	14,7	15,6	-1	14	15,4	-1,4
Norte	4,6	5,3	-0,7	6,2	6,8	-0,6	6,6	7,8	-1,2
Nordeste	29,1	45,5	-16,5	28,8	42	-13,2	29	45	-16
Sudeste	43,9	33,1	10,9	42,6	37	5,6	42,1	34,5	7,7
Sul	15,5	8,3	7,2	2,4	1,1	1,3	14,9	5,1	9,8
Centro	6,9	7,7	-0,9	0,9	0,8	0,2	7,4	7,7	-0,3
Nordeste rural	10,5	17	-6,6	8,1	11,5	-3,5	7,9	12,1	-4,3

Fonte: Elaboração própria a partir de Rocha (2009, p. 5).

ção nas áreas selecionadas. Ou seja, no Nordeste rural, verifica-se que a percentagem da população total encontrada foi de 10,5%, 8,1% e 7,9% , e a proporção de pobres que integram a população total foi igual a 17%, 11,5% e 12,1% nos anos de 1995, 2004 e 2008, respectivamente.

De acordo com Lavinhas (2007, p. 1464), “[...] a redução da pobreza e da desigualdade de renda, registrada no país em período recente, é graças à elevação dos rendimentos do trabalho nos décimos inferiores da distribuição e à expansão significativa do valor médio e do número de benefícios assistenciais”.

Pochmann (2007) sugere que o rendimento da população mais pobre recebeu certa proteção através da concessão de benefícios pela política social e também do pagamento de maior valor do salário mínimo, mesmo quando a renda média dos ocupados perde poder aquisitivo.

É importante destacar que, a partir de 2004, a integração dos programas de transferência de renda não contributiva (Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Bolsa Escola etc.) em um só programa, o Bolsa Família, passou a contribuir positivamente para a diminuição da proporção de pobres nas áreas rurais, fato esse que se pretende demonstrar na próxima seção.

Criado pelo governo federal somente em 2003, o Programa Bolsa Família é consequência de um novo sistema de proteção social brasileiro, de acordo com o compromisso expresso na Carta Magna, equiparando a assistência social à população na medida de garantir o direito à educação, saúde e previdência. O governo federal ainda reconheceu o direito à aposentadoria aos trabalhadores rurais de forma não integralmente contributiva e proporcionou uma renda de solidariedade para idosos e portadores de deficiência em situação de extre-

ma pobreza: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) (SOARES; SÁTYRO, 2009).

O programa reúne outros programas federais de transferência de renda não contributiva destinados às famílias pobres do país, sendo que dois deles, o Programa Bolsa Escola e o Programa Bolsa Alimentação, exigem uma contrapartida das famílias beneficiárias. A concessão do Bolsa Escola ocorria somente para as famílias cuja renda per capita se situava abaixo de R\$ 90,00, a valores de 2001, com teto de

R\$ 45,00 e valor da bolsa de R\$ 15,00. A contrapartida era a frequência mínima, para crianças entre seis e 15 anos, de 85% ao ano à escola. A execução do programa ficava sob responsabilidade do Ministério da Educação.

O Programa Bolsa Alimentação também exigia contrapartida: acompanhamento da gestante a exames pré-natais, aleitamento materno e vacinação das crianças. O valor da bolsa e o teto por família eram o mesmo do PBE, entretanto o critério da idade dos filhos era entre zero e seis anos e ficava a cargo do Ministério da Saúde sua execução e gestão.

Em 2003, surgiu o Cartão Alimentação, que garantiu às famílias que recebiam renda per capita inferior a meio salário mínimo recurso para a compra exclusivamente de alimentos, no valor de R\$ 50,00. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi o primeiro programa de transferência de renda condicionada federal, criado em 1996 e focalizado nas crianças de sete a 15 anos que estavam sob risco de trabalhar, que trabalhavam ou que exerciam qualquer atividade perigosa ou insalubre. No meio rural, o valor da bolsa era de R\$ 25,00, e no meio urbano, R\$ 45,00, a preços de 2003. A Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) era o órgão responsável pelo PETI.

**A redução da pobreza e da desigualdade de renda, registrada no país em período recente, é graças à elevação dos rendimentos do trabalho nos décimos inferiores da distribuição e à expansão significativa do valor médio e do número de benefícios assistenciais**

Apesar das iniciativas do Estado em proporcionar melhor bem-estar à população em situação de pobreza, o cenário em que se encontravam os programas sociais era de desordem, não havendo nenhuma comunicação entre os diferentes órgãos que geriam esses programas. A solução foi a unificação de todos em um só programa, nascendo em 2003 o Programa Bolsa Família, que incorporou também o Vale-Gás, programa sem contrapartida com critérios e valores próprios.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o responsável pelo programa, apoiando-se na consolidação do direito à assistência social em todo território nacional e na coordenação do repasse de verbas da União para os estados e municípios. A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) determina os valores dos benefícios, acompanha as contrapartidas, estabelece metas e o orçamento anual, acompanha e avalia o PBF e designa as quotas por município, tomando as principais decisões relativas ao programa.

O órgão responsável pelo pagamento e processamento das informações das famílias é a Caixa Econômica Federal, que, através do Cadastro Único, obtido pelos municípios, calcula o valor que cada família receberá, emite os cartões para pagamento dos benefícios, realizando o pagamento mensalmente. Indígenas, moradores de rua e remanescentes de quilombos são casos tratados diretamente com a Senarc, passando à frente de outras famílias elegíveis, mas representam uma pequena minoria, e o ingresso desses grupos demográficos, no fim, é por meio do Cadastro Único (SOARES; SÁTYRO, 2009).

O Cadastro Único é fonte de informações para o BPC, o PBF e para qualquer outro programa focalizado e foi a ferramenta importante

para a unificação do programas federais desde sua instituição, em 2001, quando lentamente passou a integrar as informações referentes às famílias beneficiárias. Possui a mesma função de um censo incompleto, ou um levantamento estatístico acerca das populações pobres no país, servindo de critério para corte e suspensão de benefício, assim como para o acompanhamento das contrapartidas.

O programa avançou gradualmente até a meta de 11 milhões de famílias, alcançada em 2006, e então não houve mais aumento significativo na cobertura do PBF. Com a cobertura de 11 milhões de domicílios, é um dos maiores instrumentos de política social em número de beneficiados no país, mas representando somente 0,4% do PIB (SOARES; SÁTYRO, 2009).

**Em síntese, os programas de transferência de renda são de fundamental importância para o combate à miséria, pobreza e desigualdade, dinamizando as economias locais, principalmente de estados mais pobres**

**Tabela 3**  
**Abrangência do Programa Bolsa Família**  
**Brasil – 2004/2008**

<b>Critério</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>
Número de famílias (Cadastro Único) (milhões)	9,0	11,1	11,3
Número de famílias (PNAD) (milhões)	6,3	9,0	n.d
Percentual de famílias (PNAD)	12,5	16,8	n.d
Percentual de renda das famílias (PNAD)	0,5	0,7	n.d
Gasto com benefícios (em milhões de R\$)	3.792	7.525	10.607
Percentual do PIB (Siaf/Sidor)	0,3	0,4	0,4

Fontes: PNAD, MDS/SAGI – Matriz de informação social. Extraída de Tavares e outros (2009).

Em síntese, os programas de transferência de renda são de fundamental importância para o combate à miséria, pobreza e desigualdade, dinamizando as economias locais, principalmente de estados mais pobres, por meio da influência desse rendimento no consumo das famílias, o que eleva a procura por bens e serviços da população.

## MATERIAL E MÉTODO

As informações foram obtidas por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 a 2008. A PNAD é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), anualmente, desde 1971, e pretende investigar as múltiplas características socioeconômicas da população. Abrange uma amostra de domicílios em todo o país, exclusiva a área rural da antiga Região Norte até 2004, quando passou a ter cobertura integral do território nacional.

Neste estudo utilizam-se os dados do rendimento domiciliar per capita, disponível por meio da divisão dos rendimentos do domicílio pelo número de seus membros, exceto dos obtidos por pensionistas, empregados domésticos e seus parentes (dependentes).

O rendimento domiciliar per capita, apresentado para os membros que possuem dez anos ou mais de idade, é composto pelos rendimentos provenientes do trabalho principal, outros trabalhos, aposentadorias e pensões, dos aluguéis, doações, outros rendimentos etc.

Como rendimento mensal de trabalho considerou-se a remuneração bruta mensal para empregadores e trabalhadores domésticos, empregadores e conta própria, assim como qualquer rendimento de trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa exerceu na semana de referência. Os rendimentos das aposentadorias e pensões são aqueles repassados pelos institutos de previdência, fundos de pensões, entidades seguradoras privadas etc.

O rendimento denominado “doações” compreende a renda das pessoas que não pertencem à unidade domiciliar (não morador). O rendimento dos aluguéis caracteriza-se pela locação, arrendamento de imóveis, móveis, máquinas, equipamentos etc. Outros rendimentos são aqueles provenientes de programas sociais oficiais de transferência de renda (como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada etc.), assim como os rendimentos provenientes do capital.

A decomposição da renda domiciliar per capita faz-se necessária, pois a participação de cada componente será utilizada para mensurar a contribuição dos rendimentos de programas sociais na renda da população residente tanto no Nordeste rural como na área rural do Brasil como um todo. A técnica de decomposição do índice de Gini é útil também para se analisar o quanto cada componente da renda contribui para a desigualdade de renda nessas regiões.

A análise é realizada empregando uma razão de concentração (C) para cada componente, a fim de identificar a absorção de cada componente da renda em maior (menor) proporção dos rendimentos obtidos pelas famílias da área rural. De posse desses dados, na próxima etapa é feita a comparação com o índice de Gini, coeficiente de medida da concentração de renda que varia entre 0 e 1, demonstrando menor desigualdade de renda quanto mais perto de 0 o índice estiver e maior desigualdade quanto mais próximo de 1.

Portanto, se a razão de concentração (C) encontrar-se em um número maior que o índice de Gini, o componente do rendimento domiciliar per capita em questão contribui para o aumento da desigualdade de renda. Da mesma forma, se o índice de Gini estiver acima da razão de concentração, tem-se que este elemento da renda favorece a queda da desigualdade de renda.

Ferreira (2003) e Ferreira e Souza (2008, 2010) mostram como o índice de Gini pode ser decomposto quando se considera a divisão do rendimento analisado em vários componentes.

Seja  $z_i$  o rendimento da  $i$ -ésima pessoa. Neste trabalho, considera-se que o rendimento domiciliar per capita é o resultado da soma de  $k$  parcelas:

$$z_i = \sum_{h=1}^k z_{hi} \quad (1)$$

Vamos admitir que os rendimentos  $z_i$  estão ordenados de maneira que  $z_1 \leq z_2 \leq \dots \leq z_n$  sendo  $n$  o tamanho da população. Então  $i$  é a posição de ordem do rendimento  $z_i$ .

Pode-se verificar que o índice de Gini ( $G$ ) da distribuição de  $z_i$  é:

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(z_i, i) \quad (2)$$

onde  $\mu$  é a média dos  $z_i$ .

A razão de concentração do componente  $z_{hi}$  é:

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(z_{hi}, i) \quad (3)$$

onde  $\mu_h$  é a média dos  $z_{hi}$ .

A participação do  $h$ -ésimo componente no rendimento total é:

$$\phi_h = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (4)$$

Pode-se deduzir que:

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h C_h \quad (5)$$

Vamos indicar por  $i_h$  os números de ordem associados aos valores de  $z_{hi}$  se eles fossem colocados em ordem crescente. Os  $i_h$ , da mesma maneira que  $i$ , variam de 1 a  $n$ . Note-se, entretanto, que, para determinado  $z_{hi}$ , o respectivo valor de  $i$  (o número de ordem do correspondente  $z_i$ ) não vai, em geral, coincidir com  $i_h$  (a posição desse  $z_{hi}$  na ordenação dos valores desse componente). Analogamente a (2), o índice de Gini de  $z_{hi}$  é

$$G_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(z_{hi}, i_h) \quad (6)$$

De (3) e (6) obtém-se:

$$R_h = \frac{C_h}{G_h} = \frac{\text{cov}(z_{hi}, i)}{\text{cov}(z_{hi}, i_h)} \quad (7)$$

Denomina-se  $R_h$  de “razão de correlação de ordem”, ressaltando que não é um coeficiente de correlação de ordem. Eles mostram que:

$$R_h \leq 1$$

De (5) e (7) segue-se que:

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h R_h G_h \quad (8)$$

Essa expressão mostra como o índice de Gini de  $z_i$  está associado com os índices de Gini de cada componente.

Note-se, na expressão (5), que, se todas as razões de concentração  $C_h$  tivessem o mesmo valor, esse seria, também, o valor de  $G$ . Dessa forma, pode-se considerar que um componente  $z_{hi}$  contribui para aumentar a desigualdade (medida pelo índice de Gini) quando  $C_h > G$ .

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

### Componentes da renda domiciliar per capita na área rural

As tabelas 4 e 5 mostram a participação percentual dos componentes do rendimento domiciliar per capita no Brasil e no Nordeste rural para o período de 2004 a 2008. O trabalho principal, apesar de apresentar declínio em todo o período na macrorregião do Nordeste e no Brasil, representou importante parcela na composição do rendimento total da população, seguido das aposentadorias e pensões, que representam a segunda maior parcela, com crescimento estável no período, apesar de a macrorregião do Nordeste não ter apresentado alteração nos últimos três anos. Estes dois rendimentos reunidos colaboraram com percentual igual a 91,3% no Brasil rural e 88,1% para o Nordeste rural.

A variação dos elementos da renda domiciliar per capita “outros trabalhos”, “aluguel” e “outros rendimentos” foi positiva no período para a macrorregião do Nordeste rural e bem superior aos dados obtidos do Brasil rural. O trabalho principal apresentou variação negativa para as duas regiões, sendo que no Nordeste rural a queda foi maior (-7,35%) relativamente à do Brasil rural (-5,22%). Os dados indicam que a principal fonte de renda da maioria das famílias rurais sofreu uma queda na participação na composição da renda domiciliar per capita rural.

**Tabela 4**  
Participação percentual dos componentes do rendimento domiciliar per capita – Brasil rural – 2004-2008 (%)

Parcelas	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
Tr. princ.	69,32	67,90	66,30	66,00	65,70	-5,22
Outr. trab.	3,20	3,80	3,50	2,90	3,10	-3,13
Apos./pen.	22,00	22,50	23,50	24,10	25,00	13,64
Aluguel	1,00	0,90	1,00	1,00	0,80	-20,00
Doações	0,30	0,30	0,30	0,24	0,30	0,00
Outros rend.	3,90	4,30	5,10	5,40	4,90	25,64

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

**Tabela 5**  
Participação percentual dos componentes do rendimento domiciliar per capita – Nordeste rural – 2004-2008 (%)

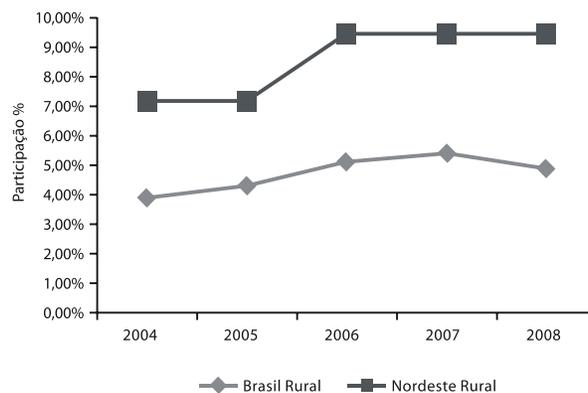
Parcelas	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
Tr. princ.	58,76	57,12	54,44	54,44	54,44	-7,35
Outr. trab.	3,76	5,27	4,37	4,37	4,37	16,22
Apos./pen.	29,37	29,32	30,60	30,60	30,60	4,19
Aluguel	0,21	0,39	0,40	0,40	0,40	90,48
Doações	0,65	0,69	0,68	0,68	0,68	4,62
Outros rend.	7,22	7,18	9,47	9,47	9,47	31,16

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

A renda advinda de “outros trabalhos” obteve valor de variação igual a 16,22% para o Nordeste rural no período, apesar da interrupção da elevação desse componente no ano de 2005, atingindo participação de 5,27% na renda total.

E ao analisar a série de tempo ao todo, percebe-se que a participação do componente “outros rendimentos” aumentou consideravelmente, variando, no período, 25,64% e 31,16%, para o Brasil rural e o Nordeste rural, respectivamente. Nessa parcela estão inseridas as rendas dos programas de transferência condicionada, que têm demonstrado importante participação nos rendimentos das áreas rurais do país.

Em 2004, o componente “outros rendimentos” correspondia 7,2% do rendimento total da população rural nordestina, sofrendo pequena redução em 2005, voltando a crescer em 2006 e mantendo-se estável nos anos posteriores. Já para o Brasil rural como um todo, a parcela de contribuição desse componente elevou-se de 2004 a 2007, reduzindo-se em 2008, quando alcançou participação percentual próxima da observada no ano de 2005, 4,9%.



**Gráfico 2**  
Participação percentual do componente “outros rendimentos” no rendimento domiciliar per capita – Brasil rural e Nordeste rural – 2004-2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

No comparativo entre as duas regiões em estudo, nota-se que a participação média do componente “outros rendimentos” entre 2004 e 2008 foi menor no Brasil rural (4,72%), uma vez que o Nordeste rural apresentou participação percentual igual a 8,56% (ver Gráfico 2).

O Gráfico 2 mostra que a evolução anual da participação percentual do componente “outros rendimentos” da renda domiciliar per capita foi superior

em todo período. Pode-se suscitar que, nas regiões onde existe uma proporção maior de pobres relativamente, como é o caso da região nordestina rural, os programas sociais têm uma importância substancial para essas famílias e estão cumprindo seu papel social ao garantir a focalização correta nas áreas de maior índice de pobreza.

### O rendimento domiciliar per capita e sua decomposição

O objetivo deste estudo é, também, medir a desigualdade de renda na área rural do Brasil e na macrorregião do Nordeste rural, investigada através da decomposição das fontes de renda domiciliar per capita, e, assim, identificar se há ou não concentração de renda no componente observado.

Para tanto, com o emprego da razão de concentração de renda de cada componente e do índice de Gini total para o período de 2004 a 2008, verifica-se o quanto da renda domiciliar total é concentrada por fonte, conforme demonstram as

tabelas 6 e 7 para o Brasil rural e Nordeste rural, respectivamente.

O componente “trabalho principal” apresentou pequena razão de concentração, mas superior ao índice de Gini para o Brasil rural em todos os anos, o que demonstra que essa parcela tem contribuído para a desigualdade de renda na área rural do país. Ao contrário do observado para o país, o Nordeste rural seguiu na direção oposta na desigualdade de renda, o que pode ser comprovado pela razão de concentração desse componente, que esteve abaixo do índice de Gini em todo o período, ou seja, contribuiu para equidade da renda.

Os componentes “outros trabalhos”, “aposentadorias e pensões” e “aluguéis” apresentaram movimento contínuo durante o período, colaborando para elevar a desigualdade de renda tanto no Brasil rural quanto no Nordeste rural. Neste caso, a razão de concentração foi superior ao índice de Gini durante todos os anos, exceto no ano de 2004 para a parcela “outros trabalhos” no Nordeste rural, em que essa razão encontrou-se em nível inferior ao índice.

**Tabela 6**  
Razão de concentração na decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar – Brasil rural – 2004-2008

Parcelas	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
Tr. princ.	0,516	0,506	0,508	0,519	0,501	-2,91%
Outr. trab.	0,579	0,552	0,627	0,61	0,592	2,25%
Apos./pen.	0,573	0,573	0,573	0,549	0,568	-0,87%
Aluguel	0,836	0,812	0,832	0,844	0,84	0,48%
Doações	0,218	0,078	0,072	0,042	0,168	-22,94%
Outros rend.	0,02	0,091	0,02	0,139	-0,015	-25,00%
Ind. Gini total	0,514	0,506	0,504	0,511	0,497	-3,31%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

**Tabela 7**  
Razão de concentração na decomposição do índice de Gini do rendimento domiciliar – Nordeste rural – 2004-2008

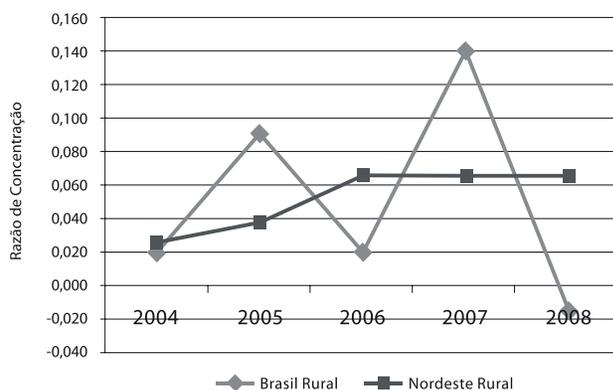
Parcelas	2004	2005	2006	2007	2008	Δ%
Tr. princ.	0,407	0,412	0,409	0,409	0,409	0,49%
Outr. trab.	0,435	0,481	0,526	0,526	0,526	20,92%
Apos./pen.	0,646	0,646	0,659	0,659	0,659	2,01%
Aluguel	0,873	0,782	0,847	0,847	0,847	-2,98%
Doações	0,171	0,107	0,063	0,063	0,063	-63,16%
Outros rend.	0,025	0,038	0,066	0,066	0,066	164,00%
Ind. Gini total	0,45	0,457	0,457	0,457	0,457	1,56%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

Os componentes restantes, “doações” e “outros rendimentos”, tiveram comportamento oposto e contribuíram em todo o período para a redução de desigualdade de renda no Brasil rural e também no Nordeste rural.

Para a macrorregião nordestina, merece destaque a variação do componente “outros rendimentos”, que se ampliou durante o período inteiro, crescendo 164%. Movimento contrário foi observado para o país na área rural, cuja razão de concentração variou negativamente, reduzindo-se 25%.

O Gráfico 3 faz um comparativo da razão de concentração do componente “outros rendimentos” no rendimento domiciliar per capita no Brasil e Nordeste rural entre 2004 e 2008. É possível identificar uma tendência de elevação da concentração nos valores do Nordeste rural nos três primeiros anos, estabilizando-se até o fim do período. Para o Brasil rural, observa-se uma oscilação no comportamento dessa parcela da renda, elevando-se nos períodos de 2004-2005 e 2006-2007 e se reduzindo nos períodos de 2005-2006 e 2007-2008, com valor negativo neste último ano.

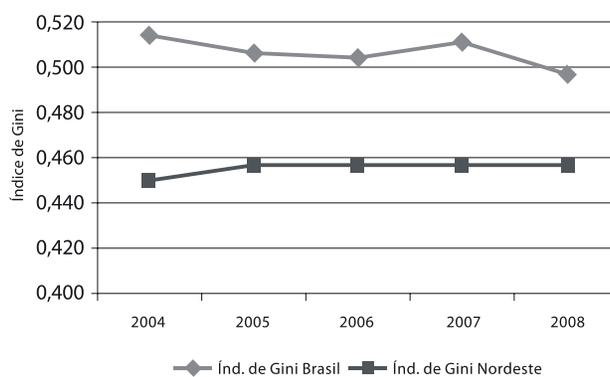


**Gráfico 3**  
Razão de concentração (C) do componente “outros rendimentos” no rendimento domiciliar per capita – Brasil rural e Nordeste rural – 2004-2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Por sua vez, o Gráfico 4 mostra o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita no Brasil e Nordeste rural de 2004 a 2008. Para as duas regiões analisadas, o comportamento foi distinto. Para o

Brasil rural, o valor do Gini foi decrescente para o período, variando de 0,514 a 0,497, apresentando pequena elevação no ano de 2007 (de 0,504 para 0,511), mas reduzindo-se novamente no último ano. Já o Nordeste rural elevou o valor do índice de Gini (de 0,450 para 0,457) a partir de 2004, mantendo-se constante até 2008.



**Gráfico 4**  
Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita Brasil rural e Nordeste rural – 2004-2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.

Os resultados sugerem que a queda da desigualdade de renda no Brasil rural diminuiu em termos relativos, mas ainda apresentando valor superior ao do Nordeste rural, que no período obteve crescimento do valor de Gini, apesar da contribuição dos componentes da renda “trabalho principal” e “outros rendimentos” para a diminuição da concentração de renda de 2004 a 2008.

Isso indica que as políticas sociais do governo estão obtendo êxito nas populações mais pobres, visto que o Nordeste é considerado na análise como a região em que existe maior proporção de

peessoas pobres em relação à população total das outras macrorregiões brasileiras (Tabela 2).

Segundo Soares e outros (2006), os programas de transferência de renda promovem a redução da intensidade da pobreza, o que é bastante relevante, mas ainda contribuem pouco para alterar a proporção de pobres na população.

Rocha (2009) afirma que um dos motivos para a redução da proporção de pobres na área rural do Nordeste, além da participação dos programas de transferência de renda, é devido “[...] aos ganhos de rendimentos para todas as categorias de trabalhadores, em particular os aumentos mais elevados para os menos qualificados, que tendem a ser os mais pobres, operam, naturalmente, no sentido de reduzir pobreza”.

Apesar disso, os dados indicam que os programas de transferência de renda sem contribuição prévia têm demonstrado ser de fundamental importância para a seguridade social das famílias mais carentes, garantindo às populações menos favorecidas o acesso a serviços essenciais para o desenvolvimento digno dessas famílias e reduzindo a discrepância entre os estratos da população do país.

Como demonstra a Tabela 7, a composição dessa fonte de rendimento ampliou-se nos últimos anos, evidenciando a importância relativa das políticas sociais

de transferência de renda. Contata-se ainda que os programas atingem seu propósito ao garantir acesso ao benefício às famílias pobres, visto que a sua cobertura elevou-se na parte inferior dos décimos de renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão do estudo realizado foi a de demonstrar a participação dos elementos que compõem a renda domiciliar per capita, incluindo o componente “outros rendimentos”, na renda domiciliar per capita da região Nordeste rural e do Brasil Rural e sua contribuição para a queda na desigualdade de renda. Obteve-se, então, uma elevação da participação desse componente no período destacado de aproximadamente 25,7% e 31,2%, para essas duas áreas, respectivamente.

A razão de concentração do trabalho principal apresentou pequena elevação, contribuindo para a desigualdade de renda no Brasil rural. Movimento oposto se identificou no caso do Nordeste rural, reduzindo a desigualdade. Os componentes da renda denominados “outros trabalhos”, “aposentadorias” e “aluguéis” também agravaram a concentração de renda, tanto no Brasil rural, como no Nordeste rural.

**Tabela 8**  
**Composição dos rendimentos por décimos da renda domiciliar per capita – Brasil – 1988/2008**

Decil	1988			1998			2008		
	Trabalho/ Ocupação	Transf. monetárias	Outras	Trabalho/ Ocupação	Transf. monetárias	Outras	Trabalho/ Ocupação	Transf. monetárias	Outras
1	84,5	11,8	3,7	85,2	8,5	6,3	68	24,9	7,1
2	84,7	12	3,3	81	14,6	4,5	74,8	21	4,2
3	85,1	11,5	3,4	77,9	18,7	3,4	73,7	22,7	3,6
4	84	12,7	3,2	80,4	16,4	3,2	79,2	17,4	3,5
5	87,4	9,5	3,1	84,3	12,2	3,5	78,2	18,9	2,9
6	87,2	9,6	3,1	75,9	21,2	2,9	68,6	28,9	2,5
7	88	9,2	2,8	83	14	3	79,2	18	2,9
8	87,7	9	3,3	81,1	15,2	3,7	79	18	3
9	87	9,4	3,6	80,4	15,5	4,2	76,6	19,8	2,6
10	85	9,4	5,6	77,7	15,5	6,9	76,6	18,1	5,2
Total	86	9,5	4,4	79,3	15,6	5,2	76,5	19,3	4,1

Fonte: IBGE – PNAD 1988, 1998 e 2008. Extraída de Tavares e outros (2009).  
Elaboração IPEA.

A partir da decomposição do índice de Gini para o rendimento domiciliar per capita, demonstrou-se que o rendimento derivado das transferências condicionadas de renda contribuiu em todo o período para a diminuição da desigualdade na distribuição da renda na macrorregião do Nordeste rural. A razão de concentração esteve, em todos os anos, abaixo do valor de Gini. Para o Brasil rural, o efeito foi contrário, mesmo variando positivamente em dois dos cinco anos e atingindo valor negativo no último ano.

Outro fato importante a se destacar é a redução do índice de Gini para o Brasil rural como um todo e dos níveis de pobreza da população, o que pode ser explicado, em parte, pela ajuda dos programas de transferência de renda e pelo aumento, nos últimos anos, do salário mínimo, elevando o valor dos benefícios das aposentadorias e dos que ganham salário mínimo. Também devido a outras mudanças ocorridas no mercado de trabalho, como os aumentos dos rendimentos na base da distribuição e os decorrentes da expansão da ocupação.

Portanto, as rendas obtidas pelas transferências condicionadas na composição da renda domiciliar per capita das famílias rurais têm, nos últimos anos, contribuído para melhorar a desigualdade de renda, em maior grau na macrorregião do Nordeste rural. Esse fato reforça a participação desses programas como mecanismo importante para a recente queda da desigualdade de renda nas áreas rurais do Brasil e Nordeste.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTELLA, Juliana C. F.; SOUZA, S. C. I.; FERREIRA, C. R. . Queda recente da desigualdade de renda nas regiões Sul e Sudeste: a participação dos programas sociais. In: I MOSTRA NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 1., 2008. [Anais...], 2008. Disponível em: <<http://www.undp-povertycentre.org/mds.do>>, 2008.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. *Orçamento Social do Governo Federal 2001-2004*. Brasília, 2005. 39 p. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/OS200429abr.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2007.
- CASTRO, H. C. O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. *Opinião Pública*, [Campinas], v. 15, p. 333-355, 2009.
- CASTRO, H. C. O.; MARINHO, Danilo Nolasco Cortes ; WALTER, Maria Inez Machado Telles . Políticas sociais funcionam? Análise de impactos sociais e econômicos do Programa Bolsa Escola Federal. *Composição - Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*, v. 3, p. 3-23, 2009.
- FERREIRA, C. R. *Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001*. Piracicaba, 2003. 136 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, 2003.
- FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. de. *Dados da decomposição do Índice de Gini. Brasil: 2004-2008*. Londrina: UEL, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Aposentadorias e pensões” e desigualdade de renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n.1, p. 41-66, jan./abr. 2008.
- \_\_\_\_\_. As aposentadorias e pensões e a concentração dos rendimentos domiciliares per capita no Brasil e na sua área rural: 1981 a 2003. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 985-1011, out./dez. 2007.
- HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. *Economia e Sociedade*, [Campinas], v. 18, p. 213-231, 2009.
- \_\_\_\_\_. Polarização da distribuição de renda no Brasil. *Econômica*, Niterói, v. 10, p. 169-186, 2008.
- \_\_\_\_\_. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. *Economia e Sociedade*, Campinas/SP, v. 1, n. 11, p. 213-235, 2002.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, [Campinas], v. 15, p. 79-112, 2006.
- LAVINAS, L. Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 1463-1476, nov./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000600009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000600009&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 jan. 2008.
- MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Debora ; SQUINCA, Flávia . *Transferências de renda para a população com deficiência no Brasil: análise do benefício de prestação continuada*. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para discussão, 1184).
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, F. V . *Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate*. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para discussão, 1283).

DESIGUALDADE DE RENDA NAS ÁREAS RURAIS DO NORDESTE E BRASIL:  
UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

NEDER, H. D.; SILVA, Jorge Luiz Mariano da . Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília(DF), v. 42, n. 3, p. 469-486, 2004.

NERI, M. C. *Consumidores, produtores e a nova classe média: miséria, desigualdade e determinantes das classes*. Rio de Janeiro: CPS / IBRE / FGV, 2009. Pesquisa.

\_\_\_\_\_. *Miséria e a nova classe média na década da igualdade*. Rio de Janeiro: CPS/IBRE/FGV, 2008. Pesquisa.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo . Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 47, p. 147-182, 2009.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, diversos anos.

POCHMANN, M. Política social na periferia do capitalismo: a situação recente no Brasil 2007. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.12, n.6, p.1477-1489. dez. 2007.

ROCHA, Sonia. *Crescimento, renda e pobreza. Como ficam os pobres?*. 2009. (Estudos e Pesquisas 349). XXII Fórum Nacional (2010) - Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna (Sociedade do Diálogo, da

Tolerância, da Negociação), "Programa Nacional de Direitos Humanos". E Novos Temas.

SCHWARTZMAN, S. *Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), 2006. v.3.

SOARES, F. V. et al. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. (Org.). *Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. v. 2.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; RIBAS, R. P. Focalização e cobertura do programa bolsa-família: qual o significado dos 11 milhões de famílias ? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2008, Salvador. *Anais...* Salvador: Anpec, 2008.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. O programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1.424).

TAVARES, Priscila de Albuquerque et al. Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 25-58, 2009.

Artigo recebido em 21 de julho de 2011  
e aprovado em 19 de agosto de 2011.



**Seção 4:**  
**Políticas de Combate**  
**à Pobreza**



# Estudo comparativo entre o programa Bolsa Família no Brasil e o programa Oportunidades no México

*Silvana Nunes de Queiroz\**

*Maria Alice Pestana de Aguiar Remy\*\**

*Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira\*\*\**

\* Doutoranda em Demografia pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp) e mestra em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (Urca); e bolsista Funcap. silvanaqueirozce@yahoo.com.br

\*\* Doutoranda em Desenvolvimento Econômico e pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp) e mestra em Economia Social e do Trabalho pela UNICAMP. Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais (Cesit) da Unicamp. mariaalice.pestana@gmail.com

\*\*\* Mestre em Demografia pelo Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp); graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). julia\_modestopdpereira@yahoo.com.br

## Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer um estudo comparativo entre o número de beneficiários e o valor gasto com o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil e o Programa Oportunidades no México. O trabalho distingue o público-alvo, os benefícios e as condicionalidades em ambos os programas. Também são feitas considerações sobre o conceito de pobreza nestes dois países, além de se “mapearem” as regiões que apresentam maior incidência de pobres no Brasil (Nordeste) e no México (Sudeste). O estudo tem como recorte temporal o ano de 2008 e recorte espacial o Nordeste brasileiro e o Sudeste mexicano, regiões com os piores indicadores sociais, econômicos e demográficos comparativamente às demais regiões de seus respectivos países. As principais fontes de dados, para o caso brasileiro, foram a Matriz de Informação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE). Para o estudo mexicano, utilizaram-se os dados da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol).

**Palavras-chave:** Bolsa Família. Oportunidades. Brasil-Nordeste. México-Sudeste.

## Abstract

*Poverty remains a challenge to societies and several developing economies have introduced Conditional Cash Transfer Programs as a response, which provide money to poor families contingent to some type of health and education behavior of the granted families. Therefore, the aim of this paper is to examine two different proposals such as Programa Bolsa Família (PBF) in Brazil and Oportunidades in Mexico. This paper compares people's entitlement, amounts and the conditions of both programs. Besides, considerations relating poverty, poor areas occurrence will be reported in these two countries (Northeast – Brazil and Southeast – Mexico) during the year of 2008. The two areas (Northeast – Brazil and Southeast – Mexico) have the poorest social, economic and demographic indicators in quality when compared to other regions of each country. The data is used from Matriz de Informação Social from Ministry of Social Development and Hunger Combat (MDS) and Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Household Survey (IBGE) in Brazil. Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol) supplied data for Mexico.*

**Keywords:** Cash transfer program. Brazil-Northeast. México-Southeast.

## INTRODUÇÃO

A pobreza tem sido fonte de preocupação mundial nos últimos anos, tendo lugar de destaque nos projetos da Organização das Nações Unidas (ONU), através de suas agências e de órgãos que tratam de questões específicas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outros.

Em 2000, foi lançada pela ONU a Declaração do Milênio. Trata-se de um plano de ação global, com oito objetivos<sup>1</sup>, monitorado por 48 indicadores a serem alcançados até 2015. Dentre esses objetivos destaca-se a erradicação da extrema pobreza e da fome em escala mundial (ONU, 2010).

No início dos anos de 1990, as políticas de combate à pobreza entraram na agenda nacional, com o objetivo não somente de erradicar a pobreza, mas também de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Uma dessas primeiras iniciativas materializou-se na proposta do Projeto de Lei da Câmara Nº 2661, de 1992 (PLS 80/91), que pretendia instituir o Programa de Garantia de Renda Mínima<sup>2</sup>. Desde então, a promoção social tem-se tornado uma das principais prioridades do governo federal do Brasil.

Com a estabilidade econômica alcançada em 1994, chegou-se a baixos níveis de inflação e se ampliou imediatamente o poder de compra, principalmente da população mais pobre. Ainda nos anos de 1990, o governo federal lançou o Benefício de Prestação Continuada (1993), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1996) e o Programa

Comunidade Solidária (1995), que, de certa forma, inauguraram a temática da questão social no país. Nos anos 2000, assistiu-se à implementação e à ampliação de uma rede de proteção social, com a criação de inúmeros programas sociais focalizados, como o Bolsa Escola<sup>3</sup> (2001), o Bolsa Alimentação (2001), o Auxílio Gás (2002), o Cartão Alimentação (2003) e o Bolsa Família (2003).

Ao longo dos anos 2000, os programas de transferência de renda do governo federal passaram por inúmeras mudanças quanto ao número de assistidos, o valor do repasse e a cobertura. Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em outubro de 2003, assistiu-se ao processo de unificação dos programas remanescentes (Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação), que migraram para o Programa Bolsa Família. Desde então, este último tem-se tornado o programa social de maior visibilidade no país, apesar de o Benefício de Prestação Continuada (BPC) liderar o volume de recursos gastos com os programas de transferência de renda.

Na América Latina, o México saiu na vanguarda com as políticas de desenvolvimento social. Após a crise dos anos 1980, os programas de proteção social foram retomados no ano de 1989, com o Programa Nacional de Solidariedade, e, em 1997, com o Programa de Educação, Saúde e Alimentação (Progres), que atendia, inicialmente, a 300 mil famílias pobres, localizadas em áreas rurais com população inferior a 2,5 mil habitantes. Em 2000, o Progres alcançou 2,5 milhões de famílias. No ano de 2001, este programa passou a se chamar Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades, atendendo, agora, a famílias carentes em áreas urbanas, com população inferior a 15 mil habitantes. Em 2002, a sua cobertura passou a ser nacional, beneficiando, a partir de 2004, cerca de 5,0 milhões de

<sup>1</sup> Erradicação da pobreza extrema e da fome, promoção da educação básica universal, igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, redução da mortalidade na infância, melhoria da saúde materna, combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental, estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (ONU, 2010).

<sup>2</sup> Vale frisar que a proposta original do senador Eduardo Suplicy (Projeto de Lei nº 2.661/1992), quando encaminhada para a Câmara dos Deputados, ficou "engavetada". Na verdade, a proposta do projeto de renda mínima sofreu inúmeras alterações – nove emendas –, recebendo parecer favorável da Câmara dos Deputados somente em junho de 1996 (FONSECA, 2000).

<sup>3</sup> No Brasil, os primeiros programas de transferência de renda foram implantados no município de Campinas-SP e de Ribeirão Preto-SP, no ano de 1995, com o nome de Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM). Nesse mesmo ano, foi implantado, no Distrito Federal, o Bolsa Família para a Educação. Veja-se Fonseca (2000) para maiores detalhes.

famílias mexicanas que vivem em pobreza extrema (SOARES et al, 2007; MÉXICO, 2010). O principal objetivo do programa é o investimento em capital humano – crianças em situação de pobreza e suas famílias –, procurando romper com o ciclo de pobreza intergeracional, para que “todos possam viver melhor”.

Dentre os programas de proteção social do governo mexicano, o Oportunidades ocupa posição de destaque, papel desempenhado, no caso brasileiro, pelo Bolsa Família. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo central analisar os principais programas de transferências de renda em dois países: o Programa Bolsa Família (PBF), no Brasil, e o Programa de Desenvolvimento Humano Oportunidades, no México. Na análise comparativa, identificam-se os objetivos, a focalização, os benefícios e as condicionalidades em ambos os programas. Examinam-se também os diferentes conceitos de pobreza nesses países, além do alcance dos programas, tanto no que se refere ao número de famílias assistidas, quanto ao volume de repasses, com destaque para o Sudeste do México e o Nordeste brasileiro, regiões mais vulneráveis em termos econômicos, sociais e demográficos em seus respectivos países.

O estudo refere-se ao ano de 2008, tendo como fonte de dados, para o programa mexicano, os indicadores de resultados da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol) do Programa Oportunidades e, no caso brasileiro, a Matriz de Informação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o Programa Bolsa Família (PBF).

## **BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE POBREZA**

A discussão conceitual sobre a pobreza e a sua medida tem sido tema para diversas pesquisas e

debates mundiais. Fundamentalmente, o assunto se coloca sobre duas bases. A primeira privilegia a insuficiência de renda como critério essencial para a sua determinação, e, na segunda concepção, o referencial é o desprovimento de necessidades básicas.

No primeiro enfoque, considera-se uma renda mínima necessária para que o indivíduo alcance um padrão de vida adequado em sua sociedade ou país. No segundo caso, as condições referem-se às necessidades humanas, como, por exemplo, de nutrição, saúde, habitação e vestuário. Assim, para se mensurar a pobreza de uma sociedade, é preciso, *a priori*, estabelecer um conceito, afinal, pobres serão aqueles que se enquadrarem na definição escolhida.

A utilização da renda como critério de mensuração da pobreza se apoia no fato de que, nas economias modernas, o rendimento é a forma utilizada para aquisição de bens e serviços. Portanto, se insuficiente para alcançar o atendimento das necessidades básicas de um grupo de pessoas, estas seriam classificadas como pobres, justificando o princípio da utilização da renda.

Neste ponto, é preciso introduzir o conceito de pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta refere-se à incapacidade de um consumo mínimo, enquanto a pobreza relativa está diretamente relacionada aos padrões de uma determinada sociedade.

Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar redução das desigualdades de meios entre indivíduo como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente po-

bres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, S., 2005, p.11).

De acordo com a Declaração das Nações Unidas, a pobreza absoluta é a condição caracterizada por privação severa das necessidades humanas básicas, como alimentação, qualidade da água, rede sanitária, saúde, habitação, educação e informação. Ou seja, não depende apenas da renda, mas também do acesso a serviços. Entretanto, há duas críticas principais ao estabelecimento de um conceito na determinação das necessidades básicas de um indivíduo. A própria determinação dessas necessidades trata-se de um conceito relativo, conforme alguns autores.

*[...] As far as food requirements are concerned, nutritional needs depend in great measure on how active a person is, what kind of climate he or she lives in, the type of housing, and whether the standard is defined to simply ensure prolongation of life or to maintain a given standard of health. The stimulated caloric intake for an adult or woman can vary considerably depending on these factors. Moreover, even given a minimal level of calories, it is possible to fulfill this requirement very cheaply if one could live on potatoes and raw vegetables alone [...]* (WOLFF, 2009, p. 95).

Wolff (2009) corrobora o desconforto de Rocha S. (2005), chamando a atenção para um estudo de Rowntree (1901) usado para determinar uma linha de pobreza em York, Inglaterra. O chá era incluído como item essencial na composição de uma cesta mínima, embora seu valor nutricional fosse quase nulo. Portanto, a inclusão de itens mínimos reflete os aspectos relativos a uma cultura determinada e em uma época em particular, como é o caso da inclusão de charutos na cesta básica cubana, enquanto, ao longo do último quarto do século XX, seu consumo foi desestimulado em virtude dos comprovados danos à saúde. A segunda crítica de Wolff (2009) refe-

re-se às alterações do conceito de pobreza absoluta no tempo. Conforme seu estudo, os padrões atuais de pobreza absoluta nos Estados Unidos, se aplicados no país em 1880, indicariam que quase toda a população deste país estaria vivendo abaixo da linha de pobreza. Por outro lado, suas estimativas indicam que, em 2090, esta mesma população estaria toda acima da linha de pobreza.

Para minimizar esta problemática, a medida relativa considera um percentual determinado da mediana ou da média da renda ou do consumo das famílias ou dos indivíduos em uma sociedade ou país. Aqueles abaixo do percentual são considerados abaixo dos padrões e, portanto, pobres.

O estabelecimento de uma linha para definir a pobreza indica também subgrupos populacionais, como aqueles que sequer atingem a quantidade de calorias necessárias para a sobrevivência, mesmo com as críticas que vimos anteriormente. Entretanto, seja qual for o princípio utilizado, o objetivo para a formulação de programas sociais é dimensionar o público potencial a ser atendido. A questão base é tentar incorporar esse grupo de indivíduos, que, a despeito do crescimento econômico, encontram-se e permanecem marginalizados. Trata-se, portanto, de um compromisso que vai além da preocupação política e econômica.

De acordo com Rodrigues e outros (1999), ao se colocar a pobreza como fenômeno social, surgem diferentes abordagens teóricas, com destaque para a abordagem socioeconômica, que tradicionalmente tem feito uma associação entre pobreza e privação de necessidades básicas como decorrência da escassez de recursos econômicos.

Organismos internacionais como as Nações Unidas e o Banco Mundial começaram a promover, a partir da década de 70 do século XX, a disseminação desse objetivo através de incentivo a programas concebidos especificamente na direção de

### **O objetivo para a formulação de programas sociais é dimensionar o público potencial a ser atendido.**

**[...] Trata-se, portanto, de um compromisso que vai além da preocupação política e econômica**

atingir tais grupos e alcançar a evolução social de forma mais abrangente. É preciso destacar que a forma de incorporação também é pauta de debate acadêmico entre “universalistas” e “focalizadores”. Os primeiros alegam que o crescimento econômico é o motor para a incorporação, e o segundo que os programas focalizados são apenas um paliativo necessário, pois atingiriam grupos específicos. Entretanto, ambas as vertentes concordam sobre a importância dos benefícios para este grupo com risco social.

Ribas também chama a atenção para a dimensão demográfica:

O grau de pobreza que uma sociedade experimenta depende tanto do volume e da distribuição de recursos quanto do tamanho, da distribuição e das características da população entre as famílias. Assim, como se sabe, pobreza é uma consequência das condições econômicas e demográficas em determinado período (RIBAS, 2005, p. 6).

Além do aspecto demográfico, há a preocupação regional. Historicamente, o desenvolvimento econômico brasileiro privilegiou determinadas áreas em detrimento de outras, incluindo populações e mantendo outras marginalizadas (Norte e Nordeste). A complexidade do comportamento regional ocorre, entretanto, não somente no Brasil, apontando para uma situação socioeconômica desigual e complexa em outros países, como é o caso do México, que tem na Região Sudeste a maior incidência de pobres do país.

## INCIDÊNCIA DA POBREZA NO BRASIL E NO MÉXICO: “SEMELHANTES E SEPARADOS”

O Brasil e o México são países de “peso” na América Latina, tanto em termos econômicos quanto populacionais. No entanto, “destacam-se” pela elevada incidência de pobreza e concentração de renda.

Constituído por cinco regiões, 26 estados e o Distrito Federal (Figura 1), o Brasil tinha uma popu-

lação que girava em torno de 190 milhões de habitantes em 2008 (Tabela 5).

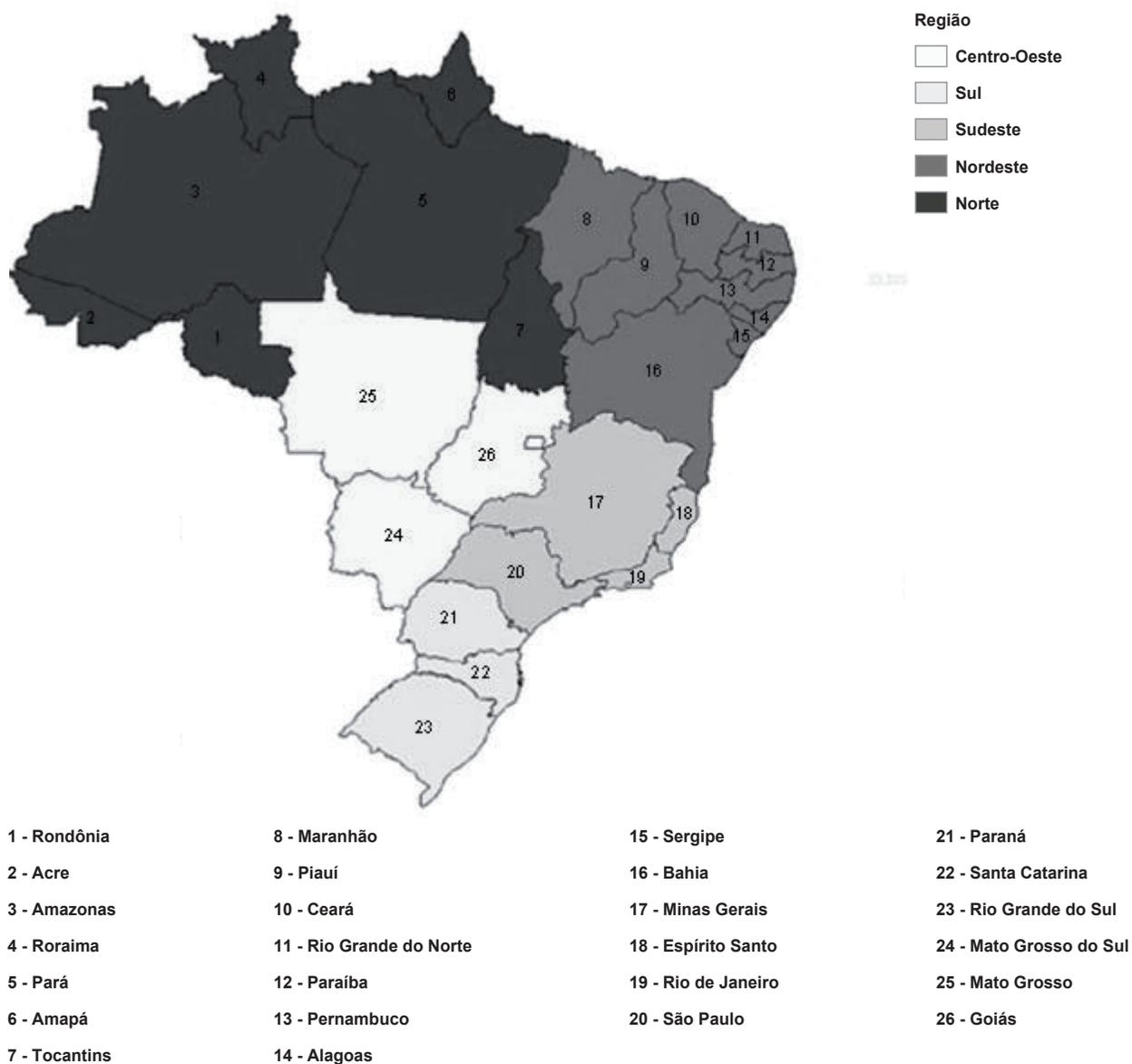
O México encontra-se dividido em oito regiões econômicas, 32 estados (Figura 2) e tem uma população estimada em 107 milhões de pessoas para o mesmo ano (Tabela 6).

Ao compararmos a pobreza em diferentes dimensões (educação, seguridade social e características dos domicílios), tais indicadores apontam para resultados parecidos entre a população total brasileira e a mexicana. As maiores diferenças situam-se entre os 20% mais pobres em ambas as nações (Tabela 1).

**Tabela 1**  
Avaliação da pobreza em diferentes dimensões  
Brasil e México – 2008

Dimensão	Brasil 20% mais pobre	Total	México 20% mais pobre	Total
<b>Educação</b>				
Porcentagem de crianças entre 8 e 12 anos que não estão na escola	1,9	1,35	3,4	2,1
Porcentagem de pessoas maiores de 15 anos analfabetas	19,1	11,3	17,9	7,6
Porcentagem de pessoas maiores de 15 anos com primário incompleto	69,7	45,0	41,7	23,2
Porcentagem de chefes de domicílio com educação básica ou mais	23,4	46,6	23,3	47,0
<b>Seguridade</b>				
Porcentagem da população ocupada sem direito à previdência	81,6	43,19	92,2	65,2
Porcentagem de chefes de domicílio sem previdência	50,7	27,35	92,3	72,0
Porcentagem de domicílios sem cobertura de programas sociais ou seguridade	NE	NE	31,0	44,1
<b>Características do domicílio</b>				
Domicílio com piso de terra	NE	NE	18,9	6,1
Domicílio sem energia elétrica	4,6	1,4	3,2	1,1
Domicílio sem rede de água	23,0	7,3	25,4	11,3
Domicílio sem telefone	87,4	55,5	81,7	52,5
Domicílio sem refrigerador	24,3	7,9	42,7	17,2
Domicílio sem máquina de lavar	87,7	58,4	76,9	48,3

Fonte: elaboração própria a partir da PNAD 2008 e CONEVAL 2009.



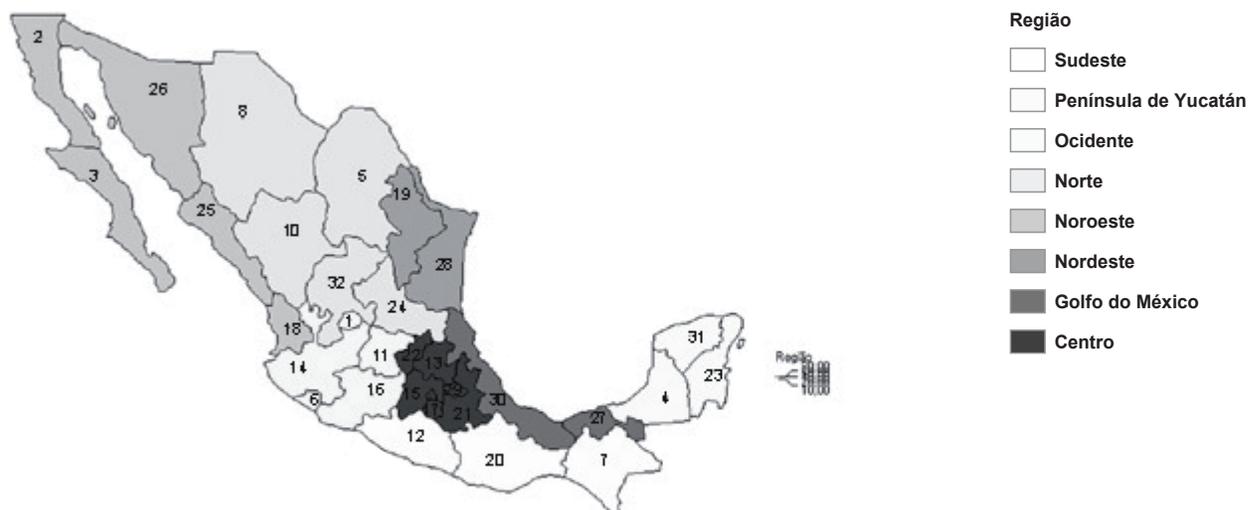
**Figura 1**  
Divisão regional do Brasil

Fonte: Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (2007).

Política e Desenvolvimento Social (2009). No tocante à educação, dentre os 20% mais pobres, em 2008, 69,7% das pessoas maiores de 15 anos de idade tinham apenas o primário incompleto no Brasil, contra 41,7% no México. Por outro lado, quanto ao indicador de seguridade social, a situação mostra-se mais precária para o México, com 92,3% dos chefes de domicílio sem previdência social, contra 50,7% no Brasil. Com relação às características dos

domicílios, as maiores diferenças entre o Brasil e o México referem-se ao percentual de domicílios sem refrigerador, com 42,7% no México e 24,3% no caso brasileiro.

A próxima subseção aborda os diferentes conceitos de pobreza no Brasil e no México, destacando a incidência da pobreza nas regiões mais vulneráveis economicamente e socialmente do Brasil (Nordeste) e do México (Sudeste).



1 - Águas Calientes	9 - Distrito Federal	17 - Morelos	25 - Sinaloa
2 - B. C. Norte	10 - Durango	18 - Nayarit	26 - Sonora
3 - B. C. Sul	11 - Guanajuato	19 - Nuevo León	27 - Tabasco
4 - Campeche	12 - Guerrero	20 - Daxaca	28 - Tamaulipas
5 - Coahuila	13 - Hidalgo	21 - Puebla	29 - Tlaxcala
6 - Colima	14 - Jalisco	22 - Querétaro	30 - Veracruz
7 - Chiapas	15 - México	23 - Quitana Roo	31 - Yucatán
8 - Chihuahua	16 - Michoacán	24 - S. Luis Potosí	32 - Zacatecas

**Figura 2**  
Divisão regional do México

Fonte: Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (2007).

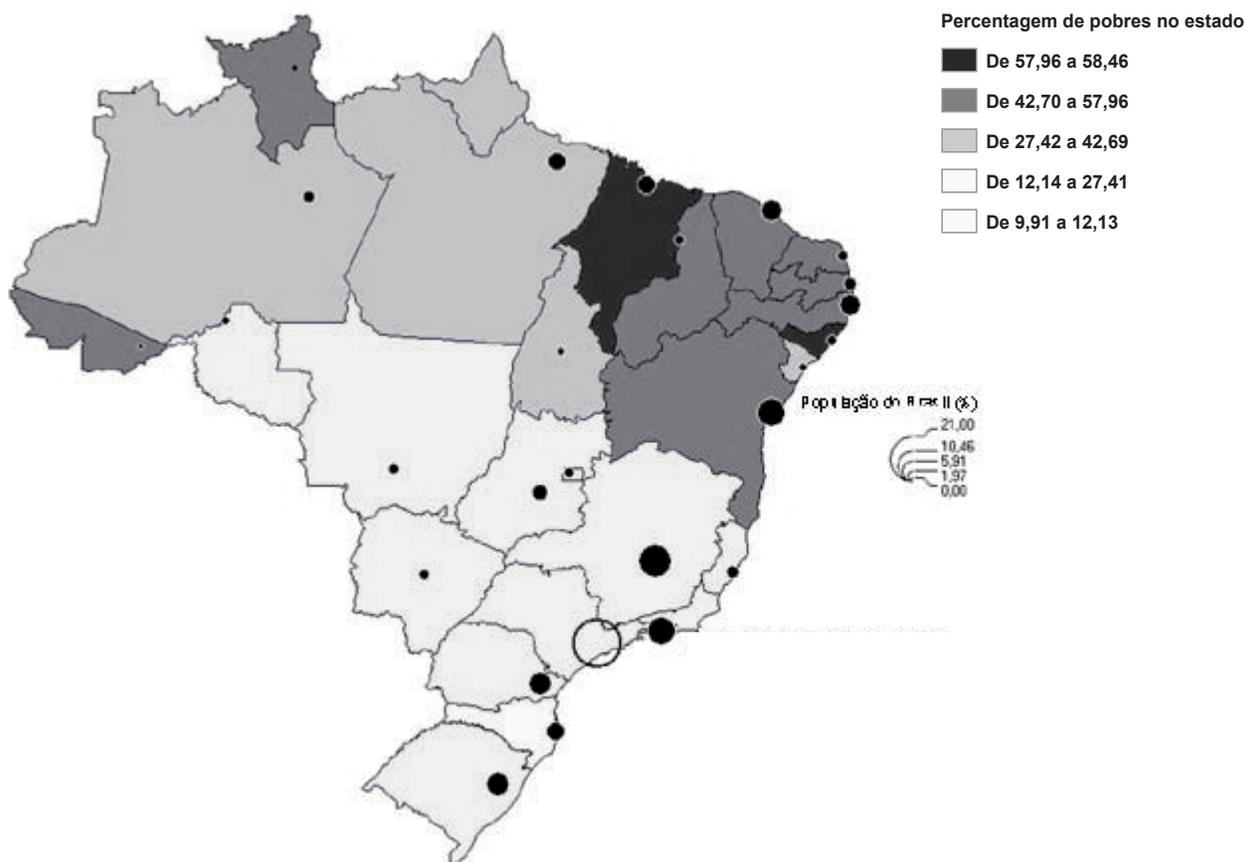
### O mapa da pobreza no Brasil

No Brasil, inexistia uma linha de pobreza oficial. Entretanto, pesquisadores associados a instituições públicas que atuam em pesquisa ou combate a problemas de pobreza utilizam dados do IBGE (Censo, PNAD e POF) para criar metodologias para linhas de cortes.

De um lado, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considera indigentes as pessoas com renda per capita igual ou inferior a um quarto do salário mínimo, e pobres todos os indivíduos com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo. Por sua vez, o Programa Bolsa Família, alvo deste estudo, classifica as famílias entre aquelas que estão em situação de extrema pobreza e de pobreza. As faixas utilizadas para a formação desses grupos mudaram ao longo dos anos, em decorrência de ajustes baseados no Índice Nacional de

Preços ao Consumidor (INPC). Em 2004, quando a MP 132/03 foi transformada na Lei 10.836/04, eram consideradas famílias extremamente pobres aquelas que possuíam uma renda familiar per capita de até R\$ 50,00, e famílias pobres aquelas com renda per capita entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00. Em março de 2006, o Decreto N° 5.749 passou as linhas de corte para até R\$ 60,00 (famílias extremamente pobres) e no máximo R\$ 120,00 (famílias pobres). Após três anos, houve um novo reajuste, com o Decreto 6.824 de abril de 2009, que passou as linhas de corte para R\$ 69,00 (famílias extremamente pobres) e até R\$ 137,00 (famílias pobres), sendo que o Decreto 6.917 de julho de 2009 “arredondou esses” valores para R\$ 70,00 e R\$ 140,00.

A partir dessa linha de corte, de acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os estados situados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam a



**Figura 3**  
Distribuição da população e da pobreza (estimativa) – UF do Brasil – 2004

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BRASIL (2010a).

menor incidência de pobreza no Brasil (Figura 3 e Tabela 2). Por sua vez, as unidades da Federação que fazem parte da Região Norte e, notadamente, do Nordeste apresentam a maior proporção de pobres do país.

Em 2004, dos 181,5 milhões de habitantes do Brasil, 27,77% residiam nos nove estados que formam a Região Nordeste. Entretanto, 51,37% de sua população estavam em condição de pobreza (Tabela 2)<sup>4</sup>.

Segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em 2004 (BRASIL, 2010a), os estados do Maranhão (58,46%), Alagoas (58,17%), Piauí (54,76%), Ceará (53,44%) e Paraíba (52,05%) apresentam a maior incidência de pobreza do país. Por sua vez, Sergipe (40,43%), Rio Grande

**Tabela 2**  
Estimativa da população e do número de pessoas em condição de pobreza – UF da Região Nordeste Brasil – 2004\*

Unidade da Federação	População estimada		Pobres (IPEA 2004) em relação à população da UF (estimativa)	
	Abs	(%)		
Maranhão	6.021.504	3,32	3.520.171,24	58,46
Piauí	2.977.259	1,64	1.630.347,03	54,76
Ceará	7.976.563	4,39	4.262.675,27	53,44
Rio Grande do Norte	2.962.107	1,63	1.333.540,57	45,02
Paraíba	3.568.350	1,97	1.857.326,18	52,05
Pernambuco	8.323.911	4,58	4.154.463,98	49,91
Alagoas	2.980.910	1,64	1.733.995,35	58,17
Sergipe	1.934.596	1,07	782.157,16	40,43
Bahia	13.682.074	7,53	6.627.596,65	48,44
Nordeste	50.427.274	27,77	25.902.273,42	51,37
Brasil	181.581.024	100,00	-	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (2010).  
\* Dados trabalhados pelas autoras.

<sup>4</sup> Os valores das demais UF foram omitidos.

do Norte (45,02%), Bahia (48,44%) e Pernambuco (49,91%) possuem valores abaixo da média regional, todavia acima da média das demais UF do país (figuras 2 e 3).

### O mapa da pobreza no México

No México, o órgão responsável pela definição das linhas e critérios de pobreza é o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval), conforme estabelecido pela Lei Geral de Desenvolvimento Social (LGDS). O fenômeno da pobreza é considerado em seu caráter multi-dimensional. Para tanto, a identificação do grupo alvo incorpora a renda corrente per capita, acesso aos serviços de saúde, acesso à seguridade social, qualidade da habitação, acesso aos alimentos e o grau de coesão social.

De acordo com a metodologia adotada, definiram-se três dimensões de pobreza com as seguintes características: (1) alimentar: incapacidade para obter uma cesta básica alimentar, mesmo utilizando toda a renda disponível do domicílio; (2) capacidades: insuficiência de renda disponível para adquirir a cesta básica e efetuar os gastos necessários em saúde e educação, mesmo utilizando toda a renda do domicílio para este fim; (3) patrimônio: insuficiência de renda disponível para adquirir a cesta básica alimentar, bem como reali-

zar gastos necessários em saúde, vestuário, educação, habitação e transporte, mesmo utilizando toda a renda do domicílio exclusivamente para o pagamento destes bens e serviços.

Segundo as estimativas do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (Inegi), em 2005, o México contava com uma população total de 103 milhões de habitantes, com 18,15% desta em condição de pobreza alimentar, 25,13% em pobreza de capacidades e aproximadamente metade (48,20%) na situação de pobreza de patrimônio (Tabela 3).

Os resultados da pobreza apontam sua concentração nos estados que compõem a Região Sudeste mexicana<sup>5</sup> (figuras 4, 5 e 6). Chiapas em 2005, segundo estimativas do Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (Coneval), é a unidade da Federação com maior incidência de pobreza alimentar (Figura 4), ao apresentar 47% de sua população nesta situação, seguida por Guerrero (42%) e Oaxaca (38%).

Com relação à pobreza de capacidades, a dinâmica é praticamente a mesma revelada anteriormente (alimentar), com Chiapas possuindo 56% de sua população nesta condição, Guerrero, 50%, e Oaxaca, 47% (Tabela 3 e Figura 5).

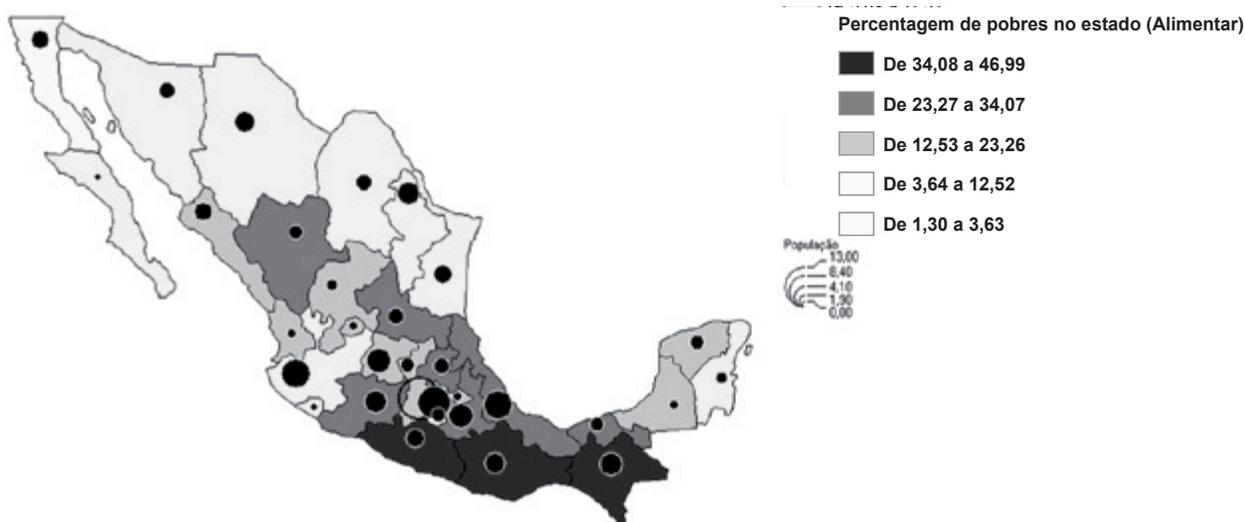
Da mesma forma, a pobreza de patrimônio (Figura 6) também apresenta as maiores incidências em Chiapas (76%), seguido por Guerrero (70%) e Oaxaca (71,65%).

**Tabela 3**  
Unidades da Federação da região Sudeste – México – 2005

Unidade da Federação	População estimada	Pobreza alimentar		Pobreza capacidades		Pobreza patrimônio	
		Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)
Chiapas	4.293.459	2.017.517	46,99	2.399.233	55,88	3.248.450	75,66
Guerrero	3.115.202	1.308.907	42,02	1.562.758	50,17	2.187.390	70,22
Oaxaca	3.506.821	1.337.597	38,14	1.644.680	46,90	2.384.776	68,00
<b>Sudeste</b>	<b>10.915.482</b>	<b>4.664.021</b>	<b>42,73</b>	<b>5.606.671</b>	<b>51,36</b>	<b>7.820.616</b>	<b>71,65</b>
<b>Nacional</b>	<b>103.263.388</b>	<b>18.737.373</b>	<b>18,15</b>	<b>25.950.690</b>	<b>25,13</b>	<b>49.772.697</b>	<b>48,20</b>

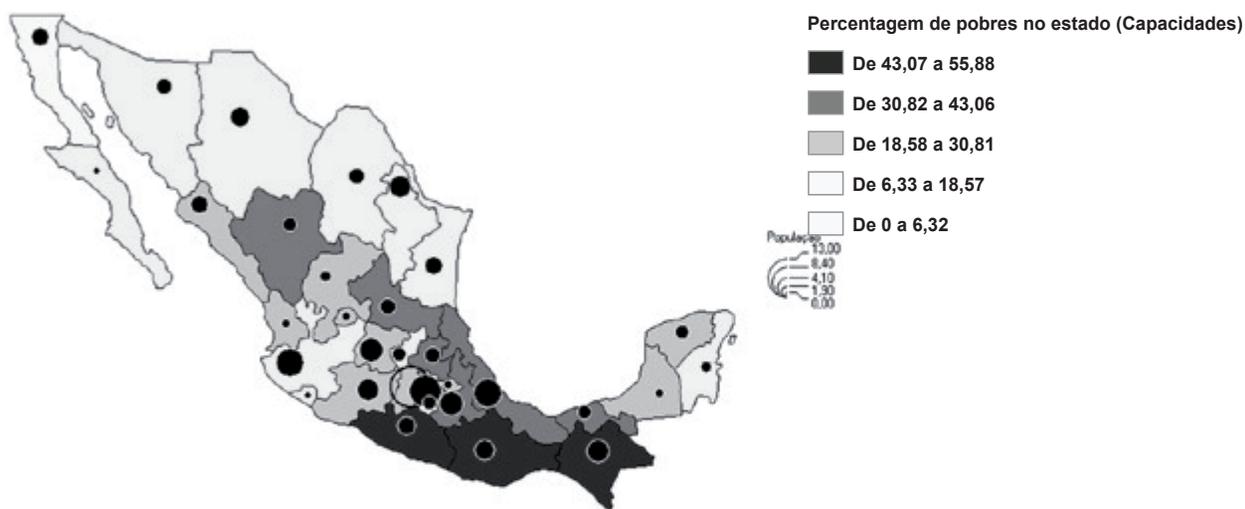
Fonte: Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (2007) com base no Inegi.

<sup>5</sup> As demais unidades da Federação foram omitidas na tabela.



**Figura 4**  
Distribuição da população e da pobreza alimentar (estimativa) – UF do México – 2005

Fonte: Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (2007).



**Figura 5**  
Distribuição da população e da pobreza de capacidades (estimativa) – UF do México – 2005

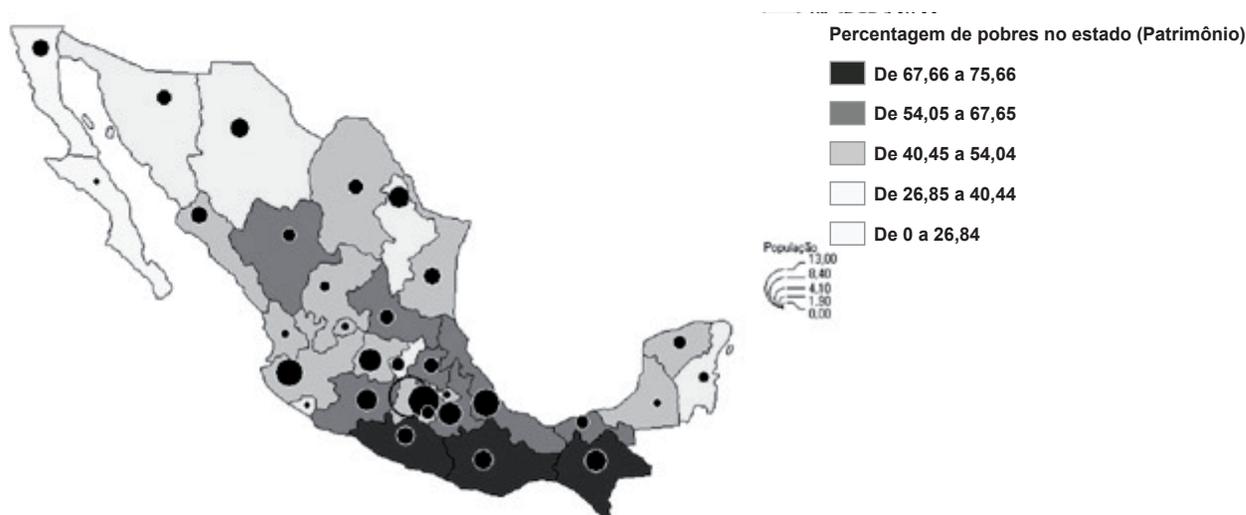
Fonte: Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (2007).

Apesar de possuir somente 10,57% da população mexicana, a Região Sudeste detém quase um quarto (24,90%) da pobreza alimentar do país, 21,50% da pobreza de capacidades e 15,70% da pobreza do patrimônio. Para as três dimensões de pobreza, Chiapas apresenta os resultados mais sofríveis, seguido por Oaxaca e Guerrero.

**Tabela 4**  
População estimada e distribuição da pobreza UF da Região Sudeste – México – 2005

Unidade da Federação	População estimada	Pobreza alimentar	Pobreza de capacidades	Pobreza de patrimônio (%)
Chiapas	4,16	10,80	9,20	6,50
Guerrero	3,02	7,00	6,00	4,40
Oaxaca	3,40	7,10	6,30	4,80
<b>Sudeste</b>	<b>10,57</b>	<b>24,90</b>	<b>21,50</b>	<b>15,70</b>
<b>Nacional</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (2007) com base no INEGI.



**Figura 6**  
Distribuição da população e da pobreza de patrimônio (estimativa) – UF do México – 2005

Fonte: Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social (2007).

## FOCALIZAÇÃO, BENEFÍCIOS E CONDICIONALIDADES

Os programas de Transferência de Renda Condicionada (TRC) do Brasil (Programa Bolsa Família) e do México (Programa Oportunidades) possuem pontos distintos e em comum. As principais diferenças estão relacionadas ao formato dos programas. A semelhança entre eles se dá fundamentalmente do ponto de vista conceitual, pois ambos possuem como unidade de abordagem a família e as mulheres como beneficiárias preferenciais.

No caso do programa brasileiro, de acordo com Rocha, M. (2005), com a população empobrecida, de uma forma geral, era preciso focalizar as políticas para a obtenção de melhores resultados. Assim, a família passa a ser utilizada como unidade de análise para se atingir a população objetivo<sup>6</sup>. Com relação ao Programa Oportunidades, segundo o subsecretário de Evaluación, Planeación y Prospectiva da SEDESOL:

<sup>6</sup> Tomar a família como unidade de análise traz uma questão. Segundo Rocha, M (2005), não é a família como um ente coletivo que proporciona o cuidado com os membros, mas sim as mulheres. Portanto, os programas com condicionalidades podem acabar por sobrecarregá-las, já que elas ficam responsáveis não apenas pela administração dos recursos, mas pelo cumprimento das condicionalidades por parte dos restantes membros da família.

Dado que la familia desempeña, de manera natural, um papel fundamental em las relaciones sociales de los mexicanos, tomar esta institución como pilar em La operación de programas sociales mejorará su grado de éxito (SZÉKELY 2003, p. 26 Apud ROCHA, M., 2005, p. 7).

## Programa Bolsa Família

Em outubro de 2003, foi editada a Medida Provisória N.º 132, transformada em lei em janeiro de 2004, criando o Programa Bolsa Família. Os diversos programas existentes até então passaram a ser consolidados em um único, o Programa Bolsa Família, que progressivamente reuniu os beneficiários dos demais programas (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás)<sup>7</sup>.

O público-alvo do PBF são famílias que estão em situação de extrema pobreza e de pobreza. As famílias que estão em situação de extrema pobreza recebem o benefício básico independentemente da

<sup>7</sup> Os beneficiários dos demais programas passaram para o Programa Bolsa Família (PBF) sob a justificativa de evitar a sobreposição, de maneira a aumentar o número de beneficiados e elevar o benefício pago por família. Se por acaso ocorresse alguma perda financeira na migração, a família passaria a receber o denominado Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) por tempo determinado.

composição familiar. Por sua vez, as famílias consideradas pobres recebem, além do benefício básico, o variável, desde que tenham gestantes, nutrizes ou crianças e/ou adolescentes de até 15 anos em sua composição. O benefício variável se altera em função do número de crianças, com um teto máximo de três crianças por família (BRASIL, 2010a).

Em dezembro de 2007, a MP 411 introduziu o benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ), que estendeu a prerrogativa aos jovens de até 17 anos, com o valor de R\$ 30,00 para cada adolescente de 16 ou 17 anos matriculado na escola, em família com até dois jovens.

As faixas utilizadas para a formação desses grupos mudaram ao longo dos anos, em decorrência de ajustes baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A partir de 2009, as linhas de cortes passaram a ser R\$ 70,00 e R\$ 140,00, com o valor do benefício básico de R\$ 68,00, o benefício variável de R\$ 22,00, o BVJ de R\$ 33,00, e o valor máximo recebido por uma família atingindo o teto de R\$ 200,00 (Quadro 1).

Benefício básico	R\$ 68,00
Benefício variável	R\$ 22,00
Benefício variável jovem	R\$ 33,00
Valor máximo	R\$ 200,00

**Quadro 1**  
Benefícios do Programa Bolsa Família  
Brasil – 2009

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010a).

No tocante às condicionalidades, as famílias beneficiadas com os programas assumem compromissos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Na dimensão educacional, as exigências são matrícula e frequência escolar mínima de 85% para as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e frequência mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. No aspecto de saúde, exige-se o acompanhamento do calendário vacinal para as crianças de até 7 anos e o pré-natal das gestantes. Na dimensão da assistência social, existem ações socioeducativas para as crianças e adolescentes de até 15 anos em situação de trabalho infantil. Tais condições visam criar

chances para que as famílias superem sua condição de pobreza ou extrema pobreza (BRASIL, 2010a).

### Programa Oportunidades

O Programa Oportunidades teve a sua origem no programa conhecido como Progresá, que se iniciou em 1997 (com cobertura apenas na área rural). Em 2001, o programa foi expandido para a área urbana e passou a ser chamado de Oportunidades. Ele opera na área de saúde, educação e alimentação e se distribui em seis componentes: alimentação, educação, jovens com oportunidades, saúde, idosos e energético (Quadro 2).

Para a formação do grupo-alvo, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol) utiliza critérios geográficos, localizando as áreas que apresentam os mais baixos indicadores socioeconômicos e demográficos<sup>8</sup>. Essas áreas são definidas como zonas de atendimento às famílias em condições de extrema pobreza. A linha que a define tem como unidade de medida o rendimento familiar per capita diário inferior a US\$ 1,79 nas áreas rurais e US\$ 2,34 nas áreas urbanas (DRAIBE, 2007).

Dentre os seis componentes, o alimentar visa à melhoria da alimentação (qualidade, quantidade e diversidade) dos beneficiários do programa, a partir de uma transferência bimestral de recursos, geralmente entregues às mães de família, para as crianças entre 6 meses e 23 meses, para as crianças entre 2 e 5 anos que apresentem desnutrição e para as mulheres grávidas e nutrizes<sup>9</sup>.

O componente educação visa estabelecer ações orientadas ao aumento de matrículas e diminuição da evasão escolar, com algumas escolhas importantes quanto às relações de gênero. São concedidas bolsas de estudos para crianças e jovens inscritos entre a 3ª série do primário e aos matriculados

<sup>8</sup> As regiões só serão consideradas aptas para fazer parte do Programa Oportunidades se apresentarem condições de acessibilidade e capacidade de oferta de serviços de saúde e educação (ROCHA, M., 2005).

<sup>9</sup> A partir de 2008, repassou-se um valor adicional de 120 pesos mensais às famílias, a fim de compensar a elevação internacional dos preços dos alimentos.

até o último ano da educação média superior. Os valores das bolsas são transferidos bimestralmente para as titulares do programa, pelo período escolar de 10 meses. Esses valores vão aumentando de acordo com a série e são superiores para as mulheres a partir do primeiro ano do secundário até a conclusão da educação média superior. Além desse benefício, também são ofertados valores para a aquisição de material escolar.

O componente “Jovens com Oportunidades” é um incentivo monetário para o estudante que está matriculado entre a 3ª série do secundário e a educação média superior. Entretanto, este deve concluir sua educação média superior antes de completar 22 anos. O bolsista acumula pontos ao longo desses anos, que podem ser convertidos em dinheiro (o recurso fica retido em caderneta de poupança).

Alimentação	Complemento nutricional as crianças de 6 a 23 meses e de 2 a 5 anos, com peso baixo e mulheres grávidas e lactantes - \$195,00 por família. Além do apoio alimentar viver melhor, no valor de \$120,00 para compensar a alta dos alimentos.
Educação	No máximo \$1.010,00 para família com filhos na educação básica e \$1.850,00 com filhos na educação média superior.
Jovens com oportunidades	US\$ 300,00 depositados em uma conta para bolsistas que concluem o nível médio superior
Saúde	Oferta do pacote básico de saúde, além de capacitação em saúde e nutrição
Idosos	\$ 275,00 por idoso
Componente energético	\$ 55,00 por família
Renda máxima*	\$ 1.655,00 para famílias com filhos na educação básica e \$ 2.4950,00 com filhos na educação média superior

#### Quadro 2 Benefícios do Programa Oportunidades México – 2008

Fontes: Diário Oficial, Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedesol (dez/2008).

\* Não inclui o valor do componente Jovens com Oportunidades, que bimestralmente é transferido às mulheres (titulares responsáveis) pelo período escolar de dez meses.

O componente “Saúde” oferta gratuitamente um “pacote de saúde” para melhorar o estado nutricional das crianças abaixo de cinco anos de idade e das mulheres gestantes e em fase de amamentação (prevenindo a desnutrição), através da distribuição de complementos alimentares, vigilância e controle do estado nutricional desse grupo, além de atividades educacionais sobre nutrição e alimentação.

O componente “Idoso” foi introduzido em 2006, oferecendo apoio monetário mensal. É transferido bimestralmente para cada membro com mais de 70 anos, com o objetivo de melhorar as condições de vida do idoso, desde que ele seja integrante de uma família beneficiária e resida em uma localidade com mais de 10.000 habitantes.

O componente “Energético” é de 50 pesos, aproximadamente, por domicílio, para compensar os gastos com energia (luz, gás, carvão, lenha, combustível, entre outros).

Como condicionalidades, o programa exige que as beneficiárias inscrevam os menores de 18 anos nas escolas e os jovens de até 21 anos nas escolas de educação média superior. A família deve estar registrada nas unidades de saúde, comparecendo a todas as visitas agendadas e devendo participar mensalmente de ações educativas para o autocuidado da saúde. Além disso, os idosos devem realizar pelo menos oito visitas médicas (FONSECA, 2000).

## TAMANHO DA POPULAÇÃO E NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

De acordo com o IBGE, a população do Brasil, em 2008, era aproximadamente 190 milhões de habitantes, com 28% localizados na Região Nordeste, que se destaca como a segunda região mais populosa do país, com cerca de 53 milhões de pessoas (Tabela 5). Dentre as nove UF do Nordeste, a Bahia detém 7,65% da população do Brasil, seguida por Pernambuco (4,61%) e Ceará (4,46%). Por sua vez, Piauí (1,64%), Rio Grande do Norte (1,64%) e Sergipe (1,05%) são os estados menos povoados.

No tocante ao número de famílias beneficiárias, no ano de 2008, o Bolsa Família atendia a aproximadamente 10,6 milhões de famílias no Brasil. Ao se considerar uma média de quatro indivíduos por família, isto representa aproximadamente 42 milhões de pessoas, ou 23% da população brasileira atendida pelo PBF. Conforme Draibe (2006, p. 139):

*El Programa ya alcanzó dimensiones respetables: da cobertura aproximadamente 8,8 millones de familias y se ubica por tanto entre los más grandes programas internacionales de este tipo; asimismo, registra ya algunos resultados positivos, por lo que ha sido destacado tanto por la opinión pública nacional como por varias agencias multilaterales como una iniciativa exitosa o un caso ejemplar de buena práctica en el combate a la pobreza.*

A análise regional aponta que o Nordeste, sozinho, detém mais da metade (51,58%) das famílias pobres beneficiadas pelo PBF. Em outras palavras, de cada dez famílias assistidas por esse programa, cinco estão nessa região. Vale frisar que, em 2004, o IPEA estimou que o país tivesse aproximadamente 11 milhões de famílias pobres, com o Nordeste detendo quase metade (49,53%) do total da pobreza brasileira (5.499.039).

A abordagem estadual mostra que o estado da Bahia possui o maior número (13%) de famílias assistidas pelo PBF, e Sergipe, por outro lado, mantém o menor número de beneficiários (1,7%).

O Bolsa Família destaca-se por ser um programa com alto grau de cobertura. Ao se relacionar o número total de famílias pobres atendidas pelo PBF (10.557.996) e a população total (189.604.313) bra-

sileira, observa-se que 5,57% da população do país foi atendida por este programa em 2008. No caso do Nordeste, o número médio de famílias cadastradas no PBF situa-se acima da média nacional, atingindo 10,26% da população nordestina, representando duas vezes mais a média de cobertura nacional. Somente os estados do Sergipe (9,0%), Rio Grande do Norte (9,42%), Bahia (9,47%) e Pernambuco (10,30%) tiveram cobertura abaixo da média regional (10,26%), mas bem acima da média registrada em nível nacional (5,57%).

Com relação ao Programa Oportunidades, a Tabela 6 apresenta a estimativa da população mexicana, bem como o número de famílias assistidas por este programa. Segundo estimativas do INEGI, em 2008, o México possuía uma população de aproximadamente 107 milhões de habitantes, com 11 milhões de pessoas residindo na Região Sudeste, que é formada por três estados – Chiapas (4,19%), Oaxaca (3,32%) e Guerrero (2,93%) –, totalizando 10,44% da população do país.

No tocante ao número de famílias assistidas por região, o Programa Oportunidades mostra semelhança com o PBF no Brasil. Ambos os programas têm como principal objetivo assegurar condições para cortar o ciclo de pobreza intergeracional em seus respectivos países. Em 2008, o Oportunida-

**Tabela 5**  
**Estimativa da população e famílias beneficiárias do Bolsa Família – Brasil – 2008**

Estado	População em 2008 (estimativa)	População em relação ao total do Brasil	Famílias beneficiárias	Famílias beneficiárias (%)	Famílias beneficiárias em relação à população estimada (%)
Alagoas	3.127.557	1,65	347.585	3,29	11,11
Bahia	14.502.575	7,65	1.372.763	13,00	9,47
Ceará	8.450.527	4,46	870.153	8,24	10,30
Maranhão	6.305.539	3,33	729.610	6,91	11,57
Paraíba	3.742.606	1,97	410.707	3,89	10,97
Pernambuco	8.734.194	4,61	881.591	8,35	10,09
Piauí	3.111.196	1,64	360.622	3,42	11,59
Rio G. do Norte	3.106.430	1,64	292.522	2,77	9,42
Sergipe	1.999.374	1,05	179.875	1,70	9,00
<b>Região Nordeste</b>	<b>53.079.998</b>	<b>28,00</b>	<b>5.445.428</b>	<b>51,58</b>	<b>10,26</b>
<b>Demais Regiões</b>	<b>136.524.315</b>	<b>72,00</b>	<b>5.112.568</b>	<b>48,42</b>	<b>3,74</b>
<b>Total Brasil</b>	<b>189.604.313</b>	<b>100,00</b>	<b>10.557.996</b>	<b>100,00</b>	<b>5,57</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010a).  
\* Dados trabalhados pelas autoras.

**Tabela 6**  
**Estimativa da população e famílias beneficiárias do Bolsa Família – Brasil – 2008**

Estado	População em 2008 (estimativa)	População em relação ao total do México	Famílias beneficiárias	Famílias beneficiárias (%)	Famílias beneficiárias em relação à população estimada (%)
Chiapas	4.483.886	4,19	556.596	11,11	12,41
Guerrero	3.143.292	2,93	322.692	6,44	10,27
Oaxaca	3.551.710	3,32	404.689	8,08	11,39
<b>Região Sudeste</b>	<b>11.178.888</b>	<b>10,44</b>	<b>1.283.977</b>	<b>25,62</b>	<b>11,49</b>
<b>Demais Regiões</b>	<b>95.943.440</b>	<b>89,56</b>	<b>3.727.000</b>	<b>74,38</b>	<b>3,88</b>
<b>Total México</b>	<b>107.122.328</b>	<b>100,00</b>	<b>5.010.977</b>	<b>100,00</b>	<b>4,68</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010a).

\* Dados trabalhados pelas autoras.

des atendia a 5,0 milhões de famílias mexicanas, com um quarto (25,62%) na Região Sudeste, distribuídas da seguinte forma: 11,11% residentes em Chiapas, 8,08% em Oaxaca e 6,44% em Guerrero.

No tocante à cobertura do Oportunidades, a Tabela 6 indica que 4,68% dos habitantes

do México são beneficiados por este programa. Quando comparada ao Bolsa Família, observa-se que a cobertura do programa brasileiro é maior, ao atingir 5,57% da sua população em 2008 (Tabela 5). Por outro lado, a média de cobertura do Oportunidades em relação à população da Região Sudeste do México (11,49%) mostra-se acima da média do país (4,68%) e superior à média da Região Nordeste do Brasil (10,26%). Este resultado indica que, de um lado, a cobertura do Bolsa Família no Brasil é maior do que a do Oportunidades no México. Por outro lado, a região mais carente do México (Sudeste) tem cobertura ligeiramente maior do que a Região Nordeste do Brasil. Mas, de modo geral, a cobertura nacional e regional desses dois programas é bem próxima.

## RECURSOS EMITIDOS COM OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

### Programa Bolsa Família

A análise da evolução dos gastos do governo federal com os programas de transferência de renda se

faz importante na medida em que tais programas têm sido alvo de elogios por alguns setores e de críticas por outros.

Com a unificação dos programas remanescentes (Auxílio Gás, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação) e a consequente redução no número de famílias pobres beneficiadas por estes programas, observa-se tendência de queda no volume dos recursos destinados aos programas remanescentes. No Brasil, o montante alocado para os programas remanescentes representava cerca de R\$ 34 milhões em 2008. Desse total, o Nordeste concentrava R\$ 20,9 milhões, ou 61,67% do valor dos recursos, apresentando, portanto, maior demora no processo de integração entre os programas remanescentes e o Bolsa Família. O restante do país ficava com 38,33% do valor dos benefícios, o que aponta para maior agilidade na unificação entre os programas.

A distribuição dos recursos por UF do Nordeste em 2008 aponta Pernambuco como o estado que mais se beneficiou com os programas remanescentes (14,74%), seguido pela Bahia (14,54%) e Ceará (10,62%). Esses três estados receberam quase 40% do volume dos recursos destinados a esses programas, apontando para a delonga entre a unificação dos programas remanescentes e o PBF.

No tocante aos gastos com o Bolsa Família, o valor acumulado do programa, em 2008, representava R\$ 10,6 bilhões (cerca de US\$ 6,0 bilhões<sup>10</sup>),

<sup>10</sup> Cotação do Banco Central do Brasil – data: 18/6/2010.

**Tabela 7**  
**Recursos emitidos com os programas remanescentes e o Bolsa Família – Brasil – 2008**

Local	Programas Remanescentes (Milhões de reais)		Bolsa Família (Bilhões de reais)	
	Abs	(%)	Abs	(%)
Alagoas	733.540	2,17	351.696.815	3,32
Bahia	4.915.415	14,54	1.423.078.114	13,42
Ceará	3.590.060	10,62	891.827.792	8,41
Maranhão	1.006.560	2,98	802.131.232	7,56
Paraíba	1.648.455	4,88	420.649.317	3,97
Pernambuco	4.984.015	14,74	904.677.146	8,53
Piauí	1.612.800	4,77	378.091.695	3,56
Rio G. do Norte	1.935.855	5,73	288.424.121	2,72
Sergipe	420.150	1,24	192.078.898	1,81
<b>Região Nordeste</b>	<b>20.846.850</b>	<b>61,67</b>	<b>5.652.655.130</b>	<b>53,29</b>
<b>Demais Regiões</b>	<b>12.957.130</b>	<b>38,33</b>	<b>4.953.845.063</b>	<b>46,71</b>
<b>Total Brasil</b>	<b>33.803.980</b>	<b>100,00</b>	<b>10.606.500.193</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010a).  
 \* Dados trabalhados pelas autoras.

com o maior montante, 53,29%, ou R\$ 5,6 bilhões, destinados à Região Nordeste. Quando comparados os gastos do PBF (0,38% do PIB de 2008) com os juros da dívida (6% do PIB ou R\$ 162 bilhões<sup>11</sup> em 2008), conclui-se que este programa é relativamente barato, além de ter beneficiado 10,5 milhões de famílias pobres no país em 2008, sendo 51,58% (5,5 milhões) delas na Região Nordeste (Tabela 5).

Apesar das críticas às políticas de combate à pobreza mediante a concessão de renda, esses programas, juntamente com a estabilização da economia, o aumento real do salário mínimo e a queda dos juros a partir de 2004, têm reduzido a pobreza no Brasil, conforme indica o relatório da Organização das Nações Unidas:

No Nordeste também houve um declínio maior da miséria. A redução da diferença das taxas de pobreza extrema entre a região e o Sudeste, por exemplo, foi de 59%. Em 1993, era de 18,2 pontos percentuais, e em 2005, 7,5 pontos. Dada a dimensão da pobreza extrema no Nordeste, para que a taxa brasileira continue a cair no mesmo ritmo é indispensá-

vel que o país mantenha a queda acelerada na região. Assim, é importante garantir, como nos últimos anos, uma rede de proteção social fortalecida e o aprimoramento de ações de desenvolvimento regional (PNUD, 2007).

A análise estadual indica que a Bahia se destaca ao receber 13,42% da distribuição nacional do PBF, seguida por Pernambuco, com 8,53%, Ceará (8,41%) e Maranhão (7,56%). A distribuição do valor dos recursos dos programas por UF é feita a partir do número de beneficiários em cada estado.

O relatório da ONU também aponta resultados positivos sobre os indicadores sociodemográficos do Brasil:

A diminuição da porcentagem de pessoas que ganham menos de US\$ 1 por dia foi acompanhada da redução das desigualdades em vários níveis. A pobreza caiu mais entre os pretos e pardos do que entre os brancos, por exemplo. Em 1993, 15% dos negros viviam em situação de pobreza extrema e, em 2005, a porcentagem caiu para 6%. No mesmo período, os números recuaram de 4,9% para 2,5% entre os brancos. Apesar dos avanços, a miséria ainda atinge mais os negros. Em 2005, os brancos representavam 88,4% do topo da pirâmide brasileira e 26,5% do décimo mais pobre. Já os negros eram 73,5% dos mais pobres e apenas 11,6% dos mais ricos (PNUD, 2007).

### Programa Oportunidades

Em 2008, o governo do México destinou aproximadamente 38 mil milhões de pesos (US\$ 3 bilhões, ou o equivalente a 0,30% do PIB)<sup>12</sup> ao Programa Oportunidades, com 25,50% do seu valor distribuído na região mais pobre do país (Sudeste). Chiapas é o estado do Sudeste que recebe o maior aporte financeiro (10,96%), seguido por Oaxaca (7,96%) e Guerrero (7,96%). Tal distribuição está diretamente

<sup>11</sup> Comunicado da Presidência nº. 22, IPEA, 2009.

<sup>12</sup> Cotação do Banco Central do Brasil – data: 18/6/2010.

relacionada com o número de famílias assistidas pelo Oportunidades em cada estado (Tabela 6), relação esta praticada pelo Bolsa Família no Brasil.

Um programa com ótima focalização também permite um impacto forte sobre a desigualdade com custo fiscal reduzido. Ou seja, os PTCRs [Programas de Transferência Condicionada de Renda] são um meio altamente custo-efetivo para a redução da desigualdade de renda, como demonstram os casos do Brasil e do México. Mas mesmo nesses países, nos quais os PTCRs atingiram uma escala que permite influenciar a distribuição de renda, seu peso na renda total ainda é bastante reduzido. Isto quer dizer que é possível expandir a cobertura e/ou o valor dos benefícios e obter impactos ainda maiores sobre a desigualdade (SOARES et al., 2007, p. 25).

Em 2008, 44,83% (17 mil milhões de pesos) dos gastos com o Oportunidades foram destinados a bolsas de estudo. Alimentação foi o segundo componente a receber o maior repasse (29%, ou 11 mil milhões de pesos). Viver melhor e o energético também se destacaram, com 15,17% e 7,82%, respectivamente, dos recursos recebidos. Material escolar (2,42%) e adultos maiores (0,72%) foram os

componentes do Oportunidades que receberam os menores valores do programa.

Em âmbito regional, a Região Sudeste detém 25% do total dos recursos destinados ao Programa Oportunidades. Os gastos por componente apresentam diferença em relação à alocação nacional. Isto porque, excetuando adultos maiores (18,65%), são destinados, em média, 25% dos recursos para cada componente.

A análise estadual aponta Chiapas como o estado do Sudeste mexicano que recebe, em todos os seis componentes, a maior proporção dos recursos do Oportunidades, seguido por Oaxaca e Guerrero.

Em estudo que procura analisar o papel dos programas de transferência de renda na evolução dos indicadores da desigualdade no Brasil, México e Chile, Soares e outros (2007, p. 5) conclui:

O principal resultado obtido foi a evidência de que os PTCRs [Programas de Transferência Condicionada de Renda] contribuíram decisivamente para a redução da desigualdade nesses países entre meados dos anos 1990 e meados da primeira década do novo milênio. Os PTCRs são responsáveis por uma parte muito pequena da renda total, medida pelas pesquisas amostrais, em cada país:

<b>Tabela 8</b>							
<b>Recursos emitidos com o Programa Oportunidades – México – 2008</b>							
Estado	Alimentação	Adultos maiores	Energético	Viver melhor	Bolsa de estudo	Material escolar	Total
<b>Mil milhões de pesos - \$</b>							
Chiapas	1.269.756.115	21.234.140	341.838.430	654.946.200	1.788.051.745	82.795.480	4.158.622.110
Guerrero	728.760.425	17.158.740	196.226.685	377.343.000	1.115.870.450	62.490.470	2.497.849.770
Oaxaca	916.439.370	12.560.245	246.674.530	470.184.360	1.315.498.560	60.070.240	3.021.427.305
Região Sudeste	2.914.955.910	50.953.125	784.739.645	1.502.473.560	4.219.420.755	205.356.190	9.677.899.185
Demais Regiões	8.106.952.450	222.303.145	2.182.514.720	4.256.211.960	12.792.707.465	713.238.295	28.273.928.035
<b>Total México</b>	<b>11.021.908.360</b>	<b>273.256.270</b>	<b>2.967.254.365</b>	<b>5.758.685.520</b>	<b>17.012.128.220</b>	<b>918.594.485</b>	<b>37.951.827.220</b>
<b>Distribuição percentual</b>							
Chiapas	11,52	7,77	11,52	11,37	10,51	9,01	10,96
Guerrero	6,61	6,28	6,61	6,55	6,56	6,80	6,58
Oaxaca	8,31	4,60	8,31	8,16	7,73	6,54	7,96
Região Sudeste	26,45	18,65	26,45	26,09	24,80	22,36	25,50
Demais Regiões	73,55	81,35	73,55	73,91	75,20	77,64	74,50
<b>Total México</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedesol (2010).  
Disponível em: [http://www.oportunidades.gob.mx/Portal/wb/web/indicadores\\_de\\_resultados](http://www.oportunidades.gob.mx/Portal/wb/web/indicadores_de_resultados). 2010

pouco menos que um por cento no México e no Brasil [...] No entanto, como a focalização dos PTRCs é ótima, o impacto sobre a desigualdade equivale a 21% da queda de 2,7 pontos de Gini observada tanto no Brasil como no México.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas transferência de renda vêm se consolidando como uma ferramenta auxiliar no combate e redução da pobreza, a despeito das críticas de alguns setores da sociedade. A proteção social avançou no México e no Brasil. Dentre os inúmeros programas sociais existentes no México e no Brasil, o Programa Oportunidades e o Programa Bolsa Família, respectivamente, destacam-se por sua cobertura, montantes relativamente “baixos” (0,30% do PIB mexicano e 0,38% do PIB brasileiro) e, principalmente, pelo êxito na prática de política social.

Com a expansão na rede de proteção social, assiste-se a uma melhor assistência às populações pobres no México e no Brasil, o que tem possibilitado o desenvolvimento social e a integração entre as regiões menos favorecidas, como é o caso dos estados da Região Sudeste do México e os do Nordeste brasileiro. Nesses estados, a educação, a saúde e o consumo têm-se ampliado para os mais pobres, diminuindo as assimetrias entre as regiões do país.

Apesar da importância e dos impactos positivos com os programas de transferência de renda, esses não devem ser vistos como a única ou a principal medida para retirar a população

da situação de extrema pobreza ou pobreza. A superação desse quadro exige, antes de tudo,

um desempenho de crescimento sustentado da economia dos países. Isso significa uma economia vigorosa, com apoio à pesquisa e desenvolvimento, aliada a uma política industrial capaz de promover atividades tecnológicas de maior valor agregado, gerando, assim, empregos de melhor qualidade na cadeia produtiva e consequente aumento da renda

disponível e da poupança privada. Os impactos de um dinamismo de tal ordem ofereceriam oportunidades efetivas para toda a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, altera a Lei n. 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. *Lex: Legislação Federal e Marginalia*, São Paulo, v. 68, p. 29-32, jan. 2004.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Matriz de Informação Social*. Brasília: MDS, 2010a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/login.php>> Acesso em: 22 jan. 2010.
- BRASIL. Senado. Projeto de Lei da Câmara Nº 2561, de 1992, (PLS 80/91). Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy/Programa/projeto\\_lei.asp](http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy/Programa/projeto_lei.asp)>. Acesso em: 18 mar. 2010b.
- CONSELHO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (México). *Evolucion de la pobreza en México*. México (Me): CONEVAL, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Informe Ejecutivo de Pobreza*. México (Me): CONEVAL, 2007.
- DRAIBE, S. *Concepções, estratégias e mecanismos operacionais de Programas de Transferências Condicionadas (PTC) para o combate à pobreza*, NEPP – Campinas (SP) : Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. Brasil. Bolsa Escola Y Bolsa Família. In: COHEN, E. Franco R. *Transferencias* com *corresponsabilidad*: una mirada latinoamericana. México D.F: Sedesol, 2006.
- FONSECA, A. M. M. *O debate sobre família e a política de renda mínima*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Transferencias condicionadas, estrategias de combate al hambre y la desnutrición em América Latina y el Caribe*. 2010. Seminarios FAO (2006-2008).
- INDICADORES DE POBREZA. Disponível em: <[http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/ydiDavidGordon\\_poverty.pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/ydiDavidGordon_poverty.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Receita pública: quem paga e como se gasta no Brasil*. Brasília IPEA, 2009. Comunicado da Presidência, nº. 22 Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD\\_CHAVE=10658](http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=10658)>. Acesso em: 17 fev. 2010.

- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFIA (México). *Informacion por entidad federativa*. Disponível em: < <http://www.inegi.org.mx/inegi/default.aspx?s=inegi>>. Acesso em: 17 jun. 2010.
- MÉXICO. Secretaria de Desenvolvimento Social. *Oportunidades, un programa de resultados*. México: SEDESOL, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Oportunidades – indicadores de resultados*. México: SEDESOL, 2010. Disponível em: < [http://www.oportunidades.gob.mx/Portal/wb/web/indicadores\\_de\\_resultados](http://www.oportunidades.gob.mx/Portal/wb/web/indicadores_de_resultados). >. Acesso em: 17 mar. 2010.
- ONU. *Declaração do Milênio*. Cimeira do milênio: Nova Iorque, 6-8 de Setembro, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/#>>. Acesso em: 18 mar. 2010.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO - PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- PNUD. *Brasil reduz pobreza extrema pela metade e cumpre ODM, diz ONU*. Brasília, 29 ago. 2007. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2759&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=2759&lay=pde)>. Acesso em: 17 mar. 2010
- RIBAS, R. P. *Determinantes do risco de pobreza urbana no Brasil durante a década de 90*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2005. (TD. n. 266).
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ROCHA, M. G., *POLÍTICAS HACIA LAS FAMILIAS, PROTECCIÓN E INCLUSIÓN SOCIALE.*, CEPAL, Reuniao de Expertos, 2005.
- RODRIGUES, E. V. et al. A pobreza e a exclusão social: teoria, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, série I, v. 9, 1999.
- ROWNTREE, B.S., (1901) *Poverty: A Study of Town Life*, Macmillan, London. Seventh Annual Report of the United States Commissioner of Labor, 1891 (1892) Washington, Government Printing Office Sixth Annual Report of the United States Commissioner of Labor, 1890 (1891), Washington, Government Printing Office.
- SOARES, S. et al. *Programas de transferência condicionada de renda no Brasil. Chile e México: impactos sobre a desigualdade*. Brasília: IPEA, 2007. (TD n. 1293).
- WOLFF, E. W. *Poverty and income distribution*. 2 ed. Chichester: Wiley-Blackwell&Sons, 2009.

Artigo recebido em 9 de agosto de 2011  
e aprovado em 22 de agosto de 2011.



# Programas de transferência de renda como mecanismo de redução da pobreza: uma análise empírica

Marco Antônio Araújo Longuinhos\*

Josias Alves\*\*

Rondinaldo Silva das Almas\*\*\*

\* Doutorando em Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). [mlonguinhos@gmail.com](mailto:mlonguinhos@gmail.com)

\*\* Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Salvador (Unifacs); especialista em Gestão Empresarial e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). [josiasuefs@hotmail.com](mailto:josiasuefs@hotmail.com)

\*\*\* Doutorando em Geografia, Planejamento Territorial e Gestão Ambiental pela Universidade de Barcelona; mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduado em Ciências Econômicas pela UFBA. Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). [rondinaldoalmas@gmail.com](mailto:rondinaldoalmas@gmail.com)

## Resumo

Este estudo se volta a analisar as consequências do Programa Bolsa Família na vida da população pobre e miserável no município de Vitória da Conquista, estado da Bahia, situado na região sudoeste do estado (semiárida). A pesquisa foi construída a partir de amplo estudo bibliográfico sobre o tema e entrevista com os atores beneficiados pelo programa, verificando a percepção destes sobre o benefício auferido, sua condição de pessoa empobrecida na sociedade local e a dinâmica de reprodução da pobreza local. A pesquisa demonstrou que a pobreza na região é de grande complexidade e se assenta na elevada concentração de renda, na fragilidade do mercado de trabalho formal, na reduzida educação formal dos seus atores e nas formas diferenciadas com que são tratadas estas pessoas pelo Estado. Observou que parte ampla dos beneficiários indica que as ações do programa vêm contribuindo para melhorar as condições de alimentação, saúde e educação nos respectivos grupos familiares. Também demonstrou que a maioria da população pobre e miserável pesquisada reside nos bairros periféricos da cidade, geralmente possuidores de limitada infraestrutura pública, mas concentradores de grande população. Analisou o recente crescimento demográfico havido na cidade, com maior ênfase na última década, e seus impactos na pobreza local.

**Palavras-chave:** Pobreza. Bolsa Família. Cidade. Políticas públicas. Desigualdade.

## Abstract

*This study turns to examine the consequences of the family allowance Program in the life of the poor and miserable population of the city of Vitoria da Conquista, State of Bahia, located in the southwestern state (semi-arid). The survey was constructed from large bibliographical study on the subject and interviews with the actors benefited from the program by checking out their perceptions of the benefit received, their condition of impoverished people in local society and the dynamics of reproduction of poverty. The research showed that poverty in the region is very complex, and sits in the high income concentration, the fragility of the formal labor market, the low formal education of its actors and the different ways in which these people are treated by the state. It was noted that large part of beneficiaries indicate that the activities of the Program has contributed to improving the nutrition, health and education in their family groups. It also showed that the majority of the poor and miserable surveyed lives in the suburbs of the city, which usually possess limited public infrastructure, but large population hubs. Examined the recent population growth occurred in the city, with greater emphasis in the last decade and their impacts on local poverty.*

**Keywords:** Poverty. Family allowance. City. Public policy. Inequality.

## INTRODUÇÃO

O Brasil não é um país pobre, mas sim de imensa desigualdade de renda e oportunidades. Barros, Henrique e Mendonça (2000) afirma que a injustiça social é ampla na sociedade brasileira, excluindo sua população das condições mínimas de dignidade e cidadania. Ainda, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2009), mesmo diante de alguns importantes avanços na redução do número de pessoas em condição de miséria no país, a Região Nordeste é a que se apresenta com o maior número de pessoas miseráveis em sua população.

Pochman (2004) indica que políticas de proteção social no país começaram a ser construídas a partir da década de 30, no século XX, mas com forte tendência conservadora, limitando, assim, maiores avanços da ação pública. Sustenta também que somente a partir da Constituição Federal de 1988 é que o país passou a erigir importante base institucional favorável à construção de uma política ampla e integrada de proteção social. O Programa Bolsa Família é parte da política de proteção social vigente no país, sendo aquele, dentre outros, que alcança maior atenção da sociedade, principalmente por sua ação de transferência direta da renda.

O programa é considerado um dos maiores do mundo no número de famílias atendidas. A Região Nordeste do país é aquela que recebe o maior contingente de repasses, e, nesta, o estado da Bahia é aquele que mais transferências de renda recebe (BRASIL, 2010a). O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome afirma que o Programa Bolsa Família é moldado para atender pessoas e famílias em estado de extrema pobreza ou miséria, atenuando de imediato os efeitos negativos da ausência de renda a estas pessoas, mas condicionando ações nas áreas de saúde, educação e empregabilidade para o recebimento das transferências.

### **A região semiárida, situada no bioma caatinga, historicamente, no estado da Bahia, é aquela que apresenta o maior número de municípios e população empobrecidos**

A região semiárida, situada no bioma caatinga, historicamente, no estado da Bahia, é aquela que apresenta o maior número de municípios e população empobrecidos. Vitória da Conquista, situada na região sudoeste do estado, mas integrante do semiárido, é uma cidade que apresentou, na última década, intenso crescimento demográfico, mas que se mantém ainda discreta na composição da sua riqueza, participando somente com 3% do Produto Interno Bruto estadual (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Esta é uma condição que, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2010b), limita o mercado de trabalho local, fortemente concentrado no setor de serviços (82%). A estrutura municipal da composição do Produto Interno Bruto apresenta evidente deformidade com a concentração indicada e a fragilidade dos demais setores (primário e secundário). A limitação existente no mercado local de trabalho impulsiona o elevado desemprego na economia local, sendo esta grande dependente das transferências do Programa Bolsa Família.

A pesquisa se desenvolveu visando melhor compreender a efetividade do Programa Bolsa Família em reduzir de forma consistente a pobreza local. Buscando responder a esta questão, foi adotado como objetivo geral a análise sob o viés econômico, social e geográfico dos impactos do programa na vida das famílias beneficiárias. Neste sentido, foram também fixados vários objetivos específicos. São apresentados neste artigo os resultados de tais objetivos sobre perfil das famílias, insegurança alimentar, cumprimento da condicionalidade educação e avaliação das famílias quanto ao programa.

A pesquisa se mostra importante na vida acadêmica e social, pela existência de limitados estudos com este fim para o município de Vitória da Conquista. Além da seção introdutória, o trabalho se apresenta em mais quatro seções. A segunda de-

monstra os vários conceitos da pobreza, a terceira seção aborda o Programa Bolsa Família, a quarta, o Programa no município de Vitória da Conquista, e a quinta, as conclusões a que os autores chegaram.

## **POBREZA: ALGUMAS DEFINIÇÕES**

A pobreza é um fenômeno de grande complexidade. Rocha (2003) admite conceitualmente que ser pobre é não possuir meios adequados de operação no grupo social a que pertence. A genérica e inadequada aceitação de que a pobreza é expressa mais amplamente pela incapacidade de renda dos atores se mostra limitada diante da complexidade emergida no tema.

Com efeito, amplas variações são entabuladas quando se consideram quais necessidades básicas são as mais adequadas ao atendimento da pessoa ou grupo familiar e qual nível de satisfação é desejado, pois também o conjunto das necessidades humanas é alterado a cada momento histórico e diante das especificidades de cada sociedade.

Corroborando, Barros (2000) compreende ser a pobreza uma situação de carência, na qual o indivíduo não consegue manter um padrão de vida adequado às referências sociais, definidas a cada contexto histórico. Rocha (apud CODES, 2010, p. 15) estabelece que ser pobre é não possuir meios necessários para agir de modo satisfatório na sociedade em que se vive.

Conforme Hargenaars (apud DINIZ, 2009), é correta a aceitação de três grupos de definições para estabelecer o conceito de pobreza. A pobreza é ter menos do que efetivamente é definido como mínimo absoluto. A pobreza é ter menos que os outros em sociedade. Por fim, a pobreza é não possuir o bastante para sobreviver. Diniz observa que, na primeira situação, a pobreza assume uma forma absoluta, na segunda, um caráter relativo e na terceira afirmação, assume as duas anteriores.

Sen (2000) compreende ser a pobreza na atualidade melhor compreendida pela ausência das

liberdades instrumentais (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora) que influenciam na forma de vida das pessoas. Aceita que a pobreza limita a melhoria das condições de vida dos pobres, principalmente por eles possuírem limitadas capacidades instrumentais.

Codes (2010) observa ser a pobreza um fenômeno relativo, pois é mutável a cada sociedade. Indica que ser pobre é não possuir recursos necessários à condição de vida do agente, que lhe permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e ter o comportamento desejado conquanto membro de uma sociedade.

Forte (2006), corroborando a abordagem das capacitações desenvolvida pioneiramente por Sen, estabeleceu o conceito de pobreza como não sendo apenas a limitação da renda, mas sim como a carência de recursos que impede as pessoas de cumprir algumas atividades básicas. Considera como exemplos a esta conceituação permanecer vivo e gozar de uma vida saudável, integrar-se socialmente e possuir liberdade de expressão.

Enfatiza que, através deste enfoque, a luta pela pobreza se vincula principalmente a identificar e ampliar as condições necessárias a um melhor padrão de vida das pessoas.

Santos (2008) avalia que o estado de pobreza que afeta indivíduos e grupos sociais nos países capitalistas passou por importantes transformações nos últimos 50 anos, fundamentadas principalmente nas mudanças da ordem econômica. Para o autor, a primeira destas fases possui estreito vínculo com o capitalismo industrial em sua forma mais avançada de transição, quando os pobres são considerados como consequência da não adaptação destes aos processos mais gerais de mudanças. A pobreza então se constituía de acidente no desequilíbrio entre condições naturais, econômicas e sociais vigentes em cada sociedade.

A segunda fase se situa em época mais avançada do capitalismo industrial, quando o consumo é levado a possuir status material e psicológico dis-

tinto de outros momentos da vida em sociedade. Novas orquestrações tecnológicas são concebidas, levando a novas possibilidades de produção e consumo. O autor ainda comenta que, nesta fase, os países subdesenvolvidos começam a construir políticas públicas voltadas à redução da pobreza em suas sociedades. Mas isso ocorre como ação simbólica em resposta aos resultados alcançados nos países ricos com a estruturação do estado de bem-estar social, no qual os pobres, principalmente nestes países, são considerados incluídos, portanto, objeto evidente da ação pública.

A pobreza constitui, portanto, um fenômeno complexo, decorrente de variados fatores que influenciam a sua constituição e desenvolvimento em sociedade. Abarca em maior ou menor alcance indivíduos tanto localizados nos países ricos quanto residentes em países pobres, mas de modo mais amplo nestes últimos, não sendo um fenômeno contemporâneo, mas vinculado à própria história humana. A cada momento histórico divergiu em sua intensidade e perfil, mas foi no século XX que o tema assumiu maior interesse científico, ampliado após a segunda metade do século devido ao estudo do desenvolvimento econômico, passando então a se constituir como objetivo de política pública em vários países e vinculado à política de desenvolvimento econômico.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Soares (2009) analisa que, embora o Programa Bolsa Família tenha sido oficialmente criado no ano de 2003, é consequência das políticas de proteção social implantadas no Brasil nas últimas três décadas, mas com maiores avanços especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Aponta o autor que esta trajetória possui algumas semelhanças com a dos demais países da

América Latina, mas também se particulariza com aspectos próprios ao Brasil.

A este ponto corrobora Campos (2008) quando afirma que, a partir da CF 1988, assiste-se no país à ampliação dos programas de garantia e renda, incluindo os benefícios monetários de natureza não contributiva operados através do governo federal, sendo atualmente considerados como parte importante do sistema de proteção social e da seguridade social brasileira.

Soares (2009) aponta que a CF 1988 implantou importante relação para a melhor articulação das políticas de proteção social, equiparando o status da assistência social ao de outras políticas sociais importantes (saúde, educação e previdência). Desta forma, possibilitou a criação de políticas sociais não contributivas e com forte possibilidade inclusiva aos mais pobres. Através da CF, pondera o autor, foi estabelecida a aceitação oficial da existência da pobreza no Brasil. Importante fato foi a criação do Benefício da Prestação Continuada, que se constitui no direito a uma renda contínua a idosos e portadores de deficiências em situação de extrema pobreza.

Weissheimer (2006) avalia como importante na atual estrutura dos programas de transferência de renda vigentes no país a participação do senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que, em 1991, estabeleceu um projeto de lei no Congresso Nacional, aprovado no mesmo ano, visando ao estabelecimento de um programa de renda mínima. Na avaliação do autor, é exatamente a partir dos estudos de Suplicy que os programas de transferência de renda no Brasil começam a acontecer.

Suplicy (2010) defende a criação de um sistema de transferência de renda que possa atender a todas as pessoas em sociedade, independentemente de raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. Defende que todo indivíduo possui o direito a receber um benefício como forma de parti-

cipar da riqueza produzida na comunidade da qual participa. É uma proposta de amplo alcance social. Associa a condição de existência de direitos morais e econômicos à repartição de parte da riqueza produzida.

Observa ainda Suplicy as experiências pioneiras e de grande importância ao país, acontecidas nos municípios de Campinas (São Paulo) e Brasília (Distrito Federal),

que, em 1995, estabeleceram seus programas de renda mínima associados à educação e ao Bolsa Escola. A partir destas experiências e seus exitosos resultados no combate à pobreza extrema e na melhoria da frequência escolar por parte das crianças incluídas nos programas, novas ações aconteceram em vários municípios, como Ribeirão Preto (São Paulo), Belo Horizonte (Minas Gerais) e Belém (Pará).

Avalia o autor que, diante do crescente número de municípios que começaram a estabelecer programas municipais próprios de transferência de renda, no Congresso Nacional surgiram projetos de lei orientando maior participação da União, por meio do governo federal, no apoio orçamentário aos projetos e aos municípios. Isso aconteceu por meio da Lei Federal de número 9.533/1997, que estabelece o apoio financeiro a municípios que instituam programas de renda mínima associados a ações socioeducativas nas famílias beneficiárias. Nesta legislação, o governo federal concede aporte de 50% ao custeio total dos programas municipais de transferência de renda.

Observa ainda que, em 2001, o governo federal sancionou a Lei 10.219, que autoriza a realização de convênios com os municípios que adotarem programas de renda mínima, associados à educação ou ao Bolsa Escola. Posteriormente a esta lei, o governo federal estabeleceu o Programa Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Em 2003, o governo estabeleceu o programa Vale Alimentação e realizou a unificação e racionalização dos diversos progra-

mas sociais vigentes (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) no Programa Bolsa Família. O Bolsa Família iniciou-se no ano de 2003, atendendo a 3,5 milhões de famílias e, ao final de 2009, atendia a 12,5 milhões de pessoas (SUPLICY, 2010).

Jaccound (2009) destaca que o Programa Bolsa Família (PBF) é, de fato, herdeiro dos programas de transfe-

rência de renda acontecidos no país durante a década de 90. Esse programas possibilitaram ao governo federal avaliar experiências acontecidas nos estados e municípios, seus resultados alcançados, para estabelecer os programas federais de transferência de renda e posteriormente o PBF. Mesmo tendo assimilado operativamente vasto leque de experiências acontecidas no país, o PBF desenvolveu uma importante inovação: possibilitar o recebimento de renda a pessoas que não possuem filhos, mas percebem mensalmente uma renda inferior a R\$ 60,00, ampliando a cobertura para pessoas pobres e miseráveis na sociedade.

Ao construir uma linha histórica dos estudos produzidos no Brasil voltados à redução da desigualdade e à possibilidade de construção de políticas de transferência de renda, Suplicy (apud WESHEIMER, 2006, p. 34) acentua a importante contribuição ao tema de Celso Furtado, com a publicação do livro *Um Projeto para o Brasil*, em 1968. A esta época, indica Furtado, o Brasil possuía 90 milhões de habitantes e uma renda per capita de apenas US\$ 350. Apenas 1% da população possuía renda mais alta, e 50% tinham participação mais reduzida na renda, demonstrando o grave problema da concentração de renda e oportunidades no país.

Outra importante contribuição à ação direta de transferência de renda aconteceu por intermédio de Antônio Maria da Silveira, que, em 1977, estabeleceu a primeira proposta de garantia de renda mínima para o Brasil, através do livro intitulado *Moeda e Distribuição de Renda*. Nesta publicação, critica os

**Jaccound destaca que o Programa Bolsa Família (PBF) é, de fato, herdeiro dos programas de transferência de renda acontecidos no país durante a década de 90**

poucos avanços acontecidos no país na redução da pobreza, pautados pelas políticas públicas.

Em 1978, destaca a participação de Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger, quando propõem, em *Participação, Salário e Voto*, a adoção de uma reforma agrária e a constituição de um programa de transferência de renda, por meio da adoção do imposto de renda negativo. Para eles, a existência de um regime democrático eficiente no Brasil somente poderia ser alcançada com a redução da desigualdade e a erradicação da miséria.

Soares (2010) observa que, apesar de todo o arcabouço teórico desenvolvido no Brasil durante a década de 90 sobre programas de garantia de renda mínima, desde as primeiras experiências até o PBF o que se estabeleceu foram programas de transferência de renda condicionada com exigências a seus beneficiários, geralmente associadas à educação e posteriormente levadas também à saúde.

Para o autor, esta diferenciação se mostrou de grande importância ao contexto da pobreza brasileira, pois influenciou no acesso e manutenção das crianças na escola, na redução decisiva do trabalho infantil, na ampliação da cobertura vacinal e na frequência a consultas médicas.

Destaca também que os programas originalmente estabelecidos em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, em 1995, cotejavam o atendimento a famílias com filhos até 14 anos e adotavam valores diferenciados aos benefícios, conforme segue:

Em Brasília, a linha de elegibilidade era R\$ 60,00 (R\$ 160,19 a preços de janeiro de 2007) e o benefício era de um salário mínimo por família. Em Campinas, a linha era de R\$ 35,00 (R\$ 93,44 a preços de janeiro de 2007) e o benefício médio era R\$ 117,00 (R\$ 312,36 a preços de janeiro de 2007). Os três exigiam das famílias contrapartidas educacionais (SOARES, 2009, p. 11).

Avalia ainda o autor como importante para a história das políticas de transferência de renda no Brasil a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996, focalizado nas crianças

entre 7 e 14 anos, nas regiões geográficas mais pobres, vulneráveis e em risco de ingresso precoce na força de trabalho. Este programa teve ampla participação na vida das famílias pobres da Região Nordeste do país, principalmente em áreas onde o trabalho infantil tinha forte presença como complemento à renda familiar. As contrapartidas presentes no PETI exigiam o não ingresso no mundo do trabalho por parte das crianças e frequência escolar mínima de 75% na rede de educação pública.

Weissheimer indica que, no final dos anos 90, foram estabelecidas no país algumas ações governamentais para a melhoria das condições de vida das pessoas pobres. Além do PETI, surgiram os programas Agente Jovem, Sentinela, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Avalia como importantes a melhor operacionalização dos programas de transferência de renda e a criação, no início do governo Lula, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse órgão aglutinou sob suas funções os projetos sociais em curso e realizou a unificação destes em apenas um programa, o Bolsa Família, que proporcionou a unificação governamental de todos os projetos de transferência de renda desenvolvidos ao longo da década de 1990.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2010a) compreende ser o Programa Bolsa Família uma ação de transferência direta de recursos financeiros a pessoas pobres e em extrema pobreza no Brasil. O programa foi estabelecido a partir de experiências de municípios, estados e governo federal na promoção de renda a pessoas pobres, vinculada ao atendimento de algumas condições, geralmente de impactos sociais, como saúde e educação.

Destaca que o programa se baseia na articulação de três dimensões para a superação da fome e da pobreza: ampliação da renda pessoal e familiar de pessoas pobres e extremamente pobres; existência de condicionalidades vinculadas aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, o que amplia possibilidades aos beneficiários de rom-

per o ciclo da pobreza entre gerações; e a coordenação de programas complementares ao desenvolvimento social dos beneficiários, como programas voltados à geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, fornecimento de documentos pessoais e outros importantes para a cidadania.

Campos (2008) indica que a situação dos programas de transferência de renda anteriores ao PBF era de pouca eficiência operacional, classificando mesmo como situação comum problemas na gestão. Explica, assim, que cada programa federal possuía sua agência executora, e a coordenação entre estas, para uma ação conjunta, era limitada. Os sistemas de informação, também separados, promoviam a possibilidade de ações ineficientes. Famílias em condições semelhantes de pobreza poderiam receber todos os benefícios, e algumas outras, absolutamente nenhum. Os valores dos benefícios e critérios de inclusão também variavam enormemente entre as agências. Os programas não cobriam todo o território nacional, que se assemelha a um continente, legitimando a permanência dos programas municipais e estaduais, que também não se comunicavam eficientemente entre si e com os programas geridos pelo governo federal.

Adverte Campos que esta situação levava o sistema de proteção social a operar de forma desfavorável na redução da pobreza, não se constituindo operativamente como um sistema. Sentencia que os programas possuíam objetivos diversos, alguns conflitantes e sobrepostos, atendendo a público também sobreposto. O ambiente operacional dos programas facilitava a ocorrência também da corrupção, mau uso dos recursos financeiros e desvio de finalidade. Outro aspecto importante destacado pelo autor é que todos os programas aceitavam a existência da pobreza e da indigência, consequências de uma sociedade imensamente desigual, e acreditavam que a permanência destas, nos níveis

observados, manteria a sociedade em estado de permanente risco social e político, com implicações negativas ao desenvolvimento econômico e mesmo à consolidação da democracia.

**Kadri afirma que o PBF  
se caracteriza por ser um  
programa federativo com gestão  
compartilhada entre os três níveis  
governamentais (União, estados e  
municípios)**

A unificação dos programas e a consequente criação do PBF, em 2003, representou importante esforço governamental para a correção das distorções operacionais e a maior eficiência do gasto público.

O Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2010a) aponta que a gestão do Programa Bolsa Família no governo federal é realizada pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (Senarc), que tem por objetivo a implantação da Política Nacional de Renda e Cidadania, fazendo a gestão, além do PBF, do sistema de cadastro único dos programas sociais.

Kadri (2010) afirma que o PBF se caracteriza por ser um programa federativo com gestão compartilhada entre os três níveis governamentais (União, estados e municípios). Admite ser esta situação um grande desafio à boa gestão do programa, pois a República Federativa do Brasil é constituída pela União, Distrito Federal, 26 estados e 5.564 municípios, todos autônomos, segundo a CF 1988. O papel da União é o de coordenar as ações entre os demais entes federativos.

Weissheimer (2006) acentua que o uso dos recursos aportados por parte das famílias é prioritariamente destinado à aquisição de alimentos. Pessoas pobres e miseráveis possuem evidentes limitações ao consumo de alimentos. Estes, por seu turno, não apenas saciam a fome, mas preparam o corpo para as atividades quotidianas em sociedade. Pessoas mal alimentadas terão dificuldades para estudar, trabalhar e exercer outras atividades em sociedade.

O MDS indica que o PBF apresenta, em comparação com os programas antecessores, um avanço organizacional importante. A unificação dos programas de transferência de renda anteriormente

vigentes, o estabelecimento de um único cadastro nacional e a coparticipação na gestão do programa de estados e municípios promovem maior integração entre os entes federativos, a construção de uma teia importante de informações sobre pobreza e indigência no país e a possibilidade de maior controle por parte do governo em suas três esferas institucionais e pela sociedade civil. Admite que a sua melhor estruturação operacional ocorre em decorrência das experiências acontecidas no passado, desenvolvidas a partir da década de 90, no século XX, representando também importante evolução das práticas de gestão pública no Brasil.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O município de Vitória da Conquista está situado na região econômica do sudoeste do estado da Bahia e na mesorregião geográfica no centro-sul baiano, entre as coordenadas sul (-14o51'58") e latitude oeste (40o50'22"). A altitude média do município é de 923 metros. Está distante da sede administrativa do governo estadual (Salvador) 503 km (IBGE apud SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010, p. 436).

O município se estabelece como terceiro mais importante em população residente do estado, mas participa apenas com 3% do Produto Interno Bruto estadual, conforme aponta a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, (2010). A distância para a sede do governo estadual constituiu, por décadas, variável importante para a melhor compreensão das limitações econômicas existentes na região, devido à pouca presença no planejamento governamental. A região sudoeste também é concentradora de muitos municípios pobres, de forte dependência econômica para com o município de Vitória da Conquista.

A região sudoeste do estado da Bahia não figura no planejamento estadual como detentora de grande riqueza econômica. Esta está situada

no estado em regiões geográficas pontuais, conforme indica a SEI:

- Salvador e Região Metropolitana (indústria, mineração, serviços, silvicultura e bovinocultura).
- Extremo oeste (indústria, grãos – soja e milho).
- Extremo sul (indústria, silvicultura e bovinocultura).
- Norte (caprinocultura e fruticultura).

Desta forma, o município, mesmo possuindo ampla população, não é dos mais ricos do estado, mas de maior riqueza na região sudoeste.

O município é o mais importante, sob a classificação econômica, dentre aqueles que compõem a região sudoeste do estado e também o recente Território de Identidade Vitória da Conquista. Esta última é uma classificação recente, implantada pelo governo federal e assimilada pelos governos estaduais e municipais. Busca reduzir estruturas territoriais anteriormente definidas, de amplo tamanho geográfico e até mesmo grandes diferenças regionais, mas que se constituíam em apenas uma região político-administrativa. A nova classificação estabelece estruturas menores, mas que guardam semelhanças econômicas, culturais e regionais entre si, gerando, a partir daí, possibilidades de maior integração intermunicipal no território (espaço) e ampliando a possibilidade de maior eficiência do planejamento público.

O Território Vitória da Conquista é composto de 23 municípios, dentre os quais o município de Vitória da Conquista é o que apresenta os melhores indicadores econômicos, sociais, ambientais e a melhor infraestrutura pública e maior população. Assume desta forma um papel de concentrador de capitais e pessoas na região. Há forte dependência dos demais municípios para com este em questões de saúde, educação, comércio e serviços públicos.

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009), a população estimada para o município foi de 308.204 pessoas, com 80% da população habitando o espaço citadino.



**Figura 1**  
**Localização do município de Vitória da Conquista na região Sudoeste do estado da Bahia**

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010).

## População e amostra

Existem no município, conforme o MDS (BRASIL, 2010a), 26.424 famílias cadastradas no PBF. A pesquisa se estabeleceu de modo a compor a amostra sob a forma não probabilística. Deste modo, foram

entrevistados, entre os dias 18 e 27 de maio de 2010, 79 representantes das famílias beneficiárias do PBF.

Para tornar mais representativa possível a amostra, a pesquisa foi aplicada nas dependências do escritório gestor do Programa Bolsa Família nos mais diferentes horários.

O escritório atende aos beneficiários locais do programa, constituindo-se em espaço privilegiado para as entrevistas.

Por ser possuidor da maior população em toda a região sudoeste do estado da Bahia, o município de Vitória da Conquista também é aquele que mais recebe transferências financeiras através do Programa Bolsa Família.

O MDS (BRASIL, 2010a) indica que o município possuía, em março de 2010, 30.774 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, o que equivale a estabelecer uma cobertura a 107.709 pessoas pobres e indigentes.

#### O estudo de caso

O estudo de caso se inicia por investigar as condições socioeconômicas dos entrevistados.

Todas as pessoas entrevistadas eram do sexo feminino, conforme a Tabela 1. O Programa Bolsa Família está estruturado de modo a eleger as mulheres como público preferencial para os recebimentos dos benefícios.

**Tabela 1**  
Gênero dos entrevistados

Sexo	Total	%
Feminino	79	100
Masculino	0	0

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Sustenta o MDS que várias experiências nacionais e internacionais com programas de transferência de renda condicionada atestaram o melhor uso dos recursos para o grupo familiar a partir da posse destes pelas mulheres. Schady (2009) também observa serem as mulheres as principais gestoras dos recursos recebidos nos programas de transferência de renda no mundo, por possuírem melhor vínculo com as crianças e jovens.

No Programa Bolsa Família, são aceitos como gestores dos recursos familiares também homens, quando as mulheres não possuem condições próprias ou quando se trata de família despossuída deste agente.

A Tabela 2 aponta a idade dos representantes familiares entrevistados.

**Tabela 2**  
Idade dos entrevistados

Faixa etária	Total	%
20 a 29 anos	16	20,25
30 a 39 anos	31	39,24
40 a 49 anos	21	26,58
50 a 59 anos	10	12,66
60 a 69 anos	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Através da tabela acima, compreende-se que as pessoas da faixa etária entre 30 e 39 anos representam a parte mais ampla da amostra (39,24%). O segundo grupo mais populoso é representado por pessoas entre 40 e 49 anos (26,58%), o terceiro grupo é aquele que figura entre 20 e 29 anos (20,25%). Juntos, perfizeram a representação de 86% da amostra. No extremo oposto, figuram pessoas entre 50 e 59 anos (12,66%) e 60 e 60 anos (1,27%).

É possível compreender que os grupos etários mais representativos na pesquisa são formados por pessoas entre 20 e 39 anos, que se constituem no estrato mais significativo da demografia local, conforme apontou o IBGE. O número de filhos por família foi também pesquisado, conforme mostra a Tabela 3.

**Tabela 3**  
Número de filhos, por família

Nº filhos	Total	%
1 - 3 filhos	56	70,89
4 - 6 filhos	21	26,58
7 ou mais filhos	2	2,53

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Como demonstrado, é ampla a participação das famílias que possuem de um a três filhos, seguidas pelo segundo grupo, o das famílias que possuem de quatro a seis filhos. Ambos responderam por 97,4% das entrevistas.

É reduzida, mas não desprezível, a participação das famílias que possuem mais de sete filhos.

Segundo Suplicy (2010), as famílias brasileiras são formadas por 3,7 pessoas em média. Dentre as

famílias pesquisadas, o primeiro grupo, o mais representativo, se situa nesta média. Correto estabelecer que, em famílias pobres, quanto mais numerosas, menores serão as possibilidades de alcançar maior nível de renda e de capacidades, ampliando as chances de permanência no estado de pobreza e, não raro, podendo até atingir a miserabilidade.

Na Tabela 4, são apresentadas informações pertinentes ao tamanho da família. Famílias compostas por quatro a seis membros se apresentam como aquelas de maior frequência (58,23%). Em segunda posição estão famílias formadas por um a três membros (27,85%). Os dois grupos sinalizam possível redução do número por casal na amostra, assemelhando-se à média nacional.

Respostas	Total	%
1 - 3 pessoas	22	27,85
4 - 6 pessoas	46	58,23
7 - 9 pessoas	8	10,13
10 ou mais pessoas	2	2,53
Não informaram	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

As famílias mais numerosas, compostas por sete a nove pessoas e acima de 10 pessoas, aparecem em menor número, mas não tão reduzido, pois representaram 12,66% da amostra.

A origem residencial dos entrevistados também foi objeto da pesquisa, como demonstra a Tabela 5.

Zona	Total	%
Rural	20	25,32
Urbana	59	74,68

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

O grupo pesquisado apresenta forte participação residencial urbana e menor participação rural, embora não desprezível. A prefeitura municipal (2010) corrobora a pesquisa, indicando que o maior percentual dos beneficiários do programa está na zona urbana do município e, em menor percentual, na zona rural.

A distribuição por bairros e vilas das moradias dos beneficiários foi também pesquisada.

A pesquisa também comprovou a residência dos beneficiários por logradouros, urbanos e rurais.

Localidade	Total	%
Abelha	1	1,27
Assentamento	1	1,27
Farinha Molhada II	1	1,27
Fazenda Mãe Eleoteria	1	1,27
Fazenda Pastim	1	1,27
Fazenda Santa Helena	1	1,27
Fazenda São Mateus	1	1,27
José Gonçalves	2	2,53
Lagoa das Flores	3	3,8
Lagoa Formosa	1	1,27
Limeira	1	1,27
Povoado Baixa Seca	1	1,27
Povoado Malhada	1	1,27
Povoado Mamão	1	1,27
Povoado Ribeirão	1	1,27
Povoado Vereda do Progresso	1	1,27
Sítio Beija Flor	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Sendo uma amostra de pequena proporção, a pesquisa evidencia boa representação das vilas rurais e bairros que compõem a cidade. As maiores participações aconteceram por residentes na Vila de José Gonçalves e Lagoa das Flores, duas das maiores aglomerações rurais do município. A frequência com que outras vilas e povoados rurais aparecem na pesquisa mostra também a amplitude do programa nas comunidades rurais do município, representadas em maior monta na pesquisa.

Para os bairros urbanos, a pesquisa também apresenta forte dispersão das pessoas atendidas pelo programa, pois parte importante dos bairros da cidade foi indicada na pesquisa. À exceção dos bairros Alto Maron, Recreio e Ibirapuera, todos os demais são considerados como de renda baixa, e, nestes, os bairros Kadija e Patagônia são os mais populosos, de maior presença de pessoas pobres e indigentes, receptoras do benefício.

**Tabela 7**  
**Residência dos entrevistados – Zona urbana**

Localidade	Total	%
Alegria	1	1,27
Alto Maron	1	1,27
Bairro Brasil	1	1,27
Brasil	1	1,27
Bruno Bacelar	3	3,8
Cidade Maravilhosa	1	1,27
Cidade Modelo	2	2,53
Conveima I	3	3,8
Conveima II	2	2,53
Cruzeiro	1	1,27
Guarani	1	1,27
Ibirapuera	4	5,06
Kadija	8	10,13
Morada Nova	1	1,27
Morada Real	1	1,27
Nossa Senhora Aparecida	1	1,27
Nova Cidade	2	2,53
Panorama	1	1,27
Patagônia	3	3,8
Pedrinhas	2	2,53
Petrópolis	1	1,27
Primavera	1	1,27
Recanto das Águas	1	1,27
Recreio	1	1,27
Renato Magalhães	3	3,8
Santa Cruz	1	1,27
Santa Terezinha	1	1,27
São Mateus	1	1,27
Senhorinha Cairo	4	5,06
Urbis V	2	2,53
Urbis VI	1	1,27
Vila Anchieta	1	1,27
Vivendas da Serra	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A maioria dos entrevistados (56%) percebe como renda mensal familiar até um salário mínimo nacional, constituindo-se no grupo de menor rendimento dentre os entrevistados. Mas aqueles que ganham somente um salário mínimo mensal se apresentam na pesquisa em percentual importante (19%). Já 76% dos entrevistados apontam que percebem mensalmente como renda familiar até um salário mínimo nacional. O salário mínimo nacional não é suficiente para contemplar efetivo atendi-

to das necessidades básicas (alimentação, saúde, moradia e transporte) no país. A tabela demonstra que o maior percentual de pessoas entrevistadas apresenta algum grau de insegurança alimentar, e o maior percentual das pessoas apresenta perfil de insegurança alimentar elevada, comprometendo a correta nutrição dos seus membros.

**Tabela 8**  
**Renda familiar mensal**

Renda	Total	%
Abaixo de 1 salário	45	56,96
1 salário mínimo	15	18,99
Acima de 1 salário mínimo	1	1,27
Recebe apenas Bolsa Família	3	3,8
Não informada e/ou sem renda	15	18,99

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

O percentual dos entrevistados que percebe mensalmente como renda familiar valores superiores a um salário mínimo se mostra pequeno (1,2%), e a participação daqueles que recebem apenas o benefício do Programa Bolsa Família aparece na pesquisa com 3,8%, estabelecendo-se como o grupo das pessoas indigentes. A este grupo se junta parte dos entrevistados que indicaram não possuir renda. É prudente a interpretação de que, em verdade, estas pessoas não possuem fontes permanentes de renda, mas sim fontes ocasionais. Ainda neste grupo, apresentam-se pessoas que não informaram a renda. Mostra-se adequada a análise sobre esta afirmação de que se trata, de fato, de pessoas com renda muito baixa, o que as constrange quando da sua divulgação a terceiros. Também há pessoas com renda acima do limite mínimo estabelecido para que possam participar do programa. Enfim, trata-se de um grupo com boa participação percentual (19%), mas, durante a pesquisa, não foi possível diagnosticar exatamente os motivos que levaram tais pessoas a não informar a renda.

Corroborando a indicação de que parte importante dos beneficiários no município são de fato pessoas muito pobres, a pesquisa indicou a ordem de importância com que os recursos auferidos no programa são gastos. Os entrevistados indicaram

a seguinte ordem: 1 – Alimentação; 2 – Material escolar; 3 – Medicamentos, água e luz; 4 – Vestuário e gás, 5 – Transporte e aluguel.

Os percentuais de participação dos gastos finais dos benefícios estão elencados na Tabela 14.

Despesas	Total	%
Alimentação	63	79,75
Material escolar	35	44,3
Passe escolar	2	2,53
Gás	11	13,92
Vestuário (roupa e calçados)	14	17,72
Aluguel	2	2,53
Outros (medicamentos, cartão crédito, água, luz)	26	32,91

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

A ordem dos gastos finais também corrobora o grau de pobreza do grupo pesquisado, pois 80% dos entrevistados indicaram que utilizam os recursos para a compra de alimentos, confirmando a existência de forte grau de insegurança alimentar nas famílias pesquisadas.

Uma informação importante trazida pela amostra é que o segundo destino nos gastos se coloca para a aquisição de materiais escolares, indicando que as famílias analisadas buscam cumprir a condicionalidade educação, dado que o gasto somente se efetiva se houver a necessidade de uso no ambiente escolar. Aparece na pesquisa como gasto mensal frequente, corroborando a afirmação anterior.

As condicionalidades existentes no Programa Bolsa Família (educação, saúde e assistência social) são de imensa valia para a inclusão econômica, social e política dos beneficiários. A pesquisa aponta que 81% dos entrevistados indicaram que os filhos estão frequentando regularmente a escola. Mas também indica que 10% das crianças e jovens vinculados ao programa não frequentam regularmente a escola, o que emerge como uma informação que merece, por parte do gestor local, maior atenção. Crianças e jovens pobres não frequentando regularmente a escola implicam maiores limitações destes agentes à mobilidade social.

**Tabela 10**  
Frequência escolar dos filhos

Respostas	Total	%
Sim	64	81,01
Não	5	6,33
Não estão em idade escolar	5	6,33
Não informaram	3	3,8
Outros casos	2	2,53

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Aparece também na pesquisa o percentual de famílias que não se dispuseram a informar a situação dos filhos (3,8%), que provavelmente também não frequentam regularmente a escola. Isso acontece também no grupo que indicou motivos diversos (saúde, transporte e ausência de documentos).

Os beneficiários pesquisados também opinaram quanto à percepção de influência dos benefícios do programa sobre a vida das famílias.

**Tabela 11**  
Avaliação do PBF pelos beneficiários

Respostas	Total	%
Melhorou	49	62,03
Melhorou muito	15	18,99
Melhorou pouco	12	15,19
Manteve	2	2,53
Não informaram	1	1,27

Fonte: Pesquisa de campo (2010).

Das famílias pesquisadas, 62% indicaram que o ingresso no programa melhorou as suas vidas. 19% alegaram uma elevada melhoria, 15% apontaram pouca melhora, 2,5% indicaram que não conseguem visualizar melhorias, e 1,2% não desejaram informar.

A ideia de melhoria levada à pesquisa se baseia em como a permanência no programa e a influência dos seus benefícios (renda, educação, saúde, assistência social, capacitações e cidadania) impacta a vida da família. Das famílias pesquisadas, 81% indicam que o programa trouxe benefícios às suas vidas e 19% avaliam que o programa não agregou benefícios às suas vidas.

A pesquisa cria a possibilidade de compor um perfil socioeconômico das famílias entrevistadas. Elas possuem de um a três filhos; são compostas

por quatro a seis pessoas; residem na zona urbana do município; têm renda mensal inferior a um salário mínimo nacional; elegem a alimentação como principal fim de utilização do dinheiro recebido; atendem à condicionalidade educação e possuem a percepção de que o ingresso no PBF melhorou suas possibilidades de vida.

O perfil socioeconômico dos entrevistados aponta para uma família efetivamente pobre no grupo pesquisado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida teve por objetivo avaliar se o Programa Bolsa Família concorre para a melhoria dos indicadores de pobreza e miséria presentes entre os beneficiários do programa residentes no município de Vitória da Conquista e se cria condições eficientes ao desenvolvimento local.

Barros (2000) destaca ser a sociedade brasileira detentora de enorme grau de desigualdade. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) demonstra ser a sociedade de Vitória da Conquista também imensamente desigual. A desigualdade presente no país é econômica e social.

O país, na última década, vem conseguindo importante redução da desigualdade econômica por meio do maior incremento ao trabalho e por ação das políticas de proteção social. Entre elas, emerge o Programa Bolsa Família como uma das principais ações de transferência de renda condicionada do mundo, diante do seu alcance financeiro e social. São, segundo o MDS (2010), 13 milhões de famílias beneficiárias.

Hoffmann (2006) destaca que a redução das desigualdades é mais bem compreendida pela ação do trabalho que pelas políticas de transferência de renda. Todavia, afirma que, para a Região Nordeste do país, a redução recente da desigualdade acontece por ação ampla das ações de transferência de renda, com maior destaque para o Programa Bolsa Família.

As ações de transferência de renda condicionada no país começaram a acontecer na década de 90. O PBF foi iniciado em 2003 e sucedeu todas as ações anteriores.

O Programa Bolsa Família transfere dinheiro a famílias pobres e indigentes, condicionando que estas famílias atinjam indicadores de educação, saúde e assistência social para seus membros, notadamente crianças e jovens. O programa também possui, vinculados às suas práticas, projetos complementares de capacitação e cidadania aos beneficiários.

A Região Nordeste do Brasil é aquela que mais transferências recebe do PBF. Nela, o estado da Bahia é o que também mais recebe benefícios do programa. E o município de Vitória da Conquista, na região sudoeste do estado da Bahia, é o que mais recebe transferências em sua região (BRASIL, 2010a).

Evidentemente que a pobreza se apresenta como um fenômeno de grande complexidade para a sua compreensão. Desta forma, a ação de transferir renda é melhor indicada a grupos pobres e indigentes para amenizar a pobreza e miséria imediatas. É uma ação de auxílio imediato para atenuar consequências da insuficiência de renda das pessoas nas condições de pobreza e indigência.

O município de Vitória da Conquista se apresenta na pesquisa como possuidor de forte percentual de pobres em sua população. Segundo o MDS (BRASIL, 2010a), 34% da sua população (108 mil pessoas) é considerada pobre ou indigente.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010) aponta que os 20% mais pobres do município possuem 33 vezes menos riquezas do que a parcela dos 20% mais ricos. A desigualdade se mostra evidente e bastante elevada.

O MTE (BRASIL, 2010b) indica possuir o município uma economia com baixo nível de geração de empregos formais, limitando assim a possibilidade de redução da desigualdade local por intermédio do trabalho. Observa ainda que parcela importante dos trabalhadores locais possui pouca escolaridade (até cinco anos).

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2010) aponta que a geração da riqueza local é fortemente amparada no setor de serviços (80%). Sustenta ainda que os setores primário e secundário pouco contribuem para a geração da riqueza, denotando limitações à melhoria do padrão de ampliação do emprego formal no município e ampliando a importância das ações de transferência de renda condicionadas.

Assim, a grande quantidade de pessoas pobres e indigentes no município decorre da existência de enorme desigualdade econômica e social entre ricos e pobres, da fragilidade do mercado formal de trabalho em absorver parcelas maiores dos trabalhadores locais e do nível educacional limitado das pessoas pobres e indigentes, confirmando a quarta hipótese.

Contudo, a pesquisa de campo realizada com 79 beneficiários do programa confirma as hipóteses 1, 2 e 3 estabelecidas também para este trabalho.

A pesquisa apontou que a maior parcela dos beneficiários do programa percebe mensalmente como renda até um salário mínimo. As necessidades básicas de sobrevivência são aquelas que mais são parcialmente saciadas com os recursos financeiros auferidos no programa. E a maior parcela dos entrevistados afirmou buscar cumprir as condicionalidades indicadas no programa.

Evidentemente que a pesquisa de campo, por se constituir em forma de inquérito, limita maiores afirmações que possam ser estabelecidas para todos os beneficiários do programa. Mas, como técnica de pesquisa, estabelece inferências importantes sobre os beneficiários do programa no município.

Quanto ao problema pesquisado, fica evidente que o Programa Bolsa Família concorre de imediato para o auxílio à mitigação das necessidades básicas das famílias beneficiadas, promove acréscimos na renda destas famílias, mas limita, pelo aporte somente de recursos financeiros, maior mobilidade social das famílias.

A mobilidade social pode ser alcançada como consequência de ampliação da riqueza econômica e financeira e aumento das capacidades destes agentes. O programa, como estruturado, permite prever como possível maior tempo de escolaridade para as crianças e jovens, o que poderá ampliar as habilidades destes atores. Também permite estabelecer que estes sujeitos possam ter melhor atenção à saúde.

Mas, para maior crescimento da riqueza municipal, é necessário que maiores sejam os percentuais de crescimento do emprego formal. Mesmo se considerando que as pessoas inclusas no PBF, em especial as crianças, possam ter melhor escolaridade, necessário se faz a oferta de empregos formais para os mais necessitados.

A histórica exclusão vivida por esta camada da sociedade brasileira e local limita a possibilidade de que estas pessoas, no contexto nacional, possam ser empreendedoras. Portanto, dependem do emprego formal para estabelecer ganhos financeiros e direitos trabalhistas em prazo mais longo.

A forma com que uma sociedade se organiza a leva à maior riqueza ou pobreza. Desta forma, a sociedade local se organizou de modo a ampliar a riqueza para poucos e a pobreza para muitos.

As recomendações que emergem da pesquisa, visando à melhor compreensão do objeto pesquisado, são assim apresentadas:

- Ampliar a pesquisa com visitação aos lares dos beneficiários nas áreas urbana e rural, para melhor definir a condição de vida destas pessoas.
- Acompanhar famílias na condição de extrema pobreza, beneficiadas pelo PBF, para melhor definir como o programa influencia a vida destas pessoas.
- Verificar in loco a observância das condicionalidades previstas no programa, em amostra de famílias beneficiadas.
- Avaliar se há melhoria das condições de mobilidade social dos atores beneficiários.
- Observar o impacto do programa na vida dos jovens.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev. Bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, v.15, n. 42, p. 123-142.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa\\_familia/o-que-e-](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e-)>. Acesso em: 02 maio 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. *Evolução do emprego por setor de atividade econômica*; Vitória da Conquista – Bahia. 2010. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=03&anoCPT=2010>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- CAMPOS, André Gambier; AMORIM, Ricardo L. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Org.). *Brasil: o Estado de uma nação*. Brasília: IPEA, 2008.
- CODES, Ana Luíza Machado. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza*: em direção a uma visão complexa. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, set. 2009 .
- FORTE, Cláudia Márcia de Jesus. Estudo de caso comparativo entre Programas de Microcrédito na América Latina: o impacto socioeconômico das mulheres das cidades de Bogotá e Recife. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- HOFFMAN, Rodolfo. Transferências de renda e a redução das desigualdades no Brasil e cinco regiões entre 1997 a 2004. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 55-81, jun. 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Trajетória recente na mudança da identidade e na estrutura social brasileira*. Brasília: IPEA 2009. (Comunicado da Presidência, n. 34).
- JACCORD, Luciana. *Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Série Seguridade Social).
- KADRI, Nabil Moura. A contribuição dos órgãos de controle na implantação de políticas públicas descentralizadas – Programa Bolsa Família. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/24P.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2010.
- POCHMANN, Marcio. *Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil*. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Acompanhamento municipal dos objetivos do milênio – Vitória da Conquista*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/home/>>. Acesso em: 27 maio 2010.
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. 15. ed. São Paulo: Record, 2008.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHADY, Norbert (Org.). *Transferências monetárias condicionadas reduzindo a pobreza atual e futura*. World Bank: Washington - DC, 2009.
- SOARES, Sergei; SÁTIRO, Natália. *O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras*. Brasília: IPEA, 2009.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 5. ed. São Paulo: ATLAS, 2005.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatísticas dos municípios baianos: território de identidade Vitória da Conquista*. 2010. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2010.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Do Bolsa-Família à renda básica da cidadania. *Revista Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 64, n. 03, p. 72-77, mar. 2010.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de pessoas no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

Artigo recebido em 23 de julho de 2011  
e aprovado em 17 de agosto de 2011.

# A contribuição das rendas do trabalho e dos programas de transferência de renda para a queda da desigualdade nas áreas urbana e rural do Brasil: 2004-2008

João Bertoni Neto\*

Solange de Cassia Inforzato de Souza\*\*

Carlos Roberto Ferreira\*\*\*

\* Mestrando em Economia Aplicada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); graduado em Economia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista Reuni; ex-membro do Programa de Iniciação Científica e bolsista IC-UEL. neto\_siq@msn.com

\*\* Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora associada do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). solangecassia@uol.com.br

\*\*\* Doutor em Ciências pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). Professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). robert@uel.br

## Resumo

Este artigo tem como objetivo avaliar o efeito das políticas de transferência de renda e de mercado de trabalho na desigualdade brasileira nos âmbitos urbano e rural, nos anos de 2004 a 2008. Para essa análise, utilizaram-se os registros dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004 a 2008 e a técnica de decomposição do índice de Gini efetuada por Ferreira (2003) e Ferreira e Souza (2008, 2010). Com os resultados obtidos, verificaram-se diferenças e semelhanças no comportamento dos elementos formadores da renda pessoal nas áreas urbana e rural. A renda do trabalho contribuiu para diminuir a desigualdade na área urbana, mas colaborou para a concentração de renda na área rural. As rendas derivadas das aposentadorias e pensões contribuíram para concentrar renda nas duas áreas da pesquisa, assim como as transferências condicionadas colaboraram para a redução da desigualdade em ambos os setores no Brasil.

**Palavras-chave:** Desigualdade de renda. Mercado de trabalho. Programas de transferência condicionada de renda.

## Abstract

*This article aims to evaluate the effect of policies on income transfers and the labor market in Brazilian inequality in urban and rural areas, between the years 2004 to 2008. For this analysis, the database from Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) from 2004 to 2008, and the technique of decomposition of the Gini coefficient made by Ferreira (2003) and Ferreira and Souza (2008, 2010) was used. With these results, differences and similarities in the behavior of the formative elements of personal income in urban and rural areas are identified. The labor income has contributed to reduce inequality in urban areas, but contributed to the concentration of income in rural areas. Incomes derived from retirement and pension contributed to concentrate income on both areas of research, as well as conditional cash transfers have contributed to reduce inequality in both rural and urban sectors in Brazil.*

**Keywords:** Income inequality. Labor market. Programs of conditional income transfers.

## INTRODUÇÃO

O Brasil está entre os países que apresentam uma das maiores desigualdades na distribuição de renda do mundo. Segundo Ramos e Mendonça (2005), entre cerca de 120 países dos quais se têm informações sobre a desigualdade na distribuição de renda, o Brasil é um dos primeiros. Porém, destacam os autores, o país também está entre os mais ricos do mundo, o que pode ser retratado pela expressão: “O Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres”, evidenciando a má distribuição de renda.

Quando comparam o Brasil com outros países, Barros e outros (2006) apontam que, em relação aos 124 países dos quais se têm dados sobre a desigualdade na distribuição de renda, mesmo com 64% deles apresentando renda per capita menor que a brasileira, apenas 43% possuem renda média dos 20% mais pobres da população menor que a do Brasil.

A revisão da literatura sobre o assunto indica que as mudanças para reduzir a desigualdade podem ser estruturais ou compensatórias. Para Neri (2007), as primeiras correspondem às mudanças que apresentam retornos permanentes, como ocorreu na década de 90: reformas trabalhistas, ampliação da educação, abertura econômica, reforma administrativa e privatizações. São modificações que tiveram custos para o mercado de trabalho no curto prazo, mas resultados positivos no longo prazo. Já as últimas são as mudanças macroeconômicas e políticas de transferência de renda, que apresentam efeitos no curto prazo.

No período recente, destacam-se a valorização da taxa de câmbio, mudança compensatória que atua como uma inflação pró-pobre – queda na inflação dos mais pobres em relação à inflação do restante da sociedade –, contribuindo para diminuir a desigualdade na distribuição de renda e aumentar o bem-estar social; a política de salário mínimo, responsável pelo crescimento do salário real em 94%

entre os anos de 1995 a 2006; mudanças nos programas de transferência de renda relacionados à previdência social; e o crescimento dos programas de transferência de renda a partir de 2000, quando foi criado o Fundo de Erradicação da Pobreza, com a ação do governo federal em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e os programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família.

Diante disso, o objetivo deste artigo é avaliar o efeito das políticas de transferência de renda e de mercado de trabalho na desigualdade brasileira nos âmbitos urbano e rural, nos anos de 2004 a 2008. Assim, apresentam-se a evolução da distribuição e desigualdade de renda no Brasil, as políticas de mercado de trabalho e os principais programas de transferência de renda do país e, por fim, a decomposição da renda domiciliar per capita e a contribuição de seus componentes para diminuir e/ou aumentar a desigualdade brasileira.

## DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: ANTECEDENTES E O DEBATE ATUAL

A literatura econômica recomenda a distinção entre a distribuição funcional e a distribuição pessoal da renda. A primeira é resultado da distribuição da renda total pelos fatores de produção: capital e trabalho. Já a segunda enfatiza a repartição da renda total entre todos os indivíduos, versão utilizada neste estudo.

Nos anos 70, diante da constatação do aumento da desigualdade de renda pessoal entre as décadas de 1960 e 1970, surgiram vários estudos sobre o tema, que podem ser divididos basicamente em duas correntes. Para a primeira, o aumento da desigualdade foi uma consequência natural do crescimento acelerado do período, com os desequilíbrios temporários no mercado de trabalho, devido ao viés

tecnológico na relação entre capital e qualificação. Isso gerou uma desarmonia entre aumento da demanda e da oferta de mão de obra qualificada, sendo a educação o principal fator para explicar essa desigualdade. Já para a segunda corrente, o crescimento da desigualdade é resultado das políticas econômicas adotadas no período.

Na década de 60, os 10% que se apropriavam de 39,7% da renda total passaram a ter 46,5%, enquanto que os 40% mais pobres, que detinham 11,6%, tiveram sua renda reduzida para 10% da renda total. Já nos anos 70, ocorreu um grande crescimento da economia brasileira, apresentando um aumento de 97% na renda média, porém também houve um aumento da desigualdade. Os 10% mais ricos da população passaram a ter 47,6% da renda total, e os 40% mais pobres ficaram com 9,7% (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

De acordo com Lacerda (1994), entre 1960 e 1970, apenas a parcela da população correspondente aos 10% mais ricos não teve perda na participação relativa da renda, e o coeficiente de Gini aumentou cerca de 14%, saltando de 0,499 para 0,556. Para o autor, a falta de mão de obra qualificada – medida pela variável educação – foi o principal fator da elevação da desigualdade, ampliando a diferença entre salários, sobretudo no sudeste do Brasil. Esse aumento da desigualdade também se deveu ao modelo de desenvolvimento adotado no país, baseado no processo de substituição de importações (PSI), que implicava concentração de renda, pois, com a produção de bens de consumo duráveis, era necessária uma demanda para esses produtos. Com isso, o acelerado crescimento da economia brasileira acabou gerando uma desigualdade na distribuição de renda.

O autor destaca que, durante a década de 70, a concentração de renda continuou em crescimento, mas em menor intensidade do que na década anterior. Enquanto que nos anos 60 o aumento da desigualdade foi mais intenso na área urbana, nos

anos 70 foi maior na zona rural, devido aos avanços na agricultura.

Na segunda metade dos anos 80, com a intensificação dos estudos sobre a desigualdade de renda no Brasil, foram apontados diversos fatores geradores das diferenças de salários e consequente aumento da desigualdade. Primeiro, os salários maiores estão relacionados com maior com-

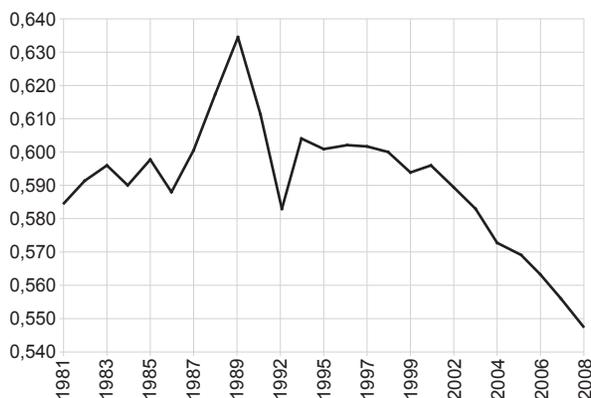
pensação dos trabalhadores devido às diferenças nos postos de trabalho, mesmo que esses postos sejam ocupados por trabalhadores que apresentem o mesmo potencial produtivo. Segundo, as diferenças salariais provêm dos diferentes atributos produtivos dos trabalhadores, como educação e experiência. Terceiro, devido à segmentação do mercado de trabalho, remunerando trabalhadores com mesmo potencial produtivo de forma distinta, sem critérios explícitos. E quarto, pela remuneração distinta de trabalhadores igualmente produtivos por discriminação. No início dos anos 90, uma maior atenção foi dada para a influência das variáveis econômicas (como flutuações na demanda e no emprego, inflação e salário mínimo) sobre a desigualdade de renda, enquanto que no final da década, a importância passou a ser sobre a orientação do gasto público e seu comprometimento em reduzir a pobreza (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

Segundo os autores, entre os anos 1981 e 1990, a renda média aumentou em torno de 11%, valor bem inferior ao da década anterior. Ocorreu aumento da desigualdade, passando de 46,5% para 49% a renda apropriada pelos 10% mais ricos da população e caindo de 8,7% para 7,3% a renda dos 40% mais pobres. Na década de 90, tem-se um crescimento da renda média superior ao da década anterior. Entre 1992 e 2002, essa renda cresceu 31% e houve um pequeno aumento da desigualdade: os 10% mais ricos se apropriaram de 47,1% da renda, enquanto que os 40% mais pobres ficaram com 8% da renda total.

**Durante a década de 70, a concentração de renda continuou em crescimento, mas em menor intensidade do que na década anterior**

Ramos e Vieira (2001) destacam essa diferença entre as décadas de 80 e 90 apontando a primeira como um período marcado por contínuas elevações na desigualdade, enquanto que a segunda, mesmo apresentando ligeiras quedas, terminou praticamente do mesmo modo que começou. Em comum, na comparação entre o início dos anos 80 e o fim dos anos 90, após quedas e ascensões, é a permanência da desigualdade.

A análise da desigualdade, a partir de 1981, através do coeficiente de Gini<sup>1</sup>, aponta para três momentos distintos, expostos no Gráfico 1. Primeiramente, entre os anos de 1981 e 1989, o coeficiente de Gini aumentou de 0,584 para 0,635; depois teve um período instável até 1993 e, a partir de então, iniciou um processo de queda, principalmente a partir de 2001, atingindo 0,547 em 2008. Essa desigualdade na distribuição de renda também está exposta no Gráfico 2, através do índice de Theil<sup>2</sup>.



**Gráfico 1**  
Desigualdade de renda – Coeficiente de Gini Brasil – 1981-2008

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2010).

<sup>1</sup> Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010).

<sup>2</sup> Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010).



**Gráfico 2**  
Desigualdade de renda – Índice de Theil Brasil – 1981-2008

Fonte: IPEA (2010).

Segundo Arbix (2007), pode-se relacionar a má distribuição de renda no Brasil com os altos índices de inflação, que passou de 80% ao ano em 1980 para 1.500% ao ano em 1990. Esse período ficou marcado também por apresentar uma elevação do grau de escolaridade da força de trabalho, contribuindo para aumentar a desigualdade entre os grupos com diferentes níveis educacionais.

De acordo com Ferreira e outros (2006), o aumento da desigualdade na distribuição de renda nos anos 80 está associado ao crescimento da inflação, baixo desenvolvimento educacional da força de trabalho e aumento dos retornos marginais da educação, sendo esses dois últimos fatores responsáveis pelo aumento na desigualdade, com reflexos na renda domiciliar per capita.

Segundo os autores, a partir de 1993 ocorreu o oposto, verificando-se, assim, a queda na desigualdade. São apontados três fatores importantes para essa redução na desigualdade:

Primeiro, houve uma redução da desigualdade entre grupos educacionais distintos, o que parece advir do declínio prolongado nos retornos da educação. Segundo, este período foi marcado por uma significativa convergência da renda das famílias localizadas em áreas rurais e urbanas. Finalmente, o terceiro fator que deve ser destacado é a expansão da cobertura dos programas governamentais de transferência de renda e a melhoria no seu

grau de focalização. Além destes três fatores, cabe destacar o papel da estabilidade macroeconômica alcançada com o Plano Real, que eliminou a contribuição da hiperinflação para o aumento da desigualdade (FERREIRA et al., 2006, p. 151).

A partir de 1993, o Brasil manteve a inflação baixa, o que contribuiu para intensificar as políticas sociais implementadas desde então. Com isso, nota-se que, mesmo apresentando baixo crescimento econômico – como o exibido na década de 90 –, o país pode reduzir a desigualdade e, por conseguinte, avançar no combate à pobreza (ARBIX, 2007). O autor destaca que, entre os anos de 2001 a 2005, devido à redução da desigualdade no Brasil, a pobreza caiu 4,5 pontos percentuais. Porém, se a desigualdade não tivesse se reduzido, a pobreza apresentaria uma redução de 1,2 ponto percentual. Portanto, nesse período, a redução da desigualdade foi responsável por uma queda de 73% da pobreza e 85% da extrema pobreza.

Em relação à pobreza e à indigência<sup>3</sup>, as tabelas 1 e 2 apresentam, respectivamente, o número de pobres e indigentes no Brasil, com dados referentes aos setores urbano e rural, e a variação percentual anual desses indicadores.

Os gráficos 3 e 4 exibem, respectivamente, a evolução do número de pobres e indigentes no Brasil. Pode-se perceber que, após um crescimento de pobres no total e na área urbana de 1995 até 2003, esse índice seguiu declinando desde então, chegando próximo de 41 milhões de brasileiros em 2008. Já o número de pobres na zona rural continua em queda desde 1992.

Diferentemente do comportamento do número de pobres, a evolução do número de brasileiros in-

**Tabela 1**  
Número de pobres total e nas zonas urbana e rural Brasil – 1992-2008

Ano	Brasil	Δ%	Brasil urbano	Δ%	Brasil rural	Δ%
1992	61.607.167	-	46.628.335	-	14.978.832	-
1993	62.592.642	1,6	47.788.824	2,49	14.803.818	-1,17
1995	49.053.437	-21,63	36.917.758	-22,75	12.135.679	-18,02
1996	50.940.341	3,85	38.450.037	4,15	12.490.304	2,92
1997	51.836.009	1,76	39.332.031	2,29	12.503.978	0,11
1998	51.281.949	-1,07	39.040.466	-0,74	12.241.483	-2,1
1999	54.440.071	6,16	42.500.475	8,86	11.939.596	-2,47
2001	57.934.133	6,42	47.423.044	11,58	10.511.089	-11,96
2002	57.096.720	-1,45	47.349.040	-0,16	9.747.680	-7,26
2003	60.542.332	6,03	50.591.078	6,85	9.951.254	2,09
2004	57.812.604	-4,51	48.861.621	-3,42	8.950.983	-10,05
2005	54.067.308	-6,48	45.248.750	-7,39	8.818.558	-1,48
2006	48.328.950	-10,61	40.768.863	-9,9	7.560.087	-14,27
2007	45.512.424	-5,83	38.517.817	-5,52	6.994.607	-7,48
2008	41.361.527	-9,12	35.006.294	-9,12	6.355.233	-9,14

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IETS (2010).

**Tabela 2**  
Número de indigentes total e nas zonas urbana e rural – Brasil – 1992-2008

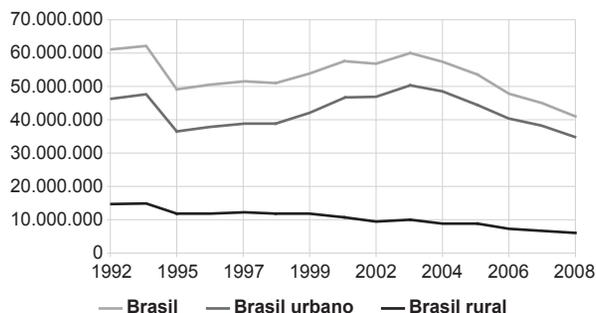
Ano	Brasil	Δ%	Brasil urbano	Δ%	Brasil rural	Δ%
1992	23.295.587	-	14.628.008	-	8.667.579	-
1993	22.861.630	-1,86	14.253.023	-2,56	8.608.607	-0,68
1995	15.354.868	-32,84	9.427.691	-33,85	5.927.177	-31,15
1996	15.148.274	-1,35	9.316.405	-1,18	5.831.869	-1,61
1997	14.267.794	-5,81	8.835.917	-5,16	5.431.877	-6,86
1998	13.897.795	-2,59	8.904.102	0,77	4.993.693	-8,07
1999	13.614.127	-2,04	9.087.779	2,06	4.526.348	-9,36
2001	15.797.467	16,04	11.525.106	26,82	4.272.361	-5,61
2002	14.579.401	-7,71	10.714.385	-7,03	3.865.016	-9,53
2003	16.941.855	16,2	12.776.778	19,25	4.165.077	7,76
2004	13.927.738	-17,79	10.563.906	-17,32	3.363.832	-19,24
2005	11.995.054	-13,88	8.900.422	-15,75	3.094.632	-8
2006	10.135.618	-15,5	7.346.553	-17,46	2.789.065	-9,87
2007	10.504.728	3,64	7.755.391	5,57	2.749.337	-1,42
2008	9.264.466	-11,81	6.775.161	-12,64	2.489.305	-9,46

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IETS (2010).

digentes total depois de ter apresentado uma queda entre os anos de 1995 e 1999, cresceu entre 1999 e 2003, reduzindo-se a partir desse ano. Em relação aos setores urbano e rural, enquanto no primeiro o número de indigentes permaneceu inalterado durante 1995 e 1999, aumentou entre 1999 e 2003 e caiu

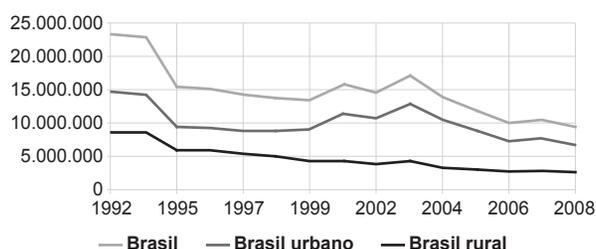
<sup>3</sup> Define-se como linha de indigência o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. A linha de pobreza inclui, além do valor desta cesta alimentar, o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, isto é, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer etc. Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês (INSTITUTO DE ESTUDOS DE TRABALHO E SOCIEDADE, 2010).

de 2003 a 2008, no segundo, o número de indigentes só apresentou declínio durante todo o período.



**Gráfico 3**  
Número de pobres total e nas zonas urbana e rural Brasil – 1992-2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IETS (2010).



**Gráfico 4**  
Número de indigentes total e nas zonas urbana e rural – Brasil – 1992-2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IETS (2010).

Para complementar as informações referentes ao número de pobres e indigentes no Brasil, a Tabela 3 exibe a variação percentual anual média desses indicadores para os períodos de 1992-2003 e 2004-2008. A delimitação desses dois períodos é devido ao foco deste trabalho ser o período de 2004 a 2008.

**Tabela 3**  
Variação percentual anual média do número de pobres e indigentes – Brasil – 1992-2008

	1992-2003	2004-2008
<b>Brasil</b>		
Δ% média nº de pobres	0,19	-8,01
Δ% média nº de indigentes	-2,44	-9,39
<b>Brasil urbano</b>		
Δ% média nº de pobres	1,4	-7,98
Δ% média nº de indigentes	-0,1	-10,07
<b>Brasil rural</b>		
Δ% média nº de pobres	-4,21	-8,09
Δ% média nº de indigentes	-7,23	-7,19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IETS (2010).

Pela tabela anterior, pode-se observar a redução do número de pobres no período mais recente, enquanto que no período anterior houve um pequeno aumento para a área total do Brasil e zona urbana e queda na área rural. Já o número de indigentes apresentou queda de 1992 a 2003, sobretudo na zona rural, e maiores reduções nos três segmentos no período de 2004 a 2008.

Segundo Barros e outros (2006), a diminuição da desigualdade na distribuição de renda é importante para se reduzir a pobreza, mas, para que isso aconteça, é necessário que haja crescimento da renda dos mais pobres. Para os autores, existem dois instrumentos para se reduzir a pobreza. O primeiro é o crescimento balanceado da economia, aumentando a renda dos indivíduos de todas as classes. O segundo método é quando, mesmo sem ocorrer crescimento, reduz-se a desigualdade elevando-se a renda dos pobres. A diferença entre os dois instrumentos é que, enquanto o primeiro permite o crescimento da renda de pobres e ricos, o segundo eleva a renda dos mais pobres e reduz a dos mais ricos.

Segundo Barros e outros (2006), a desigualdade de renda no Brasil é a menor nos últimos 30 anos, porém, mesmo com essa queda, ainda é elevada. Apenas 1% da população mais rica do país possui a mesma renda que os 50% mais pobres, já os 10% mais ricos da população detêm mais de 40% da renda, enquanto que os 40% mais pobres ficam com 10% da renda total.

A despeito da elevada disparidade de renda que persiste na sociedade brasileira, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontam para uma melhor distribuição da renda brasileira nos últimos anos. Néri (2007) mostra que, entre os anos de 2001 a 2005, aumentou de 12,5% para 14,1% a parcela dos 50% mais pobres da população, mas houve uma queda de 47,2% para 45,1% dos 10% mais ricos, chegando a um dos níveis mais baixos das últimas décadas.

Para a queda da desigualdade recente colaboraram o comportamento do mercado de trabalho e as políticas sociais de transferência condicionada e

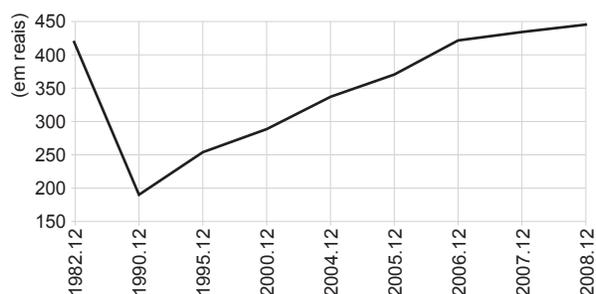
não condicionada de renda. É o que se discute na próxima seção.

### **Mercado de trabalho e políticas de transferência de renda**

Após duas décadas de desestruturação, desde 1999 o mercado de trabalho brasileiro segue em um período de recuperação, marcado pela reestruturação das condições de trabalho. Essa recuperação se deve ao crescimento do setor industrial, alavancado pelo aumento das exportações e diminuição de produtos e serviços importados, e também ao setor terciário, que vem em crescimento.

Para Cardoso Jr. (2007), o que permitiu melhoras no mercado de trabalho brasileiro a partir de 1999 foi a expansão do comércio internacional, mesmo acompanhada da adoção, pelo governo brasileiro, de política econômica restritiva de câmbio semiflutuante, superávits fiscais generosos, taxas de juros elevadas e metas rígidas de inflação. O autor também destaca mudanças a partir de 2004, como a redução na taxa de juros interna, a expansão das políticas sociais e a descentralização do gasto público social, políticas de expansão do crédito interno, os aumentos do salário mínimo à frente da inflação, a ampliação dos programas de apoio e proteção aos trabalhadores, acompanhada de melhor gestão do Ministério do Trabalho e Emprego, e o regime de tributação simplificado para micro e pequenas empresas iniciado em 1996.

Essa recuperação do mercado de trabalho brasileiro é percebida quando se analisa o desempenho de três indicadores: desemprego, ocupação e rendimentos. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2004 a 2008, a taxa de desemprego aberto caiu 3,7 p.p (de 13,1% para 9,4%), a população ocupada aumentou 10,4%, passando de 81,2 milhões de pessoas para 89,7 milhões, e o rendimento médio real apresentou um crescimento de 13,68%, aumentando de R\$ 1.067 para R\$ 1.213 (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2004-2008).



**Gráfico 5**  
Evolução do salário mínimo real  
Brasil – 1982-2008

Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (2010).

Em relação às mudanças referentes ao salário mínimo, depois de queda nos anos 80, houve uma recuperação dos salários reais no primeiro governo FHC, conforme exibe o Gráfico 5. De acordo com o boletim do Banco Central do Brasil (1996), esse aumento real dos salários foi resultado da recuperação da economia em um cenário de baixa inflação, mesmo com a desindexação gradativa dos salários introduzida com a implementação do Plano Real (BOLETIM DO BANCO CENTRAL, 1996). Desde então, o salário mínimo real segue em crescimento.

No tocante às políticas de transferência direta de renda no Brasil, pode-se indicar a sua relevância a partir da década de 90, com o objetivo de enfrentar o desajuste social. O primeiro programa de transferência de renda do país foi o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), que fornecia um benefício para os brasileiros acima de 25 anos que não auferiam uma determinada renda (REIS; DAL RI, 2008).

Segundo Medeiros, Britto e Soares (2007a), os dois maiores programas de transferência direta de renda no Brasil são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). O BPC, iniciado em 1995, corresponde a uma transferência de renda para pessoas com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência severa, independentemente da idade, sendo necessário, para obtenção do benefício, que a renda domiciliar per capita seja menor que um quarto do salário mínimo.

O Bolsa Família surgiu no final de 2003 e foi instituído por lei no início de 2004, a partir da unificação de programas de transferência de renda já existen-

tes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação do Fome Zero. É fornecido para famílias que apresentem renda per capita inferior a R\$ 60 mensais e famílias de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos que apresentem renda per capita menor que R\$ 120 mensais. Os objetivos principais desse programa são aliviar a pobreza no curto prazo e evitar sua transmissão entre as gerações. Diferentemente do BPC, o PBF exige, em contrapartida dos benefícios, compromisso dos beneficiados nas áreas de educação e saúde, como frequência escolar, vacinação das crianças e acompanhamento pré e pós-natal das gestantes e nutrizes (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007a; BRASIL, 2010a). Além desses favorecidos, o governo federal estabeleceu, em 2008, o benefício variável vinculado ao adolescente e, assim, passou a atender também aos adolescentes de 16 e 17 anos que residem nos domicílios que já estão no programa. Com esse benefício, cada jovem nessa faixa etária recebe R\$ 30, podendo ser favorecidos até dois adolescentes por família (TAVARES et al., 2009).

O resultado do Bolsa Família foi que as rendas oriundas de bolsas passaram de 0,95% da renda per capita total dos brasileiros em 2001 para 1,77% em 2005. E entre os anos 1995 e 2004, cada ponto percentual dos gastos públicos com transferência de renda condicionada gerou um aumento 19,8 vezes maior na renda dos mais pobres que a seguridade social (NERI, 2007).

Como o Bolsa Família é a junção de outros programas já existentes, ele passou a ser o maior programa de transferência condicionada de renda do Brasil. Seu processo de unificação é gradual e ainda continua em curso. Assim, desde 2004 vem diminuindo o número de beneficiários de todos os programas, exceto do Bolsa Família, que segue em crescimento (SANTANA, 2007). De acordo com o autor, três meses após o início do Bolsa Família, o programa já era responsável por cerca de 17,7% dos recursos desses programas, e nos anos seguintes, só foi crescendo, chegando a corresponder a 94,2% dos recursos destinados aos programas de transferência direta de renda.

Os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de 2003 a 2008, expostos na Tabela 4, apontam, em todos os anos, o Nordeste como a região do Brasil que tem o maior número de beneficiários do Bolsa Família. Em 2008, mais da metade do total de beneficiados era dessa região, cerca de 50,7% (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME apud SÁTYRO; SOARES, 2009a).

No Gráfico 6 está a evolução do número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família desde sua implementação, em 2003. A região que apresentou o maior crescimento de beneficiários foi o Nordeste, seguido do Sudeste, ambos tendo uma maior expansão a partir de 2006. De acordo com Sátyro e Soares (2009a), a razão da expansão do número de beneficiários é que a meta inicial do governo federal era atender 11 milhões de famílias. O maior crescimento dos beneficiários nas regiões Nordeste e Sudeste acontece por elas serem, respectivamente, a primeira e a segunda região do Brasil com o maior número de pessoas pobres e extremamente pobres, além de o Sudeste ser a região mais populosa do país.

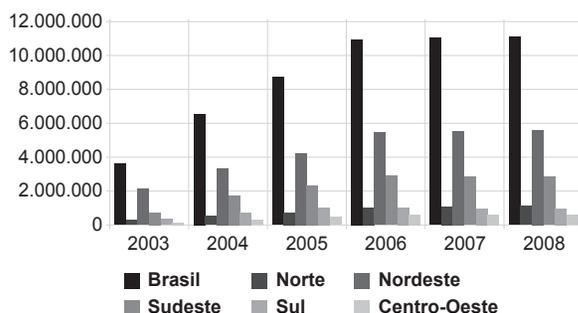
**Tabela 4**  
Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família – Regiões do Brasil – 2003-2008

Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte	279131	527652	697644	1023507	1081636	1100771
Nordeste	2130571	3320446	4245574	5442567	5573605	5621897
Sudeste	732762	1730675	2325379	2875677	2848034	2845828
Sul	352225	700664	987068	1027439	956129	934617
Centro-Oeste	120907	292405	444786	596620	583672	583236
Brasil	3615596	6571842	8700451	10965810	11043076	11086349

Fonte: MDS apud SÁTYRO e SOARES (2009a).

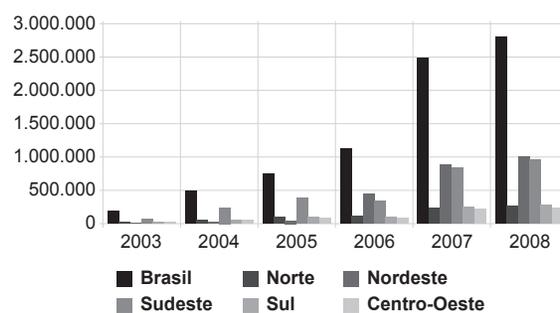
Assim como foi exposto o número de beneficiários do PBF, a Tabela 5 exibe o número de beneficiados pelo BPC. Esses são os dois maiores programas de transferência de renda do Brasil. A Tabela 5 mostra que o Nordeste é também a região que tem o maior número de famílias recebendo o BFC.

A evolução do número de beneficiários do BPC exposta no Gráfico 7 demonstra o crescimento do número de favorecidos pelo programa. Segundo



**Gráfico 6**  
Evolução das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família – Regiões do Brasil – 2003-2008

Fonte: MDS apud SÁTYRO e SOARES (2009a).



**Gráfico 7**  
Evolução das famílias beneficiadas pelo BPC – Regiões do Brasil – 1996-2008

Fonte: MPS apud SÁTYRO e SOARES (2009a).

**Tabela 5**  
Famílias beneficiadas pelo Benefício de Prestação Continuada – Regiões do Brasil – 1996-2008

Região	1996	1998	2000	2004	2006	2008
Norte	28.579	71.333	107.233	118.741	247.851	279.520
Nordeste	17.017	34.769	51.568	459.140	887.917	999.827
Sudeste	85.903	253.579	389.574	343.109	852.228	965.748
Sul	27.919	69.632	106.234	114.900	259.423	299.182
Centro-Oeste	29.619	71.230	103.690	91.959	230.066	255.382
Brasil	189.037	500.543	758.299	1.127.849	2.477.485	2.799.659

Fonte: MPS apud SÁTYRO e SOARES (2009a).

Sátyro e Soares (2009a), isso se deve ao crescimento do salário mínimo, que, desde 1994, e principalmente desde 2003, cresceu acima da inflação e da renda média. Já que o BPC corresponde a um quarto do salário mínimo, o aumento deste provoca a expansão dos atingidos pelo programa. A razão de o maior número de beneficiários ter migrado do Sudeste para o Nordeste é que, por ser mais urbano, inicialmente o BPC se concentrava no Sudeste, voltando-se para o Nordeste a partir do ano 2000.

Em termos financeiros, o PBF representou um gasto em torno de R\$ 9 bilhões em 2007, enquanto o BPC alcançou um valor ainda maior, cerca de R\$ 11,5 bilhões (SÁTYRO; SOARES, 2009a).

Um outro problema recorrente na sociedade brasileira está relacionado ao trabalho infantil e, conseqüentemente, ao abandono dos estudos por parte de crianças e adolescentes. Segundo Barros e Mendonça (2009), cerca de 5 milhões de crianças brasileiras com idade entre 5 e 14 anos – em torno de 14% do total de crianças nessa faixa etária – es-

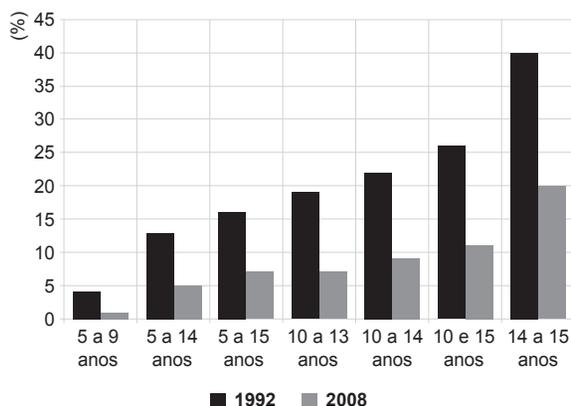
tavam realizando atividades econômicas no início dos anos 90. Desde então, vêm sendo realizados estudos para combater o trabalho infantil.

Dentre as iniciativas mais importantes do governo brasileiro encontram-se a participação do Brasil no Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC) desde 1992; a mudança da Constituição, em 1988, determinando 16 anos como idade mínima para entrar no mercado de trabalho e 14 anos se for na condição de aprendiz; e a ratificação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) 182 e 138, de 2000 e 2002, respectivamente, que dão mais sustentação ao combate e eliminação do trabalho infantil no Brasil (BARROS; MENDONÇA, 2009; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2010).

Por fim, a iniciativa mais importante foi a criação, no ano de 2000, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tem como objetivo retirar toda criança e adolescente com idade entre 7 e 14 anos dos trabalhos que os coloquem em situação de risco para a saúde e segurança. O programa também possibilita que essas crianças e jovens tenham acesso à escola e que possam permanecer estudando, com bom desempenho, além de desenvolver atividades extraclasse ligadas à cultura, esporte, artes e lazer – jornada ampliada. O programa não se restringe aos mais novos, dando apoio e orientação para as famílias, por meio de ações socioeducativas. O PETI fornece uma bolsa mensal para cada filho que tenha entre 7 e 14 anos e esteja na situação de trabalho já des-

crita anteriormente, priorizando as famílias que apresentem renda per capita de até meio salário mínimo. Assim, a família recebe a bolsa quando tem filhos nessas condições e, em contrapartida, as crianças devem ser retiradas do trabalho, frequentar as aulas e a jornada ampliada. As famílias devem participar das atividades socioeducativas e dos programas de qualificação profissional e de geração de emprego e renda oferecidos pelo PETI. Deste modo, a importância desse programa não está só em erradicar o trabalho infantil, mas também oferecer iniciativas para a inclusão e o desenvolvimento social das famílias (BRASIL, 2010c). Em dezembro de 2005, o PETI foi integrado ao Programa Bolsa Família, com a finalidade de racionalizar a administração dos dois programas, mas sem perder a especificidade e o foco de cada um (BRASIL, 2010b).

O Gráfico 8 mostra a porcentagem de crianças que trabalhavam em 1992 – ano de introdução do primeiro programa de erradicação do trabalho infantil – e 2008. Em todas as faixas etárias consideradas, ocorreu uma diminuição do trabalho infantil.



**Gráfico 8**  
Trabalho infantil por faixa etária – Brasil – 1992 e 2008

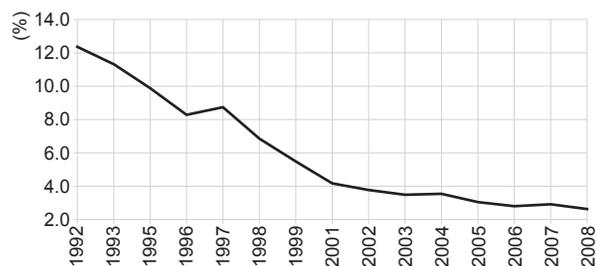
Fonte: PNAD apud BARROS e MENDONÇA (2009).

De acordo com Barros e Mendonça (2009), a queda no trabalho infantil é resultado dos programas específicos, como o PETI, responsáveis por 80% dessa redução no período observado, mas também devido às melhores condições socioeconômicas das famílias, responsáveis por 20% da diminuição

do trabalho de crianças e adolescentes. E mesmo com a redução do trabalho infantil, ainda há cerca de 1,7 milhão de crianças brasileiras trabalhando.

Além da queda no trabalho infantil, observada no Gráfico 8, ocorreu a diminuição da taxa de analfabetismo infantil. O Gráfico 9 mostra que o percentual de analfabetismo entre crianças de 10 a 14 anos segue em declínio desde o início da década de 90.

Enfim, as políticas de transferência de renda, incluindo as pensões, aposentadorias e os programas sociais – como o BPC e o PBF –, são responsáveis pela diminuição de um terço da desigualdade na distribuição de renda brasileira nos últimos anos. Essa mudança é resultado tanto do aumento dos benefícios que são indexados ao salário mínimo (pensões, aposentadorias e BPC), quanto da expansão da cobertura dos programas sociais. Em 2008, o PBF disponibilizou em torno de R\$ 12 bilhões para o atendimento de cerca de 11 milhões de famílias (TAVARES et al., 2009). De acordo com Hoffmann (2005), os programas de transferência direta de renda, como o Bolsa Família, correspondem a cerca de 10% a 20% da queda da desigualdade.



**Gráfico 9**  
Taxa de analfabetismo infantil em crianças entre 10 e 14 anos – Brasil – 1992-2008

Fonte: PNAD (2010).

Segundo Sátyro e Soares (2009b), quando se decompõe o coeficiente de Gini, a renda do trabalho foi responsável por cerca de 73% da queda da desigualdade no período entre 1995 e 2004. Já o PBF, que, em 2004, correspondia a apenas 0,5% da renda das famílias, foi responsável pela diminuição de 19% da desigualdade. E o BPC, correspondente a 0,3% da renda domiciliar em 2004, foi responsável por 7% da diminuição da desigualdade.

Além das transferências de renda citadas anteriormente, há também os rendimentos provenientes das aposentadorias e pensões, que correspondem a uma parcela significativa do rendimento domiciliar per capita.

Segundo Hoffmann (2009), a participação percentual das aposentadorias e pensões na renda total dos domicílios era de 15,2% em 1997, crescendo para 18,5% em 2001 e atingindo 19,8% em 2003. Porém, o autor destaca que há controvérsias na literatura em relação à contribuição das aposentadorias e pensões para diminuir a desigualdade de renda no Brasil, apontando trabalhos que indicam essa parcela da renda total como responsável pelo aumento da desigualdade, enquanto outros indicam o contrário.

Deste modo, a Seção 3 deste trabalho apresenta a razão de concentração das aposentadorias e pensões na renda domiciliar per capita para o período de 2004 a 2008, permitindo analisar sua contribuição para a desigualdade da distribuição de renda no país.

## **EFEITOS DAS RENDAS DO TRABALHO E DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA DESIGUALDADE: ANÁLISE COMPARADA ENTRE ÁREAS URBANA E RURAL DO BRASIL – 2004-2008**

### **Considerações metodológicas**

A base de dados utilizada neste artigo foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2004 a 2008. Essa pesquisa é realizada anualmente e tem como objetivo apresentar informações básicas sobre o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A PNAD é realizada desde 1971 e desde 2004 abrange todo o território nacional, inclusive a zona rural da Região Norte do país, que não fazia parte das pesquisas anteriores, possibilitando a realização dos primeiros estudos sobre transferência de renda com dados nacionais. Entretanto, neste estudo, essa área rural é desconsiderada, para que os resultados pos-

sam ser relacionados com os de outros trabalhos já existentes<sup>4</sup>.

Duas observações são importantes: a) as fontes de renda domiciliar são compostas pelo trabalho principal, outros trabalhos, aposentadorias e pensões, aluguéis, doações e outros rendimentos, recortadas neste estudo em trabalho principal, transferências (aposentadorias e pensões) e outros rendimentos (inclui transferências condicionadas de renda); e b) a técnica utilizada é a da decomposição do índice de Gini, efetuada por Ferreira (2003) e Ferreira e Souza (2008, 2010).

Segundo os autores mencionados, um componente contribui para reduzir a disparidade na distribuição de renda quando sua razão de concentração é menor que o índice de Gini total e apresenta o comportamento oposto quando a razão de concentração supera o Gini total.

O coeficiente de Gini utilizado na decomposição do rendimento domiciliar per capita é uma medida de concentração de renda que varia entre 0 e 1, sinalizando menor disparidade distributiva ao aproximar-se de 0 e completa desigualdade de renda ao igualar-se a 1, ou seja, 0 significa, hipoteticamente, que todos os indivíduos têm a mesma renda, e 1 mostra que apenas um indivíduo tem toda a renda de uma sociedade.

A partir da revisão da literatura específica e da aplicação da técnica de pesquisa referida, segue-se a análise dos resultados. A Tabela 6 apresenta os componentes da renda e a sua participação no rendimento domiciliar per capita para a área urbana do Brasil, e a Tabela 7 apresenta essa mesma decomposição para a sua área rural.

Entretanto, como o foco deste trabalho são as políticas de transferência de renda e mercado de trabalho, discutem-se apenas os resultados referentes ao trabalho principal e às transferências de renda – aposentadorias e pensões e outros rendimentos, dos quais fazem parte as transferências condicionadas de renda.

<sup>4</sup> A limitação em se estudar o assunto é que os dados sobre transferências condicionadas de renda entram na categoria "Outros rendimentos" da PNAD, que inclui também rendas de capitais, como os juros de aplicações financeiras e dividendos.

**Tabela 6**  
Participação de cada componente no total da renda domiciliar per capita – Brasil urbano – 2004-2008 (%)

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	73.6	73.1	73.3	74.4	73.8
Outros trabalhos	3.0	3.1	3.1	3.1	3.1
Aposentadorias/pensões	19.4	19.6	19.1	19.0	19.0
Aluguéis	1.8	1.9	1.8	1.5	1.7
Doações	0.8	0.7	0.7	0.6	0.5
Outros rendimentos	1.4	1.6	2.0	1.4	2.0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira; Souza (2010).

**Tabela 7**  
Participação de cada componente no total da renda domiciliar per capita – Brasil rural – 2004-2008 (%)

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	69.3	68.0	66.3	66.1	65.7
Outros trabalhos	3.3	3.8	3.6	3.0	3.2
Aposentadorias/pensões	22.1	22.6	23.5	24.1	25.0
Aluguéis	1.0	0.9	1.0	1.1	0.9
Doações	0.4	0.4	0.4	0.2	0.3
Outros rendimentos	3.9	4.4	5.1	5.5	4.9
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira; Souza (2010).

**Tabela 8**  
Participação percentual do trabalho principal e das transferências de renda no total da renda domiciliar per capita – Brasil urbano – 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	73.6	73.1	73.2	74.4	73.8
Transferências	20.8	21.2	21.1	20.4	21.0
Aposentadorias/pensões	19.4	19.6	19.1	19.0	19.0
Outros rendimentos	1.4	1.6	2.0	1.4	2.0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira; Souza (2010).

Depois de expostos esses componentes da renda domiciliar para os setores urbano e rural, observam-se três pontos importantes. Primeiro, nos dois setores, a maior parcela da renda é proveniente do trabalho principal, seguido de aposentadorias e pensões e, por fim, outros rendimentos. O destaque aqui é que, em todos os anos, a renda do trabalho principal dos residentes na área urbana sempre foi

**Tabela 9**  
Participação do trabalho principal e das transferências de renda no total da renda domiciliar per capita – Brasil rural – 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	69.3	68.0	66.3	66.1	65.7
Transferências	26.0	27.0	28.6	29.6	29.9
Aposentadorias/pensões	22.1	22.6	23.5	24.1	25.0
Outros rendimentos	3.9	4.4	5.1	5.5	4.9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira; Souza (2010).

maior que a renda do trabalho principal dos moradores da zona rural, enquanto que a renda proveniente de aposentadorias e pensões e outros rendimentos foi maior para o setor rural em todo o período.

Segundo, de 2004 a 2008, na zona urbana, houve manutenção da participação da renda proveniente do trabalho, com crescimento de apenas 0,2 p.p. (de 73,6% para 73,8%), enquanto que, no âmbito rural, a participação percentual do trabalho principal caiu 3,6 p.p. (de 69,3% para 65,7%).

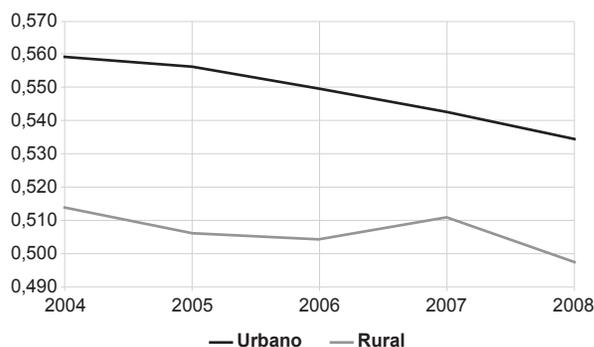
Finalmente, tem-se a participação da renda proveniente das transferências de renda. Na área urbana, houve uma pequena queda, de 0,4 p.p., da participação das aposentadorias e pensões e uma maior variação nos outros rendimentos, indicando um crescimento de 0,6 p.p. na participação da renda proveniente dos programas de transferência condicionada. Na zona rural, as aposentadorias e pensões e outros rendimentos apresentaram um crescimento de, respectivamente, 2,9 p.p. e 1 p.p. De tal modo, percebe-se que, no setor rural, a participação das transferências de renda, que correspondia a 26% da renda domiciliar per capita em 2004, passou a 29,9% da renda em 2008, ao passo que, na área urbana, a participação dessas transferências cresceu apenas de 20,8%, em 2004, para 21%, em 2008.

De todo modo, os dados indicam a maior dependência da área rural em relação às políticas sociais de renda e seu contrário em relação aos rendimentos advindos do trabalho.

O Gráfico 10 apresenta o coeficiente de Gini segundo a renda domiciliar per capita para as áreas urbana e rural do Brasil. Em todo o período, o coeficiente para a zona urbana foi maior que para a

zona rural, indicando uma maior desigualdade na distribuição de renda dos indivíduos residentes nas cidades. O Gini urbano apresentou queda de 4,3% entre 2004 e 2008, enquanto que o Gini rural diminuiu 3,11%. Esses valores obtidos para o período de 2004 a 2008 corroboram a literatura apresentada, que aponta queda da desigualdade desde 1993 (RAMOS; MENDONÇA, 2005; ARBIX, 2007; FERREIRA et al., 2006).

Essa queda na desigualdade expressa pelo coeficiente de Gini está relacionada com a redução do número de pobres e indigentes, notadamente nos anos mais recentes, conforme já observado anteriormente nos dados referentes a esses indicadores.



**Gráfico 10**  
Coeficiente de Gini urbano e rural – Brasil – 2004-2008

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira; Souza (2010).

Com a utilização dos valores do Gini, pode-se medir a razão de concentração de cada componente da renda domiciliar per capita<sup>5</sup>. Deste modo, quando a razão de concentração do componente for maior que o valor do Gini, significa que essa parcela do rendimento contribui para a concentração de renda; caso contrário (razão de concentração menor que o Gini), o componente contribui para uma melhor distribuição da renda.

<sup>5</sup> Quando o rendimento é decomposto em parcelas, podemos calcular a razão de concentração de cada parcela, que mede o grau de desigualdade da distribuição daquele tipo de rendimento, considerando a ordenação das pessoas conforme o rendimento domiciliar per capita. O índice de Gini da distribuição é a razão de concentração do próprio rendimento domiciliar per capita (HOFFMANN, 2005, p. 2).

A Tabela 10 mostra a razão de concentração de cada componente da renda domiciliar per capita para o Brasil urbano. As áreas sombreadas indicam que, no ano, o valor da razão de concentração foi menor que o coeficiente de Gini. Logo, em todos os anos, as rendas do trabalho principal e dos outros rendimentos contribuíram para uma melhor distribuição de renda, diferentemente das aposentadorias e pensões, que colaboraram para a concentração de renda.

**Tabela 10**  
Razão de concentração na decomposição do coeficiente de Gini do rendimento domiciliar per capita – Brasil urbano – 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	0.544	0.541	0.540	0.533	0.522
Aposentadorias/pensões	0.590	0.582	0.573	0.561	0.558
Outros rendimentos	0.214	0.293	0.162	0.116	0.250
Coeficiente Gini	0.559	0.556	0.550	0.543	0.535

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira; Souza (2010).

A mesma razão de concentração é utilizada na Tabela 11 para dados referentes ao âmbito rural. Para esse setor, em todo o período observado, os outros rendimentos, que incluem as transferências de renda, como o Bolsa Família, foram responsáveis por contribuir para a melhor distribuição de renda. Já o trabalho principal não apresentou a mesma característica da área urbana e contribuiu para concentrar a renda, e as aposentadorias e pensões, assim como no meio urbano, também contribuíram para a concentração de renda.

**Tabela 11**  
Razão de concentração na decomposição do coeficiente de Gini do rendimento domiciliar per capita – Brasil rural – 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008
Trabalho principal	0.517	0.506	0.508	0.520	0.502
Aposentadorias/pensões	0.574	0.573	0.573	0.550	0.569
Outros rendimentos	0.021	0.092	0.021	0.139	-0.016
Coeficiente Gini	0.514	0.506	0.504	0.511	0.498

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD (2004-2008) apud Ferreira; Souza (2010).

Portanto, de acordo com os dados das duas tabelas anteriores, pode-se observar que tanto na

área urbana quanto no meio rural, as aposentadorias e pensões contribuíram para a concentração de renda. No entanto, espera-se que, assim como os programas de transferência condicionada de renda, aposentadorias e pensões contribuam para melhorar a vida das pessoas.

De acordo com França (2011), a previdência social é atualmente o maior programa de redistribuição de renda no Brasil, e seus benefícios são comparáveis aos resultados dos programas sociais. O autor destaca que, nos domicílios rurais, o rendimento das famílias que vivem com idosos é 44% maior do que nas casas onde não residem idosos, devido ao recebimento da aposentadoria. Segundo pesquisa do IPEA de 2005, as aposentadorias são responsáveis ou ajudam a apoiar a renda de aproximadamente dois milhões de famílias na área rural. Enfim, as aposentadorias contribuíram para que cerca de 20 milhões de indivíduos saíssem da linha de pobreza. Assim, mesmo colaborando para o rendimento domiciliar, as aposentadorias e pensões ainda contribuem para a concentração de renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da desigualdade na distribuição de renda é um dos grandes problemas socioeconômicos enfrentados pela sociedade brasileira. Partindo do objetivo de avaliar o efeito das políticas de transferência de renda sobre a desigualdade da distribuição de renda no Brasil, este artigo expôs a participação dos componentes da renda domiciliar per capita, notadamente a renda do trabalho principal e das transferências de renda, identificando quais dessas parcelas foram responsáveis por uma melhor distribuição de renda no país no período de 2004 a 2008.

Os resultados obtidos para os anos entre 2004 e 2008 apontam para a manutenção da renda proveniente do trabalho principal na área urbana, componente que contribuiu para melhorar a distribuição de renda, assim como os programas de

transferência condicionada de renda, e somente as aposentadorias e pensões colaboraram para a concentração de renda, apesar das controvérsias acadêmicas sobre o assunto.

A área rural apresentou queda da participação do trabalho principal na composição da renda e aumento das rendas das aposentadorias e pensões e dos outros rendimentos, indicando uma maior dependência da zona rural em relação aos rendimentos provenientes das políticas de transferência de renda e o oposto em relação aos rendimentos do trabalho. Na análise da razão de concentração, apenas os outros rendimentos contribuíram para diminuir a desigualdade na distribuição de renda.

Por fim, nas áreas urbana e rural do Brasil, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o PETI, são importantes para combater a desigualdade de renda, condizendo com os autores estudados ao longo da pesquisa, o que ressalta a relevância das políticas sociais de transferência de renda para a população brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ARBIX, Gabriel. A queda recente da desigualdade no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 132-139, jun. 2007.
- BARROS, Ricardo et al. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.117-147, jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para discussão, n. 1256).
- BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação. *Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise*, Rio de Janeiro, n. 41, nov. 2009.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL. Brasília: BACEN, 1996. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM1996>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e De Combate à Fome. Brasília(DF): MDS, 2010a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 5 jul. 2010.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e De Combate à Fome. Brasília(DF): MDS, 2010b. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/suas/guia\\_creas/media-complexidade/peti/integracao-peti-e-bolsa-familia](http://www.mds.gov.br/suas/guia_creas/media-complexidade/peti/integracao-peti-e-bolsa-familia)>. Acesso em: 21 jul. 2010.

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília(DF): MTE, 2010c. Disponível na internet via <[http://www.mte.gov.br/delegacias/sp/sp\\_prog\\_peti.asp](http://www.mte.gov.br/delegacias/sp/sp_prog_peti.asp)>. Acesso em 21 de julho de 2010.
- CARDOSO Jr., José Celso. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para discussão, n. 1310).
- FERREIRA, C. R. Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período de 1981 a 2001. Piracicaba, 2003. 136 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003.
- FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. “Aposentadorias e pensões” e desigualdade de renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003. Revista de Economia Contemporânea, v. 12, n.1, p. 41-66, jan./abr. 2008.
- \_\_\_\_\_. Dados da decomposição do Índice de Gini. Brasil: 2004-2008. Londrina: UEL, 2010.
- FERREIRA, Francisco H. G et al. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 147-169, jun. 2006.
- FRANÇA, Álvaro Sólon de. Previdência Social: 88 anos combatendo a pobreza e reduzindo as desigualdades sociais. Brasília(DF): ANFIP, 2011. Disponível em: <[http://www.anfip.org.br/publicacoes/noticias/publicacoes\\_artigosindex.php?id=20494](http://www.anfip.org.br/publicacoes/noticias/publicacoes_artigosindex.php?id=20494)>. Acesso em: 15 fev. 2011.
- HOFFMANN, Rodolfo. As transferências não são a principal causa da redução da desigualdade. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2005.
- \_\_\_\_\_. Desigualdade da distribuição de renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. Economia e Sociedade, Campinas, v.18, n.1 (35), p. 213-231, abr. 2009.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE. Rio de Janeiro: IETS, 2010. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/article.php?id\\_article=915](http://www.iets.org.br/article.php?id_article=915)>. Acesso em: 12 jul. 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasília(DF): IPEA, 2010. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. Distribuição de renda no Brasil dos anos 80. Revista de Economia Política, v.14, n.3 (55), p. 134-140, jul./set. 1994.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. Revista Novos Estudos, São Paulo, n.79, p. 5-21, nov. 2007a.
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Programas focalizados de transferências de renda no Brasil: contribuições para o debate. Brasília: IPEA: 2007b (Texto para discussão, n. 1283).
- NERI, Marcelo. Causas da queda recente da desigualdade. Conjuntura Econômica, v. 61, n. 3, p. 41-43, mar. 2007.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – BRASIL. Brasília(DF): OIT, 2010. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/prgativ/in\\_focus/ipecc/errad\\_trabin.php](http://www.oitbrasil.org.br/prgativ/in_focus/ipecc/errad_trabin.php)>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2010.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/servidor\\_arquivos\\_est/](http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/)>. Acesso em: 15 jul. 2010.
- POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- RAMOS, Lauro; MENDONÇA, Rosane. (Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (Org.). Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- RAMOS, Lauro R. A.; VIEIRA, maria. Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes Texto para discussão, n.803-IPEA: Rio de Janeiro, 2001.
- REIS, Alessandra C. E. dos; DAL RI, Neusa Maria. Educação e política de transferência condicionada de renda no Brasil. Educere et Educare: Revista de Educação, Cascavel, v. 3, n. 6, p. 241-255, jul./dez. 2008.
- SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 2007, Belo Horizonte. Trabalho apresentado... Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <[http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/abep\\_1019.pdf](http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/abep_1019.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2010.
- SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. Análise do impacto do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada na redução da desigualdade nos estados brasileiros – 2004 a 2006. Rio de Janeiro: IPEA, 2009a. (Texto para discussão, n. 1435).
- \_\_\_\_\_. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Rio de Janeiro: IPEA, 2009b. (Texto para discussão, n. 1424).
- TAVARES, Priscila et al. Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, p.25-58, abr. 2009.

Artigo recebido em 25 de julho de 2011  
e aprovado em 17 de agosto de 2011.



# Normas para publicação

## Os artigos devem:

- ser enviados por e-mail, preferencialmente, desde que os arquivos não excedam o limite de dois megabytes; acima desse limite, em mídia de CD-ROM;
- ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- ser assinados por, NO MÁXIMO, três autores;
- incluir, em nota de rodapé, os créditos institucionais do autor, referência a atual atividade profissional, titulação, endereço para correspondência, telefone, e-mail;
- ter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25;
- vir acompanhado de resumo e *abstract* com, no máximo, dez linhas, entrelinha simples, contendo, quando cabível, tema, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões; abaixo do resumo e do *abstract*, incluir até cinco palavras-chave e *keywords*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto;
- apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é TÍTULO e SUBTÍTULO; o título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto; o subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo;
- contar com tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.), numeradas consecutivamente com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e suas respectivas localizações assinaladas no texto;
- conter todo e qualquer tipo de ilustração acompanhado dos originais, sempre em tons de cinza, de forma a garantir fidelidade e qualidade na reprodução; se as fotografias forem digitalizadas, devem ser escaneadas em 300 dpis (CMYK) e salvas com a extensão TIFF; se for usada máquina digital, deve-se utilizar o mesmo procedimento com relação a dpi e extensão, de acordo com o item “Ilustrações” do Manual de Redação e Estilo da SEI, disponibilizado em [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br), no menu “Publicações”;
- destacar citações diretas que ultrapassem três linhas, apresentando-as em outro parágrafo, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho de fonte 10 e sem aspas (NBR 10520:2002 da ABNT);
- quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo;
- evitar as notas, sobretudo extensas, usando-as apenas quando outras considerações ou explicações forem necessárias ao texto, para não interromper a sequência lógica da leitura e não cansar o leitor;
- indicar as notas de rodapé por números arábicos, aparecendo, preferencialmente, de forma integral na mesma página em que forem inseridas;
- conter referências completas e precisas, adotando-se o procedimento informado a seguir.

## Referências:

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou pelo título da obra, ano e página. Quando incluída na sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas. Exemplos:

- A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152);
- “O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de menoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta” (LOSURDO, 2006, p. 240).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT. Exemplos:

Para livros:

- BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

Para artigos e/ou matéria de revista, boletim etc.:

- SOUZA, Laumar Neves de. Essência x aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

Para partes de livros:

- MATOS, Ralfó. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda, e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.

## Originais:

Os originais apresentados serão considerados definitivos. Caso sejam aprovados, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente. Serão, também, considerados como autorizados para publicação por sua simples remessa à Revista, não implicando pagamento de direitos autorais. A Coordenação Editorial, em caso de aceitação do texto, reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, entre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição e expresso em seu Manual de Redação e Estilo, disponibilizado em [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br), no menu “Publicações”. Compromete-se, ainda, a responder por escrito aos autores e, em caso de recusa, a enviar os resumos dos pareceres aos mesmos.

